UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS DAS DIVERSIDADES, INTOLERÂNCIAS E CONFLITOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, DIREITOS E OUTRAS
LEGITIMIDADES

RODRIGO BASÍLIO PEREIRA DE SOUZA

**Entre o trauma e o tabu:
O não-lugar da memória da luta armada na transição
pactuada brasileira – análise dos testemunhos de presos
políticos da ditadura militar**

São Paulo
2020

RODRIGO BASÍLIO PEREIRA DE SOUZA

**Entre o trauma e o tabu:
o não-lugar da memória da luta armada na transição
pactuada brasileira – análise dos testemunhos de presos
políticos da ditadura militar**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zilda Márcia Gricoli Iokoi

São Paulo
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Souza, Rodrigo Basílio Pereira de
S719ee Entre o trauma e o tabu: O não-lugar da memória da luta armada na transição pactuada brasileira – análise dos testemunhos de presos políticos da ditadura militar / Rodrigo Basílio Pereira de Souza ; orientadora Profª. Drª. Zilda Márcia Gricoli Ilokoí. - São Paulo, 2020.
200 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

SOUZA, Rodrigo Basilio Pereira de. *Entre o trauma e o tabu: o não-lugar da memória da luta armada na transição pactuada brasileira – análise dos testemunhos de presos políticos da ditadura militar*. 2020. 200 p. Dissertação (Mestrando em Ciências Humanas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2020.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

São Paulo, 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Zilda Márcia Grícoli Iokói, pela orientação, exemplo, estímulo e confiança.

Ao Mário Sérgio de Moraes, pela amizade, motivação e inspiração.

Ao Maurício Cardoso e Marcos Napolitano pelas valorosas aulas e críticas na qualificação.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e a Universidade de São Paulo por garantirem o acesso à pesquisa.

A Márcia Mafra, Lucia Murat, Lenira Machado, Alberto Becker, Raul Carvalho, Artur Scavone, Ariston Lucena, Crimeia de Almeida e tantos outros que tiveram a coragem de lutar contra a ditadura militar e conceder testemunho de suas lutas.

Ao Caio Oliveira, que sem saber me encaminhou no universo da pesquisa.

À Letícia Viana, pela companhia na solidão da escrita.

Ao André Oliveira, Jonatas Bueno e todos os amigos pelas leituras atentas e pacientes.

Aos colegas de trabalho na dura seara da educação pública.

A Luiz Guilherme Sakai, Priscila Dias e Márcio Reina, pela revisão atenta e delicada.

A Ariett Gouveia e Patrícia Ditolvo pelas traduções atentas.

Em especial a Beatriz, Rogério, Natalice e Raimundo, pois sem raízes a vida não floresce e a Carlos e Rose, pois amor é coragem e ação.

À Beatriz e sua coragem de sempre lutar pelo que é justo.

*E de tudo fica um pouco.
Oh abre os vidros de loção
e abafa
o insuportável mau cheiro da memória.*

Carlos Drummond de Andrade, *Resíduo* (1945)

*Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralise os negócios,
garanto que uma flor nasceu.*

*Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
É feia. Mas é realmente uma flor.*

Carlos Drummond de Andrade, *A Flor e a Náuea* (1945)

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto de estudo testemunhos de presos políticos da ditadura militar (1964-1985), colhidos por meio de entrevistas em audiovisual, entre 2002 e 2010, no escopo do projeto “Intolerância e Resistência: Testemunhos da repressão política no Brasil”. Os testemunhos apresentam elaborações de vítimas da repressão e relatam suas trajetórias de vida. No momento da gravação das entrevistas, uma série de revisionismos e disputas políticas tensionavam as memórias sociais acerca do passado da ditadura militar. Buscamos analisar os testemunhos de 8 ex-militantes de organizações de luta armada tendo como referência metodológica a História Oral.

Buscamos compreender de que forma as memórias desses sujeitos se relacionam com três memórias sociais sobre o período, marcadas pela conciliação política. Esta reflexão ocorre a partir de três objetivos centrais: ao elaborarem suas memórias, esses sujeitos encaram sua experiência como “idealismo juvenil”? Definem sua luta política como “resistência democrática”? Enxergam-se como “vitoriosos politicamente”, apesar da derrota nas armas? Essas perguntas visam responder à seguinte hipótese: o processo de redemocratização cobriu a Nova República com um manto de silêncio acerca do passado – materializado na Lei de Anistia – constituindo para os ex-presos políticos uma espécie “não-lugar”, dificultando a elaboração de suas memórias, fazendo com que, muitas vezes, assimilem as memórias sociais hegemônicas, quando elaboram suas memórias individuais. A memória dos presos políticos da luta armada pode nos iluminar algumas contradições do processo de redemocratização e da própria Nova República, evidenciando o silêncio sobre o passado como chave para a manutenção de violências.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Memória. Luta Armada. Presos Políticos. História Oral.

ABSTRACT.

This study examines the testimonies of political prisoners of the Brazilian military dictatorship (1964-1985), collected by audiovisual interviews, between 2002 and 2010, for the Project ‘Intolerance and Resistance: Testimonies of political repression in Brazil’. The testimonies present elaborations of victims of repression and narrate their life trajectories. During the collection of the interviews, a series of revisionisms and political disputes were tensioning the social memories regarding the military dictatorship’s past. We analyzed the testimonies of eight former members of armed fighting organizations, with Oral History as the methodological reference.

We seek understanding of how these subjects memories can be related to three social memories of the period, marked by political conciliation. This reflection has three central goals: when elaborating these memories, do the subjects face their experiences as “juvenile idealism”? Do they characterize their political struggle as “democratic resistance”? Do they see themselves as “politically victorious”, in spite of the lost armed combat? These questions aim to respond to the following hypothesis: the process of re-democratization covered the New Republic in silencing regarding the past – materialized in the Amnesty Law – creating for the former political prisoners a “non-place”, leading the elaboration of their own individual memories towards assimilating the hegemonic social memories. The memory of the political prisoners from armed fighting may shed light on some contradictions in the process of re-democratization and the New Republic itself, evidencing the silence about the past as the key to the maintenance of violence.

Key words: Military dictatorship. Memory. Armed struggle. Political prisoners. Oral History.

LISTA DE SIGLAS

ALESP – Assembleia Legislativa de São Paulo
ALN – Ação Libertadora Nacional
ALN -Aliança Nacional Libertadora
AP – Ação Popular
CCC – Comando de Caça aos Comunistas
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CPC – Centro Popular de Cultura
DIVERSITAS – Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerância e Conflitos
DI-GB – Divergência de Guanabara
DOI-CODI - Destacamento de Operação de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JUC – Juventude Universitária Católica
MOLIPO – Movimento de Libertação Popular
MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro
PCB – Partido Comunista do Brasil
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
POLOP - Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PRT – Partido Revolucionário dos trabalhadores
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido Social Democrata do Brasil
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista do Brasil
SEDH - Secretaria Especial dos Direitos Humanos
SNI – Serviço Nacional de Inteligência
UDN- União Democrática Nacional
UNE – União Nacional dos Estudantes
USP – Universidade de São Paulo
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 12

CAPÍTULO I: AS ARMADILHAS DA MEMÓRIA: O IDEALISMO JUVENIL E AS MOTIVAÇÕES PARA A LUTA, 43

- Breve histórico e definições conceituais, 43

- Análise documental, 67

CAPÍTULO II: AS ARMADILHAS DA MEMÓRIA: A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA E OS SENTIDOS DA LUTA, 98

CAPÍTULO III: AS ARMADILHAS DA MEMÓRIA: PARCIALMENTE VITORIOSOS OU DUPLAMENTE DERROTADOS? ,134

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O NÃO LUTO, O SILÊNCIO E A TORTURA COMO ESTRUTURA DA SOCIABILIDADE DO BRASIL, 184

REFERÊNCIAS, 194

FONTES, 199

INTRODUÇÃO

A presente dissertação visa analisar os testemunhos orais de oito presos políticos da ditadura militar¹ que teve início em com o golpe civil-militar de 1964, articulando a construção da memória individual e social. Isso significa analisar quanto da memória social influenciou o construto de memórias individuais. Vale lembrar que não existe apenas um viés de memória social, ou seja, elas são diversas. Iremos analisar três vieses de memória social, um criado num sentido liberal que olha para a luta armada durante a ditadura militar como sendo articulada por jovens dentro de uma perspectiva de “idealismo juvenil”; outra formada pela esquerda moderada que compreende o mesmo processo dentro da perspectiva de “resistência democrática”; por fim, um ponto de intersecção entre o viés liberal e da esquerda moderada: a ideia de “vitória da resistência” sobre a Ditadura².

A ideia é fomentar a discussão acerca dessas articulações de memórias dando assim um ponto de partida, mais do que um de chegada. Para articular a memória individual e social devemos ter em mente a relação entre passado e presente, isso significa buscar entender como o presente influencia na construção da memória sobre o passado. Para dar conta desse objetivo será necessário historicizar tendo em vista que a memória social está em disputa por diferentes atores sociais, dentre eles, conforme já dito, os liberais e a esquerda moderada. Para dar conta desses objetivos algumas categorias de análises serão utilizadas, conforme já dito, memória individual, memória social, resistência e conciliação são algumas delas, e conforme o trabalho for desenvolvido elas serão explicitadas.

¹ É preciso desde já uma definição: entendemos que a o período de 1964 foi uma ditadura militar, diferentemente do golpe, que pode ser definido como civil-militar. Apesar da grande presença de civis e do regime ter fundamentalmente governado em benefício do grande capital, os militares exerceram poder de veto e tutela. Napolitano (2014, p. 155) afirma: “os quadros civis tinham predominância no preenchimento de cargos de primeiro escalão na área econômica do governo, nos ministérios, colegiados e agências executivas [...] o papel dos militares era mais de veto e de indução de estratégias políticas gerais”. Além disso, optamos por Ditadura ao invés de “regime militar” ou “regime autoritário” a partir da reflexão de Florestan Fernandes (1981, p. 56): “Nos dias que correm, essa é a situação que prevalece em vários países da América Latina: muitos setores das classes possuidoras, os EUA e várias nações capitalistas dão “cobertura legal” a ditaduras descritas eufemisticamente como “regimes autoritários”.

² Essas três categorias de análise (“idealismo juvenil”, “resistência democrática” e “vitória da resistência”) serão historicizadas e definidas no decorrer deste trabalho, servindo de instrumento para a análise dos testemunhos.

Pensar o passado da ditadura é pensar os limites da democracia do presente. Passado e presente têm entre si relações profundas. Certas marcas da ditadura militar ainda estão presentes na democracia contemporânea. Os exemplos são vários, mas podemos citar a militarização da segurança pública e suas constantes violações de direitos humanos e a dificuldade da Nova República em julgar os crimes da ditadura. Partindo da perspectiva histórica de Walter Benjamin, não estaríamos avançando naturalmente rumo a uma sociedade democrática pois, o passado - da ditadura - não se encerra em si mesmo nem caminha em uma linha evolutiva em direção ao progresso (BENJAMIN apud. GAGNEBIN, 2007, p. 94). Para o filósofo, a história da humanidade é uma história de massacres e destruições: “todos os que até agora venceram participam do cortejo triunfal, que os dominadores de hoje conduzem por sobre os corpos dos que hoje estão prostrados no chão” (BENJAMIN, 2010, p. 244).

Segundo Benjamin, a narrativa histórica, escrita à contrapelo (BENJAMIN, 2012, p. 245), deveria romper com o *continuum* do tempo, esta ilusão de um tempo “homogêneo e vazio” (*Ibidem*, p. 249), e concentrar-se nas experiências derrotadas – como a luta armada - , pois estas ainda teriam uma potência latente, um “tempo de agora” (*ibidem*), como se o passado ainda se manifestasse sob a forma de ruínas e fragmentos,

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 2010, p. 245).

Se a conciliação política que marcou o processo de redemocratização e o pacto de silêncio, materializado na anistia de 1979³, fiadores da transição para a nova República, não foram capazes de consolidar a democracia e exorcizar o fantasma do autoritarismo, talvez seja necessário ir no caminho oposto e buscar, na outra margem, entre os derrotados, memórias marginais que apontem os limites e as contradições desta conciliação, para quem sabe, iluminar alternativas. Para tanto, neste trabalho iremos analisar testemunhos de presos políticos que lutaram contra a ditadura militar, em

³ Analisaremos no decorrer deste trabalho a importância histórica da Lei de Anistia de 1979 na interdição do debate acerca da ditadura e no estabelecimento de um pacto de silêncio sobre o passado. Mas é importante uma explicação parcial e introdutória: no final da década de 1970, num contexto de crescente oposição à ditadura, com a formação de uma frente ampla e de movimentos reivindicando uma Anistia “Ampla, Geral e Irrestrita”, os militares sequestraram a pauta e aprovaram sua própria versão de lei de Anistia, que por um dispositivo jurídico (“crimes conexos”), anistiou agentes da repressão e interditou e silenciou o debate acerca da responsabilização desses crimes

diferentes organizações clandestinas, visando compreender de que forma elaboraram suas memórias.

Mas, antes de adentrar nessas histórias de vida, é válido trazer a própria trajetória de quem se propõe a analisá-las. Apresentar brevemente minha trajetória e minha relação com o tema visa explicitar uma motivação e um olhar sobre este passado e sobre estas personagens. Se a imparcialidade, tal como queriam os historicistas do XIX, é impossível, pelo menos devemos ter a franqueza de explicitar o olhar e referências que guiaram a reflexão. Certa vez ouvi que, para contar uma boa história, é necessário, antes de tudo, saber contar sua própria história. Talvez, aí resida uma verdade.

Duas figuras, centrais na minha formação, sempre foram um tanto emblemáticas. Apesar da precária formação escolar, minha avó, nascida em 1937, numa área rural de Minas Gerais, sempre foi irrequieta e ativa na luta pelos seus direitos; de fala mansa, mas decidida, exigia do poder público o que lhe era de direito (transporte, moradia, medicamentos, aposentadoria); espreguejava a lei até o suco da justiça surgir. Já minha mãe, nascida em 1962, no Rio de Janeiro, tem um perfil quase que oposto: apreço às leis e normas, busca por enquadrar-se no "certo" e um medo latente de reivindicar o que lhe é de direito. Entre justiça e lei, a segurança do "dever cumprido".

Diante de dois perfis bastante opostos, poderia simplesmente contentar-me com o fato de que "cada pessoa é singular e única". Mas desde cedo, essa explicação naturalizante e individualizadora, não me parecia satisfatória. Afinal, as pessoas são livres para construir sua história, mas esta liberdade opera dentro de certas condições históricas. O indivíduo tem sua singularidade, mas esta é desenvolvida em um meio histórico específico. A História, sem dúvida, poderia me explicar melhor essas diferenças. Afinal, que mundo teria formado pessoas tão diferentes?

Em plena adolescência, assisti a uma palestra do historiador Mário Sérgio de Moraes, irmão do juiz que condenou a ditadura no caso Herzog⁴. Ele narrava de forma apaixonada o que foi a resistência à ditadura, a luta pelos Direitos Humanos e pela democracia. Depois daquela extasiante exposição, no momento de perguntas, me dirigi

⁴ O jornalista Vladimir Herzog foi assassinado em 1975 nas dependências do DOI-CODI. Segundo o historiador Mário Sérgio de Moraes, a morte estava relacionada à "operação Jacarta", na quais os mecanismos de repressão, depois de derrotarem os opositores em armas, visavam eliminar até mesmo a oposição moderada. Para Moraes, a morte de Herzog e sua missa ecumênica na Catedral da Sé foram um momento de rearticulação da sociedade civil contra o regime, aglutinando advogados, jornalistas, intelectuais sobre o "guarda-chuva" da Igreja (MORAES, M. 2006).

ao homem e questioneei: "muitos lutaram e morreram por democracia. Mas hoje, os jovens, no que me incluo, parecem não ter a devida dimensão do valor dessa liberdade".

A resposta, simplesmente, me silenciou: "você, hoje, só faz esta pergunta porque muitos morreram para isso". De alguma forma, ingênua e mal colocada, a pergunta explicitava certa sensação de incômodo, como se a democracia fosse sobretudo formal, como se faltasse substancialmente algo; como se uma névoa sufocante impedisse de fato a democracia de se consolidar, ou, como bem descrito nas palavras do filósofo Slavoj Žižek, "temos toda a liberdade que desejamos – a única coisa que falta é a 'tinta vermelha': nós nos 'sentimos livres' porque somos desprovidos da linguagem para articular nossa falta de liberdade" (ŽIŽEK, 2011, p. 02).

Se este passado recente da história do Brasil existia na minha cabeça como uma névoa pouco nítida, aquela exposição inflamada e agressiva funcionou como um descortinar de visão, abrindo um baú de experiências e explicando, até mesmo, a razão de minha própria pergunta; mas não só. Eis que a ditadura militar se materializa na minha frente. Para mim, em plena adolescência nos anos 2000, o golpe de 1964 e o regime autoritário que se construiu a partir dali me ofereceu uma resposta mais sólida sobre as personalidades tão distintas dentro de minha própria casa: minha avó, crescendo durante a República de 1946, formou-se em um terreno de liberdade, politização e mobilizações. Já minha mãe estaria no seletor grupo dos "filhos da ditadura", uma geração que nasceu e foi criada sob o autoritarismo e sob o manto do silêncio e da desmobilização política, num contexto de bipartidarismo, censura, propaganda ufanista e rígido controle sobre a educação pública. A história foi, pouco a pouco, me oferecendo explicações e conexões de sentido e significado.

Em ambas as experiências históricas, uma mesma sensação: a contemplação incerta de um passado meio encoberto por uma névoa de incompreensão e silêncio. Como se o golpe tivesse vindo para tapar a boca de uma geração e amordaçar a próxima, desde o berço. Apesar de tão próximo temporalmente e tão violento, para mim este passado parecia que ocupava uma espécie de não lugar, de lacuna, de tabu, como se algo não estivesse sendo dito. Eu me questionava como tão pouco se falava disso na escola e nos meios de comunicação, se era um passado tão recente e que tantas marcas deixara na sociedade brasileira? Era como se houvesse uma espécie de silêncio imposto que impediria a elaboração da experiência traumática, uma ausência do devido processo de luto.

Para um adolescente, à época, o passado de mobilização e radicalização dos jovens de 1968 oferecia certo encantamento romantizado, especialmente para quem estava ingressando no movimento estudantil secundarista em 2009. Sentia uma espécie de saudosismo de um passado de engajamento e luta em contrapartida a uma democracia amorfa e desmobilizada, com uma liberdade aparentemente irrestrita, mas moldada pelos ditames do mercado. Esta memória que criei naquele momento, acerca daquele passado, é, ela própria, produto de uma sociabilização na formação escolar ou no contato com certa filmografia acerca da resistência à ditadura. Desta forma, nasceu uma curiosidade crescente acerca da luta contra a ditadura e de toda a atmosfera cultural que envolveu aqueles anos de rebeldia.

Anos depois, em 2013, já na graduação em História na FFLCH-USP, a partir do interesse por esse período histórico, na graduação fiz um curso de História da Cultura com a Prof.^a Dr.^a Zilda Iokoi que discutiu o papel radical da cultura na década de 1950 e 1960. A partir destas referências, me dirigi ao DIVERSITAS e a professora me apresentou, pela primeira vez, o projeto *Intolerância e Resistência: Testemunhos da repressão política no Brasil*, realizado entre 2008 e 2010, com o objetivo de criar um acervo documental de testemunhos acerca da resistência à intolerância da ditadura militar. Neste projeto, foram gravados em formato audiovisual 81 testemunhos, nos quais expressos políticos da ditadura, de diferentes atuações e organizações, relataram suas histórias de vida. Os arquivos em audiovisual bem como as transcrições constituem-se arquivos públicos para pesquisadores.

Foi a primeira vez que pude ter um contato mais aprofundado com os protagonistas anônimos daquele passado. A partir da leitura dos testemunhos o primeiro choque veio: não eram exatamente heróis da luta contra a ditadura narrando trajetórias épicas, mas senhores e senhoras de carne e osso, sorrisos e lágrimas, que buscavam, cada um à sua forma, reconstruir suas vidas fraturadas pela repressão. Aqueles testemunhos foram colhidos para formação de um acervo documental em uma em universidade pública que buscava, acima de tudo, ouvir e registrar aquelas histórias, protegê-las das ruínas no tempo⁵.

⁵ Expressão usada frequentemente pelo prof. Dr. José Sergio Fonseca de Carvalho, no curso de “Introdução aos Estudos da Educação: Enfoque Filosófico” na Faculdade de Educação da USP, no ano de 2017. Esta reflexão sobre a necessidade de se preservar o patrimônio humano do esquecimento (“ruínas do tempo”) era desenvolvida a partir da reflexão da obra de Hannah Arendt, especialmente o artigo “A Crise na Educação” (ARENDT, H. 2011)

Ler os testemunhos foi sair da caverna das pequenas certezas e estereótipos de uma memória heroica e cair num oceano de vertigem, com inúmeras narrativas, perspectivas e possibilidades. Se a primeira impressão foi de encantamento com uma riqueza tão diversa, num segundo momento, foi o medo que me consumiu: que perguntas fazer a esta documentação? Apesar de tanta riqueza, o que é que queremos entender por meio dessas histórias de vida?

A partir daí esses testemunhos foram objeto de constantes análises reflexões. Realizei, de 2014 a 2016, uma iniciação científica sob orientação da Prof. Dr^a Zilda Iokói, em um projeto intitulado *Intolerância e Resistência: Análise do testemunho dos combatentes à Ditadura Militar*. No ano de 2014 tive bolsa da CNPq e 2015 da FFLCH-USP. Os objetivos da análise estavam relacionados a buscar compreender a formação política, a motivação para o ingresso nas organizações de resistência e o sentido da luta para esses sujeitos. Nesse processo de iniciação científica pude ter contato com a bibliografia básica sobre a ditadura militar brasileira, a resistência, história oral e memória e os debates em torno da construção de uma “memória de resistência”. Uma importante referência foi o historiador Jacob Gorender (2014) e sua tentativa de compreender historicamente o fenômeno da luta armada.

Nesta mesma linha de pesquisa, podemos destacar o historiador Daniel Aarão Reis Filho (1990; 2004; 2014a; 2014b); o sociólogo Marcelo Ridenti (2010 e 2014) e historiador Marcos Napolitano (2014; 2015^a; 2015b; 2017; 2018; 2019). Esses pesquisadores, para além de analisarem historicamente o fenômeno da luta armada, analisam a memória acerca da ditadura como objeto de históricas disputas políticas e sociais. Outra referência importante foi a historiadora Janaína Teles (2011), responsável pela realização das entrevistas no projeto *Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985)*, cuja pesquisa se vale de testemunhos de presos políticos para refletir sobre a trajetória e as resistências deste grupo e também sobre as contradições da redemocratização no trato com os ex-presos, mortos e desaparecidos. Por fim, Seligmann-Silva (2013) foi referência na reflexão acerca da literatura de testemunho e José Carlos Sebe-Meihy (2005), importante referência na História Oral que nos forneceu o arcabouço metodológico para este trabalho.

Em 2015 e 2016, participei, do 23º e 24º SIICUSP - Simpósio Internacional de Iniciação Científica e Tecnológica da Universidade de São Paulo. Em 2015, fui selecionado para a Mostra dos Destaques do Simpósio. O relatório da iniciação científica

tornou-se um artigo, que foi publicado em 2018 na *Revista Perseu História, Memória e Política*⁶.

Quando ingressei na pós graduação, embalado pela leitura de *Circuito dos Afetos*, do filósofo Vladimir Safatle (2016), busquei, num primeiro momento, analisar a trajetória de vida desses sujeitos e suas lutas políticas como uma nova circulação de afetos e afecções. Para o filósofo, a política não é uma prática pautada somente na racionalidade, mas, fundamentalmente, uma forma de sentir e se afetar; mudanças políticas ocorreriam quando se alteravam a forma de circulas as afecções. Contudo, a banca de qualificação, formada pelo prof. Dr. Marcos Napolitano e prof. Dr. Maurício Cardoso, apontou os limites dessa reflexão, e especialmente, a ausência de historicidade na condução da minha análise: eu tinha uma linha teórica *apriori* e “encaixava” as fontes naquele esquema, ao invés de ouvi-las e compreendê-las em sua singularidade. Foi necessário voltar às fontes com menos respostas e buscar elaborar novas perguntas.

Começamos então a enxergar nos testemunhos não apenas o conteúdo do que diziam, mas especialmente a forma como elaboravam aquele passado. Assim, fui elaborando novas perguntas, sendo uma delas como o contexto histórico do momento de gravação das entrevistas influenciava as formas de elaboração daquelas experiências? Naquele momento, o que mais impactou na análise foram as diferentes maneiras de construção das memórias. Como personagens que vivenciaram trajetórias e experiências tão próximas podiam elaborar suas memórias de formas tão distintas? E, para além disso, de que forma essas memórias individuais dos protagonistas da luta armada assimilaram discursos da memória social hegemônica do período?

É preciso, primeiramente, apresentar quais são as fontes e como elas se situam no contexto. Os testemunhos analisados neste trabalho foram colhidos entre 2002 e 2010 no escopo do projeto *Intolerância e Resistência - Testemunhos da Repressão Política no Brasil (1964-1985)*, a partir de uma parceria entre o DIVERSITAS (Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos)⁷ e o Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp)⁸,

⁶ SOUZA, Rodrigo Basilio. *Intolerância e Resistência: Análise de testemunhos dos combatentes à Ditadura Militar*. Revista PERSEU: História, Memória e Política / Centro Sérgio Buarque de Holanda., nº 15. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2018.

⁷ O núcleo DIVERSITAS é oriundo do LEI (Laboratório de Estudos sobre a Intolerância), também vinculado à FFLCH-USP.

⁸ O Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) é um centro de documentação ligado a Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp que armazena diferentes tipos de fontes históricas, ligadas a história política e cultural brasileira.

sob coordenação de Prof. Dr. Marcelo Ridenti (UNICAMP) e Prof^a Dr^a Zilda Grícoli Iokóí (USP).

Inspirado na experiência da ONG argentina *Memoria Abierta*⁹, o projeto visava construir um arquivo público de testemunhos de vítimas da repressão política da ditadura militar brasileira. Contudo, diferentemente da inspiração argentina, o projeto, pioneiro no Brasil, ocorreu décadas depois do final da ditadura, portanto, distante das disputas e debates em torno da redemocratização. O contexto histórico e político influencia a forma como o passado é elaborado. Contemporaneamente à realização do projeto *Intolerância e Resistência*, no Brasil, disputas políticas e sociais potencializaram a emergência de vários revisionismos e diferentes memórias sobre a ditadura e a luta armada.

O projeto *Intolerância e Resistência* foi “idealizado como instrumento de preservação e transmissão da memória com enfoque nos ex-presos políticos (...) protagonistas das lutas de resistência à ditadura” (TELES, J. 2017, p. 247). Diante de um universo tão amplo de personagens a serem entrevistados, os coordenadores partiram de categorias e dados percentuais do projeto *Brasil: Nunca Mais* (1985)¹⁰ para estabelecer critérios de seleção de modo a garantir maior representatividade e proporcionalidade.

Um projeto piloto foi desenvolvido em 2002, com cinco entrevistas. Entre 2008 e 2010, com o apoio da Fundação Ford, foram gravados mais 76 testemunhos, 11 no Rio de Janeiro e 2 no Recife e as demais em São Paulo; além disso, do total de 81 entrevistas, 17 foram realizadas com ex-presas políticas. A responsável pela condução das entrevistas foi Janaína de Almeida Teles, doutoranda à época, e próxima de alguns dos entrevistados por ser, ela também, filha de ex-presos políticos – neste projeto, Janaína Teles entrevistou seu pai César Augusto Teles e sua tia Criméia de Almeida. Para grande parte dos entrevistados, era a primeira vez que testemunhavam ou participavam de ações desse tipo (TELES, J. 2017, p. 254). Este material foi registrado em audiovisual e está em domínio público no DIVERSITAS (FFLCH-USP) e AEL (Unicamp).

⁹ A Argentina, também marcada em sua história recente, por ditaduras militares e violações em direitos humanos, encaminhou seu processo de redemocratização diferentemente do Brasil. Lá, uma ampla mobilização social em busca dos milhares de desaparecidos políticos, simbolizada pelas *madres y abuelas de plaza de mayo*, conquistou não só o direito à memória, mas fundamentalmente à justiça, com a condenação de diversos perpetradores de violência (TELES, 2017)

¹⁰ Este projeto foi desenvolvido na década de 1980, ainda em plena vigência da Ditadura, pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Arquidiocese de São Paulo, sob a coordenação do Rev. Jaime Wright e de Dom Paulo Evaristo Arns. O objetivo era criar um arquivo e impedir o esquecimento das práticas de repressão política. O acervo era composto por cópias de processos judiciais movidos contra presos políticos, que registravam depoimentos desses sujeitos, denunciando torturas e arbitrariedades em juízo.

O autor deste trabalho não participou do projeto *Intolerância e Resistência*, portanto, não acompanhou nem realizou as entrevistas, apenas pesquisa neste acervo¹¹ por meio das gravações em audiovisual, pelos textos transcritos e também pelos testemunhos transcritos¹² e publicados em livro (TELES, J. d., RIDENTI, M., & IOKÓI, Z., 2010). A documentação foi produzida sob a égide da História Oral, na modalidade da História Oral de Vida, na qual o entrevistado narra desde sua infância, formação, até a militância política, prisão, encarceramento, liberdade, reinserção. A entrevista buscou um panorama geral sobre a experiência desses sujeitos. Ao mesmo tempo, aproximou-se da chamada entrevista *temática* pois o tema da resistência à ditadura interseccionava os personagens.

Dentre o universo de 81 testemunhos gravados, nem todos foram autorizados pelos entrevistados. Na metodologia da História Oral e nos seus pressupostos éticos, depois que a entrevista é gravada, transcrita e transcrita, a mesma deve ser devolvida à testemunha, para que ela avalie, faça as alterações, se necessário, e autorize as entrevistas. Nem todos os entrevistados responderam a solicitação de autorização e alguns se recusaram a autorizar, por discordâncias na condução das gravações ou desconforto com o resultado final. Dentre os que foram autorizados, selecionamos 8 personagens que ingressaram em organizações armadas. Para tanto, selecionamos os testemunhos buscando uma diversidade entre homens e mulheres, de diferentes organizações políticas e posições nas hierarquias e com diferentes trajetórias após a saída da prisão; ao cabo, buscamos personagens que elaboraram aquele passado de maneiras diferentes.

Mais do que verticalizar a análise em uma mesma organização, a diversidade de origens e trajetórias pode nos apresentar uma interessante polifonia. Importante justificar o recorte: a luta armada foi uma das experiências mais radicais de resistência, mas, ao mesmo tempo, a mais difícil de ser assimilada pelo pacto de conciliação e silêncio que estruturou o processo de redemocratização. O silêncio sobre o passado e a conciliação

¹¹ Esses testemunhos já foram parcialmente analisados na tese de doutorado de Janaína de Almeida Teles intitulada “Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil” (2011). A pesquisadora também foi coautora do projeto *Intolerância e Resistência* e responsável pela realização de mais de 90% das entrevistas. Janaína Teles tem uma ligação singular com a temática: sua família sofreu as violências da repressão. Essa ligação familiar com a temática bem como a proximidade com diversos dos entrevistados conduziu as entrevistas. O foco de sua pesquisa são as lutas dos presos políticos pela redemocratização, os limites da Lei de Anistia (e suas contradições) e as disputas em torno da memória das lutas contra a ditadura. (Ver: TELES, J. 2011)

¹² Modalidade, dentro da História Oral, na qual os testemunhos transcritos da oralidade são adaptados para a linguagem escrita. O texto é reorganizado buscando preservar o sentido, mas retirando cacofonias de linguagem, visando deixar a leitura mais fluida (MEIHY, 2005, p. 116)

política seriam justamente as pedras angulares sobre as quais a democracia da Nova República teria se erigido.

Os egressos da luta armada foram assimilados, mas, ao mesmo tempo, silenciados pela memória social hegemônica, de viés liberal, que sustenta a ideia de vitória da sociedade resistente contra a ditadura. Ou, nas palavras de Rollemberg, aqueles que pegaram em armas foram “lembrados para serem esquecidos” (2006, p.84). Suas memórias ocupam um lugar marginal nas memórias sobre a ditadura. A elaboração da memória desses sujeitos pode nos auxiliar a compreender os limites e contradições da memória social hegemônica, bem como da própria democracia contemporânea. Além disso, pretendemos constituir um panorama dessas memórias.

Os sujeitos analisados, em que pesem as diferenças, tem uma trajetória de vida semelhante: viveram a efervescência política e cultural entre o pré-golpe e o ano de 1968; ingressaram em organizações armadas clandestinas; combateram o regime militar; foram presos e torturados; saíram da prisão e tentaram reinserir-se socialmente, mantendo ou não uma militância política. Abaixo um quadro que apresenta um breve panorama sobre nossos personagens:

Nome	Nascimento	Pais militantes	Profissão dos pais	Movimento Estudantil	Organizações: ME (movimento estudantil) – LA (luta armada)	Prisão	Atuação pós-prisão	Entrevista
Lenira Machado	1940 – SP	Sim (PCB)	Militantes profissionais PCB Indústria Gráfica	Sim (pré-golpe)	✓ PCB (M.E.): 1959-61 ✓ Ligas Camponesas: 1961-64 ✓ AP: 1698 ✓ PRT (LA): 1969-71	1971-72	Socióloga Consultora de Administração Pública Assessoria Ministério do Turismo	04/2009
Crimeia de Almeida	1946 – MG	Sim (PCB)	Ferrovário	Sim (pré-golpe)	✓ PCB (M.E.): 1962-63 ✓ PCdoB (L.A.): 1963-1980	1972-73	Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos	12/2008
Márcia Mafra	1947 – SP	Não	Pai securitário	Sim (pós-golpe)	✓ ME: 1968 ✓ ALN (L.A.): 1969-71 ✓ PT: 1980-1989	1971-74	Historiadora Assessora do (Ministério de Minas e Energia e Casa Civil – Dilma)	02/2009
Raul Carvalho	1947 – RJ	Sim (PCB)	Militantes profissionais PCB Secretários	Sim (pré-golpe)	✓ PCB (ME): 1962-68 ✓ PCBR (L.A.): 1968-70	1970-73	Economista	05/2010
Lúcia Murat	1948 – RJ	Não	Pai médico	Sim (pós-golpe)	✓ DI-GB (ME): 1968 ✓ MR-8: 1969-71	1971-74	Cineasta	03/2010

Artur Scavone	1949 – SP	Não	Servidor Público	Sim (secundarist a/ Pós-golpe)	✓ ALN (LA): 1970-71 ✓ MOLIPO: 1971-72 ✓ PT: 1979-atualmente	1972-77	Assessor do PT na ALESP	09/2008
Alberto Becker	1951 – RS	Não	“Classe Média Alta”	Sim (secundarist a/ Pós-golpe)	✓ JEC: 1962-66 ✓ AP: 1966-68 ✓ PRT (LA): 1969-70	1970-77	Engenharia	07/2002
Ariston Lucena	1951 – SP	Sim (PCB/VP R)	Pais operários/ feirantes	Não	✓ VPR (LA): 01/1970-08/1970 ✓ PT: (?-2008)	1970-79	Técnico do INCRA nomeado em 2003 / filiado ao PT	12/2008

A entrevista é uma elaboração da experiência passada, mas que ocorre em determinado momento (TELES, 2017, p. 247). O tempo presente, da realização da entrevista, influencia a forma de se olhar e narrar aquele passado. Portanto, abaixo, uma breve descrição de nossos personagens, no momento da entrevista: em 2002, ainda distante dos revisionismos que tensionariam aquele passado, Alberto Becker concedeu sua entrevista. O ex militante do PRT, no momento da entrevista, não tinha mais militância partidária e atuava como engenheiro.

Artur Scavone, ex militante da ALN e do MOLIPO, concedeu sua entrevista em 2008, aos 59 anos. Desde a década de 1980 era filiado ao PT e no momento da entrevista ocupava um cargo de assessoria na ALESP.

Crimeia de Almeida, tia da entrevistadora Janaína de Almeida Teles, concedeu sua entrevista em 2008, aos 62 anos. Ela militou no PCdoB até 1987, mas, no momento da entrevista, não tinha mais militância partidária e atuava na Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

Ariston Lucena, que militou na VPR e permaneceu preso por 9 anos, concedeu sua entrevista em 2008, aos 57 anos. Naquele momento, era técnico do INCRA e filiado ao PT.

Márcia Mafra, ex-militante da ALN, concedeu sua entrevista em 2009, aos 62 anos. Naquele momento, apesar de não filiada a partido político, atuava como assessora da Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, de quem era amiga desde quando encarceradas no presídio Tiradentes.

Lenira Machado, que militou no PCB, Ligas Camponesas, AP e PRT, aos 69 anos, concedeu sua entrevista em 2009. Ela trabalhava no Ministério do Turismo e não tinha filiação partidária.

Lúcia Murat, ex militante do MR-8, concedeu sua entrevista em 2010, aos 62 anos. No momento da entrevista, não tinha mais militância partidária e atuava como cineasta.

Raul Carvalho, ex militante do PCBR, concedeu sua entrevista em 2010, aos 63 anos. No momento da entrevista, não tinha mais militância partidária e atuava como engenheiro.

Os testemunhos analisados neste trabalho foram produzidos entre 2002 e 2010, portanto, décadas depois das experiências relatadas e também do próprio final da ditadura. Neste hiato de tempo, período em que a própria transição política se realizou, diferentes memórias entraram em conflito. A memória – que será melhor definida a seguir – é uma forma subjetiva de se apropriar e assimilar o passado; quando essas memórias são socialmente partilhadas, podemos falar de uma “memória social”. Neste contexto de memórias em conflito, uma memória social sobre a ditadura militar e também sobre a luta armada se hegemonizou. Isto não significa que esta era absoluta, mas que conseguiu socialmente se impor e construir certos consensos. Esta construção, marcada pelos ideais de conciliação, moderação e silêncio sobre o passado recente, se fez, grosso modo, à revelia dos egressos da luta armada.

Esta memória social, de viés liberal¹³, construída a partir da década de 1970, enxerga a sociedade como resistente e vitoriosa sobre a Ditadura e a luta armada como uma manifestação de “idealismo juvenil” – bem intencionados, mas com métodos violentos equivocados. Com a emergência de uma esquerda moderada ao poder, em 2002, a ideia de sociedade resistente permaneceu sólida, contudo, os egressos da luta armada começaram a ser representados não como jovens românticos e idealistas, mas como “heróis da resistência democrática”.

Esta nova perspectiva, ainda que marginal, buscava hegemonizar-se, e tensionava a visão liberal acerca da luta armada, mas, ao mesmo tempo, não questionava o cerne da “sociedade resistente”. É, na verdade, uma outra face de uma mesma moeda, em que pesem suas diferenças, pois, em ambas as perspectivas há uma intersecção fundamental: a vitória sobre a ditadura e o encerramento daquele passado. Fossem “jovens idealistas” ou “heróis da resistência democrática” podiam se considerar vitoriosos pois a ditadura

¹³ O viés liberal explicita-se pela ausência de crítica ao golpe (afinal, apoiado pelos liberais em 1964) e por uma exaltação da resistência pacífica e institucional, criticando duramente a esquerda armada pelas suas táticas de resistência. Além disso, esta memória encontra eco em importantes seguimentos liberais, seja no mundo da política ou na grande imprensa.

militar teria sido derrotada pela resistência e a democracia se reafirmara no Brasil. Analisaremos os testemunhos à luz dessas três memórias sociais: “idealismo juvenil”; “resistência democrática” e “vitória sobre a ditadura”.

Se até aqui caracterizamos os personagens, neste momento é necessário aprofundarmos a compreensão acerca da constituição de memórias sociais, que servirão de parâmetro para a análise dos testemunhos. Afinal, a rememoração dos personagens analisados assimila ou tensiona a memória hegemônica marcada pela conciliação? Como a memória individual dos protagonistas dos eventos se relaciona com as memórias sociais acerca daquele período?

É necessário antes esclarecermos a tensa relação entre história e memória: ambas são formas de compreender e se relacionar com o passado. A história, enquanto disciplina, tem método de análise, a partir da crítica documental; já a memória, sem as amarras metodológicas, é mais subjetiva e fluida. Por isso, no início da História, enquanto disciplina acadêmica no século XIX, os historiadores desprezavam a memória, afinal, esta se afastaria a compreensão objetiva do passado. Inspirado nas ciências da natureza, o historicismo acreditava que poderia acessar o passado “tal qual ele foi”, de forma metódica e objetiva, e, portanto, desprezava as narrativas advindas da memória, pois estas seriam individuais e subjetivas (NAPOLITANO, 2015a). Todavia, o desenvolvimento da historiografia, foi evidenciando as fragilidades desta pretensa objetividade da História, pois o próprio historiador está circunscrito em determinado tempo e espaço e enxerga o passado com a “lente” de seu próprio tempo. Ao mesmo tempo, a própria elaboração subjetiva do passado, pela memória, se dá em determinado contexto histórico-social e pode ser objeto de estudo e reflexão por parte do historiador: que contexto desenvolveu esta rememoração? Como esta memória sobre o passado revela tensões e disputas políticas e sociais acerca do presente? Ao invés de uma oposição, poderia haver uma relação próxima entre História e Memória.

A memória não é exclusivamente uma experiência individual, pois todo indivíduo está inserido em uma coletividade à qual, permeada por conflitos, ele faz parte. Toda memória é, em algum aspecto, coletiva, pois inscrita dentro de uma coletividade. (NAPOLITANO, 2015a) Desta maneira, é possível falar em memória coletiva, socialmente produzida, compartilhada e reproduzida. Assim, mesmo aqueles que nunca vivenciaram determinados eventos, podem assimilar determinadas memórias, atribuindo

valores e sentidos ao passado que não experienciaram. Napolitano assim define memória social:

O conceito clássico de “memória social” é tributário dos estudos de Maurice Halbwachs (1990) e se confunde com a “memória coletiva”, cuja função social primordial era garantir a coesão social. Nas sociedades ocidentais do século XIX, a memória coletiva se confundia com a memória nacional, cujos epicentro eram os heróis construtores do Estado-nação. Em meados do século XX o conceito de memória social se ampliou, passando a incluir o direito à memória e à contramemória de vítimas de violência política, étnica ou religiosa ou de grupos socialmente marginalizados e oprimidos pela “memória nacional” (NAPOLITANO, M. 2015b, p. 10)

A memória social é uma elaboração subjetiva do passado partilhada socialmente por algum grupo, com meios próprios de preservação e circulação. Ela pode ser mobilizada como um instrumento estatal de violência e homogeneização de diversidades – como, por exemplo, a imposição de uma “memória nacional” (NAPOLITANO, M. 2015b, p. 10). Mas pode, também, atuar como resistência e afirmação da singularidade de grupos oprimidos, afinal, determinada forma de elaboração do passado, oferece coesão e unidade a certos grupos sociais.

Dentre as diversas memórias sociais, algumas ganham força e progressivamente se hegemonomizam. A memória hegemônica não é fruto de uma simples imposição, mas do estabelecimento de um senso comum. Ela estabelece consensos e se legitima socialmente, sendo, portanto, reproduzida e circulada, especialmente ao ser fomentada e legitimada por instituições, grupos de interesse e até mesmo pela indústria cultural (NAPOLITANO, M. 2015b, p. 15). Além disso, não deve ser confundida com uma memória oficial, chancelada pelas instituições do Estado. Memória hegemônica e oficial podem corresponder, mas não são necessariamente iguais, pois, como veremos, por exemplo, na última década da ditadura militar, uma memória crítica ao regime emergiu e se hegemonizou se opondo a memória oficial do Estado.

A memória que se hegemoniza não é absoluta nem única. O predomínio social de determinada memória não impede a existência de memórias subterrâneas ou marginais ao discurso hegemônico (POLLAK, 1989, p. 4). Essas memórias subterrâneas estão ligadas a grupos sociais específicos e têm sistemas próprios de circulação dessas narrativas. Portanto, mesmo sem contar com a chancela do poder tradicional ou da grande imprensa, conseguem manter-se e reproduzir-se, ainda que numa dimensão circunscrita (POLLAK,

1989, p. 8 e 9). Se a memória hegemônica sobre a ditadura, construída na transição política, era crítica ao regime e estruturada numa lógica de resistência pacífica e conciliatória, ao mesmo tempo tivemos memórias marginais, tanto de alguns ex-presos políticos e familiares, reivindicando punição aos torturadores, quanto de grupos saudosos da ditadura, sentindo-se vitoriosos nas armas, mas derrotados na memória – ambos, apesar de estarem em campos políticos opostos, discordavam e tensionavam a memória hegemônica (NAPOLITANO, 2019). A hegemonia de uma memória pressupõe determinado arranjo na correlação de forças políticas, econômicas e sociais, podendo entrar em crise e abrir espaços para as memórias subterrâneas emergirem. Para Pollak “Essas memórias subterrâneas prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise, em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa (1889, p. 5)”. A ascensão ao poder de grupos saudosos da ditadura militar parece ser um indício de crise da memória hegemônica.

No contexto de memórias em disputa, o historiador Marcos Napolitano (2015, p. 10-28) propõe uma periodização interessante sobre a constituição de uma memória social sobre a ditadura: 1) de 1964 a 1974 – experiências matriciais da memória: com pouca sedimentação e quando diferentes grupos sociais e forças políticas em conflito tentam interpretar e propor significado às experiências recentes; 2) 1974-1994: memória crítica à ditadura militar. Setores liberais-progressistas e esquerda moderada se alinham taticamente em frente ampla sob o manto da “resistência democrática” (*ibidem*, p. 20), fortalecendo a ideia da “sociedade vítima” (*ibidem*) da ditadura. Este foi o período em que esta memória sobre a ditadura e a luta armada se hegemonizou; 3) 1994-2004 – leis de memória e política de Estado: ainda sob o signo da conciliação, o Estado brasileiro, já redemocratizado, desenvolveu políticas de memória e reparação às vítimas das violências da ditadura, sem contudo, punir os violadores e ampliar o debate público; 4) revisionismos ideológicos e historiográficos - a partir de 2004, um aprofundamento na política de memória do Estado, calcado na memória hegemônica crítica ao regime militar e um revisionismo, acadêmico ou não, da categoria de resistência.

A memória que se torna hegemônica não é única nem absoluta, mas conseguiu se consolidar e se reproduzir socialmente. A memória social hegemônica sobre a ditadura militar, segundo Napolitano, começou a se elaborar ainda durante o regime e foi marcada pela ideia de resistência democrática: uma sociedade vítima e resistente contra um governo autoritário:

A visão de ‘sociedade vítima’, mas resistente e digna, foi compartilhada por liberais e pela esquerda, tanto a que tinha pego em armas, quanto os pecebistas e outros grupos que recusaram o viés militarista. Ter sido, de alguma maneira, resistente passou a ser o passaporte político para a futura recomposição do sistema político. [...] Com o fim do regime e a posse do novo governo civil, fixou-se a memória da ditadura como “lacuna histórica”, como “usurpação do Estado pelo autoritarismo e como era de violência política a ser superada (NAPOLITANO, 2015b, p. 22-23)

Esta memória, de viés liberal, começou a ser construída por setores liberais-progressistas em progressivo afastamento do regime e aglutinou comunistas moderados, ligados ao PCB, defensores, desde 1964, de uma frente ampla pela redemocratização. Desta forma, golpistas e golpeados, uniram-se como resistência ao autoritarismo, sem *mea-culpa* ou autocritica sobre o golpe. Os liberais eximiam-se de responsabilizar pelo golpe enquanto o PCB se eximia de explicar sua derrota em 1964: uniam-se taticamente, apesar das divergências, em prol da redemocratização do Brasil.

Uma dificuldade, nesta equação, era onde situar os presos, mortos e desaparecidos da luta armada, afinal, pela lógica, seriam símbolo máximo da resistência e grandes vítimas do autoritarismo. O problema era que tanto liberais quanto comunistas rechaçavam tal experiência, igualando luta armada e repressão, e culpabilizando, muitas vezes, os guerrilheiros pelo recrudescimento da ditadura. A resistência pacífica era celebrada e a violência condenável. Ainda assim, como enquadrar esta experiência na memória?

A solução da equação viria de um testemunho egresso da própria luta armada, portanto, aparentemente, insuspeito: *O que é isso companheiro?*, de Fernando Gabeira (2006), lançado no fatídico ano da [auto]anistia, elaborou uma memória que, nas palavras de Rollemberg, iria se consolidar como um "uma espécie de senso comum sobre o que foi a luta armada" (2006, p. 03). Ao mesmo tempo que propunha uma dura autocritica à luta armada, oferecia uma conciliação: eram jovens idealistas, ingênuos e românticos, que resistiram a um governo autoritário, mas que foram manipulados por ideologias potencialmente tão autoritárias quanto a ditadura. Ao fim e ao cabo, o Brasil se redemocratizava e os desafios do presente eram tantos que o passado pouco ou nada tinha a oferecer.

O historiador Carlos Fico afirma que o livro de Gabeira contribuiu para uma mitificação da figura do guerrilheiro, visto como ingênuo, romântico e rebelde (FICO,

2004, p. 32). Esta memória sobre a luta armada se hegemonizou na memória social: “a visão da guerrilha como idealismo juvenil sem base na realidade e sua condenação como arma política efetiva” (NAPOLITANO, 2015b, p. 24). Para Napolitano, esta memória, ao assimilar de forma complacente a luta armada, criticava o idealismo inconsequente daqueles jovens, e exaltava outra forma de ação política:

A perspectiva da política como ação coletiva de caráter pacífico, calcada na negociação de conflitos e produção de consensos mínimos em nome dos direitos fundamentais [...] base de uma nova cultura política democrática que se esboçou nos anos 1970 em uma conjunção de valores liberais e de parte da esquerda, seja de matiz pecebista ou petista (o que não implicava em um consenso sobre o sentido da democracia a ser construída a partir o fim do regime). Esta convergência foi sempre precária e frágil, mas em grande parte tem sustentado a democracia política brasileira desde 1985. (NAPOLITANO, 2015b, p. 24-25).

Dentro desse grande “guarda-chuva” da resistência, se abrigou uma heterogênea frente contra a ditadura e a favor da redemocratização, tendo em comum a moderação política e a negociação. Após a consolidação desta “memória crítica” (*ibidem*, pp. 21-25) à ditadura, que Napolitano situa entre 1974 e 1994, inicia-se, para o autor uma nova fase da memória social crítica à ditadura, na qual o Estado desenvolve uma “política de memória, ainda que tímida, pontual e um tanto desencontrada, calcada na memória das vítimas das violências do regime” (*ibidem*. p.25). Esta política, iniciada no governo de Fernando Henrique Cardoso com as “leis de memória”¹⁴, acentuou-se no governo Lula da Silva com o III PNDH¹⁵ e o Programa Memórias Reveladas¹⁶, e talvez tenha alcançado seu ápice na Comissão Nacional da Verdade¹⁷, instituída no governo Dilma Rousseff. Durante mais de uma década no poder federal, vencendo 4 eleições consecutivas, o

¹⁴ Leis que visavam reparação econômica a familiares de mortos e desaparecidos (lei 9.140 de 1995) e posteriormente indenização àqueles que foram vítimas de perseguição (Lei 10.559/2002).

¹⁵ O III Plano Nacional de Direitos Humanos de 2009 apresentou diretrizes políticas para a consolidação dos Direitos Humanos no Brasil. Além disso, destacou com objetivo estratégico promover a apuração e o esclarecimento público das violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil entre 1964 e 1985, gerando uma crise entre Executivo e Forças Armadas, que culminou na alteração do texto.

¹⁶ Programa Memórias Reveladas foi um programa do governo federal, criado em 2009, dando sequência a um processo de abertura de arquivos da repressão, desde 2005. Incentivou a abertura de arquivos e memoriais por todo o Brasil.

¹⁷ A CNV, criada em 2011 e encerrada em 2014, se propôs a “apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988”. O período de abrangência foi motivo de grandes disputas no Congresso Nacional. Ao fim, depois de diversos pedidos de demissão de integrantes da comissão e tensões com militares, o Relatório reforçou muito do que a historiografia já havia documentado. Os arquivos das Forças Armadas continuaram inacessíveis e apesar da orientação da comissão, não se avançou na punição aos violadores de direitos humanos. Por outro lado, a CNV aumentou o desgaste político do governo Dilma Rousseff.

petismo no poder foi um importante fomentador desta memória. Mas, apesar da valorização da memória de resistência à ditadura, o Estado brasileiro manteve uma “esquizofrenia” (NAPOLITANO, 2015b, p. 27 e 31), fazendo conviver práticas e ações diferentes, incentivando a memória e a reparação às vítimas, mas omissos em relação à justiça e à punição dos perpetradores de violência.

Haveria então uma memória hegemônica sobre a ditadura, calcada na ideia de “sociedade resistente”, que enxergaria na luta armada uma expressão de “idealismo juvenil”. Contudo, por volta dos anos 2000, começaram a se desenvolver diferentes revisionismos sobre a ditadura e a categoria da resistência. Este período, coincide com a ascensão do PT ao poder federal. É necessário aprofundar a compreensão destes revisionismos, pois foi nessa atmosfera que os testemunhos foram colhidos e é em meio à radicalização dos conflitos entre essas memórias que o presente trabalho é realizado. E os revisionismos são vários. Podemos citar cinco tipos de revisionismo: a) historiadores de ofício criticando a amplitude do conceito de “resistência”; b) grupos de extrema-direita com um discurso saudoso da ditadura, se opondo aos valores da nova república; c) liberais igualando militares e esquerda armada, como dois extremos autoritários, numa versão brasileira da “*teoria dos dois demônios*”; d) esquerda moderada buscando ressignificar a luta armada como “resistência democrática”, sem contudo, tocar em questões políticas sensíveis como a punição aos torturadores, por exemplo; e) ex-presos políticos assimilando parcialmente o discurso de “resistência democrática” da esquerda moderada, mas exigindo a punição de torturadores bem como a investigação sobre os mortos e desaparecidos. Iremos, abaixo, destrinchar esses revisionismos:

Historiadores progressistas criticaram a amplitude da categoria resistência e seu maniqueísmo¹⁸. Para além do dualismo entre o mal absoluto da ditadura e a resistência da sociedade civil, haveria uma zona cinzenta, intermediária, de colaboracionismo e indiferença por parte da sociedade. Para esses historiadores, *resistência* seria uma categoria analítica imprecisa que desistoricizaria processos e dificultaria a percepção de tensões. Por outro lado, no artigo em questão, Napolitano levanta a hipótese de que a polarização entre PT e PSDB, ambos pactários da redemocratização conciliada, teria fragilizado a memória hegemônica da “resistência democrática”, potencializado a

¹⁸ Napolitano cita o trabalho de Aarão Reis, Rollemberg, Patto Sá Motta como exemplo de historiadores responsáveis por: “revisões historiográficas que recusam a dicotomia ‘resistência X cooptação’, mas não podem ser enquadrados como revisões de natureza conservadora”. (2015b, p. 32).

emergência de uma “extrema direita abertamente fascistóide e golpista” (2015b, p. 32), cuja memória é saudosa da ditadura. Ao mesmo tempo, liberais, em oposição ao petismo, reviveram a “teoria dos dois demônios” (NAPOLITANO, 2014, p. 318), que responsabilizaria a esquerda pelo golpe e a luta armada pelo prolongamento da ditadura¹⁹.

Enquanto intelectuais progressistas criticavam a conciliatória categoria de resistência a extrema direita, também o fazia. Por razões diametralmente opostas, é claro: esta extrema-direita idealizaria o regime militar em contraposição à nova república, estruturada exatamente sobre o mote da “resistência”²⁰. Enquanto isso, liberais culpavam a esquerda pelo golpe e pela ditadura, igualando supostos “*extremos*”, na defesa de um suposto centro moderado e democrático. Ao mesmo tempo, a esquerda buscava monumentalizar a luta armada e heroicizar os seus mártires como “resistência democrática”. É esta última tentativa que nos interessa neste momento: a construção de uma memória de esquerda sobre a luta armada.

Sem romper com memória hegemônica, de viés liberal, esta nova tentativa de se elaborar o passado matinha a luta armada como resistência, mas deixava de qualifica-la como “idealismo juvenil”: tentava, na verdade, heroicizar estes personagens como “resistência democrática”. Ao mesmo tempo, havia um silenciamento estratégico sobre a ausência de apoio popular à luta armada, sobre a radicalidade de suas propostas, bem como sobre projetos que não visavam um regime democrático nos moldes atuais. Sobre esta memória, Napolitano diz: “As esquerdas também reconstruíram sua memória, apagando os projetos autoritários que estavam por trás, sobretudo, da luta armada, chancelada pelo mote genérico da “resistência democrática” (2015b, p. 22).” Sobre este mesmo processo, Aarão Reis é enfático:

[No projeto] Memórias Reveladas só se revela a resistência, uma palavra quase mágica, homogeneizante, uma espécie de *passee-partout*, através do qual tornam-se pardos todos os gatos. Está em curso, sem

¹⁹ A *teoria dos dois demônios* se desenvolveu na historiografia argentina, imediatamente após o término daquele regime militar e cria uma equivalência entre os militares e a esquerda armada. Esta narrativa iguala e repudia supostos extremos simétricos como forma de exaltar um centro democrático-liberal (NAPOLITANO, 2014, p. 318). É uma forma dos liberais eximirem-se de suas responsabilidades pelo regime, que colocaram no poder e sustentaram por anos, bem como deslegitimar grupos à esquerda. Podemos citar como representantes desse pensamento liberal que reviveram a *teoria dos dois demônios* a coleção de Élio Gaspari (2002) sobre a ditadura militar bem como o livro de Marco Antônio Villa, “Ditadura à brasileira: a democracia golpeada à esquerda e à direita” (VILLA, 2014). O subtítulo do livro de Villa já evidencia sua tentativa de equivalência.

²⁰ Não por acaso, o governo do presidente Jair Bolsonaro, herdeiro dessa memória, acusa de comunistas insuspeitos liberais, que, décadas antes, compuseram uma frente de oposição à ditadura. A lista dos “comunistas” vai desde veículos da grande mídia como *Globo* e *Folha de São Paulo* até políticos do PSDB.

dúvida, a elaboração de uma história oficial de esquerda, um gênero sempre criticado por estas mesmas esquerdas, mas agora retomado por elas, ou parte delas, uma vez entronizadas no poder. Nada de especialmente surpreendente, considerando-se o que já tinha se passado nas experiências do socialismo realmente existente, mas que eu não esperava presenciar em vida, embora compreenda a lógica subjacente e as motivações (2010 p. 179).

Se a memória liberal enxergava, com certa suspeição, a luta armada como uma resistência infantil, inconsequente e até perigosa, a memória da esquerda, que tentou se elaborar enquanto esteve no poder, partilhava da ideia de resistência, mas alçava os sujeitos à condição de mártires e heróis da democracia contemporânea. Em última instância, não rompeu com o aspecto conciliatório da memória hegemônica liberal, mas buscou oferecer outra coloração à experiência da luta armada. Por fim, em que pesem as diferenças, ambas as elaborações de memórias partilham de semelhanças, afinal, ambas pactárias da nova ordem democrática: enxergam a ditadura militar como um período superado e vencido pela “resistência”, seja ela qual for, e a democracia como uma conquista consolidada, apesar dos desafios ainda presentes (SELIPRANDY, 2015, P. 202-204). Podemos esquematizar da seguinte forma: há uma memória hegemônica sobre a ditadura, de viés liberal, calcada na ideia de sociedade resistente e vitoriosa. Há uma memória hegemônica sobre a luta armada, também de viés liberal, que enxerga esta experiência como “idealismo juvenil”. Há uma memória de esquerda, que disputava a hegemonia, que enxerga a luta armada como “resistência democrática”. Mas tanto liberais quanto esquerda moderada são pactários da memória hegemônica de “vitória da resistência”.

Desta forma, mesmo derrotados em armas, os egressos da luta armada teriam vencido politicamente e contribuído para vencer a ditadura. Ao mesmo tempo, liberais e esquerda institucional eram silentes e/ou reticentes em relação à revisão da Lei de Anistia, inviabilizando a punição de notórios torturadores, bem como não erradicaram práticas autoritárias, especialmente na segurança pública.

Como já mencionado, este trabalho se propõe a analisar de que forma a memória de ex-presos políticos se relaciona e assimila as memórias hegemônicas sobre suas próprias experiências de luta. Esta tentativa se aproxima de um novo campo historiográfico, definido por Napolitano, como uma “história da memória” (2018, p. 216),

a saber, uma reflexão histórica cujo grande objeto de análise são as diferentes memórias como agentes de disputa política e social, a partir de distintas elaborações do passado.

Ao delimitar a memória como um campo específico de reflexão histórica, Napolitano aponta como um possível caminho de superação de uma dupla crise: a história, enquanto análise metódica do passado, que não daria conta de experiências limites, especialmente as traumáticas, marcantes no século XX; e a memória, enquanto uma demanda crescente por grupos vitimados pela violência estatal, mas que, num “excesso de memória” (*ibidem*, p. 208), acabariam interditando toda a reconciliação com o passado e toda a distância crítica. Apesar disso, ainda é um campo em delimitação. Refletindo sobre os impasses do tempo presente, sob o signo da “incompletude constitutiva do conhecimento” (p. 217), o historiador afirma:

Todas as reflexões apontam para um debate historiográfico que, desafiado pela historicização do passado recente e pela necessidade de recompor tecidos sociais traumatizados ou conspurcados por processos de violência, tem se afirmado nos últimos anos. O debate vem tentando reconciliar as relações entre a história e a memória, frequentemente apelando para um novo campo de pesquisa, que poderíamos chamar de “história da memória”. Todo arsenal teórico exposto anteriormente é mobilizado neste debate e na delimitação deste novo campo. O direito à memória das vítimas e a necessidade de uma memória crítica das resistências, para compreender os processos transicionais, entretanto, nem sempre convergem (*ibidem*).

A elaboração da memória dos ex-presos políticos e suas relações com a memória social hegemônica podem nos iluminar este novo campo de reflexão histórica. Neste sentido, “o próprio fato de escrever uma história da memória, significa admitir que a memória tem uma história que é preciso compreender” (DELLAMORE, C. et al. 2017. p.20). Nesta apresentação do trabalho, percorremos três movimentos: apresentamos as motivações para esta reflexão, uma breve descrição das fontes e por último uma contextualização das memórias sociais sobre a ditadura. Neste momento, vamos alinhar estes três movimentos, para apresentar com mais nitidez os objetivos deste trabalho. O projeto *Intolerância e Resistência*, de onde se originaram os testemunhos aqui analisados, foi executado em um contexto histórico de revisionismo acerca da ditadura militar. Se é impossível objetivamente mudar o passado, todavia é possível alterar o *sentido* daquele passado e mobilizar estes novos sentidos para disputas políticas do tempo presente. Para

Napolitano, entre 2003 e 2014, a memória social sobre a ditadura sofreu uma série de revisionismos ideológicos e historiográficos:

Em linhas gerais, [o revisionismo] coincide com os três governos petistas (Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff) durante os quais se percebe dois movimentos contraditórios: de um lado, o aprofundamento de uma política de memória do Estado, calcada na memória hegemônica, crítica ao regime militar e tributária da cultura democrática; de outro, no plano da sociedade civil, o crescimento do revisionismo, em alguns casos partilhado por historiadores reconhecidos e de viés progressista, que indica uma fissura nas bases da memória hegemônica construída desde os anos 1970 (2010, p. 32).

Isso significa que todas as entrevistas do projeto - com exceção de Alberto Becker, cuja entrevista ocorreu em 2002 - foram realizadas num contexto de “fissura nas bases da memória hegemônica” (*ibidem*): tensões e disputas acerca daquele passado, muitas das quais em resposta ao próprio aprofundamento de uma política de memória por parte do Estado, como por exemplo a abertura dos arquivos do SNI e outros órgãos da repressão em 2005; o relatório final da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos da SEDH; as Caravanas da Anistia, em 2008; o projeto Memórias Reveladas, em 2009; a proposta da abertura de uma Comissão da Verdade, para apurar os crimes cometidos pelo Estado brasileiro durante a ditadura, em 2009, mas constituía efetivamente entre 2011 e 2014.

O governo petista acentuou uma política de memória em curso desde o governo Fernando Henrique Cardoso. Importante lembrar que no início do governo tucano foi aprovada a lei 9.140 de 1995, que orientada pelo princípio de “reconciliação e de pacificação nacional” expresso na Lei de anistia, previu “indenizações para perseguidos políticos pela ditadura”; e ao final do seu segundo mandato aprovou a Lei 10.559/2002, na qual ampliaram-se os parâmetros e critérios para a reparação aos perseguidos políticos e foi criada a Comissão de Anistia, no âmbito do Ministério da Justiça responsável por analisar pedidos de indenização àqueles que tiveram danos trabalhistas. Desta forma, mesmo sem apuração dos crimes ou julgamentos, vítimas da repressão ditatorial e familiares conseguiriam ingressar com pedidos de indenizações. Nesta mesma linha política, o governo petista, composto por alguns ex militantes da luta armada, sem romper com a memória hegemônica, crítica ao regime e estruturada na ideia de resistência

democrática, buscou exaltar as vítimas da ditadura como heróis da democrática. Janaína Teles nos fornece precioso exemplo:

Em 2008, Lula procurou afastar a sensação de continuidade quanto à postura dos governantes de bloquear o acesso ao passado recente, apresentando uma nova estratégia retórica: “No Brasil, não costumamos contar a história dos mortos nem transformá-los em heróis. É preciso tratar um pouco melhor os nossos mortos. O martírio nunca vai acabar se não apreendermos que nossos mortos tem que ser transformados em heróis e não em vítimas”. Desde então tem feito diversas declarações reafirmando a necessidade de tratar os mortos da ditadura como heróis ao invés de “xingar os algozes”, limitando-se à percepção simplificadora dessa história, pontuada pelo discurso “heroicizante” ou “vitimizante” (2011. p. 487).

Desta forma, a alteração substancial em relação aos mortos pela ditadura era mais ligada à retórica do que à verdade e justiça. Aproximadamente 95% das entrevistas foram realizadas entre 2008 e 2010 ou seja, nos últimos anos do governo Lula e no contexto das eleições presidenciais de 2010 que mantiveram o petismo no governo e alçaram ao poder uma egressa da luta armada. Naqueles anos, não apenas um ex-operário terminava o seu segundo mandato com altas taxas de aprovação e uma egressa da luta armada era eleita presidenta da República, como o Estado brasileiro, como alguns governos estaduais e municipais, abraçaram políticas fomentadoras de memória, com a produção de acervos e memoriais²¹.

O crescimento desta espécie de escuta social, mesmo que ainda restrita a instituições e movimentos ligados aos Direitos Humanos, também facilitou e balizou o processo de elaboração das trajetórias de vida de perseguidos políticos, marcadas por inúmeros traumas. Por outro lado, na campanha presidencial de 2010, a ditadura militar foi tema de disputa política: apesar dos dois principais candidatos poderem se intitular como resistentes à ditadura, Dilma Rousseff foi acusada de fazer parte de organizações terroristas, e, como defesa, afirmou ter lutado ter lutado para restaurar a democracia²². A memória acerca da ditadura militar estava sendo mobilizada como instrumento de disputa

²¹ Podemos citar em São Paulo a abertura dos arquivos do DEOPS pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, no contexto do projeto "Memórias Reveladas - Centro de Referência das Lutas Políticas, 1964-1985", em 2009 e a inauguração em 01/05/2008 do Memorial da Resistência nas instalações do antigo DEOPS-SP, cujo nome original seria "Memorial da Liberdade", sofrendo, contudo, intensa oposição por parte dos ex-presos políticos e outros movimentos sociais.

²² O outro candidato era José Serra, presidente da UNE, quando do golpe de 1964. Serra exilou-se. Foi opositor da ditadura, sem, contudo, pegar em armas, como sua adversária eleitoral de 2010.

política. O contexto histórico e político em que as entrevistas foram realizadas nos ajuda a compreender os impasses e tensões na elaboração dessas memórias.

O processo de rememorar pode ser espontâneo ou estimulado. Para Paul Ricœur, “lembrar-se é ter uma lembrança ou ir em busca de uma lembrança” (apud TELES, J. 2017, p. 246). Quando rememoramos, não acessamos o passado “tal como foi”. Entre o evento rememorado e a rememoração, no nosso caso, realizada após décadas, os próprios eventos passados são ressignificados e reinterpretados a partir de toda uma trajetória de vida e do próprio tempo presente. Se certas rememorações episódicas e mais factuais frequentemente buscam manter uma fidedignidade aos fatos, o mesmo não pode ser dito sobre o sentido que o sujeito que rememora atribui às experiências passadas²³. Este sentido e modo de enxergar e assimilar o passado estrutura uma espécie de *telos* da narrativa. Em outras palavras, a elaboração do passado tenta explicar o momento presente daquele que rememora. Desta feita, o presente, no momento da entrevista, direciona e influi na forma de se elaborar o passado. Assim, trabalhar com testemunhos impõe esta dupla articulação: a caracterização de um passado e de como o tempo presente estrutura um significado sobre o passado.

As disputas políticas daquele momento, bem como o aprofundamento das políticas de memória por parte do governo federal após 2002, fragilizaram os consensos e a própria memória social hegemônica crítica à ditadura, materializada na ideia de resistência democrática vitoriosa e elaborada desde o final da década de 1970, como fruto da conciliação e do silêncio da transição política. Se a hipótese de Napolitano (2015b, p. 32) estiver correta, a polarização política entre PT e PSDB, empurrando este último para a direita do espectro político, fragilizou certos consensos da Nova República, como os Direitos Humanos, e fortaleceu a emergência de uma extrema-direita saudosa da ditadura que, em 2018, ascendeu ao poder pelo voto popular. Diante desta crise da memória hegemônica, memórias marginais ganharam fôlego: um saudosismo à ditadura, defendendo abertamente o regime e legitimando seus crimes; uma perspectiva liberal que igualando torturadores e torturados, numa versão brasileira da teoria dos dois demônios, utilizando até mesmo historiadores progressistas para sustentar esta tese²⁴; uma crítica

²³ Mesmo as memórias mais factuais podem assimilar construções a posteriori e/ou serem reconstruídas *a posteriori* (HOBSBAWM, 2008).

²⁴ O jornal O Globo, citando o seminário “40 anos do golpe: 1964-2004”, no Rio de Janeiro, se vale de historiadores como Aarão e Rollemberg para afirmar: “Resistência democrática, dogma que desaba (...) chamar de resistência democrática a luta da esquerda armada na fase mais dura do regime está errado, historicamente falando (...) Estudiosos da ditadura, entre eles um ex-guerrilheiro, atacam crença de que

sistemática de historiadores de ofício à categoria de resistência para englobar todos aqueles que, em dado momento, se opuseram ao regime.

Foi nessa ebulição de memórias e disputas que os testemunhos foram colhidos. Ao elaborar o passado por meio dos seus testemunhos, os perseguidos políticos estavam se posicionando numa batalha política daquele tempo presente. Foi nesse contexto que diferentes sujeitos testemunharam suas memórias desde a infância, militância, prisão, reinserção e, ao final, foram chamados pela entrevistadora Janaína de Almeida Teles a fazer um balanço de sua trajetória de vida. A memória, enquanto elaboração subjetiva do passado e sem as delimitações metodológicas da historiografia, não é estática, mas reelabora-se continuamente a partir do tempo contemporâneo. A elaboração da experiência passada visa conferir ao sujeito um sentido e estrutura psicológica para explicar o próprio tempo em que a narrativa é realizada. Desta forma, o olhar sobre o passado e escolha do que lembrar ou esquecer, mesmo que inconscientemente, visa dar significado e sentido ao tempo presente.

É importante enfatizar que, para muitos dos personagens, aquela era a primeira vez que concediam entrevistas sobre suas trajetórias de vida e rememoravam aquele passado para além do círculo privado de amigos e familiares – o que já evidencia uma limitada escuta social para suas experiências de luta no Brasil redemocratizado. Das 81 entrevistas, 74 foram realizadas pela pesquisadora Janaína de Almeida Teles. A pesquisadora é também parte envolvida nessas disputas de memória. Oriunda de uma família de perseguidos políticos da ditadura militar e ela própria vítima da repressão no DOI-CODI quando criança, Janaína Teles também disputa e constrói uma determinada memória sobre aquele passado. Ela utilizou diversos dos testemunhos colhidos em sua tese de doutoramento, na qual buscou, por meio da história oral, dentre outros objetivos, “caracterizar o protagonismo dos presos políticos na defesa de transformações sociais e na luta contra a ditadura” (TELES, 2011, p. 484).

Em sua tese, ela afirma que “os familiares, apesar de protagonistas desta luta [de revisão da anistia e punição dos torturadores, não se tornaram a voz hegemônica das narrativas e memórias sobre a ditadura” (*ibid*). Esta posição e sua trajetória de vida acabam influenciando a condução de algumas entrevistas. Tensionando pressupostos

esquerda armada lutava por democracia”. Historiadores progressistas são mobilizados por liberais para igualar luta armada e ditadura, exaltando a posição de um centro democrático moderado. (MOTTA, et al. 2004)

metodológicos da História Oral, que sugerem uma ampla escuta dos personagens, a entrevistadora Janaína muitas vezes os interpelou, interrompeu ou questionou suas versões. Se a imparcialidade é ilusória no ofício do historiador, por outro lado, a interferência na condução de uma entrevista pode direcionar aquela rememoração e, por conseguinte, aquela fonte. Em muitos momentos, Janaína debateu e confrontou os entrevistados, discordando ou colocando em xeque suas narrativas. Algumas entrevistas se tornaram verdadeiros campos de batalha de memórias, apesar de ambos, entrevistado e entrevistador, situarem-se, em geral, no mesmo campo político. Ao analisarmos os testemunhos, destacaremos essas tensões. Em que pese o paradoxo ético da entrevistadora propor à vítima uma escuta, mas discordar daquilo que é relatado, é possível identificar, neste embate entre quem entrevista e quem é entrevistado, disputas sobre as diferentes formas de se elaborar o passado e constituir uma memória e um sentido àquela experiência. Ao mesmo tempo, interessante perceber: quem realizou a escuta dos testemunhos, entrevistando-os, enquadra-se na condição de familiar de presos políticos. Por mais que as entrevistas visassem compor um arquivo público e acessível, a entrevista, simbolicamente, reforçava o ciclo privado de diálogo entre vítimas da repressão e familiares. Ao mesmo tempo, como veremos neste trabalho, talvez a ausência de consenso em relação às memórias do passado dificulte, ou ao cabo até impeça, qualquer forma de articulação política mais ampla entre aqueles vitimados pela repressão política.

Os personagens que participaram da luta armada estão inseridos no espaço de circulação de diferentes memórias sobre suas próprias experiências de vida e militância. Não apenas por discursos e políticas públicas, mas por uma série de produtos culturais como filmes, novelas, livros etc. Ao mesmo tempo, a transição lenta e pactuada, ou seja, o processo de redemocratização baseado na Lei de Anistia, limitou a escuta social e o alcance das narrativas de presos políticos; talvez tivessem muito a dizer, mas poucos interessados em escutá-los. Seu passado traumático recente não se transformou em pauta política, como, por exemplo, na Argentina e na Alemanha²⁵. Para reinserir-se socialmente tiveram, muitas vezes, que silenciar-se sobre seu passado de luta e de direitos violados. Ficaram restritos ao silenciamento ou a comunidades restritas de ex-presos políticos e

²⁵ A memória das vítimas de violência, resistindo à memória oficial silenciadora, numa espécie de “contramemória”, tem no Holocausto judeu durante a Segunda Guerra um paradigma. Ao mesmo tempo, as vítimas e familiares da repressão da ditadura Argentina, se apropriando desta memória do *Holocausto* transformaram a pauta do “Nunca Más” em arma política na busca pela *verdade* acerca dos mortos e desaparecidos e também de *justiça*, exigindo punição aos perpetradores das violências (TELES, 2017 e NAPOLITANO, 2018).

militantes de Direitos Humanos. Mesmo quando falavam publicamente, suas narrativas sobre o passado não tiveram grande reverberação social, mantendo o caráter subterrâneo dessas memórias. A redemocratização pactuada impôs uma espécie de tabu social, um interdito, um silêncio imposto sobre o passado no presente, impedindo ou dificultando a elaboração daquelas experiências traumáticas. Talvez, o grande símbolo desse silêncio imposto seja justamente a Lei de Anistia de 1979.

Cada testemunho é singular, elaborando-se de uma forma única e criando pontos de proximidade ou afastamento em relação às diferentes memórias sociais. Contudo, podemos analisar alguns movimentos mais gerais e alguns padrões que se repetem na elaboração dessas memórias. O que nos interessa neste trabalho é analisar como estes sujeitos elaboraram suas memórias individuais e como estas assimilam ou se afastam da memória social hegemônica liberal (ou sua variante de esquerda), a partir de três questões centrais: ao elaborarem suas memórias, esses sujeitos encaram sua experiência como “idealismo juvenil”? Definem sua luta política como “resistência democrática”? Enxergam-se como “vitoriosos politicamente”, apesar da derrota nas armas? Estas perguntas visam responder a seguinte hipótese: a memória desses sujeitos está à margem da memória hegemônica, ao qual mantém uma relação conflituosa, ora de proximidade, ora de distanciamento. A política conciliatória da redemocratização, o silêncio imposto pelos militares e os ouvidos moucos da sociedade para experiências e traumas dos expostos políticos, instauraram um “tabu social” dificultando ou impedindo a elaboração daquele passado marcado por situações traumáticas. A memória desses sujeitos ficou marcada por uma heterogeneidade e ocupa um “não lugar”, constituindo uma espécie de limbo, num processo contraditório de não elaboração do trauma.

Se a nossa proposta é analisar como militantes da luta armada elaboraram suas memórias em relação à memória social hegemônica e sua variante de esquerda, nosso objetivo é comparar ambas e buscar pontos de proximidade e discordância, desses objetivos específicos:

- 1) Como os militantes elaboram suas motivações para a militância política? Tal construção é marcada pela ideia de idealismo juvenil?
- 2) Como os militantes enxergam, a posteriori, a luta que travaram com o regime? Assimilaram a perspectiva de resistência democrática?
- 3) Que balanço fazem de sua experiência? Assimilaram a vitória ou a derrota na luta política contra a ditadura?

Para alcançarmos os presentes objetivos, iremos analisar testemunhos de presos políticos, que participaram da luta armada contra a ditadura. Temos como referência teórico-metodológica, chamada História Oral de Vida e optamos por usar os testemunhos como única fonte documental, na chamada História Oral pura (MEIHY & HOLANDA, 2017). Iremos cotejar os testemunhos entre si e não iremos contrapor os testemunhos a outras fontes documentais. Diante do nosso problema, a preocupação não é verificar uma pretensa “verdade” factual no testemunho, mas buscar, compreender significados atribuídos ao passado por esses sujeitos. Além disso, duas temporalidades se fazem presentes nos testemunhos: um passado que é narrado pelos personagens e um presente, do momento da entrevista, que influencia e articula a elaboração daquele passado.

Se, por um lado, a legitimidade da História Oral muitas vezes é passível de questionamentos, por parecer "subjética" e "pouco confiável" e “manipulável”, o testemunho, tal como qualquer outro documento, foi produzido por sujeitos em determinado tempo e espaço, sob um conjunto de significados e interesses. Beatriz Sarlo, pensando no caso da ditadura argentina, na qual o testemunho e a memória tiveram uma projeção social e política, fala de um excesso de memória. Ela critica certos usos, abusos e manipulações da memória com interesses políticos (SARLO, 2007). Todavia, no caso da ditadura brasileira, a memória das vítimas das violências da ditadura parece não só pouco desgastada, como pouco acessada e trazida à público. O interesse político no Brasil parece ser o silenciamento sobre este passado recente ou, no máximo, um acesso muito instrumentalizado: lembrar para esquecer. Tal como os documentos escritos, os testemunhos devem ser analisados criticamente: não como uma verdade objetiva, mas como reflexo de uma percepção sobre experiência vivida, circunscrita em um tempo e espaço específicos. Além disso, os testemunhos nos oferecem uma rica possibilidade de analisar como a memória de indivíduos se articula com as memórias sociais bem como se os personagens elaboraram outras memórias e sentidos às experiências passadas.

Além disso, a obra *A luta armada no cinema – ficção, documentário, memória* (SELIPRANDY, 2015) serviu como uma referência teórico-metodológica, especialmente pela forma que analisa e estrutura memórias sociais em confrontos e convergências. A obra também se propôs a analisar a elaboração de diferentes memórias sobre a ditadura a partir de duas produções audiovisuais. Comparando dois filmes, *O que é isso companheiro?* (Bruno Barreto, 1997) e *Hércules 56* (Da-Rin, 2006), o historiador Fernando Seliprandy destrincha a elaboração de diferentes memórias. Para ele, o filme

baseado na obra de Gabeira constrói a luta armada como uma ação de jovens idealistas e manipulados por uma esquerda tão autoritária quanto os torturadores.

Em tom melodramático, num confronto de bem contra o mal, os jovens idealistas teriam sofrido as consequências por seus erros, apesar de suas boas intenções; o mal teria sido vencido, e o bem reinaria novamente: o Brasil se redemocratizava. Para Seliprandy (2015), a elaboração dessa memória de viés liberal é bem representada nos trechos finais do filme: “em 1979, sob pressão da opinião pública, o governo militar do Brasil deu perdão a todos os envolvidos em crimes políticos” (p.192) e “em 1989, vinte anos depois do sequestro do embaixador, eleições livres acontecem e a democracia retorna ao Brasil” (*ibidem*). A democracia tornava-se um valor em si mesma e era associada ao retorno do voto direto; a opinião pública, a grande vencedora. Um silêncio sobre os personagens do filme bem como sobre as contradições da Anistia. Um filme de ação mais para celebrar o presente do que para lembrar o passado.

Ao mesmo tempo, *Hércules 56*, quase que uma resposta da esquerda ao filme de Bruno Barreto, reforçaria a ideia de resistência e afastava-se de idealismo juvenil. Pelo contrário: os responsáveis pelo sequestro do embaixador, como símbolos destacados de toda a luta armada, não seriam ingênuos, mas heróis da resistência democrática. São os próprios protagonistas do sequestro que assumem a voz, numa mesa redonda e avaliam o seu passado – ao passo que legitimam o seu presente. Apesar da derrota nas armas, teriam conseguido vencer os militares e redemocratizar o Brasil. Mesmo com algumas vozes dissonantes, dentre as quais do historiador Daniel Aarão Reis, participante do sequestro em 1969 e crítico da memória de resistência democrática no momento da filmagem, ou ausentes, como o próprio Gabeira, a quem o documentário pretende “responder”, a montagem constrói artificialmente certo consenso e celebra um passado “monumental”, nas palavras de Seliprandy.

Em que pesem as profundas diferenças entre ambas as elaborações da memória, o historiador conclui que elas possuem pontos de convergência: pressupõem uma vitória sobre a ditadura e encerram a experiência da luta armada e da repressão em um passado recente, mas já distante. Ambas são entusiastas do tempo presente e não estabelecem elos ou continuidades entre os dois tempos. Nas palavras do historiador:

[Ambos os filmes] estão vinculados a formas cinematográficas marcadas pela coesão e linearidade [...] o balanço do documentário celebra a atualidade como a culminância das lutas de outrora [...]

filme e no contrafilme, *as imagens do passado autoritário são divergentes*, mas os vetores narrativos de ambos apontam para uma *convergência das leituras cinematográficas do presente democrático* como apogeu da linha do tempo [...] o embate das memórias disputa a imagem de uma história vista como encerrada [...] não havendo entre os filmes uma divergência substantiva sobre a realidade da “conciliação” forjada historicamente no Brasil [...] o antagonismo radical entre as obras estaria preso dentro de um círculo discursivo [...] não abandonam a zona de conforto (SELIPRANDY, F. 2015. p. 203-204).

De certa forma, a análise dos dois filmes, em diálogo com autores também basilares deste trabalho, apresenta um percurso de elaboração de duas memórias sobre a luta armada, uma de viés liberal e outra de esquerda, bem como uma certa confluência entre ambas. Seguindo o caminho, também trilhado por esta reflexão, analisaremos, por meio dos testemunhos, de que forma os protagonistas da luta armada assimilaram, em suas narrativas, cada uma dessas três memórias: *idealismo juvenil*, *resistência democrática*, *vitória sobre a ditadura*. Para tanto, à luz dessas três referências, iremos analisar os testemunhos, articulando-os de modo a compreender como sujeitos, de diferentes trajetórias e organizações, elaboram suas memórias.

No primeiro capítulo, “o idealismo juvenil e as motivações para a luta”, analisaremos como os sujeitos elaboram sua memória acerca da infância, formação e motivação para militância e como está se relaciona com a memória liberal de “idealismo juvenil” ou que outras elaborações existem.

No segundo capítulo, “a resistência democrática e os sentidos da luta” analisaremos como os sujeitos elaboram sua memória acerca da luta política, bem como de seus objetivos e como esta se relaciona com a memória de esquerda de “resistência democrática”.

No terceiro capítulo, “As armadilhas da memória: parcialmente vitoriosos ou duplamente derrotados?”, analisaremos como esses sujeitos fazem, no momento da entrevista, um balanço de suas experiências e se partilham da memória social hegemônica, de vitória da resistência sobre a ditadura, ou se propõem outras interpretações.

Ao fim, faremos um balanço crítico das análises e buscaremos apontar algumas reflexões de como essas memórias individuais nos evidenciam contradições histórico-sociais mais amplas.

CAPÍTULO I

AS ARMADILHAS DA MEMÓRIA: O IDEALISMO JUVENIL E AS MOTIVAÇÕES PARA A LUTA

Neste capítulo analisaremos como os testemunhos elaboram suas memórias acerca das motivações políticas da militância e como tais memórias se aproximam ou se afastam da memória social hegemônica, de viés liberal, de idealismo juvenil. Contudo, antes da análise documental propriamente dita, é necessário, situarmos os personagens no seu contexto histórico, afinal os testemunhos articulam duas temporalidades: o passado que é rememorado e o tempo presente da rememoração. Para melhor compreendermos ambas, é necessário melhor conhecermos suas trajetórias de vida daqueles que, décadas depois, narraram suas experiências.

1.1 Breve histórico e definições conceituais.

No final da década de 1960 e início dos anos 1970, se estruturaram algumas organizações armadas, em sua maioria, formada por jovens de até 25 anos oriundos de camadas médias e altas intelectualizadas, paulistas e cariocas, que ingressaram na clandestinidade para combater a ditadura militar (RIDENTI, 2010, p. 275-283)²⁶. Apesar de algumas ações, não conseguiram derrubar o regime. Ao contrário, a maioria desses militantes foi presa pelos militares e assim permaneceu por alguns anos. O que fez esses jovens pegarem em armas para combater a ditadura? Quais os seus projetos?

Para compreendermos os testemunhos que nossos 8 personagens realizaram, décadas depois dos eventos relatados, é importante contextualizarmos suas trajetórias de vida. Todos nasceram entre 1940 e 1951, portanto, cresceram em meio a intensas transformações econômicas e sociais no Brasil. O processo de industrialização acompanhado por uma rápida urbanização remonta desde a década de 1930. Mas, especialmente na década de 1950 e início de 1960, valendo-se do ambiente democrático, as contradições desse processo se expressaram em fortes reivindicações políticas.

²⁶ Analisando dados do Projeto Brasil: Nunca Mais (1985), que sistematizou e catalogou processos da Justiça Militar, o sociólogo Marcelo Ridenti (2010) fez um grande levantamento sobre as organizações de esquerda no Brasil entre 1960 e 1970. Segundo o levantamento, 51,8% dos militantes da luta armada tinha até 25 anos; 57,78% eram oriundos de camadas médias e altas intelectualizadas e 51,75% residiam na cidade de São Paulo ou Rio de Janeiro.

Apesar do crescimento acelerado e dos ares de modernidade que pareciam envolver o Brasil, a condição de vida da classe trabalhadora permanecia precária. A modernização ocorria de forma desigual no território brasileiro: enquanto indústrias se fortaleciam nas cidades, especialmente no Sudeste, no mundo rural, a estrutura fundiária da grande propriedade monocultura e permanecia intacta – mantendo a miséria de milhões de camponeses e fortalecendo um intenso processo de migração interna, especialmente do Nordeste em direção aos centros urbanos do Sudeste. Mesmo nas cidades, a modernização não garantia melhoras significativas na condição material de vida dos trabalhadores. Sem dúvida, a luta dos trabalhadores não nasceu na década de 1960: são várias as manifestações de revoltas e reivindicações dos trabalhadores contra as precárias condições de vida e trabalho na história da república brasileira, especialmente na área rural – Canudos e Contestado são exemplos expressivos.

Contudo, foi na década de 1960 que a insatisfação dos trabalhadores começou a ganhar contornos políticos mais nítidos e uma expressão coletiva militante e organizada. As mobilizações das Ligas Camponesas demandando uma radical transformação na estrutura fundiária brasileira são, talvez, o exemplo mais nítido. Valendo-se do ambiente democrático, institucionalizado pela Constituição de 1946, as demandas dos trabalhadores tomaram o debate público e a agenda de reformas entrou na pauta política, mobilizando diferentes interesses e promovendo uma intensa disputa. Esses debates adentraram inclusive as Forças Armadas, preocupando a alta oficialidade: setores da baixa hierarquia das Forças Armadas reivindicavam direitos como a elegibilidade.

Para Napolitano (2014, pp. 66-67), gestava-se naqueles anos um projeto de sociedade, ainda que politicamente muito vago, marcado por uma agenda política de inclusão social, nacionalismo e democratização política. O que estava em jogo era a extensão efetiva da cidadania e de condições econômicas e sociais dignas para uma imensa parcela da população marcada pela marginalização social. Essas demandas dos trabalhadores mobilizaram setores da elite política bem como de uma intelectualidade preocupada com o subdesenvolvimento. Para intelectuais progressistas, muitos dos quais, ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB), os países da periferia do capitalismo não estariam numa etapa "anterior" de desenvolvimento econômico, rumo ao patamar dos países centrais. Sua condição não seria uma simples "fase" num processo evolutivo, mas estruturalmente, a periferia do capital integrar-se-ia ao centro de forma dependente. Segundo esta interpretação, para superar o impasse, era necessário a presença

do Estado promovendo reformas estruturais que superassem arcaísmos, como o latifúndio, e garantissem um desenvolvimento nacional autônomo. Contudo, tais propostas geravam conflitos entre aqueles setores que queriam conservar privilégios e aqueles que queriam ampliar direitos. Para acirrar mais as disputas, a bipolaridade do mundo e os conflitos da Guerra Fria – que andavam quentes, desde a Revolução Cubana – polarizavam o debate e propostas reformistas podiam ser sumariamente acusadas de tentam “bolchevizar” o país²⁷. Até mesmo setores da baixa hierarquia das Forças Armadas reivindicavam direitos como a elegibilidade.

Toda essa mobilização de trabalhadores ampliava o debate político, que saiu dos jornais e popularizou-se, ganhando as ruas, praças e encontrando interessante expressão por meio da cultura e das artes. Na clássica definição de Roberto Schwarz, o Brasil do final da década de 1950 e início de 1960 estava “irreconhecivelmente inteligente” pois as disputas políticas eram objeto de discussão por diferentes camadas sociais (2008, p. 70). Ao mesmo tempo, a sensação era de que a modernidade estava chegando: o cinema era novo, a bossa era nova, a capital e sua arquitetura eram novas e modernas; estradas cortavam o Brasil e interligavam regiões; a indústria se diversificava e alterava hábitos de consumo, comportamento, vestimenta, higiene e alimentação (NOVAIS e MELLO, p. 570-76).

Os personagens, cujos testemunhos analisamos neste trabalho, cresceram em meio a essa ebulição de mobilizações e transformações. Mas vivenciaram esse contexto a partir de lugares sociais bem específicos. Todos nasceram e se formaram em famílias que se situavam entre uma classe trabalhadora qualificada e uma classe média, eram brancos e cresceram em um ambiente urbano. Alguns aproximaram-se da militância por influência dos pais, ligados ao PCB, que apesar de proscrito desde 1947, continuou atuando de forma clandestina e construindo uma extensa rede de militantes e simpatizantes em diferentes categorias profissionais. Aqueles que não iniciaram a militância por influência familiar, o fizeram por meio do movimento estudantil. Todos – com exceção de Ariston Lucena – iniciaram sua militância no movimento estudantil.

O movimento estudantil foi uma importante força política na República de 1946. Depois de um período de controle de estudantes conservadores ligados a UDN entre 1950

²⁷ Esta é, por exemplo, a acusação dos militares golpista ao governo deposto, contida no preâmbulo do Ato Institucional nº 1, imposto pelos militares em abril de 1964.

e 1956, a União Nacional dos Estudantes (UNE) esteve sobre controle da esquerda, seja comunista, ligada ao PCB, ou católica, ligada a JUC – Juventude Universitária Católica, futura Ação Popular. A UNE se fez presente em diferentes mobilizações políticas como na Campanha da Legalidade, que tentou garantir a posse do vice-presidente João Goulart e impedir a tentativa de golpe dos militares em 1961 ou apoiando as propostas de Reforma da Base do governo Goulart às vésperas do golpe de 1964, além de uma intensa campanha pela Reforma Universitária, buscando aumentar a participação estudantil nos colegiados. Além disso, a entidade buscou articular arte, cultura e educação, por meio do Centro Popular de Cultura (CPC) e da *UNE volante*, cujo objetivo era disseminar nos estados o movimento de cultura popular desenvolvido pelo CPC. Esses foram dois importantes instrumentos utilizados pelos estudantes na luta pelas suas reivindicações, como a "representação de 1/3", que dizia respeito à participação dos estudantes nos órgãos colegiados das universidades, na proporção de 1/3, com direito a voz e voto. Essa luta culminou com a greve nacional dos estudantes, decretada em junho de 1962. Os estudantes foram também responsáveis pelo clima de efervescência política daquele período. Mas, para além das grandes mobilizações nacionais, os testemunhos apresentam uma outra dimensão do movimento estudantil: um intenso processo de sociabilização entre estudantes, marcado pelo cotidiano das disputas locais, dentro de escolas e universidades; a articulação entre pautas gerais, como reformas estruturais para o país, e pautas específicas, como alimentação para os estudantes; a formação de quadros políticos e articulação entre movimento estudantil.

Contudo, ao invés das reformas que transformariam as estruturas brasileiras, o que vingou foi um golpe liderado pelos militares e apoiado pelos setores conservadores da sociedade brasileira e pelo imperialismo norte-americano – que, no contexto da Guerra Fria, não queria perder um aliado estratégico e lucrativo para seu capital. Camadas proprietárias, como latifundiários e industriais não queriam abrir mão de seus privilégios e se sentiam ameaçados com as reivindicações de trabalhadores; camadas médias apertadas pela inflação, se assustavam diante do espectro da “república sindicalista” – acusação que o governo Goulart recebia da Igreja, imprensa e políticos conservadores.

O golpismo não era novo, mas foi uma sombra que percorreu toda a república de 1946. A UDN, partido liberal, anti-varguista por excelência e frequentemente derrotado nas eleições, clamava por intervenções militares capazes “sanear o Brasil” da corrupção e do populismo – termo genérico associado a lideranças políticas carismáticas do PTB ou

PSD, para justificar derrotas eleitorais e legitimar posturas golpistas. Segundo a UDN, as lideranças populistas manipulavam as massas e, nesta lógica, se as massas eram manipuladas, as eleições não seriam legítimas, portanto, defendiam intervenções militares sob a justificativa de salvar e sanear a democracia. Tentativas de golpe já haviam tentado derrubar Getúlio Vargas em 1954 e impedir as posses de Juscelino Kubitschek em 1955 e do vice presidente João Goulart em 1961. Mas, diferentemente das tentativas anteriores, em 1964 a intervenção militar vingou. Os militares golpistas movimentaram suas tropas e políticos do PSD e UDN consolidaram o golpe político, declarando vaga a presidência da república, sob aplausos da imprensa. A crescente mobilização popular assustava os setores conservadores e as propostas de reformas estruturais ameaçavam seus privilégios econômicos e sociais. Sobre o golpe, o filósofo Paulo Arantes afirma:

O ímpeto transformador foi precisamente o que se tratou de esmagar e erradicar em 1964 [...] um passado de grande mobilização social das “pessoas comuns”, trabalhadores surpreendentemente sem cabresto à frente. É bom insistir: foi justamente a capacidade política de organização daquelas “pessoas comuns” o alvo primordial do arrastão aterrorizante que recobriu o país a partir de 1964 (2010, p. 217).

A violência do golpe caiu imediatamente sobre trabalhadores organizados, militares nacionalistas e políticos ligados ao governo deposto. Mais do que somente derrubar o governo, o golpe visava desmobilizar a classe trabalhadora, perseguindo lideranças, ocupando sindicatos e desmantelando as organizações. A violência foi imediata e brutal – e a prática da tortura já se fez presente desde o golpe. A mãe de Lenira foi presa, por sua ligação com as Ligas Camponesas, assim como o pai de Criméia, por sua ligação com o PCB. Os pais de Raul entraram, novamente, na clandestinidade para fugir de perseguições no momento do golpe.

Três de nossos personagens iniciaram sua militância antes do golpe: Lenira, Criméia e Raul. Lenira nasceu em São Paulo em 1940 e era de neta de imigrantes espanhóis, com forte influência anarquista, que haviam chegado ao Brasil no início do século. Seus pais, ambos operários da crescente indústria paulista, se conheceram trabalhando em uma fábrica e iniciaram militância no PCB. Graças à militância dos pais, no setor operário, Lenira cresceu no interior de São Paulo e na juventude, também aproximou-se do partido. Iniciou, ela própria, sua militância na juventude do PCB, mas,

impactada pela Revolução Cubana de 1959, começou a discordar da linha política do partido - em suas palavras uma linha “conciliatória e pacífica” (MACHADO, L. 2009, p. 8)- e defender a luta armada como tática para a tomada do poder. Por essas novas posições, afastou-se do partido, no início da década de 1960, e ingressou militância nas Ligas Camponesas.

Criméia, também descendente de imigrantes – sua mãe descendia de alemães –, era filha de um trabalhador ferroviário, também ligado ao PCB. Por causa do trabalho de seu pai, sua família saiu de Santos, onde Criméia nasceu em 1946, e viveu sua infância em Minas Gerais, na cidade de Contagem. Ela relata o contraste e as tensões entre o conservadorismo da cidade de Contagem e sua família, declaradamente comunista. A militância de Criméia, assim como de Lenira, começou no pré-1964, no movimento estudantil ligado ao PCB. As reivindicações estudantis se articulavam a pautas políticas mais amplas, como as propostas de reformas de base, especialmente a Reforma Agrária. Contudo, em 1963, afastou-se do PCB e ingressou no PCdoB, criticando a burocratização o partido e o cerceamento do debate interno.

Raul Carvalho, nascido em 1947, no Rio de Janeiro era filho de militantes do PCB muito próximos da direção do partido, em especial de sua principal liderança, Luís Carlos Prestes. Graças a militância dos pais, Raul viveu a infância na clandestinidade. Segundo ele, em sua casa falava-se de política a todo momento e por influência parental, aproximou-se da juventude do PCB e começou a militar no movimento secundarista. Raul e Criméia relatam a maior frustração: um golpe sem reação. Raul, com 17 anos, tentou preparar bombas para resistir, mas quase foi preso; Criméia, com 18 anos, quando conseguiu chegar ao centro de Belo Horizonte, viu um desolador cenário de derrota: não havia qualquer manifestação e as ruas estavam tomadas por tanques. Tanto o governo deposto quanto o PCB, apesar dos inflamados discursos no pré-golpe, não reagiram. Não apenas a derrota política profunda, mas principalmente a não reação do governo deposto bem como daqueles que lhe davam um apoio tático surpreendeu a todos.

Passada a repressão inicial e o temor generalizado, pouco a pouco, alguns militantes do PCB voltaram a se organizar. As causas da não reação diante do golpe foram objeto de discussões. Posturas reformistas e pacifistas do partido e principalmente a inércia diante do golpe seriam progressivamente criticadas por muitos militantes. Jacob Gorender (2014) importante historiador desse processo e também personagem, afinal, era liderança do PCB em 1964, analisa da seguinte forma: no momento do golpe, a direção

do partido não havia assumido o seu papel de vanguarda e aproveitado as condições objetivas para radicalização. A conjuntura pré-golpe era revolucionária, mas a vanguarda teria vacilado no momento derradeiro; anos depois, quando os militantes reagiram em armas, já era tarde, pois a ditadura já estava consolidada.

Após o golpe, no contexto de críticas ao partido, apesar de clandestino e perseguido pelos setores golpistas, uma série de rachas sucessivos direcionaram alguns militantes para um combate armado ao regime. Para muitos deles, a revolução brasileira não teria acontecido por erros da direção política, mas as condições objetivas estavam prontas: as mobilizações de trabalhadores no campo e na cidade no pré-1964 pareciam reforçar esta posição. Desta feita, a tomada de poder pelos militares representaria, justamente, o temor das classes conservadoras diante da organização da classe trabalhadora, reforçando, portanto, a necessidade de radicalização. Se, por um lado, para direção do PCB no pré-golpe o erro teria sido a radicalização de alguns setores, por outro, para quem rompeu com partido por causa da inércia, o erro foi justamente a ausência de radicalização. Enquanto a direção do partido manteve sua posição e começou a defender uma frente ampla pela redemocratização, aqueles que romperam com o PCB, defendiam uma radicalização contra o regime.

Para esses, o golpe teria dissipado as ilusões reformistas e evidenciado a necessidade de uma ação revolucionária, até mesmo porque o golpe, ainda não materializado em ditadura, parecia uma demonstração de desespero dos setores conservadores. Muitos dos críticos à ausência de resistência por parte das esquerdas acreditavam que havia um “impasse histórico”: a ditadura, apoiada pelo latifúndio e pelo imperialismo, sem as reformas estruturais de base, não conseguiria modernizar a economia brasileira, potencializando o descontentamento popular e as contradições sociais. Assim, sob controle militar, o Brasil seria um barril de pólvora prestes a explodir. Faltaria somente a faísca da revolução.

O golpe havia se consolidado. Uma intensa repressão assolou e buscou desarticular a classe trabalhadora organizada ao mesmo tempo em que o primeiro governo militar cassava políticos, militares, trabalhadores e funcionários públicos e promovia uma reforma administrativa e medidas econômicas recessivas, alinhadas ao capital internacional, especialmente estadunidense. Com apoio dos liberais, os militares assumiram o poder, mas, contrariando as expectativas daqueles, não o devolveram aos civis. O seu golpismo não visava “sanear a política”, perseguindo a esquerda trabalhista

e comunista e as organizações de trabalhadores, e devolver o poder à elite tradicional. Não por acaso, diante de derrotas eleitorais de seus aliados em 1965, impuseram o Ato Institucional nº 2: cassaram mandatos, extinguíram partidos e instauraram o bipartidarismo. Uma ditadura militar se estruturava gradativamente – apesar do apoio civil, o núcleo do poder era militar. Durante todo o regime, os militares se valeram de leis de exceção, como os Atos Institucionais, com a justificativa de proteger e consolidar a “Revolução de 1964”²⁸. O projeto militar era consolidar a modernização do capitalismo brasileiro dentro da ordem, ou seja, uma modernização autoritária e conservadora – preservando os interesses das classes proprietárias e, por consequência, ampliando as desigualdades. O filósofo Paulo Arantes, vendo no golpe a abertura de uma fratura histórica que, para ele, ainda hoje não se fechou, analisa a vitória deste projeto à luz de um personagem do cineasta Glauber Rocha:

A fratura histórica na origem do novo tempo brasileiro, cuja unidade de medida veio a ser 1964, o verdadeiro ano que de fato não terminou (...) como vaticina a profecia maligna de Porfirio Diaz, no final de *Terra em Transe*: “Aprenderão, aprenderão, hei de fazer deste lugar uma Civilização, pela força, pelo amor da força, pela harmonia universal dos infernos” (ARANTES, 2010, p. 209)

Uma modernização excludente e autoritária se estruturava. Diante do progressivo cerceamento das liberdades e perseguição aos trabalhadores, quem assumiu certo protagonismo na oposição à ditadura que se constituía, foram as camadas médias intelectualizadas. Se parcelas deste estrato social clamaram em 1964 por uma intervenção militar para salvar a democracia e seus salários diante da inflação, agora, como as melhorias econômicas tardavam a chegar e o autoritarismo atropelava direitos, como o voto, grupos oriundos dessas mesmas camadas, como estudantes e artistas, tomaram a frente nas denúncias e na oposição ao regime. Como destaca Schwartz, as camadas médias foram poupadas no golpe e “a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data e de lá para cá não parou de crescer” (SCHWARZ, 2008, p. 71).

Apesar do crescimento da esquerda no setor cultural, este ficou restrito a nichos específicos, afinal, as articulações entre camadas médias intelectualizadas e classes

²⁸ Os militares intitularam o golpe como revolução como forma de legitimar o movimento. Militares como Jarbas Passarinho denominavam o movimento como “contrarrevolucionário”, pois pressupunham um processo revolucionário em curso pelas esquerdas. Atualmente, alguns militares ainda denominam 1964 como “revolução”, especialmente aqueles da reserva, enquanto outros, principalmente na ativa, preferem o silêncio acerca do passado.

trabalhadoras organizadas foram desbaratadas pelo golpe. Mesmo assim, o movimento estudantil, progressivamente perseguido pelos militares desde o golpe, em especial a UNE, cuja sede foi incendiada em abril de 1964, foi se reestruturando e alcançou o seu auge em 1968. Apesar da proibição, as organizações estudantis se articulavam e se reorganizavam na clandestinidade, mesmo sob ameaças e perseguições do Estado. Lenira e Crimeia relatam, em seus testemunhos, uma intensa participação na reestruturação do movimento estudantil. Crimeia ainda militava no PCdoB, mas Lenira atuava de forma independente, pois, após o golpe, as Ligas Camponesas foram perseguidas e extintas.

Foi neste contexto de cerceamento de liberdades e reestruturação do movimento estudantil que os outros personagens analisados se formaram. Márcia Mafra, nasceu em São Paulo em 1947. Também filha de imigrante – sua mãe era russa –, ela define sua família como uma típica família de classe média intelectualizada e afirma que seus pais sempre tiveram uma posição progressista. Em sua casa discutia-se muita política, apesar dos pais não terem militância política organizada. Sua atuação política começou em 1967 no momento em que ingressou na universidade no curso de História: Márcia aproximou-se do movimento estudantil e já em 1968 ocupava a direção do Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP.

Nas palavras de Lúcia Murat, sua família era de classe média e tinha uma boa condição financeira. Nascida no Rio de Janeiro em 1948 e morando em Copacabana, teve o primeiro contato com a política por meio de seu pai, que era um simpatizante do PCB. Apesar disso, o ingresso de Lúcia na militância se deu quando ela ingressou na universidade no curso de Economia. Segundo seu testemunho, sua aproximação com a esquerda e o movimento estudantil se deu por afinidade em questões relativas à sexualidade e à cultura e também em repulsa à violência policial sobre os estudantes. A modernização e urbanização transformavam também comportamentos. O advento de métodos contraceptivos, especialmente a pílula anticoncepcional, que chegou ao Brasil no início da década de 1960, possibilitou uma maior liberalização da sexualidade, sem o ônus da maternidade à mulher. Essas mudanças não puseram fim a desigualdade de gênero, mas ampliaram as possibilidades educacionais e profissionais das mulheres, especialmente das camadas médias. Lúcia destaca como esse novo conjunto de valores também favoreceu sua aproximação com o movimento estudantil. O próprio movimento golpista de 1964 pode ser lido como uma reação conservadora a esses processos de

liberalização, afinal, parte de sua retórica se valeu da ideia de defesa da família tradicional.

Artur Scavone nasceu em São Paulo em 1949. Seu pai, filho de imigrantes italianos, era servidor público, assim como sua mãe. Ele descreve sua infância como pobre e simples. A política se fazia presente em sua casa, mas não pelos seus pais, mas por influência do tio, militante e vereador pelo PCB. Artur participou do movimento secundarista em 1967 e quando ingressou na universidade no curso de Física da USP em 1969, rapidamente se vinculou ao movimento estudantil.

Alberto Becker, nascido no Rio Grande do Sul, numa família de classe média alta aproximou-se da militância política por meio dos movimentos estudantis católicos. Desde a década de 1950, a Ação Católica Brasileira, rede de diferentes associações de leigos com certa autonomia em relação à estrutura eclesiástica, assumiu um caráter progressista e uma preocupação com questões sociais²⁹. Na década de 1960, o próprio pontificado de João XXIII e seu Concílio Vaticano II reforçaram a preocupação social da Igreja. Alberto teve contato com a política por meio da Igreja, mas, após o golpe e pressão dos setores conservadores aqueles movimentos começaram a sofrer perseguições. Alberto afastou-se da Igreja, mas manteve o compromisso social e ingressou na Ação Popular (AP).

Ariston Lucena, nascido em São Paulo em 1951 é uma exceção dentre os outros testemunhos. Filho de pais de origem camponesa e depois feirantes, não militou no movimento estudantil nem teve acesso à universidade. Seus pais, militantes do PCB no pré-golpe, desiludidos com a derrota sem qualquer reação do partido, ingressaram na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Já aos 14 anos, Ariston começou a realizar suas primeiras ações na organização.

O golpe poupou as camadas médias e foi principalmente nesse estrato que se estruturou uma crescente oposição ao regime. A atmosfera crítica não cessou e a presença cultural da esquerda não parou de crescer, mesmo que restrita a determinados nichos e lugares sociais, marcadamente de uma classe média intelectualizada. Os testemunhos relatam como essa atmosfera crítica envolveu muitas escolas e o movimento estudantil e auxiliou esses jovens na formação de uma consciência política crítica. Marcelo Ridenti,

²⁹ Podemos citar a Juventude Estudantil Católica (JEC), para os jovens secundaristas, a Juventude Universitária Católica (JUC), para os universitários, e a Juventude Operária Católica (JOC), para os jovens operários.

importante pesquisador tanto das esquerdas armadas quanto da cultura do período, analisa essa atmosfera de politização e radicalidade, tanto antes quanto depois do golpe, entre estudantes, artistas e intelectuais. Para ele, nesses grupos se gestou uma determinada forma de pensamento e sensibilidade em relação aos problemas sociais brasileiros, criando um senso de urgência e responsabilidade pelas transformações políticas:

Na década de 1960, formulavam-se novas versões para essas representações [do povo brasileiro], não mais no sentido de justificar a ordem social existente, mas de questioná-la: o Brasil não seria ainda o país da integração entre as raças, da harmonia e da felicidade do povo, impedido pelo poder do latifúndio, do imperialismo e, no limite, do capital. Mas poderia vir a sê-lo como consequência da “revolução brasileira”, pelo que se chegava a pensar numa “civilização brasileira”. (...) Nesse sentido, a brasilidade revolucionária não nasceu do combate à ditadura, mas vinha de antes, forjada no período democrático entre 1946 e 1964, especialmente no governo Goulart, quando diversos artistas e intelectuais acreditavam estar na crista da onda da revolução brasileira em curso. A quebra de expectativa com o golpe de 1964 – ainda mais sem resistência – foi avassaladora também nos meios artísticos e intelectualizado. (...) Sem dúvida, essa estrutura de sentimento era portadora de uma idealização do homem do povo, especialmente do campo, pelas classes médias urbanas. Mas ela se ancorava numa base real: a insurgência dos movimentos de trabalhadores rurais no período. Ademais, vivia-se o impacto de revoluções camponesas no exterior, especialmente em Cuba e no Vietnã. Também é preciso lembrar que a sociedade brasileira ainda era predominantemente agrária pelo menos até 1960; estava em andamento um dos processos de urbanização mais rápidos da história mundial: de 1950 a 1970, a sociedade brasileira passou de majoritariamente rural para eminentemente urbana, com todos os problemas sociais e culturais de uma transformação tão acelerada (RIDENTI, 2010. p.90 e 91).

A reflexão de Ridenti é interessante para historicizar o processo que culminou na luta armada. Na república de 1946 e especialmente no governo Goulart fermentou-se uma efervescência cultural e política que contestava a ordem social brasileira e via a necessidade de transformações radicais, de uma “revolução brasileira” (*ibidem*, p. 90), capazes de criar uma nova sociedade. Os jovens, que ao final de 1960 e 1970, pegaram em armas para derrubar a ditadura, imaginavam-se vanguarda de uma ampla mobilização de trabalhadores, urbanos, mas principalmente rurais, que viriam ao seu encontro para derrubar a ditadura e consolidar as transformações sociais. Tal ideia se embasava na mobilização recente no Brasil e também encontrava eco em movimentos revolucionários por todo o chamado Terceiro Mundo, com as diversas lutas anticolonialistas.

Esta perspectiva encontra eco no conceito de *radicalismo* de Antônio Cândido (1990), definido por ele como um “contrapeso ao movimento conservador [...] traço

fundamental da mentalidade e do comportamento político no Brasil” (p. 04). Para Cândido, radicalismo seria uma espécie de inconformismo de classe média, que se aproximaria das demandas populares e se desviaria da moderação conservadora, em busca de transformações sociais. Esse inconformismo radical e um senso de responsabilidade em lutar por transformações políticas foi justamente a atmosfera mental na qual cresceram os personagens analisados neste trabalho: tinham a percepção de que viviam num tempo de inflexão e de impasses históricos e que deveriam se engajar, afinal, seriam responsáveis por transformações sociais que libertassem o povo brasileiro dos grilhões que o prendiam ao atraso, como o imperialismo e o latifúndio. Ao mesmo tempo, revolução era a palavra de ordem no mundo na década de 1960: movimentos nacionalistas e anticolonialistas, como Cuba e Vietnã, emergiam mundo a fora vencendo potências imperialistas.

Alguns testemunhos destacam a escola como o espaço dessa formação crítica em relação à realidade brasileira. Criméia, apesar do contato com a política dentro de sua casa, destaca a escola e seus debates em sua formação. De forma semelhante, Alberto e Raul destacam a escola, mesmo após o golpe, como o espaço de formação de uma consciência crítica acerca das desigualdades sociais e da necessidade de lutar por transformações. Apesar da crescente censura e da perseguição a professores, algumas escolas, mesmo após o golpe, ainda puderam ser um espaço de formação dessa consciência crítica e radical.

A educação pública, apesar de ainda bastante restrita às elites e camadas médias urbanas, também viveu processos de transformação e liberalização na república de 1946, como o chamado movimento da “Escola Nova”, que valorizava o processo de reflexão e intervenção na realidade. Nessa perspectiva, a educação não se daria somente pela reprodução do conhecimento, mas fundamentalmente pela discussão e reflexão, visando a formação de um sujeito crítico e atuante na realidade. Alguns testemunhos relatam o cotidiano escolar e citam, por exemplo, a leitura de *Geografia da Fome* de Josué de Castro bem como de debates e discussões, como elementos importantes para a formação de uma consciência política.

Entre 1964 e 1968 o cenário era este: um governo cada vez mais controlado por militares arrochava salários e perseguia trabalhadores, baixava decretos e periodicamente expurgava opositores de cargos públicos. Um cerceamento progressivo das liberdades civis sem uma melhora econômica começava a fragilizar o apoio que os militares haviam

recebido das camadas médias em 1964, manifestado, por exemplo, nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade³⁰. Ao mesmo tempo, o movimento estudantil, apesar das perseguições, clandestinamente se reestruturava, chegando ao seu ápice em 1968.

Lúcia, Márcia, Artur e Alberto destacam 1968 como o início de sua militância política. Este ano ocupou um lugar de destaque em diferentes testemunhos. As mobilizações estudantis por pautas próprias à educação ganharam amplitude quando um estudante, Édson Luis, foi assassinado por forças policiais no Rio de Janeiro, em março de 1968. A partir daquele momento, outros setores das classes médias aproximaram-se dos jovens num discurso crítico ao regime. Diferentes setores, outrora apoiadores do golpe, ensaiaram um afastamento dos militares: alguns políticos liberais, setores das classes médias e a Igreja Católica. Junto com os estudantes e contra os militares, artistas e professores cerraram fileiras em manifestações, que chegaram a juntar milhares de pessoas. Os jovens universitários assumiram o protagonismo na oposição à ditadura, já estruturada.

Diante desta crescente oposição e do esboço da formação de uma frente, o governo militar, por sua vez, radicalizou a repressão aos estudantes, cassou deputados, perseguiu artistas e invadiu universidades. A escalada de tensão e violência só aumentou nos meses finais de 1968. Os confrontos entre manifestações estudantis e violentas repressões estatais e para-militares³¹ não pararam e tiveram marcos simbólicos na chamada Batalha da Maria Antônia³² e na prisão de estudantes no Congresso de Ibiúna³³. Os estudantes tornaram-se, simbolicamente, inimigos públicos do regime e o principal foco de oposição. Quando esses tentaram reagir àquela violência, respondendo com violência, o tímido

³⁰ Manifestações de setores conservadores, convocadas organizadas principalmente pelo clero católico e por entidades femininas, em “resposta” ao Comício da Central do Brasil de 13/03/1964, na qual o presidente João Goulart, com a presença de milhares de trabalhadores anunciou suas propostas de Reformas de Base por meio de decreto. Essas manifestações congregaram segmentos da classe média, temerosos do “perigo comunista” e favoráveis à deposição do presidente da República e ocorreram em diversas cidades do Brasil.

³¹ Grupos paramilitares de extrema-direita, como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), muitos formados por policiais e militares realizavam atentados contra organizações de esquerda bem como contra artistas e intelectuais.

³² Em 02/10/1968, diante de mobilizações estudantis da faculdade de Filosofia da USP, situada na Rua Maria Antônia, grupos paramilitares, com apoio da polícia, sediados na Universidade Mackenzie, lançaram bombas e tiros sobre o prédio da Faculdade de Filosofia, iniciando um confronto que culminou com um estudante morto. Diferentemente do que ocorrera com o assassinato de Édson Luis, não houve comoção pública pela morte, apesar das mobilizações estudantis. O cerco repressivo se fechava.

³³ Naquele mesmo mês de outubro de 1968, representantes estudantis de todo o Brasil se reuniram clandestinamente num sítio na cidade de Ibiúna para a realização do 30º Congresso da UNE. Apesar das disputas políticas pelo controle da entidade, o Congresso não chegou à votação, pois as forças do aparato repressivo cercaram o local e prenderam os estudantes, especialmente, as lideranças.

apoio da imprensa desapareceu. Para os grandes jornais no final daquele ano, aqueles jovens já não eram mais defensores de pautas legítimas e vítimas da repressão truculenta, mas grupos também violentos e influenciados por “elementos subversivos”, notadamente comunistas³⁴.

A imprensa, peça chave na elaboração de uma memória social e também na constituição de uma “opinião pública”³⁵, não pode ser vista de forma monolítica, pois diferentes veículos tem singularidades e interesses próprios. Mas acerca do apoio aos militares, especialmente, no combate à chamada subversão, o discurso da grande imprensa foi praticamente uníssono. Já no final da década de 1970, setores desta mesma imprensa progressivamente se afastaram do regime e criaram uma memória de resistência sobre si próprios (NAPOLITANO, 2017).

Ao final do ano de 1968, diante do fortalecimento da oposição, os militares radicalizaram e impuseram mais um Ato Institucional, desta vez legalizando a exceção e o arbítrio, restringindo ainda mais os direitos individuais. Como aponta Adriano Codato (2004), o aprofundamento do autoritarismo já era ansiado por setores dentro das Forças Armadas pois, diante da fragilização das bases de apoio, manteriam os “ideais da Revolução de 1964” por meio da força. Por outro lado, para muitos dos personagens analisados neste trabalho, o AI-5 foi visto como uma demonstração de desespero e isolamento dos militares – reforçando a ideia do “impasse histórico” e incentivando a radicalização da oposição à ditadura. Para muitos daqueles estudantes de 1968, o Ato parecia reforçar a necessidade de radicalização, pois seria o indício da fragilidade dos militares e os movimentos de massa dos anos de 1968 indicariam uma revolta latente na população, que precisaria de meios para se materializar. Contudo, como aponta Codato (2004), as amplas manifestações de 1968 tinham também suas limitações internas e externas:

Uma dificuldade real do movimento contra o “regime militar”: seu caráter de “massa” esconde, mas não resolve, a heterogeneidade política e ideológica no seu interior, heterogeneidade essa derivada basicamente da presença de classes, camadas e categorias sociais com *ideias diferentes* e com projetos políticos no limite contraditórios. A primeira

³⁴ Maria R. do Valle analisa o afastamento da imprensa em relação aos estudantes, no decorrer de 1968. A partir das respostas estudantis violentas, a imprensa começou a construir certa equivalência entre violência da repressão e dos estudantes – quase como esboço do que, futuramente, se constituiria como a *teoria dos dois demônios*. (VALLE, 2010).

³⁵ Napolitano, destacando os interesses privados direcionando a produção de conteúdo, define opinião pública da seguinte forma: “categoria fetichizada que muitas vezes representa mais a ‘opinião publicada’ conforme a perspectiva vontade dos editores-chefes e magnatas da imprensa” (2017, p. 347).

e mais elementar dificuldade do movimento oposicionista reside na sua incapacidade de realizar alianças extra classe, “para baixo”, e, em direção à classe operária e aos setores populares urbanos – nesse sentido, a escassez de “povo” na Passeata é testemunha dessa realidade. Codato (2004, p. 33)

Se por um lado não houve unidade políticas naquelas manifestações, para além do desconforto com o governo militar, por outro, foi um movimento restrito às camadas médias que não conseguiu realizar alianças com a classe trabalhadora. Contudo, naquele momento histórico, especialmente após o AI-5, muitos daqueles jovens imaginavam que diante de uma radicalização armada, a classe trabalhadora viria à luta contra a ditadura.

Diante do recrudescimento da repressão após o AI-5, muitos militantes do movimento estudantil ingressaram em organizações armadas e a abraçaram a clandestinidade como forma de manter a militância. Se a proposta da luta armada antecede o AI-5 – e segundo alguns historiadores, antecede até mesmo o golpe (ROLLEMBERG, 2006, p. 86) - historicamente, foi após o Ato que o movimento ganhou vigor. Entre 1969 e 1972, todos os sujeitos cujos testemunhos foram analisados neste trabalho militaram em organizações armadas, mas dentro deste mesmo intervalo de tempo já haviam sido presos. Alguns chegaram a militar nas organizações somente por alguns meses antes da prisão.

Após uma ascensão em 1969, com ações que surpreenderam os militares, como o sequestro do embaixador norte-americano, no final daquele ano a luta armada já começou a sofrer duros ataques da repressão, fazendo com que os militantes deixassem a ofensiva e partissem para a defensiva, tentando fugir do aparato repressivo. A maior parte dos testemunhos analisados neste trabalho destacam um isolamento crescente diante do esfacelamento de suas redes de apoio, gerando uma espécie ciclo de sobrevivência, no qual as ações armadas visavam principalmente levantar fundos para manterem-se na clandestinidade. Além disso, os testemunhos destacam que as prisões, assassinatos e desaparecimentos de seus companheiros de organização impunham aos militantes um senso de culpa e responsabilidade por aqueles que “caíram” – termo usado pelos militantes para descrever prisões - fazendo com que, mesmo isolados, permanecessem nas ações. A perseguição constante, o medo e as dificuldades de comunicação e articulação, dificultavam uma reflexão e uma análise mais sóbria sobre o que estava acontecendo. Importante ressaltar: os 8 personagens analisados neste trabalho tinham entre 18 e 29 anos; a média etária era 26 anos.

Lenira, sem militância organizada desde o golpe, fundou o Partido Revolucionário dos Trabalhadores em 1969 e militou até 1971, quando foi presa em São Paulo. Márcia, depois do AI-5, impossibilitada de voltar a universidade e assediada pelo aparato, decidiu ingressar na ALN, como forma de continuar a militância. Atuou no setor de propaganda e imprensa da organização, até ser presa em 1971 em São Paulo. Criméia, desde antes do golpe, militava no PCdoB. Com o AI-5, afastou-se do movimento estudantil e foi direcionada pelo partido à região do Araguaia para realizar o treinamento da guerrilha, onde permaneceu até ser presa em 1972 em São Paulo. Lúcia, que na universidade começou a militar pela Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB), racha estudantil do PCB, com o AI-5, entrou na clandestinidade. Sua organização rebatizou-se de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e realizou uma das ações mais épicas da luta armada: o sequestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, trocado por presos políticos e pela leitura de um manifesto em rede nacional. Contudo, apesar da euforia inicial, o evento sucitou um recrudescimento da repressão. Lúcia conseguiu fugir para a Bahia e tentou reestruturar o movimento, mas, voltando ao Rio de Janeiro, em 1971, foi presa.

Já Raul, novamente com seus pais, sai do PCB e participa da fundação do PCBR. Buscou atuar no setor operário, mas no início de 1970 foi preso pela repressão no Rio de Janeiro. Alberto, que iniciou sua militância no movimento secundarista católico, ingressou na Ação Popular entre 1966 e 1968, mas, após o AI-5, ingressou no PRT. Na organização, participou de levantamentos – termo usado pelos militantes para assaltos a bancos e outras instituições, visando obter fundos para a manutenção da luta armada. Alberto permaneceu nas ações até 1970, quando foi preso em São Paulo. Artur e Ariston só ingressaram na luta armada em 1970, no momento em que o mesmo estava em declínio, diante do fortalecimento da repressão.

Ariston já era próximo da VPR desde 1966, graças à militância dos pais. Contudo, só em janeiro de 1970, aos 18 anos, é que dirigiu-se ao Vale do Ribeira para realizar o treinamento de guerrilha com o destacamento do capitão Carlos Lamarca, que havia desertado do Exército para aderir à luta armada. Os guerrilheiros permaneceram por alguns meses na região até que, cercados pelo Exército, conseguiram escapar. Mas já em agosto, foi preso pela repressão em São Paulo. Artur, que ingressou na universidade em 1969, aproximou-se do que restou do movimento estudantil, após o AI-5 e trabalhou pela sua reestruturação. Contudo, já em 1970, ingressou na ALN, numa espécie de célula

estudantil autônoma, responsável por ações de guerrilha, como levantamentos e propaganda. Porém, Artur se fastou da ALN, pois, segundo ele, esta organização teria se distanciado do trabalho de massas e focado exclusivamente nas ações militares. Por isso, ingressou no Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) em 1971 onde permaneceu até 1972, quando foi preso em São Paulo.

Apesar das diferentes organizações – que expressavam, muitas vezes divergências táticas – os testemunhos relatam uma tentativa de articulação entre elas, especialmente, quando a repressão recrudesceu. Após a breve experiência em armas, os militantes que não foram mortos imediatamente, foram presos. Diferentes instituições repressivas disputavam entre si as prisões e duas se destacaram: o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), formado pelas polícias estaduais, e o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), órgão subordinado ao Exército e criado a partir da experiência da Operação Bandeirante (OBAN), organismo financiado inicialmente com dinheiro privado paulista, que estruturou um grande centro de tortura e repressão.

Por outro lado, durante o auge da luta armada e da repressão militar, os números da economia melhoravam paulatinamente, com taxas progressivas de crescimento e emprego, especialmente se comparadas aos primeiros anos da Ditadura e da política recessiva de Castelo Branco (NAPOLITANO, 2014, p. 147-172). Segundo Napolitano, este crescimento deve-se mais ao ambiente econômico internacional favorável do que propriamente da ação dos militares (*ibidem* p. 161). Já no final de 1968, mas especialmente entre 1969 e 1972, simultaneamente à experiência da luta armada, a ditadura promovia o seu “milagre econômico” – uma modernização da economia brasileira, dependente de tecnologia e capital externos mas que, num aspecto imediato, gerou emprego e renda para milhares de trabalhadores, altos salários para a classe média especializada e uma concentração de renda brutal para a elite econômica³⁶. Enquanto a tortura era generalizada nos órgãos repressivos, as propagandas ufanistas celebravam os feitos do governo. Além disso, contrariando as expectativas dos militantes, as massas trabalhadoras não se juntaram ao seu projeto de revolução. Isolados e acurralados pelo aparato repressivo foram progressivamente desbaratados.

³⁶ Para Napolitano (2014, p. 164) “a concentração de renda foi uma opção fria e racional dos gestores do milagre”, desta feita, apesar do crescimento acelerado e da inegável expansão capitalista, “a maior parte da sociedade brasileira não pôde desfrutar os resultados” (*ibid.* p. 145)

Quando presos, os militantes políticos sofreram imediatamente torturas, que, ao contrário de exceções individuais, foram práticas estruturantes do aparato repressivo. A ditadura não criou a tortura – esta é uma prática secular para a manutenção na ordem no Brasil e remonta desde a escravidão. Contudo, a novidade foi a burocratização e o aparato tecnológico e também os corpos que sofreram essas violências: não mais corpos negros e pobres, tradicionalmente vítimas dessas violências, mas corpos brancos das camadas médias. Havia uma rede de profissionais que tinham funções específicas na dinâmica da tortura, valendo-se, muitas vezes, de aparato tecnológico. A tortura, física ou psicológica, não visava somente obter informações, mas fragilizar os indivíduos, seja pelo medo da morte, sempre iminente, seja pela culpa, diante de alguma delação que pudesse prejudicar seus companheiros. A tortura foi peça chave do aparato repressivo, afinal, a “guerra contra a subversão” não acabaria na prisão, mas continuaria justamente naquele espaço. Paulo Arantes pensando na ditadura mas também no tempo que a sucedeu, afirma que para os militares a “subversão” não se resolvia com a prisão dos militantes, afinal, para aqueles “a guerra não acabou, de novo que se entenda: é preciso anular a vontade do inimigo de continuar na guerra, e anular até o seu colapso” (ARANTES, 2010, p. 211).

Os militantes da luta armada, quando sobreviveram à prisão, foram presos e torturados no DOPS e/ou DOI-CODI sem qualquer oficialização por semanas até que, finalmente, suas prisões eram regularizadas. Somente naquele momento, poderiam ter acesso a advogados. Posteriormente, foram encaminhados a presídios e ficaram junto com outros presos políticos, aguardando julgamentos ou já condenados. Poderiam, contudo, ser levados a qualquer momento para o DOPS ou DOI-CODI e torturados novamente. A maior parte dos personagens analisados permaneceu mais tempo na prisão do que militando em organizações armada.

A tortura, experiência-limite a que foram submetidos esses sujeitos, deixou cicatrizes e marcas físicas e psicológicas e ocupa um papel central nos testemunhos. Alguns, como Lenira e Lúcia, relatam com detalhes as violências a que foram submetidas. Outros testemunhos, como de Raul e Ariston, se silenciam ou procuram mudar de assunto, quando questionados sobre a tortura. Esta é uma experiência traumática por excelência: situações de violência extrema que aqueles que sofrem dificilmente encontram palavras para expressar. Até porque, os que mais sofreram a violência da repressão, não sobreviveram para relatar suas dores. Os sobreviventes carregam, muitas vezes, o peso de suas experiências traumáticas e, ao mesmo tempo, uma certa responsabilidade em manter

viva a memória daqueles que pereceram – o testemunho de Criméia, bem como sua militância futura se aproximam desta ideia. Por outro lado, esse sujeito fraturado pela experiência traumática, cheio de experiências intransmissíveis é cortado por um paradoxo: a necessidade de falar e a impossibilidade de falar:

O testemunho “coloca-se desde o início sob o signo da simultânea necessidade e impossibilidade. Testemunha-se um excesso de realidade e o próprio testemunho enquanto narração testemunha uma falta: a cisão entre a linguagem e o evento, a impossibilidade de recobrir o vivido com o verbal” (SELIGMANN-SILVA, M. apud ARANTES, M. 2011, p. 191).

Para dificultar mais a situação, quando nossos personagens saíram da prisão entre 1972 e 1979, não tiveram um acolhimento ou uma escuta social às suas experiências traumáticas, especialmente a da tortura, afinal, a ditadura permanecia sólida. Pelo contrário, relatam que sentiram medo apesar de libertos. A transição política, controlada pelos militares, foi estruturada sobre o signo do silêncio. O grande exemplo é a lei de Anistia de 1979, contruída sobre o princípio de “reconciliação e de pacificação nacional”³⁷, interditando o debate sobre aquele passado e consecutivamente uma possível punição aos responsáveis por violações aos direitos humanos. Para os ex-presos políticos havia muito a contar, até como forma de elaboração da experiência traumática, mas, para além da dificuldade individual em lembrar aqueles eventos passados, havia uma dificuldade social em falar, tanto pelo medo de possíveis retaliações quanto pela ausência de escuta. Lúcia destaca que, nos anos 1980, ninguém queria falar ou ouvir sobre a tortura.

Nos presídios, muitos dos presos políticos buscaram se organizar politicamente para reivindicarem melhores condições no cárcere e também para gerenciarem a vida comum. Muitas vezes recorriam a greves de fome, como estratégia de denúncia das condições do cárcere. Lenira ficou presa entre 1971 e 1972, principalmente no presídio Tirandentes em São Paulo, assim como Márcia, presa entre 1971 e 1974. Nesse mesmo presídio ficaram presos Artur (1972-1977), Alberto (1970-1977) e Ariston (1970-1979). Lúcia ficou presa nas dependências do Exército, em uma Vila Militar e depois foi levada ao presídio de Bangu, no Rio de Janeiro; seu encarceramento foi de 1971 a 1974. Raul, preso entre 1970 e 1973, permaneceu no presídio de Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Criméia permaneceu presa de 1972 a 1973, nas dependências de um batalhão da Polícia

³⁷ Desta forma é que a lei LEI Nº 9.140, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1995, acerca dos mortos e desaparecidos, define a Lei de Anistia.

do Exército, em Brasília. Ao mesmo tempo, alguns testemunhos destacam que entre os presos políticos houve conflitos e divergências sobre a forma de encaminhar as lutas e demandas políticas: aderir ou não as greves de fome são um exemplo.

Além disso, o papel dos familiares foi importante na publicização das prisões, articulação com advogados e constituição de redes de informação e denúncias. O ato de divulgar uma prisão e buscar uma rápida judicialização tentava evitar a morte e o desaparecimento dos militantes presos. A Igreja atuou como importante articuladora das famílias, seja dos presos políticos, seja dos mortos e desaparecidos, principalmente por meio da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, criada por iniciativa do cardeal dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo.

Por volta de 1974, os militares iniciaram uma autoreforma da ditadura, propondo uma distensão controlada, visando institucionalizar o regime. A condição econômica piorava gradativamente: a euforia do “*milagre*” deu lugar à instabilidade econômica. O rápido crescimento era dependente do capital internacional e este tornou-se rarefeito depois de 1973, por causa da Crise do Petróleo – e pioraria ainda mais a partir de 1979, culminando num processo de estagnação econômica e inflação crescente. A vitória da oposição consentida do MDB nas eleições gerais de 1974, impulsionadas pela anticandidatura de Ulysses Guimarães, mostrava um descontentamento social em relação ao governo militar – no bipartidarismo, as eleições adquiriam um caráter plebiscitário de apoio ou rejeição ao governo. Neste processo de abertura, os militares buscavam certa adesão da oposição à moderação na transição política e a ameaçavam, frequentemente, com a possibilidade de fechamento do regime caso suas demandas não fossem atendidas.

O assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975 nas dependências do DOI-CODI, também marcou uma mudança nos rumos políticos. A missa ecumênica em homenagem ao jornalista assassinado foi uma importante manifestação política desde o AI-5 e reuniu milhares de pessoas na Catedral da Sé. Organizações profissionais da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) participaram do ato, acolhido pela Igreja, na figura do arcebispo de São Paulo. Setores da classe média intelectualizada se mobilizavam nas brechas possíveis para demandar liberdades e redemocratização. Pouco a pouco, os próprios presos políticos foram mobilizados pela oposição consentida como instrumentos de denúncia e crítica aos militares. Neste interim, até mesmo um senador da ARENA, partido próditadura militar, Teutônio Vilela, percorreu cadeias em visitas a presos políticos e pode

dizer que em nenhuma delas achou terroristas, mas jovens na luta pela democracia. Elaborava-se, naquele momento, uma memória de sociedade resistente contra um governo autoritário e os presos políticos eram mobilizados nesta narrativa.

Uma frente ampla pela redemocratização se esboçou em meados da década de 1970, unindo liberais progressistas e esquerda moderada. A esquerda armada estava derrotada, pela prisão, desaparecimento ou morte. Uma mobilização por Anistia aos presos políticos e exilados começou a se estruturar. Ao mesmo tempo, movimentos se articulavam nas periferias urbanas, com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), movimentos de leigos apoiados pela Igreja Católica, culminando, por exemplo, no Movimento Contra a Carestia, liderado por mulheres da periferia que protestavam contra o aumento do custo de vida. No final da década de 1970, um novo ingrediente ia potencializar essa ebulição de movimentos: greves de operários no ABC paulista protestavam contra o arrocho salarial e questionavam os dados oficiais sobre a inflação. Era um movimento histórico: primeiras greves desde 1968. À articulação da sociedade civil, uniu-se um movimento de trabalhadores. Esta frente de oposição começou a ganhar fôlego enquanto a condição econômica do país patinava, com a redução do crescimento econômico e o aumento da inflação e da dívida externa.

Enquanto diferentes grupos sociais se articulavam em oposição ao regime, os militares, incrustados no Estado, buscaram controlar a transição política. Em abril de 1977, outorgaram leis que alteravam regras eleitorais e garantiram maioria parlamentar ao partido do governo. Com uma crescente pressão e oposição, o regime buscou tutelar a distensão e dessa forma blindar-se de possíveis “revanchismos” – termo usado para referir-se a qualquer responsabilização pelas suas ações, como, por exemplo, a prática da tortura e de assassinatos políticos. É nesse contexto que devemos compreender a Lei da Anistia de 1979.

A proposta dos movimentos era uma Anistia ampla, geral e irrestrita a todos os presos políticos, contudo, os militares se apropriaram da pauta da oposição e deram um sentido muito específico: a lei aprovada por um Congresso controlado pelo partido governista anistiou certos presos políticos mas, com um dispositivo jurídico ambíguo³⁸,

³⁸ A lei de Anistia, nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, criou a figura do “crime conexo” ao crime político. O primeiro parágrafo da lei diz: “Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política”. Uma tipificação tão vaga que na prática visava anistiar torturadores e todos aqueles responsáveis por violações aos direitos humanos.

também anistiou torturadores e criou um pacto de silêncio sobre a tortura. A aprovação da lei trouxe de volta os exilados políticos e um novo ingrediente para a redemocratização, ao passo que as torturas, mortes e desaparecimentos pareciam ter ficado no passado. De forma muito semelhante, em 1984, apesar de uma imensa mobilização social nas “Diretas Já” defendendo eleições diretas para presidência da república, os militares impuseram o seu veto e o Legislativo não aprovou a emenda constitucional: as eleições presidenciais que elegeriam o primeiro civil desde 1960 seriam indiretas.

Os personagens analisados neste trabalho, saíram da prisão entre 1972 e 1979, ou seja, praticamente durante a vigência do AI-5, que só foi revogado em outubro de 1978. Os ex-presos políticos não eram simbolicamente para sociedade nem heróis nem vítimas, pois o regime contra o qual lutaram ainda estava no poder, controlando sua saída. Além disso, não mantiveram nenhuma organização política entre eles após a saída da prisão. Cada um a sua forma, com auxílio de familiares e amigos, buscou reestruturar-se profissionalmente e reestabelecer sua vida.

Quando saíram da prisão sofreram com o medo de perseguição, com o assédio de elementos da repressão e com dificuldades de reinserção profissional. Além disso, foram presos pela ditadura como terroristas e subversivos, mas saíram da prisão como anônimos e suas experiências traumáticas não tiveram um espaço social para a escuta, no contexto da transição política – marcada pela conciliação entre militares e elite política e por um pacto de silêncio acerca do passado recente. Este processo, batizado como “abertura lenta, gradual e segura”, cobriu com um manto de silêncio aquele passado recente. Nesta perspectiva, os militares se retirariam para os quartéis, o Brasil se redemocratizaria e haveria um futuro a ser construído, porque o passado já estava pacificado e devidamente perdoado com a Lei de Anistia.

Os militares poderiam ser acusados de censurar, cassar, perseguir e exilar opositores – acusações às quais poderiam, de uma forma ou outra, justificar-se, ao contrário da acusação de torturadores, pois esta escancararia as estranhas autoritárias do regime. Sob esta perspectiva, em nome da paz social, da “reconciliação e perdão”, o silêncio imposto. Este manto de silêncio sobre o passado em nome da reconstrução do

Em 2010, o Supremo Tribunal Federal, por 7 votos a 2, negou um pedido da Ordem dos Advogados do Brasil que pedia a revisão da Lei de Anistia.

futuro, imposto pelos militares mas, de certa forma, aderido e pactuado pela elite política da nova república, estabeleceu para Napolitano um tabu:

No caso da sociedade brasileira pós-ditadura, uma série de tabus (portanto, de interditos à narrativa e à perlaboração crítica e expiativa) deram o tom da “conciliação política” e encontrou na narrativa liberal sobre a ditadura o seu ponto de equilíbrio. Esta narrativa evitou tanto a elaboração do trauma (e suas lacunas e elipses em relação à experiência histórica, preenchendo-a com uma narrativa heroica), quanto o enfrentamento do tabu – [...] silêncios autoimpostos pelos perpetradores e seus herdeiros e simpatizantes (NAPOLITANO, M. 2019, p. 23).

Esta conciliação política e o silêncio imposto pelos militares, estabeleceram para a sociedade brasileira um tabu sobre o passado e, ao impor um silêncio forçado às vítimas de violência – seja por meio da lei ou do consenso social –, impediram ou dificultaram a elaboração daquelas experiências traumáticas, fundamentalmente a da tortura. Ao mesmo tempo, a frente de oposição a ditadura que se estruturou no final da década de 1970, unindo liberais progressistas e esquerda moderada, construíram uma narrativa de que a resistência à ditadura estaria vencendo o autoritarismo e expelindo um corpo estranho. Esta peculiar transição, ao passo que que dificultou a elaboração traumática das vítimas, as recompensou com uma narrativa de *vitória da resistência democrática sobre a ditadura*. Teriam sido derrotados nas armas, mas vencido politicamente o regime, que teria se encerrado e dado lugar a democracia. O silêncio sobre o passado talvez seja a pedra angular sobre o qual Nova República se estruturou. Todavia, esse silêncio pactuado na transição política ainda afeta não só as vítimas dos traumas mas também toda a sociedade que não assimilou seu passado recente nem superou práticas autoritárias como a tortura.

Esses ex-presos políticos, marcados por experiências traumáticas e interditados pelo tabu, sem uma escuta social para sua experiência, buscaram cada um a sua forma, restaurar suas vidas. Após a liberdade, com exceção de Lenira e de Criméia, ambas com familiares ainda presos, nenhum outro personagem relata ter se engajado ativamente na Campanha da Anistia. Alguns se aproximaram dos emergentes movimentos sociais e se enveredaram pela militância em novos partidos políticos, assimilando novas perspectivas de disputas, nas quais havia pouco espaço para se debater o recente passado da ditadura. Neste sentido, Márcia, Raul e Artur se engajaram na construção do Partido dos Trabalhadores (PT), mas somente Artur manteve vida partidária, pois os outros dois

afastaram-se, na década de 1980, decepcionados com a burocratização do partido³⁹. Crimeia permaneceu no PCdoB até a década de 1980, quando afastou-se, decepcionada com o pouco interesse do partido à questão dos mortos e desaparecidos da Guerrilha do Araguaia.

Os outros personagens, contudo, afastaram-se da militância política organizada desde a saída da prisão. Para Lúcia e Márcia, seus antigos de companheiros de organização se constituíram num grupo de amigos. No espírito de conciliação e silêncio da lei de Anistia, os presos políticos, especialmente os egressos da luta armada, não tinham um lugar muito bem definido na Nova República e, especialmente, uma escuta social para sua experiência traumática. Ninguém queria ouvi-los e não havia espaço para suas memórias. Tanto quem continuou na militância política quanto quem se afastou partilha de algo em comum: o silêncio.

A Nova República se estruturou sobre os escombros deixados pela ditadura. Uma situação econômica e social crítica. Toda aquela mobilização social desde a década de 1970 reverberou na Constituinte de 1988, garantindo um caráter progressista à Constituição e a constitucionalização de direitos sociais, como educação e saúde. Apesar disso, a questão da Anistia permaneceu intacta e a segurança pública foi atribuída a forças militares. A Nova República virava seus olhos para os desafios do futuro ao passo que se silenciava sobre os crimes do passado.

A partir da década de 1990, começam algumas políticas de reparação aos familiares de mortos e desaparecidos. A lei 9.140 de 1995, conhecida como lei dos mortos e desaparecidos políticos, apesar de orientada pelo princípio de “reconciliação e de pacificação nacional” expresso na Lei de Anistia, previu indenizações para familiares daqueles vítimados pela repressão da ditadura. A Lei 10.559/2002 possibilitou pedidos de indenização trabalhista para aqueles que provassem que foram vítimas de perseguição política. Desta forma, mesmo sem apuração dos crimes ou julgamentos, os perseguidos e familiares conseguiriam ingressar com pedidos de indenizações, mesmo que com o ônus da prova. Alguns dos personagens relataram que ingressaram com o pedido de Anistia e indenização mas sentiram um desconforto diante do pedido e dos procedimentos

³⁹ Márcia e Raul, já afastados do PT quando da entrevista, justificam sua saída do partido graças a burocratização. Este processo é bem analisado por Lincoln Secco (2015).

burocráticos, como se estivessem apenas em busca de uma indenização. Foi o caso de Lenira, Raul e Ariston. Lenira falou em humilhação.

Nos anos 2000 e 2010, o reforço de uma política de memória por parte do Estado brasileiro fez aquele passado voltar ao debate político e ser mobilizado nas disputas políticas daqueles anos. Ao mesmo tempo, os militares, sentindo o interdito de silêncio sendo desrespeitado, bradaram em alto e bom som acusações de revanchismo. Foi nesse contexto de disputas de memória que nossos personagens concederam as entrevistas.

1.2 – Análise documental

Os personagens analisados neste capítulo, são homens e mulheres que no final da década de 1960 e início de 1970, com idades entre 18 e 29 anos, ingressaram em organizações armadas contra a ditadura. Apesar dos diferentes momentos e condições, todos foram presos e torturados pelo aparato repressivo. Saíram da cadeia entre 1973 e 1979 e tiveram dificuldades de reinserção social e profissional, especialmente na década de 1970. Entraram na cadeia acusados de terroristas pela ditadura e saíram com medo da continuidade da repressão, oficial ou clandestina, sob um silêncio social ensurdecedor. Para a sociedade brasileira, vestida com o manto de “resistência”, esses personagens não foram nem heróis, nem vítimas, nem testemunhas: eram seres anônimos que tiveram, por diversas vezes, que se silenciar sobre seu passado, para conseguir reinserção social e profissional. Foram presos por suas militâncias, mas a sociedade brasileira, pela qual imaginavam que lutavam, permaneceu, grosso modo, indiferente às suas trajetórias, seja durante a luta, seja após a saída da prisão. Diferentemente de outros casos de violações aos direitos humanos, como o da Argentina e o da Alemanha, os presos da ditadura brasileira não tiveram acesso a uma escuta social: suas vozes não foram ouvidas, assim como seus violadores não foram julgados e, muitas vezes, sequer nomeados. Ao mesmo tempo, na década de 1990, o Estado brasileiro redemocratizado começou a indenizar esses ex-presos políticos, sem, contudo, dar visibilidade pública às suas vozes nem punir os responsáveis pelos crimes da ditadura. São esses personagens, cobertos por um certo manto de silêncio, que oferecem, neste momento suas vozes, para compreendermos como elaboraram suas memórias.

Ao mesmo tempo, é importante bem definir essa imagem cristalizada na memória social da luta armada como expressão de idealismo juvenil à qual iremos tomar

como parâmetro de análise dos testemunhos neste capítulo. Grosso modo, essa memória de viés liberal que se hegemonizou explica a luta armada contra a ditadura e o ingresso nas organizações clandestinas, como uma aventura irresponsável, mas bem intencionada, de jovens ingênuos e/ou manipulados (FICO, 2004, p. 32). Inegavelmente, um número considerável de militantes da luta armada era jovem, mas o que esta memória sugere é que a opção pelas armas se deu por um arroubo da juventude e não como opção política consciente (NAPOLITANO, 2015b, p. 24). O viés liberal desta memória se explica pois apesar da oposição ao autoritarismo ser moralmente correta, estes jovens teriam recorrido à violência, igualando-se de certa forma à ditadura; a crítica era, simultaneamente, à extrema direita e à esquerda armada. Para os liberais, a oposição legítima seria pacífica e dentro das instituições. Ao criar a ideia de equivalência entre “extremos”, valorizaria justamente uma postura de moderação e conciliação (*ibid.*, pp. 24-25). O idealismo juvenil seria uma forma paternalista de criticar a luta armada, assimilando-a: os erros do passado se deviam à ingenuidade daqueles jovens bem intencionados. Como se o tempo fosse conduzir esses jovens ingênuos à maturidade dos liberais. Tal memória de idealismo juvenil encontrará seu modelo mais acabado no já citado *O que é isso companheiro?*, de Fernando Gabeira. O livro narra o sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick em 1969, que forçou os militares a capitular ante as exigências de leituras de manifestos na imprensa e soltura de presos políticos. O livro, contemporâneo à lei de Anistia de 1979, é permeado pelo espírito de moderação e conciliação da transição democrática pactuada.

A narrativa de Gabeira é um relato biográfico, pois o jornalista carioca participou do sequestro, enquanto militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Após a ação, Gabeira ingressou na clandestinidade, foi preso e torturado em 1970, encarcerado por alguns meses e depois libertado graças ao sequestro de outro embaixador. Permaneceu exilado até 1979, quando, por meio da Lei de Anistia, voltou ao Brasil. Neste mesmo ano, publicou o livro de memórias sobre o sequestro e um balanço de sua experiência na oposição à ditadura. *O que é isso, Companheiro?*, décadas depois, ganhou uma produção cinematográfica homônima. A obra de Gabeira também é uma proposta de Anistia e especialmente de silêncio (ROLLEMBERG, 2010, p. 26). A consolidação desta memória autocrítica da luta armada se encaixava interessantemente no pacto político da transição de “virar a página” do passado, sem “revanchismo”.

Na obra, com sarcasmo, o narrador, sempre do alto, da sacada, avião ou inteligência, se colocava num lugar de superioridade sobre a realidade descrita. Em relação aos militantes de esquerda cria estereótipos cômicos de ingenuidade e infantilização. Estes são apresentados de forma impessoal como ingênuos e bons, mas iludidos por discursos autoritários que, em última instância, os igualariam aos torturadores⁴⁰. Sua narrativa é complacente com os idealistas que seguiam “obediências cegas” (p.51) mas a implacável com a esquerda, definida genericamente e “cheia de teorias prontas” (p.35). Esta “esquerda Neanderthal” (p. 171), “exclusivamente urbana, enraizada no movimento estudantil e entre os intelectuais” (p. 52), “é acusada por: ser incapaz de analisar corretamente a realidade” (p. 51); “tratar as massas de forma autoritária” (p.53); “ser insensível à temática das mulheres” (p. 61) e dos gays (p. 219); “estar presa à crença na vitória” (p. 62); “ser arredia a perguntas e reflexões” (p. 62); “limitar os impulsos pessoais” (p. 155), “propondo um “completo esmagamento do indivíduo” (p. 162). Com tantos problemas analisados a posteriori, Gabeira chega a se alegrar com a derrota: “foi bom não termos tido uma grande faixa de poder ao nosso alcance, pois os erros iriam liquidar nossas esperanças” (*ibidem*). Até mesmo por que eles eram prisioneiros dos militares, mas também prisioneiros de sua própria lógica. Por fim, arremata “não é a polícia brasileira que é violenta. Nós somos violentos” (p. 222).

Esse nivelamento que igualava torturados e torturadores vem acompanhado de uma crítica genérica a tortura como escândalo à civilização (p. 188). Falando da tortura enquanto artista (p. 186), o narrador narra até a plasticidade da tortura: “não havia ódio, mas pura e simplesmente a realização de um balé em conjunto, rigorosamente ensaiado” (p. 43). Se em breves momentos as torturas são descritas e apresentadas com frases curtas, por outro lado, os torturadores são apresentados como abrandados funcionários públicos, cumpridores de suas atividades profissionais com um “padrão técnico” (p. 144). Havia exceções sádicas, é claro, mas a “maioria, uma vez passado o seu plantão, entrava numa onda completamente diferente” (p. 183). Em muitos casos, bons policiais são descritos, merecendo adjetivos como gentis e simpáticos (p.189-190). Seus companheiros de sequestro merecem uma descrição breve e impessoal: se é impossível representá-los como ingênuos e criticá-los diretamente, o silenciamento parece ser a saída; personagens marginais à ação recebem mais destaque.

⁴⁰ Como nos três parágrafos seguintes citaremos vários trechos do livro de Gabeira (2006), indicaremos somente as páginas ao lado dos excertos.

Ao mesmo tempo em que a “esquerda” é execrada, a sociedade é inocente, afinal, “ninguém poderia prever com exatidão o que estava se passando dentro das prisões brasileiras” (p. 209). A imprensa é retratada de forma simpática e resistente, assim como os exilados. O embaixador norte-americano sequestrado é humanizado na narrativa: “parecia um herói de histórias em quadrinhos” (p. 60). Uma narrativa que critica uma esquerda ingênua e potencialmente tão autoritária quanto a ditadura, ao passo que descreve um passado triste, mas em vias de superação, com uma sociedade conformada, mas finalmente livre. Jovens infantis e ingênuos sofreram graças a perigosas e equivocadas ideias. Ao cabo, uma proposta de conciliação, encerrando esse passado e se encaminhando para o futuro.

Como um observador quase externo, Gabeira narra sua breve passagem pela esquerda armada, no episódio do sequestro do embaixador americano. Uma narrativa de arrependimento, com uma autocrítica superficial: eram jovens idealistas, sonhadores iludidos por um projeto revolucionário igualmente violento; não tinham a força que supunham e foram massacrados. Foi um sonho tresloucado que pouco ou nada tinha a contribuir com os novos tempos; a democracia, sim, era um valor supremo e inquestionável. A experiência de luta contra a ditadura fazia parte do passado, sem nada poder oferecer ao presente, senão memórias e produções culturais. Como se a ditadura fosse uma pausa excepcional no *continuum* do tempo e com a redemocratização o tempo evolutivo rumo ao progresso fosse restaurado (BENJAMIN, W., 2012, p. 243-246). A narrativa é anacrônica, porque distanciada dos debates e dos dilemas que motivavam as ações narradas, rejeita toda aquela experiência como inconsequência e equívoco juvenil. Uma autocrítica que nega toda a experiência passada e, ao mesmo tempo, abraça acriticamente a democracia que se erigia. Uma narrativa sem sujeitos bem definidos, com uma grande ação de aventura e suspense. Analisando o livro de Gabeira e comentando seu sucesso editorial, transformado em filme 18 anos depois, Rollemberg afirma:

Alguns nomes aparecem aqui e ali, ao largo, periféricos e marginais, estranhos à narrativa, distantes da história. Sombras. Lembrados e esquecidos. Lembrados para serem esquecidos (...) as razões que explicariam o fato de a versão de Fernando Gabeira ter alcançado tamanha receptividade na sociedade estão ligadas à conciliação que traz em si. Pois aquela narrativa, longe de esclarecer, desloca o foco, distancia-se dos sujeitos: lembra-se esquecendo, esquece-se lembrado. (2006, p. 13)

Em meio a tantas memórias, a que se consolidou foi justamente a que menos disse, menos explicou e a que mais enclausurou no passado, ou seja, a potência daquela experiência. Joga-se uma pá de cal sobre a experiência passada de modo que ela não interfira ou dialogue com o tempo presente. Do livro ao filme, municiando inúmeras produções culturais, a obra criou um estereótipo que, apesar de ser muitas vezes criticado pelos protagonistas do episódio⁴¹, ganhou repercussão e reprodução na grande mídia.

Apesar de encontrar em Gabeira sua versão mais acabada e reproduzida, esta memória de idealismo juvenil começou a ser construída simultaneamente aos próprios eventos históricos. Em 1968, ano em que o movimento estudantil obteve protagonismo e certos grupos sociais começaram a se afastar do regime militar, alguns setores da imprensa esboçaram certa simpatia pelo movimento estudantil, pelo menos até este radicalizar diante da repressão. Os jovens eram retratados pela imprensa como idealistas e com algumas pautas legítimas, apesar de alguns excessos condenáveis (VALLE, 2010, p. pp. 180-203). Mas, ao final de 1968, momento em que a repressão recrudesceu e o movimento estudantil esboçou uma resposta à violência, esta mesma imprensa se afastou dos estudantes, igualando militares e movimento estudantil como potencialmente violentos (VALLE, M., 2010, pp. 301-305). Ao mesmo tempo, no final da década de 1970, quando os mesmos setores liberais esboçaram um afastamento do regime, os estudantes idealistas de 1968, transformados em perigosos terroristas durante os “anos de chumbo”, foram novamente ressignificados como jovens ingênuos e bem intencionados, vítimas de um regime autoritário e utilizados pela oposição consentida como arma de denúncia contra a ditadura.

A construção dessa memória de idealismo juvenil tem um papel político ambíguo: ao mesmo tempo em que celebra a participação política dos jovens, rejeita de forma paternalista seus métodos, desqualificando-os como arroubos juvenis. Assimila excluindo, sugerindo, em última instância, a necessidade de aguardar pacientemente que o progresso do tempo trará maturidade a esses jovens, e por maturidade entendamos: a percepção liberal de que só existe luta política possível dentro das instituições. Ao mesmo tempo, despreza a potência transformadora daquela atmosfera de mobilização político-

⁴¹ As críticas foram tantas que ensejaram a realização de um “contra-filme”, ou filme resposta, a saber *Hércules 56*, não por acaso, contemplando a fala de outros protagonistas, sem a presença de Gabeira.

cultural do pré-1964, do Brasil “irreconhecivelmente inteligente” (SCHWARZ, 2008, p. 70).

A questão, para nós, é como os personagens da luta armada elaboraram suas memórias, décadas depois dos eventos, e como estas se relacionam com a memória hegemônica em questão. Teriam eles assimilado a ideia de que sua experiência foi fruto de um idealismo juvenil? Iremos analisar trechos de diferentes testemunhos de modo a tecer um panorama desta relação entre a memória dos personagens e a memória social hegemônica.

O primeiro testemunho a analisarmos é de Lúcia Murat. Com 62 anos, Lúcia concedeu sua entrevista em 2010, no Rio de Janeiro. Ela, que militou no MR-8, ficou clandestina ao final de 1968, foi presa e torturada pela ditadura militar. No momento da entrevista, já não tinha atuação política por via institucional ou militância; seu campo de atuação era a arte. Cineasta reconhecida, ela tem sua produção marcada pela experiência da prisão e da tortura. Segundo ela,

Em relação à minha experiência pessoal, ela está nos meus filmes. Acho que eu acabei trabalhando o resto da vida com essa experiência, mesmo em filmes que não são essencialmente políticos. Ter vivido aquilo foi fundamental para eu tentar entender que eu não consigo entender a violência, principalmente a violência. Passei o resto da minha vida trabalhando com isso. Acho que a tortura ficou, já que eu passei de a trabalhar sobre isso o tempo todo, fazendo todos os meus filmes assim (MURAT, L. 2010, p. 1)⁴².

Lúcia, na produção de seus filmes sempre marcados pela memória da luta política e da violência, afirma ter a preocupação de “humanizar aqueles personagens e não criar heróis” (p. 35). Seu testemunho procura muitas vezes contrapor-se ao heroísmo que exalta, mas retira dos personagens sua dimensão humana, e, para isso, ela procura evidenciar as contradições e fragilidades desses sujeitos em sua militância.

Lúcia nasceu em 1948 numa família de classe média do Rio de Janeiro. Seu pai era médico, simpatizante do PCB. Ela começou seu testemunho relatando com detalhes sua infância e os múltiplos conflitos familiares, como o choque entre gerações ou os conflitos de gênero, diante da crescente liberalização sexual. Sua mãe é apresentada

⁴² Citaremos a referência no primeiro trecho do testemunho transcrito. A seguir, para facilitar a leitura indicaremos somente as páginas dos excertos correspondentes.

no seu relato sobre a infância como o “exemplo da mulher que [ela] não queria ser”, uma mulher muito “desperdiçada” (p. 2). Este antiexemplo fará com que Lúcia busque para si outros caminhos, possibilitada pela conjuntura de desenvolvimento econômico e crescente liberalização dos costumes: “eu não queria ser professora, porque era o símbolo dos anos 1950, você casar virgem. Eu queria fazer faculdade ser uma mulher independente, ter amantes em Paris, a minha fantasia era essa” (*ibidem*).

O antiexemplo da mãe, a confortável condição econômica, bem como o contexto de liberalização viabilizaram certa independência de Lúcia e aproximaram-na da militância política. Ao mesmo tempo, apesar das boas condições econômicas da família, Lúcia relata como, no passado, imaginava raízes pobres em sua família:

Sempre fantasiei que [meus avós] eram mais pobres do que efetivamente eu acho que eram. Lembro-me de que no DOI-CODI quando o cara falou: “Porque você está aqui? A sua família tem dinheiro”, eu falei: “O meu avô era pobre” (*Ibidem*).

Esta fantasia com a pobreza encontra-se em outras partes do testemunho, seja na admiração pela família do pai pela “relação com a terra, com a coisa de sobrevivência” (p. 3), que ela nunca teve; seja, ao falar da infância, de como frequentou favela, por causa de famílias pobres que o pai atendia. Esse aparente desconforto com a condição de classe média, observado tanto nas escolhas políticas, quanto na forma de elaborar a memória, pode ser reflexo de um ambiente cultural, na adolescência, na qual a problemática da pobreza e da miséria ganhou protagonismo, abalando o conforto e a estabilidade de muitas pessoas oriundas desses estratos médios, que se sensibilizaram com a desigualdade social e se imbuíram de certa responsabilidade por transformações sociais.

Sua aproximação com a militância se deu em 1967, já no contexto universitário. Apesar de seu círculo de amigos estar politicamente a direita, ela aproximou-se do movimento estudantil e da esquerda por questões relacionadas à liberdade da mulher - Lúcia cita a influência da leitura de Simone de Beauvoir - e também por partilhar gostos artísticos e culturais. Seu testemunho vincula sexualidade, comportamento, arte e cultura como vetores importantes para o ingresso da militância política. Sua entrada no movimento estudantil é marcada por duas motivações imediatas: repulsa diante da violência da ditadura e sintonia intelectual e comportamental com pessoas politicamente à esquerda. Diz ela

Entrei no movimento estudantil pela questão da violência, que era muito clara: pessoas iam para as passeatas e voltavam todas cheias de porrada. Obvio que eu era contra a violência, eu votava com a direita, mas eu era contra os militares, era uma coisa meio confusa, não tinha uma definição política clara. O outro lado foi intelectual: quem mais se aproximava do mundo, da literatura, da moral que eu buscava estava à esquerda. Foram as duas coisas: do ponto de vista concreto a questão da violência, a ditadura contra o movimento estudantil que já se fazia sentir fortemente e a questão da convivência intelectual, pessoas que tinham a ver comigo, com o que eu queria ler, com o que eu gostava (p. 4).

Dois vetores aproximaram Lúcia da militância, mesmo “meio confusa” e sem uma definição política clara: gostos culturais e comportamentais e a indignação diante da violência contra os estudantes. Uma aproximação não mediada exatamente pela racionalidade, mas por um outro campo, ligado às sensações e afecções. Seu testemunho também parece construir um olhar saudosos e complacente com um passado de idealismo e rebeldia, com uma profunda mediação cultural; de boas, mas perigosas e até inconsequentes atitudes, que, apesar de bem intencionadas, ainda marcavam o corpo e a mente daquela que relembra e relata:

A gente tinha uma vivência cultural muito forte na época. Era legal, tudo era integrado: o cinema, a cultura, tudo era integrado no nosso dia a dia da política, as discussões eram muito enfáticas também, mas integradas à questão cultural. A lembrança de que eu tenho de 1968 é dos anos dourados. Foi o período da descoberta, que me achava dona do mundo, em que a gente foi às ruas dominando tudo. A gente fez a passeata dos 100 000, fizemos uma passeata de 50 000, a gente estava no poder ali, eu era do grupo. Eu estive presa em Ibiúna no final do período, era da liderança, chamada liderança média, a gente se sentia com o poder absoluto. É óbvio que passamos o ano inteiro já discutindo quem vai para a revolução e quem não vai, quem vai militar e quem não vai, a gente já discutia a luta armada naquela época toda. Não fizemos, só fomos fazer depois do AI-5, mas a gente já discutia como uma preparação, quem estava preparado para fazer a revolução e quem não estava. Quando fui para o Congresso de Ibiúna já em outubro, já era quase final da brincadeira, os grandes anos dourados viraram anos de chumbo depois do AI-5. Eu acho que eu já tinha saído de casa, não consigo me lembrar direito, mas eu acho que eu já tinha saído de casa meio num *She's leaving home* dos Beatles, eu me lembro que tinha uma cestinha de supermercados que eu pus umas roupinhas, briguei com a mamãe, eu tinha saído e fui morar com a [...] num apartamento que o pai dela tinha alugado para a gente em Ipanema, já tinha saído de casa nesse movimento de liberação feminina. Não estava clandestina. Aí tem

uma coisa: a organização decide que todo mundo que era, em tese, queimado iria para clandestinidade. Então, no dia do AI-5 como eu tinha sido presa em Ibiúna, eu fui considerada uma pessoa a se clandestinizar. Eu saí do setor de classe média, setor do movimento estudantil, abandonei a faculdade e entrei no setor operário. Eu passei a fazer parte do setor operário a partir do AI-5, a partir daí eu fiquei clandestina, andava com um revólver dentro da bolsa que era uma completa loucura (p.7).

A Lúcia de 2010 não apenas relembra sobre a Lúcia de 1968, como a analisa. Para isso, opera, em sua narrativa um distanciamento e uma caracterização: aos 20 anos se sentia dona do mundo, com poder absoluto. Ela e seus pares estavam no poder, preparando-se para fazer a revolução. Lúcia rememora que era essa a discussão de seu cotidiano. Mas viviam todo esse otimismo sem saber que já era o final da brincadeira. Neste trecho da entrevista, Lúcia alterna risos com alguns silêncios. Parece existir uma simpatia diante daquela jovem de 20 anos e de seu idealismo juvenil. Se achar a “dona do mundo” indica que a Lúcia da entrevista enxerga naquela jovem do passado uma leitura superestimada da força. Ao mesmo tempo, para Lúcia permanece a lembrança dos “anos dourados”. Para quem, décadas depois da violenta derrota, está relatando sua trajetória, falar da “preparação para a revolução” (p. 7) soa como cômico e trágico: o dourado viraria chumbo, o sonho juvenil transformou-se em pesadelo. Por outro lado, sair de casa, como na música dos Beatles, indica que a opção pela clandestinidade não era somente fruto de um projeto político, mas também uma busca por mais liberdade em relação ao contexto familiar. Sexualidade e militância política se articularam na decisão de se clandestinizar. Pelo testemunho, a luta pela liberdade política se vinculava também à liberdade do corpo feminino. Mas o que parecia tão óbvio no final da década de 1960 é definido, a posteriori, como uma “completa loucura”, novamente, lançando um sobre o passado um olhar compreensivo, mas crítico e distanciado.

Ao mesmo tempo, quando comenta o ingresso na Dissidência Estudantil do Partido Comunista, que deu origem ao MR-8, Lúcia destaca como a efervescência cultural e também as relações afetivas, foram vetores fundamentais para o ingresso na militância política ao mesmo tempo que aponta um caráter de contingência para o ingresso naquela organização:

As pessoas, têm uma visão muito estreita do que foram as pessoas da luta armada. Tinha de tudo lá dentro. Não eram as questões culturais ou

internacionais que delimitavam quem era da organização ou quem não era [...] o que definiria você ser de uma organização ou não era você ter caído naquela faculdade que a organização era dominante, por exemplo, a DI era dominante na Economia,. Então você se dava bem com as pessoas e aí, daqui a pouco, você estava concordando, brigava com a AP, brigava com ALN, ficava brava e era uma coisa realmente de irmão, meio maçonaria, mesmo porque você praticamente só se relacionava com as pessoas da sua organização. Era uma coisa bastante sectária em relação às outras organizações. Você imagina um monte de adolescentes de 18, 19 anos você é sectário muito facilmente, você não é uma pessoa de vivência e de diálogo, aos 18 anos é tudo ou nada. Acho que as relações eram muito fechadas, a partir do momento que você entrava era o seu mundo, a sua família, da mesma forma que eu mudei de amizades você muda de família praticamente, aquela passou a ser a minha família adotada e por ela eu viveria (p. 6).

Lúcia parece rememorar com certa confiança de quem caminha em um terreno já conhecido, apesar do distanciamento em relação ao que relembra. Quando diz que existe uma “visão estreita em relação às pessoas da luta armada” (p.6) , demonstra estar a par da memória social que se construiu sobre aquela experiência e, ao mesmo tempo, discorda dessa narrativa, apresentando sua memória para relativizar aquela: mais do que uma unidade política e teórica, havia uma profunda diversidade dentro das organizações armadas e, para além de posições políticas e estratégicas, o que unia aquela diversidade eram vínculos de amizade ou de cultura. Ela destaca que ingressar em uma organização significava a adesão a um novo mundo ou família para os militantes, estabelecendo novos laços de sociabilidade. Por fim, Lúcia explicita uma contingência nesse processo, reforçando a ideia de idealismo juvenil: para ela, mais do que uma escolha racional, o que determinava a organização em que aquele estudante militar estava relacionado à preponderância daquele agrupamento no curso ou na faculdade.

Para Lúcia, aqueles jovens que se uniram por vínculos de amizade e que ela definiu como “o melhor que aquela geração tinha” (p. 35) achavam que eram donos do mundo e derrubariam a ditadura; esse distanciamento nostálgico dialoga com uma ideia de idealismo juvenil. Os anos dourados se tornariam anos de chumbo e “o melhor daquela geração” em poucos anos estaria preso ou morto. Ao comentar um treinamento militar que realizou quando já estava na clandestinidade em 1969, classificado por ela como “uma experiência totalmente ridícula” (p. 9), Lúcia é assertiva:

Nunca fui um excelente quadro militar, pois fazia muitas perguntas; não dava muito certo, mas ao mesmo tempo dava. Você era corajosa, e era

isso que importava. Hoje acho que era uma mistura de idade, éramos muito jovens, e do momento também (*Ibidem*)

As memórias são ambivalentes. A coragem e a “experiência ridícula” (*Ibidem*) são explicadas pela imaturidade somada à conjuntura de repressão e medo. É preciso historicizar: eram jovens num contexto de progressivo cerceamento da liberdade e que experimentaram em 1968 uma intensa mobilização que, na leitura da época, evidenciava a fragilidade do regime. O testemunho de Lúcia como um todo será marcado pela ambivalência, de um passado que é enxergado de forma nítida, mas dificilmente explicável. Além disso, suas memórias são marcadas fortemente pelas relações familiares; por um sentimento de culpa, diante das sucessivas derrotas e morte de seus companheiros. Ainda assim, ao relatar a sua formação, há um tom nostálgico de uma esperança derrotada, apesar da seriedade e dor que marcam seu testemunho. Ao explicar as motivações para militância, o testemunho de Lúcia dialoga com a memória hegemônica de viés liberal e partilha de certo idealismo juvenil.

O testemunho de Márcia Mafra parece tomado pela mesma atmosfera que de Lúcia, especialmente no que diz respeito ao início da militância. Colhido em fevereiro de 2009, traz a rememoração de uma mulher de 62 anos, que, naquele momento, atuava como assessora da Ministra da Casa Civil de Lula, Dilma Rousseff. Márcia e Dilma não militaram juntas, mas estiveram presas no mesmo período no presídio Tiradentes. Márcia militou no movimento estudantil e depois na organização de massas da ALN, até ser presa no início de 1971. Diferentemente de Lúcia, Márcia é sucinta ao falar de sua infância: destaca que a discussão política era frequente em sua casa, mesmo que os pais, apesar de progressistas, não militassem politicamente. Seu testemunho ganha vigor ao falar do ingresso no curso de História da Universidade de São Paulo, no ano de 1967. Segundo ela

Outro mundo se abriu. Até então eu tinha uma vida com pares e a universidade é muito grande, muitas pessoas de muitos lugares, de origens sociais diferentes. Se abriu outro mundo, de novos interesses, novas questões, de uma maneira geral e em todos os cantos (MAFRA, 2009. p. 1)

Até pela sua formação, seu testemunho tem uma preocupação em historicizar as experiências e fatos relatados. Assim como Lúcia, Márcia pondera que aquele era um

“momento extremamente inquieto [...] um momento de riqueza muito grande de informações, de solicitações, uma coisa rica nesse sentido” (p. 4). Nessa atmosfera, “havia uma ebulição de questões, de ideias, era mais ou menos natural você se envolver [politicamente], não havia como estar fora disso” (*ibidem*). Essa atmosfera efervescente de cultura e política é reforçada por todos os testemunhos dos que militaram no movimento estudantil em 1968.

Sua entrada na militância começou em 1967, quando sua chapa foi eleita para o centro acadêmico. Ela destaca como a campanha para o centro acadêmico já esteve imersa em um momento inquieto. O sucesso de sua gestão a fez ser convidada, no ano seguinte, para ser diretora do Grêmio, ampliando potencialmente sua esfera de atuação. A posição privilegiada como diretora do Grêmio da Faculdade de Filosofia faz com que seu testemunho se debruce detalhadamente sobre os conflitos de 1968. Sua narrativa, rigorosamente pautada pela cronologia, apresenta uma ascensão do movimento estudantil, principalmente após a morte de Edson Luís. Ela destaca que a comoção e surpresa foram tantas que até pessoas distantes do movimento se mobilizaram e, ao mesmo tempo, isso gerou uma preocupação com a segurança das passeatas.

Se o movimento estudantil ganhou vigor e fôlego, a repressão também foi crescendo numa “escalada da violência” (p. 12), termo repetido por Márcia algumas vezes. Depois da batalha da Maria Antônia, ela destaca que passaram a ter outro “nível de organização e de preparação para um enfrentamento [...] estava se preparando uma batalha de rua” (pp. 9-10). Ao mesmo tempo, relata que no movimento estudantil “mudou a palavra de ordem e o ‘Abaixo a Ditadura’ começou a crescer no movimento” (p. 9), em detrimento de pautas exclusivamente estudantis. Na entrevista, o ritmo e a tensão na fala de Márcia aumentam conforme o relato sobre 1968 se encaminha.

Sobre o segundo semestre de 1968, Márcia rememora uma repressão crescente, a generalização de um sentimento de medo e uma preocupação em dispersar as manifestações antes do confronto com a polícia. Ela exemplifica essa escalada de violência com três eventos: a Batalha da Maria Antônia, a queda de Ibiúna e a invasão ao CRUSP. Para ela, este último evento foi a cena mais marcante: “foi uma coisa impressionante por causa dos tanques [...] o significado político é que foi marcante pois desmobilizou um lugar que era um centro de mobilização” (p. 12).

Segundo seu testemunho, o AI-5 não foi o ato isolado, mas a consolidação de uma escalada de violência. Logo após relatar a desmobilização com a invasão ao CRUSP, relembra que em 1969 já tinha deixado de frequentar o curso de História, pois diante do acirramento da repressão “as pessoas ficaram impossibilitadas, era ir na escola ou no campus e ser preso [...] universidade virou vulnerável, coisa que ela não era antes” (p. 13). Quando questionada sobre o momento em que ingressou em uma organização armada, Márcia é assertiva:

Nessa época mais ou menos. Porque aí você está..., como é que continua essa brincadeira? É a clandestinidade, quer dizer, a luta clandestina e o quê? Que projeto? E o projeto era assim: ‘Bom, se a gente está em batalha de rua, porque batalha de rua é batalha’. Então também parecia uma coisa um tanto quanto lógica a questão do enfrentamento militar (p. 14).

Segundo o relato de Márcia, o ingresso em uma organização armada sucede o AI-5 e representa uma possibilidade de manter a militância em melhores condições de confronto. Ela procura ressaltar como esse raciocínio parecia um tanto quanto lógico. Desta forma, a partir de conversas e círculos de amizade, aproximou-se da Aliança Nacional Libertadora (ALN), pois, segundo ela, naquele momento era a organização que se colocava com mais clareza em termos de ação. Se Lúcia relata que desde meados de 1968, em plena efervescência político-cultural e aumento da repressão, ela e seu agrupamento já planejavam um enfrentamento militar, Márcia, apesar de imersa na mesma ebulição, constrói sua entrada na luta armada como uma reação diante da ampliação da violência. O termo “brincadeira”, também usado por Lúcia para referir-se as manifestações estudantis é sugestivo: claramente, não se tratava de brincadeira, mas os riscos eram menores, se comparados à conjuntura pós 1968. Se Lúcia elabora suas memórias com certo distanciamento, rindo ao falar da jovem de 1968, Márcia procura justificar suas ações juvenis como resposta à conjuntura. Ambas destacam em suas memórias, a efervescência juvenil do final dos anos 1968, especialmente, a militância no movimento estudantil como determinantes para a futura militância armada. Contudo, se Lúcia aproxima-se da imagem de idealismo juvenil, Márcia dialoga com esta ideia e procura relativizar: não eram nem jovens ingênuos, nem heróis, mas sujeitos engajados que foram levados à radicalidade pela radicalização da própria conjuntura repressiva. Uma trajetória política semelhante, mas com formas diferentes de elaborar essas experiências. O testemunho de Márcia tensiona a memória hegemônica liberal de

idealismo juvenil e procura construir a ideia de que o ingresso na militância foi uma resposta racional de jovens engajados politicamente.

Para Márcia, claramente não foi uma escolha livre, porque fora empurrada e forçada pela conjuntura de crescente repressão. Mas, ainda assim, foi uma escolha racional que fez com que esses sujeitos não encontrassem, senão nas armas a forma de manter sua militância política. Lúcia e Márcia, lembraram com entusiasmo a juventude que viveram antes da repressão desbaratar o idealismo, mas mantêm uma postura distanciada em relação àquele passado. Por outro lado, a narrativa de Artur Scavone partilha do entusiasmo, mas não do distanciamento.

Entrevistado em 2008, Artur Scavone, ex militante da ALN e MOLIPO e naquele momento filiado ao PT, com 59 anos, elaborou sua trajetória de vida. Ele descreve sua família como “bem pobre, não miserável, mas muito pobre” (p. 2) e destaca a presença de um tio, ligado ao PCB, responsável por instigar em Artur uma visão mais crítica sobre a realidade ao redor. Seu testemunho começa relatando seu contato com o movimento estudantil, ainda como secundarista, fato este que, segundo ele, contribuiu muito para sua formação política. (p. 2) Ele estudou no Colégio Fernão Dias, segundo ele, “famoso nos anos 1960 por causa do movimento estudantil” (*Ibidem*). Atribui à formação na escola e ao contato com os colegas “uma visão crítica, não acadêmica ou intelectualmente crítica, mas uma crítica empírica” (*Ibidem*). Segundo ele, esta visão lhe deu condição de “ver o que era a vida rica e o que era a vida pobre, contrastar de uma forma muito objetiva a vida dos jovens e das pessoas que via. Esses fatores constituíram essa formação”. (p. 7) Mas, apesar do seu engajamento do movimento secundarista, em plena efervescência de 1968, Artur não estava nas passeatas, mas focado no vestibular:

Lembro-me desse desafio e o quanto era importante para mim: tinha que entrar na universidade. Ao mesmo tempo tudo o que eu já tinha participado e eu relutando em estar presente [nas manifestações]. Nesse ano fiquei muito mais dedicado a entrar na universidade do que a participar dos movimentos. E deu certo, entrei em Física em 1969 e imediatamente me enturmei (SCAVONE, 2008, p. 01).

Artur viveu a efervescência de 1968 de forma marginal, apesar de sua proximidade com o movimento estudantil. Em seu testemunho, 1968 não foi o tempo da experiência e de se sentir “*dono do mundo*” (MURAT, 2010, p. 7) como Lúcia, mas o tempo dos estudos: ao invés das passeatas, o cursinho preparatório. Aquela espera, contudo, só aumentava a expectativa e o desejo:

Eu me retraí muito durante o período do cursinho para poder entrar na universidade. Tinha muita vontade de entrar não só por questões de mérito, de passar, mas também para estar presente nesse ambiente que já me atraía, eu já sabia, em certa medida, o que iria encontrar (p. 03).

Em 1969, logo após o recrudescimento do regime, Artur finalmente entrou na USP e rapidamente se enturmou. Poucos meses após ingressar na universidade, participou de uma pichação, sua primeira ação clandestina. Segundo o seu relato, “foi um acontecimento” (*ibidem*). Quase que buscando retomar o tempo perdido, em 1970, já era presidente do Centro Acadêmico da Física, apesar do descenso do movimento estudantil diante do endurecimento da repressão. Em suas palavras,

[Na universidade] encontrei-me naquilo que eu vivenciei isolada e individualmente, com as instigações do meu tio [militante do PCB] e as coisas que eu empiricamente via na rua e que achava que não estava legal. Ali eu comecei a me encontrar, me enturmei, encontrei pessoas de quem eu fui muito amigo, foi uma coisa muito profunda e muito grande e comecei a participar (*ibidem*).

Assim como para Lúcia e Márcia, os círculos de amizade aproximam Artur da militância política. Ele relata que naquele momento estava com vontade e preparado para ingressar numa organização política. Começou, então, a fazer parte de um agrupamento estudantil da ALN, uma espécie de rede de apoio. Mas, diante das sucessivas quedas, ingressou na organização propriamente dita e começou a realizar ações armadas.

Talvez mais do que Lúcia e Márcia, Artur emoldura sua formação e início de militância com uma aura nostálgica de idealismo juvenil, mas, diferentemente das duas, ele não estabelece um distanciamento crítico e manterá essa nostalgia, durante todo o seu testemunho. Na verdade, ele próprio define o início da sua militância como “romântico”, uma espécie de ingenuidade juvenil bem intencionada no conteúdo, apesar de equivocada quanto à forma: “romântico no sentido de que não tinha uma estruturação lógica, racional, formal de tomar uma posição no partido, mas tinha uma somatória de emoções e fatores que nos levavam a tomar posição” (p. 6).

Seu testemunho, especialmente as explicações para o início da militância, compartilham com a memória hegemônica sobre a luta armada, de viés liberal, da ideia de idealismo juvenil. De certa forma, não há grandes rupturas em sua narrativa em relação

àquele passado. Artur vai relatar algumas mudanças de rota, mas não rupturas ou críticas àquela experiência. Não há em seu testemunho um olhar distanciado em relação à juventude, como há no caso de Lúcia e Márcia. O caminho de militância que encontrará após a prisão, construindo o PT, será apresentado como a materialização mais consistente dos anseios políticos do jovem Artur da década de 1960. De certa forma, quando rememorou o passado, enxergou sua militância no PT como uma continuação e consolidação da militância na juventude

Em tom semelhante, Ariston Lucena elaborou suas memórias em uma entrevista realizada em 2008. Com 56 anos, também filiado ao PT e trabalhando no (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) INCRA, à época, o ex-militante da VPR começa seu testemunho relatando intensamente sua infância e formação. Suas relações familiares, bem como as dores da violência sobre si e sua família, atravessam o testemunho, fazendo com que muitas vezes optasse por não responder a certas questões. Ao falar da condição econômica dos pais, justifica a própria formação:

Eu tenho o colegial incompleto. Não fiz universidade, mas não tenho nenhum problema com isso, muito pelo contrário. Acho que a universidade reproduz as relações sociais que a gente vive, que é de opressão de classe. Na verdade, a universidade forma gente para justificar e defender os interesses das classes dominante [...] é claro que eu tenho um sonho oculto de fazer universidade até para acrescentar na minha formação política, porque eu sou um autodidata [...] mas a universidade tem este perfil que eu estou colocando pra vocês (LUCENA, 2008, p. 01)

No início de seu testemunho, Ariston fala de sua formação escolar incompleta e a seguir relativiza a necessidade de cursar a universidade, pois esta seria legitimadora das classes dominantes, mas, em seguida, revela que seu sonho oculto é ingressar na universidade. O testemunho se constrói por meio dessas tensões e contradições, entre o rememorar e o elaborar a memória, dando sentido e significado àquele que o faz assim como ao relato. Seu testemunho será marcado por essas contradições bem como pela busca por construir sentido à sua própria narrativa. É necessário pontuar: se os outros militantes da luta armada, analisados neste trabalho, são egressos do movimento estudantil e de diferentes franjas da classe média ou de uma classe trabalhadora especializada, Ariston não ingressou na luta armada via universidade, mas por meio dos seus pais, de origem operária e camponesa. Essa origem de classe terá consequências na

militância, na reestruturação da vida após a prisão e, consecutivamente, na elaboração da memória.

Filho de pais comunistas de parcas condições econômicas, teve contato com a política por meio da militância dos pais no PCB. Apesar disso, num primeiro momento, houve uma barreira etária em relação aos velhos militantes do PCB e o pequeno Ariston. Décadas depois, ao rememorar sua infância, descreve aqueles antigos militantes de uma forma infantilizada e com tom de repulsa. Não apenas rememora o desconforto como quase que encarna a criança no ato de rememorar e materializar uma expressão do léxico infantil: “eu achava que aquele bando de velho era um bando de *chatonildo* que vivia na minha casa lá enchendo o saco” (p. 2).

Ariston relata a frustração do pai diante da inércia do partido ante o golpe. Essa frustração vai fazer com que seus pais se aproximassem de uma organização armada, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). O ingresso dos pais na nova organização ameaçou a unidade familiar. Ariston relata que em 1966 foi informado pelos pais que estes iriam “entrar para a luta armada para fazer a revolução” (p. 3), e aquele ficaria morando com sua tia. Enfaticamente, o jovem disse aos pais que não os deixaria e que queria ir com eles. De certa forma, o caminho da militância política e da luta armada estava associado à manutenção da unidade familiar. O ingresso dos pais na nova organização aproximou o jovem Ariston de outros jovens militantes:

Outras pessoas, muito mais jovens, começaram a frequentar minha casa e aí eu fiquei interessado nessa relação [...] tinham na faixa dos 20, 25 anos e eu era um moleque de uns 14 anos. Esse pessoal começou a conversar comigo e me marcaram profundamente [...] comecei a ser notado. Comecei a conversar com essas pessoas e isso foi mudando a minha cabeça, fui me aproximando dessas pessoas e comecei a conversar, desabafar, fazer confidências. Essas pessoas tiveram um papel importante e até certo ponto decisivo na minha formação política (*Ibidem*).

Pelo relato de Ariston, a nova organização política dos pais atuava como uma escola e os militantes como amigos mais velhos, confidentes do adolescente em desenvolvimento. Se, para o ele, a nova organização dos pais era um meio de sociabilização e construção de laços de amizade e intimidade, para seu pai, era um espaço de militância que poderia superar a inércia do PCB. A leitura que Ariston faz do ingresso de seu pai a VPR é sugestiva:

Ele teve contato com esse pessoal e aí eu vi o meu pai com uma outra cara, os olhos dele voltaram a brilhar porque o meu pai, assim como a minha mãe, era um comunista, um cara leal aos ideais dele. Ele tinha o maior interesse que esse país se transformasse e viesse a se libertar e ser um país socialista (p. 2).

A imagem do pai de Ariston é construída pelo filho, décadas depois, com uma aura de coerência e dignidade: seu pai era um militante que ingressou numa organização séria que viabilizaria a libertação do país rumo ao socialismo. Ao mesmo tempo, quase que em contraposição, Ariston de 2008, descreve-se em 1960 como “um moleque, um menino querendo virar homem, querendo virar um rapaz” (p. 05). O ingresso na VPR tem um papel ambíguo: ao mesmo tempo que garantiu aos pais uma mobilização mais coerente com suas posições, também possibilitou amadurecimento e afirmação do jovem Ariston, graças aos jovens militantes. Mas o choque entre de gerações traria uma tensão familiar, bem desenvolvida pelo seu testemunho:

A minha relação com meu pai e com a minha mãe era tumultuada como qualquer relação entre pai e filho. É uma coisa muito complicada, muitos embates, muitas diferenças e o meu pai era um militante político, mas ao mesmo tempo era um cara conservador que me enchia o saco [...] ele era um cara travado e esses meus novos companheiros já tinham uma visão muito mais arejada, mais aberta, se falava de mulher, de transação. Isso foi encantando, uma nova perspectiva: a esquerda não é aquilo, o Partidão, ela pode também ser uma outra coisa, aberta, cabeça, diferente [...] esse povo me mostrou uma outra perspectiva, legal, leve e divertida (p. 6).

Novamente, as tensões e as ambiguidades atravessam as memórias de Ariston. Seu pai, vestido com a aura da militância, recebe agora uma outra roupagem: um homem conservador em relação ao comportamento e costumes que “enchia o saco” do filho. No relato sobre sua formação política, as tensões familiares se entrecruzam com a militância. Se através do pai teve os primeiros “lampejos de consciência de classe” (*Ibidem*), através dos novos militantes, companheiros de seu pai, Ariston pôde tentar superar o conservadorismo paterno e experimentar uma sociabilização mais arejada e aberta. Política, luta armada, amadurecimento, costumes e comportamento vão se imbricando nesse relato. No momento em que rememora o início da militância, salta da memória de Ariston uma paixão antiga e uma curiosa imagem:

Tinham as jovens mulheres militantes e era muito louco, porque a [...] foi uma pessoa por quem eu fui muito apaixonando. Eu era um moleque e ela andava com umas minissaia e eu ficava impressionado com aquela mulher. Ela não era uma mulher assim, mas era uma mulher que andava de minissaia, muito bem arrumada. Eu era apaixonado por ela, só que eu era moleque, ficava na minha (*Ibidem*).

Em uma entrevista que buscava registrar a história de vida, mas, especialmente, a trajetória política e militância, uma paixão adolescente é relatada juntamente com a memória de uma minissaia. A paixão é rememorada e construída através da imagem da minissaia: Ariston parece presentificar pela rememoração, em 2008, uma sensação de escândalo e desejo diante de uma vestimenta feminina da década de 1960. A entrada na luta armada, para Ariston, parece estar entrecruzada com a busca por afirmação de um jovem adolescente, na qual cultura, sexualidade e comportamentos eram uma mistura confusa e explosiva, assim como no testemunho de Lúcia.

O ingresso efetivo na organização era uma forma de afirmar-se perante os outros jovens e também perante seu pai, ao mesmo tempo que o afastaria dos conflitos familiares. A entrada efetiva deu-se em janeiro de 1970, com a ida de Ariston ao Vale do Ribeira, depois de “cobrar da organização uma militância mais intensa” (*Ibidem*). Apesar disso, seu testemunho procura destacar que já atuava como um “um aliado com uma intensa participação na organização” (p. 5), mesmo antes do ingresso oficial. A despeito dos conflitos familiares e da busca de autoafirmação e reconhecimento, Ariston relata sua ida a guerrilha de forma mais humana que heroica:

Eu me despedi da minha família e vim pra São Paulo e fui levado para o Vale do Ribeira pra fazer o treinamento. Foi engraçado porque eu era moleque, 17, 18 anos, e aí me deu uma puta de uma crise, saudade do pai e da mãe, deu um troço, eu comecei chorar, mas era o lance da separação mesmo, depois passou e eu fui para o treinamento (p. 7)

Seu testemunho parece uma corrente de memórias e lembranças que emergem com violência, depois de tanto tempo guardadas, como que em um baú. Os eventos são descritos num ritmo frenético, como que expressando uma urgência em contar. O relato sobre o ingresso na militância política, mais do que idealismo, parece uma tentativa de afirmar-se enquanto indivíduo e de rememorar relações destroçadas pela repressão: durante o treinamento no Vale do Ribeira, seu pai seria assassinado pela Ditadura. Em

vários momentos da entrevista, quando questionado sobre sua família, Ariston afirma não querer tocar em certos assuntos e mexer em certas feridas ainda não cicatrizadas. Isso fica evidente quando Ariston, falando sobre o assassinato do pai pela repressão, rememora a relação paterna:

Eu acho que eu fui muito intolerante com o meu pai. Via o meu pai como meu inimigo e ele não era o meu inimigo, muito pelo contrário, era parte do que ele queria que eu fosse. E hoje eu sou muito o que meu pai e a minha mãe queriam que eu fosse. Eu poderia ter amadurecido muito mais se eu tivesse essa compreensão que eu tenho hoje, mas claro que não dá para ficar chorando sobre o leite derramado, não dá, mas eu sinto muita falta do meu velho porque era um cara firme, decente, era um cara muito honrado [...] Ele mostrou o que ele era e ele formou uma família que tem a cara do meu pai. A minha mãe tem a cara do meu pai, nós temos a cara no pai, e nós temos a cara do meu pai e da minha mãe. A minha mãe tem 81 anos, mas ela comanda a família dela, é uma pessoa digna, honrada, respeitada e amada pela família dela (p. 8).

Seu pai, morto pela repressão, não foi velado nem por Ariston nem pela mãe e pelos irmãos: uma morte sem sepultamento e aparentemente sem um processo de luto concluído. Não por acaso, o pai parece vivo e presente norteando o testemunho de Ariston⁴³. A perspectiva de enxergar o passado como idealismo juvenil marca também o testemunho de Ariston, mas diferentemente de Lúcia, parece não haver um distanciamento entre o sujeito que narra e aquele que é narrado. Seu relato também diverge de Artur que cria uma ligação teleológica entre o passado e o presente. Diferentemente de Lúcia, Ariston parece ligado àquele passado de idealismo juvenil, mas não como se mobilizasse o passado para justificar o presente, como faz Artur, mas como que preso àquele passado que rememora. Partilha da memória de idealismo juvenil, mas sem distanciamento, como se, ao rememorar pelas primeiras vezes aquele passado

⁴³ Mais a título de hipótese de que de afirmação, a reflexão sobre luto e melancolia de Freud pode ser uma ferramenta interessantes para iluminar este trecho do testemunho de Ariston. Para Freud (2014), a ausência do processo de luto, ou seja, de um processo ritual na qual o sujeito assimila uma perda profunda, redundaria em melancolia. A melancolia seria o luto não realizado, na qual o sujeito enlutado introjetaria em si o ente perdido, permanecendo preso àquela experiência traumática, numa dinâmica de culpa, envolto numa atmosfera de silêncio que impediria a elaboração da perda (RIVERA, T. 2012). Na assimilação da perda, a prática do sepultamento é ritualisticamente importante para o luto. No caso de Ariston, não só o trauma não parece elaborado, como o ritual do sepultamento, importante para o luto, não foi realizado. Há um forte tom de culpa pela morte do pai. Mesmo morto há décadas, Antônio Raymundo Lucena parece estruturar e estar presente no testemunho e na memória do filho Ariston, não como lembrança, mas como culpa, numa relação melancólica.

guardado, o passado se fizesse presente e trouxesse à tona inúmeras sensações há tempos encarceradas na memória – grande parte delas ainda profundamente dolorosas.

Assim como Ariston, o ingresso na militância de Raul Carvalho foi mediado por relações familiares. Com o testemunho gravado em 2010, aos 63 anos, o ex militante do PCBR elabora suas memórias de vida e militância. Filho de militantes do PCB, próximos a Luís Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, Raul viveu sua infância na clandestinidade, graças à ilegalidade do partido. Começou a militar na juventude do Partido no início da década de 1960, mas tem dificuldade de precisar a data. Diz que “não sabe” (p. 02), afinal não houve precisamente um ingresso na militância:

Lá em casa se falava em política o dia inteiro, era muito difícil você não estar do mesmo lado [...] quando os dois são militantes e pensam e externam a mesma opinião, deixar de ser de esquerda seria um suicídio emocional porque não ia ser gostado por ninguém. Então naturalmente eu entrei no Partido porque já estava dentro do Partido, porque o Partido estava dentro de casa, eu só fiz foi oficializar. Meu pai fazia questão de dizer: ‘- Nunca, nunca falei para os meus filhos entrarem para o Partido’. É de dar risada isso porque na realidade o ambiente todo levava. (CARAVLHO, Raul. 2010, p. 02)

Mais do que idealismo juvenil ou uma busca por afirmação, Raul relata que a entrada no Partido tinha uma motivação mais basilar: era uma forma de conservar os laços familiares, tal como para Ariston, e evitar “suicídio emocional” (p. 4). O ingresso na militância é construído como uma busca infanto-juvenil por manter a unidade familiar, mais do que qualquer idealismo. A rememoração, décadas depois dos eventos rememorados, parece distanciar-se criticamente daquele jovem Raul. Quando questionado sobre quais seriam as bandeiras de luta na juventude, a resposta é categórica: “não vou dizer que eu não tinha nenhuma preocupação específica, não tinha capacidade de formular alguma coisa” (p.3). Ao mesmo tempo, sobre a militância, afirma que ia a reboque dos universitários:

Era muito mais charmoso você ir lá para UNE [...] era uma vida agitada, [...] as pessoas estudavam, trabalhavam, namoravam, iam a baile, festinha. Era uma vida que tinha militância, mas era relativamente divertida porque a estudantada sempre faz uma militância sem grande dogmatismo (*Ibidem*).

Raul, estabelecendo certa distância em relação ao passado, se rememora como uma criança que ingressou no partido por influência dos pais em meio a uma ausência de alternativas. Ao mesmo tempo, relembra com certa simpatia aquela militância divertida

e charmosa, quase que em contraposição ao que viria pela frente. Sobre o momento do golpe, ele estende sua ingenuidade à toda esquerda. A reação esperada e planejada não veio:

No momento do golpe, a gente, estava na rua, seguindo a orientação do Partido, que se a direita puser a cabeça para fora, vamos cortar a cabeça da direita. Até a última hora a gente estava acreditando no esquema nacionalista do Jango. A gente acreditava que iam distribuir fuzis para a gente, e enquanto não distribuía fuzis a gente foi lá fazer coquetel molotov. Nem fazer coquetel: fomos juntar garrafa porque não deu nem tempo de juntar o querosene, a garrafa, o sulfato e mais o que fosse necessário. Aí num certo momento começou a cantar bala em cima da gente todo mundo saiu correndo (p. 6).

Raul relata a cena em meio a risos, mas conclui este trecho com a feição fechada: seria cômico se não fosse profundamente trágico. A partir daí, ele descreve a fragmentação da esquerda em diferentes e frágeis organizações políticas. Diferentemente do entusiasmado saudoso de Artur ou emocionado de Ariston, Raul parece criticamente querer afasta-se daquele jovem que décadas antes ingressou na militância a reboque da família, do Partido e do movimento estudantil. Para tanto, relata a si mesmo na juventude, com certos traços de ingenuidade e incompreensão, que trariam consequências drásticas e dolorosas. Reproduz, desta forma, certos traços da memória hegemônica de idealismo juvenil, dando mais ênfase ao juvenil que ao idealismo. Talvez, por isso, conclua o seu testemunho com a autocrítica mais dura à esquerda e à luta armada.

Alberto Becker, ex-militante da Ação Popular (AP) e do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), nascido em 1951, concedeu sua entrevista em 2002 – portanto, distante das ondas revisionistas do final da daquela década. Já sem militância política, disse que naquele momento sua militância se resumia a “leitura por meio de noticiário de jornal e estar presente em atos ou eventos que valorizam a humanidade” (BECKER, Alberto. 2002, p. 150). A ausência de militância bem como o contexto histórico do momento da entrevista (quase 8 anos antes das demais entrevistas) influenciaram na forma como elaborou suas memórias: menos marcadas por tensões e choques com o tempo presente, como se, em 2002, aquele passado estivesse mais bem guardado e estabilizado do que nos testemunhos gravados entre 2008 e 2010.

Sua aproximação com a militância política deu-se por meio da religiosidade: aluno de um colégio católico em Porto Alegre, aproximou-se da Juventude Estudantil

Católica (JEC) e em seguida da Ação Popular (AP). Rememora o choque ao ser chamado de comunista pela primeira vez, quando assumiu a presidência do grêmio estudantil: “uma coisa que eu nem imaginava que pudesse ser chamado assim. Imagina eu, amigo dos padres: como é que podia ser chamado de comunista?” (p. 01). Seu choque tem uma razão de ser: no testemunho, Alberto enfatiza que sua militância política estava fortemente associada a uma perspectiva religiosa de missão.

Minha trajetória foi a de alguém que tomou consciência pelo lado ideológico. Eu não era filho de família pobre, era de classe média, relativamente alta, e depois disso comecei a militar. Talvez não teria nenhuma razão para militar porque estudava em colégio religioso, extremamente reacionário, mas a aproximação com a Ação Popular acabou dando outro horizonte a mim e minha militância. O problema para mim era do ponto de vista cristão, o não fazer alguma coisa é que era a questão. As questões da época eram assim: você, como cristão, nasceu com uma missão que está voltada a ajudar o seu povo, essa missão tinha que ser cumprida e, se você a não cumprisse, estaria traindo aquilo que era um objetivo histórico (p. 5).

Alberto rememora e reconstrói suas motivações com forte carga religiosa. A memória de uma responsabilidade radical pela transformação social está presente, de forma laica, em outros testemunhos – foi a atmosfera mental que envolveu muitos jovens daquela geração (RIDENTI, 2010a). A rememoração pela chave do idealismo juvenil também se faz presente, mas ganha uma justificativa transcendente: a militância era uma missão dada pelo próprio Deus. Alberto prossegue:

Nossas motivações tinham esse caráter: éramos cristãos que queríamos cumprir um papel histórico, acho que é a frase que se eu dissesse na época caberia dentro do contexto. Nós queríamos cumprir com aquilo que estava prescrito para nós, que era um plano de Deus, no qual tínhamos que cumprir a nossa missão e que tinha sido renegada pela própria Igreja e por muitos cristãos. Era essa a ideia (p. 6).

A preocupação com o anacronismo o faz buscar termos exatos para a época. Essa missão divina de transformação era percebida como determinada pelo próprio Deus. O problema, na rememoração de Alberto, era que própria Igreja Católica e muitos cristãos haviam abdicado da mesma e a renegado. Assim, até mesmo o rompimento com a Igreja poderia ser justificado de forma cristã⁴⁴. Quando questionado sobre quais eram as

⁴⁴ A crescente politização e engajamento por parte de alguns setores leigos da Igreja na década de 1960, será definida por Michael Löwy como “cristianismo da libertação” (2014, pp. 412-414). Segundo o

propostas políticas após o golpe, Alberto afirma que as bandeiras levantadas tinham como finalidade "a melhoria da vida do povo, como tinham sido as bandeiras das reformas" (p. 6). Se o golpe interrompeu as bandeiras por reformas levantadas pela Ação Popular, era necessário lutar pela queda da ditadura para que conseguissem cumprir a missão histórica dada por Deus. Sobre a juventude de sua época, Alberto analisa:

Naquela época se exaltava a juventude, a juventude ia mudar o mundo (...) “somos jovens, nós vamos conseguir tudo”. Isso eu sinto que era o que estava por trás da nossa vivência e era uma vontade muito grande a de fazer aquilo que não tinha sido feito pelas gerações anteriores. Foi isto o que o golpe interrompeu (p. 10).

Assim como Lúcia, Alberto rememora certa expectativa de “mudar o mundo” imersa naquela atmosfera cultural e política que Márcia bem relatou. O que diferencia o testemunho de Alberto é o peso que legitimação religiosa oferece à prática política por meio de uma lógica sacrificial: mesmo quando derrotados, eram vencedores pois estavam a serviço de uma missão maior. No seu testemunho, Alberto arremata:

Não tenho remorso ou arrependimento das coisas que fiz [...] a gente acreditou no que achava que era correto como jovem, como pessoa. Quando nos defrontamos com o oposto de uma forma bestial, como foi a tortura, nos descobrimos despreparados para enfrentarmos esse inimigo. Isso é uma coisa que me espanta, toda aquela bestialidade (p. 12).

Apesar da legitimação religiosa, Alberto elabora suas memórias em diálogo com a ideia de idealismo juvenil. Não jovens manipulados, mas bem intencionados e guiados pelo que achavam correto, no seu caso a missão divina, contudo, despreparados diante da força do adversário. Não obstante a missão ser religiosa, foram derrotados pelo inimigo e sofreram a violência. Seu testemunho transcorre sem tons de arrependimento ou ressentimento, como se aquele fosse um passado já superado pelo tempo.

De forma diferente, Lenira e Criméia elaboram suas narrativas. Ao invés de idealismo juvenil, suas narrativas parecem ser elaboradas visando dar coesão às lutas políticas futuras. A infância e a juventude de ambas são estruturadas nos testemunhos por meio da militância política. Existe uma tentativa de dar solidez ao relato, construindo um sentido de consciência à trajetória política, como uma escolha racional. Uma espécie de

sociólogo, esta movimentação social e política fez com que alguns fiéis católicos operassem até mesmo uma simbiose entre catolicismo e marxismo.

teleologia, assim como Artur, mas que ainda não alcançou um *telos*, portanto, permanece na luta. As duas, oriundas de família militantes, iniciaram suas atuações políticas ainda no pré-golpe.

Criméia, então com 62 anos, gravou seu testemunho em 2008. Sua militância começou no PCB, mas antes do golpe já havia ingressado no Partido Comunista do Brasil (PCdoB), por meio do qual participou da Guerrilha do Araguaia. Ela relata inúmeras situações de perseguição que sofreu ainda na infância, em razão do posicionamento político e de sua família. Crimeia parece elaborar o passado de modo a criar um elo de sentido com o presente, estruturando sua narrativa em torno da imagem de uma militante persistente. Ela relata sua infância por meio de vários pequenos episódios, sempre marcados por embates e por uma necessidade de posicionar-se e de lutar pelos seus direitos: seja o padre que discriminava sua família em Minas Gerais por razões políticas, as freiras que censuravam seu shorts de vôlei, o prefeito que construía quadras esportivas para os meninos, mas não para as meninas ou sua luta contra a precarização de ensino. Criméia narra sua trajetória, de modo a afirmar-se como persistente, como que forjando-se, desde a infância, para a luta política que viria a seguir. De forma teleológica, projeta no passado que elabora em seu testemunho a militante que iria se tornar. Seu testemunho é marcado de pequenas histórias, que visam exemplificar este processo. Ela relata, por exemplo, como aos 11 anos, foi estudar em uma escola pública em Belo Horizonte, cursada predominantemente pela elite da cidade:

Eu morava em Contagem, saía de madrugada de trem levava uma marmita porque eu ia chegar em casa 2h da tarde, então eu teria que levar uma sacola de comida. Eu já levava uma marmitinha e esquentava com o pessoal da feira que fazia o foguinho para esquentar a marmita. Eu comia minha marmita, mas eu queria lanchinho. Aí a escola me disse que não tinha isso no ginásio, aí eu disse assim "- tem que ter, o Estado tem que garantir os direitos dos pobres." (...) Conseguimos o lanchinho, como não. Você vê que a militância política era *light*, mas precisava ser muito persistente para conseguir isso. (ALMEIDA, Criméia. 2008, p. 20)

De certa forma, na militância *light* Crimeia já constrói o vislumbre daquilo que seria sua trajetória política, bem como os personagens e as bandeiras: a luta por direitos dos pobres em confronto com a elite e o Estado. Além disso, sua família recebe destaque em seu testemunho. Na infância, principalmente seu pai; mais à frente, sua irmã e seu cunhado, companheiros de militância. A presença familiar é tão forte no testemunho de

Criméia, que a própria entrevistadora, Janaína, é sua sobrinha. Família, militância, política e repressão se aglutinam numa narrativa coesa. Diferentemente dos testemunhos anteriores, marcados por críticas em relação ao passado, como Lúcia e Raul, por contradições internas, como Ariston, e por um certo distanciamento dos entrevistados em relação à infância e formação, como Márcia, Alberto e Artur, Criméia elabora a si mesma como persistente e disciplinada militante. Ela afasta-se da memória *de idealismo juvenil* e rememora o passado como se, ao elaborar dessa forma seu testemunho, procurasse manter aceso e vivo aquele tempo, ou, pelo contrário, como se aquele passado teimasse em não passar e permanecesse vivo por força das circunstâncias, como uma repetição de um trauma ainda não elaborado.

Outro episódio, aparentemente banal, ganha destaque em seu testemunho. Se, décadas depois, Criméia relembra este episódio, de alguma forma, visa dar sentido e significado àquela mulher que elabora suas memórias. O evento se refere ao imediato pós-golpe, na qual seu pai estava preso e ela respondia a um Inquerido Policial Militar (IPM), por sua militância no movimento estudantil:

De 1964 a fins de 1965, para ir para o colégio passava na frente do comandante que estava instruindo o IPM que eu respondia, (...) todos os dias eu pichava com lápis de cera preto no muro dele "abaixo a ditadura, fora os militares" todos os dias. Olhava para um lado e para o outro, e pichava o muro dele, fazia questão, no outro dia estava pintadinho, aí eu pichava em outro canto, ou pichava em um muro na frente dele, na casa do vizinho de frente, e sempre pichava, era o meu caminho e eu ia lá e escrevia, é claro que era pequenininho, era um giz de cera, mas eu deixava a marquinha lá (p. 21).

Os militares não saíam do poder por causa de uma pichação no muro da casa de um coronel, mas "deixar uma marquinha" (p. 14) era uma forma de resistir e afirmar-se. Pelo menos, é essa ideia que Criméia procura reforçar ao rememorar tal episódio. Se desde a infância, diferentes atores e forças não conseguiram silenciar Criméia, tampouco os militares poderiam. Podemos ler assim sua persistência cotidiana em perturbar aqueles que perturbaram seu mundo. Uma narrativa coesa que, ao procurar caracterizar a militância como uma prática disciplinada e racional, afasta-se brutalmente da ideia de idealismo juvenil.

Também de forma coesa, Lenira vai elaborar suas memórias. Em 2009, aos 69 anos, trabalhando no Ministério do Turismo, mas sem militância política organizada, ela concedeu a entrevista. Sua trajetória política passou por várias organizações: desde a

juventude do PCB, Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop), Partido Socialista e as Ligas Camponesas, até a Ação Popular e o PRT. Apesar dessa diversidade, o que atravessa seu testemunho é uma aversão a dogmatismos e a busca por uma militância autônoma. Assim como para Ariston, Criméia e Raul, o contato com a militância deu-se dentro de casa. Mas diferentemente do testemunho de Raul, que aderiu a militância por medo de “suicídio emocional” (CARVALHO, 2010, p. 4), ou de Ariston, que ingressou na militância numa busca de afirmação, Lenira, de modo oposto, vai buscar afirmar-se negando a militância dos pais e sendo uma adolescente, em suas palavras, rebelde e reacionária:

Fui uma adolescente rebelde. Como a militância em casa era muito grande e sempre significou estar na miséria, resolvi que seria reacionária. Eu era muito fechada, tímida, então comecei a ler muito para me contrapor aos meus pais dentro de casa. Arranjei um noivo bem reacionário, um engenheiro bem mais velho que eu e resolvi que terminando a escola normal eu ia casar, fazer essas coisas todas direitinhas me contrapondo (MACHADO, Lenira. 2009, p. 21).

Ser rebelde e reacionária era a forma de se contrapor às dificuldades financeiras oriundas da militância dos pais. Contudo, essa rebeldia encontrou o seu limite na solidariedade sobre corpos violentados pela repressão, ainda no pré-1964. Segundo Lenira, o momento de inflexão desta posição reacionária não ocorreu por causa dos pais, mas por causa da violência à desconhecidos:

Teve uma greve em Calmon Viana numa fábrica de tijolos refratários do Antonio Erminio de Moraes e a repressão foi muito grande nessa greve e eu passando a distância. O meu pai, a minha mãe, os meus irmãos de criação, todos indo para porta de fábrica, fazendo parte do Comitê de Solidariedade, todos militantes do PCB na época. Até que a coisa chegou num nível que não dava mais nem para uma adolescente se omitir e aí eu fui participar do tal do Comitê de Solidariedade. Mas era assim, estou fazendo por solidariedade e ponto final (p. 5).

Lenira quis ser reacionária, talvez por medo das adversidades resultantes da militância, como as situações de pobreza na infância. Esse medo a aproximou do completo oposto que os pais lhe apresentaram por toda infância; era, também, uma busca de autoafirmação. Mas essa individualidade e esse medo não resistiram à violação do corpo do outro. Não por acaso, a palavra que marca essa inflexão é "solidariedade". Aquele evento, apontado por Lenira como um ponto de inflexão em sua trajetória de vida, tirou-a de sua zona de conforto. O corpo violado não fora o seu, mas, de alguma forma,

ela também se percebeu atacada, sentindo-se na necessidade de superar sua inércia. Importante destacar que a violência sobre o corpo do outro marcou também o estopim para Lúcia, no ingresso da militância (MURAT, 2010, p. 4).

Lenira relata como após romper com a rebeldia reacionária, foi aproximando-se da militância dos pais. Seus pais organizaram algumas atividades da juventude do PCB em sua casa e, graças a isso, ela achegou-se à militância. Assim como Ariston, Artur, Lúcia e Raul destacam, enfaticamente, a militância não era somente uma prática política, mas um meio de sociabilização e construção de laços. Mas, diferentemente de outros testemunhos, as divergências teórico-políticas ganham destaque na narrativa de Lenira. Ela relata a ruptura que a Revolução Cubana de 1959 exerceu sobre o horizonte político de sua geração, pois “abriu a perspectiva da tomada do poder via luta armada” (p. 9). Rememorando o debate teórico do início da década de 1960, conta como foi aliada do PCB após propor uma discussão, nas bases, sobre a luta armada:

Uma parte da juventude sai do partido. Acho que estávamos cansados e com ranço de Partidão. A gente queria romper com ranço até moralista. Nós éramos muito sartreanos, muito Sartre, muito Revolução Cubana, muito libertários para naquele momento aceitar uma disciplina partidária (p. 10).

Em diálogo com aquela atmosfera de mobilização e liberdade dos anos 1960, questionam a disciplina partidária e o cerceamento das discussões. Após a saída do PCB, aproximou-se da POLOP em busca de formação marxista e em seguida, por meio do Partido Socialista, que abrigava a POLOP, aproximou-se das Ligas Camponesas. Com idas e vindas no tempo, seu testemunho tem uma coesão política e teórica. Lenira relembra quais foram as posições e justifica as ideias que a embasaram. Ainda antes do golpe de 1964, militando nas Ligas Camponesas e tensionando com o pai, ainda dirigente do PCB relembra com clareza o que defendia:

Uma revolução socialista. Nós achávamos que num primeiro momento, você tinha que ter uma postura muito aberta e democrática nesse socialismo, mas a gente não via revolução por etapa. O radical da palavra revolução não possibilita etapas (p. 20).

Afastando-se de qualquer ideia de idealismo juvenil, aos 69 anos procura evidenciar uma convicção sobre suas escolhas políticas do passado, as quais, ela ainda defende e adere. Celebrando coerência política e ideológica, Lenira conclui seu

testemunho reafirmando suas posições da juventude; como num movimento circular, ela encerra seu testemunho reafirmando as posições do início:

Continuo acreditando no socialismo [...] se tivesse que refazer o caminho evitando os erros logicamente porque ninguém é burro, a gente aprende com os próprios erros, eu refaria o mesmo, trilharia os mesmos caminhos, cuidando só para não cair nos buracos que o caminho teve e que possa ter (p. 75).

Lenira não somente se afasta da ideia de idealismo juvenil, mas pela forma que rememora sua infância e formação política, estabelece uma unidade de sentido entre presente e passado.

Dentro deste quadro multifacetado de narrativas, é possível enxergar dois movimentos. Com diferentes graus, alguns testemunhos analisados assimilam certa memória de idealismo juvenil. Lúcia adere a memória de idealismo juvenil e, de forma bastante direta, narra sua formação de modo distanciado e nostálgico diante da inocência e dos sonhos daqueles anos dourados, fraturados pelo chumbo.

Já em Raul, sem nostalgia e com certo ressentimento, a infância e a militância são rememoradas de forma distante e crítica: uma ação com pouca clareza e discernimento, a reboque de outros movimentos e da própria militância de seus pais. Mais juvenilidade do que propriamente idealismo. Alberto, por outro lado, vê naquele passado uma tentativa idealista de cumprir uma missão religiosa, mas que, apesar de frustrada, ele rememora com um distanciamento nostálgico.

Para Artur, a militância era um desejo de se enturmar e também de participar de transformações políticas, mesmo que sem uma estruturação lógica e racional, mais movida por uma somatória de emoções. Ele assimila a memória de idealismo juvenil, mas, diferentemente dos demais, parece não olhar com distanciamento crítico em relação àquele passado. Procura construir a ideia de que, apesar da imaturidade da juventude, prosseguiu aquele mesmo sonho do passado. O idealismo juvenil não seria algo distante nem superado, mas que, amadurecido, permaneceria norteando sua luta política. Aquele passado o acompanhava no presente.

Ariston vai assimilar com bastante clareza a memória de idealismo juvenil para explicar o início da militância política. Assim como Artur, ele não estabelece uma crítica em relação àquela experiência passada. Mas se Artur tenta trazer aquele passado

para o presente, Ariston parece fazer o caminho inverso. Não se distancia e parece estar preso àquele passado e àquelas memórias. Seus silêncios, bem como a força simbólica do pai norteando suas escolhas e decisões, sugerem a força daquele passado no presente.

Em comum, essas narrativas, com diferentes graus de distanciamento em relação ao passado memorado, justificam o ingresso na militância recorrendo a caracterizações de ingenuidade, apesar dos bons ideais e sonhos. De certa forma, suas memórias dialogam e aderem, em diferentes graus, a ideia de idealismo juvenil como importante vetor para o ingresso na militância armada.

Já os testemunhos de Márcia, Criméia e Lenira são elaborados de forma diferente. Márcia, apesar de narrar uma atmosfera de efervescência e expectativa em 1968, procura cobrir o ingresso na luta armada com uma roupagem de consciência e dignidade: não uma decisão juvenil inconsequente, mas, naquele momento, a opção que lhe pareceu mais sóbria e coerente com a conjuntura. Ao relatar com detalhamento o ano de 1968, procura justamente relativizar a ideia de idealismo juvenil. Eram jovens com ideais políticos, mas que aderiram à radicalização armada como resposta ao recrudescimento do regime. Eram jovens e poderiam até mesmo ingênuos, mas o ingresso na militância não foi fruto da ingenuidade, mas de uma escolha política por continuar resistindo. No decorrer do seu testemunho, admite os problemas da estratégia escolhida, mas em nenhum momento se aproxima do idealismo juvenil para justificar o ingresso na militância.

É nesse mesmo tom que Criméia e Lenira elaboram suas memórias. Ambas procuram dar coesão militante aos testemunhos. Longe de um distanciamento em relação ao passado, elas, assim como Artur e Ariston, parecem construir uma teleologia, como se na infância de ambas já estivesse a militante que naquele momento dava voz ao testemunho. Criméia, com sua militância persistente desde a infância, e Lenira, com sua clareza teórica e pragmatismo, distanciam-se da memória hegemônica de viés liberal e a negam pela forma de elaborarem suas memórias. Existem nesses três testemunhos uma outra forma de elaborar a memória sobre o ingresso nas organizações armadas. Mas mesmo aqueles que assimilam a memória hegemônica, o fazem com singularidades, críticas e distanciamentos.

Interessante também percebermos como diferentes narrativas atribuem o ingresso na militância eventos e situações que não seriam estritamente políticas. Mais do que projetos revolucionários, linhas teóricas ou uma reflexão racional e científica, muitos desses sujeitos atribuem o início de sua militância a reações quase que afetivas diante da violência sobre seu corpo ou sobre o corpo de outros, bem como a laços e vínculos de amizade. A política não só como uma prática pautada na racionalidade, mas também nas afecções e emoções. No próximo capítulo, analisaremos justamente como esses sujeitos enxergam e definem a luta da qual fizeram parte.

CAPÍTULO II

AS ARMADILHAS DA MEMÓRIA: A RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA E OS SENTIDOS DA LUTA

No primeiro capítulo, analisamos como os ex-militantes da luta armada elaboraram suas motivações para a militância política e de que forma essas elaborações se relacionam à memória hegemônica de viés liberal, que concebe a luta armada como manifestação de idealismo juvenil. Percebemos que algumas memórias assimilam parte deste discurso, enquanto outras se afastam e estruturam de formas diferentes suas narrativas. Neste capítulo, por outro lado, buscaremos compreender como os testemunhos concebem o sentido e objetivo de suas lutas políticas. Assim como no primeiro capítulo, tomaremos como parâmetro de análise uma construção de memória que, se não tornou-se hegemônica, ao menos buscou se hegemonizar.

Se a perspectiva de idealismo juvenil se encaixa numa memória de viés liberal, crítica, mas parcial e estrategicamente complacente com a luta armada, o parâmetro neste momento é uma tentativa das esquerdas institucionalizadas pós transição democrática de relerem a experiência da luta armada sob o signo da resistência democrática. A construção desta forma de ler o passado tem evidentes objetivos políticos e visa, de certa forma, legitimar e heroicizar os ex-combatentes da luta armada como aqueles que reconquistaram, de forma quase sacrificial, a democracia ao Brasil. Esta história monumentalizada, construída sob o signo da resistência, começou a ganhar força quando grupos à esquerda, muitos deles egressos da luta armada, alcançaram o poder por volta dos anos 2000.

Pesquisadores como Daniel Aarão Reis Filho (2005;2010; 2014b) e Marcelo Ridenti (2004) vêm debatendo acerca da memória da resistência democrática, que reelaboraria o sentido das lutas passadas como forma de, teleologicamente, legitimar o presente. Nesta rememoração, o que um dia foi luta revolucionária pelo socialismo tornava-se resistência democrática. Fernando Seliprandy, que analisa a elaboração desta memória por meio do documentário *Hércules 56*, afirma:

Todos os gestos de ruptura do passado são relidos nessa chave institucionalizante. Como se a guerrilha não desejasse nada além do

retorno à normalidade institucional. Como se o sonho daquela geração fosse a "conciliação" nacional forjada durante a redemocratização brasileira. (2015, p. 198)

Desta forma, os diferentes projetos derrotados da esquerda armada e seus aspectos revolucionários, visando o socialismo teriam sido silenciados em prol de um discurso heroico e vitorioso de resistência democrática. Marcelo Ridenti, por ocasião dos 40 anos do golpe, criticou essas reconstruções da memória do passado, ao qual denominou “ideologia da resistência democrática”:

O aspecto mistificador consiste na omissão de que as esquerdas armadas nunca propuseram um mero retorno à democracia nos moldes do pré-1964, tampouco algo que prefigurasse a institucionalidade que viria a se constituir no Brasil depois do final da ditadura. Essa ideologia tende tacitamente a reduzir a luta pela revolução nos anos 60/70 a uma fase preparatória para a democracia brasileira tal qual está hoje estabelecida, legitimando assim o passado de muitos ex-guerrilheiros. Trata-se de uma versão da História conveniente para os que lutaram contra a ditadura e mais tarde chegaram a diferentes governos ou conseguiram uma inserção institucional, sem que houvesse mudanças de fundo na ordem social e econômica estabelecida (2004, p. 58).

Em outras palavras, alguns dos derrotados em armas fizeram o pacto da moderação e conciliação para ter acesso ao poder e conseguiram certa inserção institucional dentro da nova ordem democrática. Já que a luta armada para tomar o poder e modificá-lo, com mudanças profundas na ordem social e econômica, foi derrotada, quando alcançam ao poder segundo as regras do novo jogo, o caminho escolhido foi mudar não o poder, afinal eram pactários da nova ordem, mas o sentido das lutas passadas. Como não se pode alterar objetivamente o passado, buscou-se construir outra forma de lê-lo e interpretá-lo, um outro sentido por meio da constituição de uma memória de resistência democrática. Desta forma, os derrotados seriam não apenas vitoriosos, afinal a redemocratização seria o objetivo supremo de sua luta, mas heróis desta democracia – posição bem mais confortável do que a representação liberal da luta armada como “idealismo juvenil”. A memória de “resistência democrática” oferece à esquerda um protagonismo na frente ampla que estruturou a Nova República, em oposição à suspeição que a memória de idealismo juvenil oferecia aqueles sujeitos.

Contudo, como Seliprandy bem aponta, este monumento à Resistência, acaba gerando a petrificação daqueles atos de resistência, enclausurando a potência daquele passado bem como o silenciamento sobre os projetos de revolução político-social das décadas de 1960 e 1970. Novamente, analisando *Hércules 56*, mas também a constituição desta memória heroica, o Seliprandy afirma: “em poucas palavras, o que se coloca em questão não é propriamente a homenagem à luta passada, mas a transformação da luta em relíquia de um tempo extinto” (2015, p. 204).

Analisando este trecho, à luz da IX tese de História de Walter Benjamin (BENJAMIN, 2012, p. 245), seria como se os mortos e os fragmentos fossem deixados para traz e o *continuum* progressivo da história fosse restaurado, para alçar os derrotados à condição de heróis da história daqueles que os venceram, abdicando, portanto, de despertar as centelhas de qualquer esperança no futuro. Uma história monumentalizada que, tal como o livro de Gabeira, lembra esquecendo, pois prende e encarcera a experiência em um passado superado pelo progresso histórico. Após delimitarmos parcialmente nosso parâmetro de análise, voltemos aos testemunhos. O que norteará nossa reflexão neste momento, é de que forma os próprios protagonistas da luta armada, ao elaborarem suas memórias, definiram seus objetivos e perspectivas e de que forma se aproximaram ou se afastaram da memória de resistência democrática.

Artur Scavone, quando busca explicar os objetivos e projetos políticos de sua militância, já o faz de forma distanciada e crítica. O ex militante da ALN e MOLIPO, já durante a prisão, ingressou no PCdoB e posteriormente trabalhou na construção do PT, no qual militou por anos, ocupando cargos de direção e lançando-se candidato em algumas oportunidades pelo partido. Sem dúvida, a vinculação político-partidária que tinha no momento da entrevista influenciou a forma como relembrou e reelaborou o seu passado.

Artur ingressou na USP em 1969 e já em 1970 era presidente do Centro Acadêmico do Instituto de Física da USP (CEFISMA). No final desse mesmo ano ingressou na ALN, num período em que, segundo ele, “o movimento estava começando a degringolar” (SCAVONE, A. 2008, p. 9)⁴⁵. Ele participou de ações de expropriações de carros, documentos, panfletagens e sua militância na luta armada durou dos meses

⁴⁵ Tal como no capítulo anterior, citaremos a referência no primeiro trecho do testemunho transcrito. A seguir, para facilitar a leitura indicaremos somente as páginas dos excertos correspondentes.

finais de 1970 até o começo de 1972, quando foi preso e assim permaneceu até 1977. Nesse meio tempo, rompeu com a ALN e ingressou no Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), crítico do militarismo e do isolamento social da antiga organização, numa busca de se reconectar às massas. Segundo ele, “o que estava se sentindo, já naquela época, era o isolamento do movimento guerrilheiro em relação ao conjunto da sociedade” (p. 10).

Este isolamento é descrito em praticamente todos os testemunhos, especialmente daqueles que conseguiram militar na luta armada por mais de um ano, como foi o caso de Lúcia. Para ele, a luta armada era contra a ditadura e em defesa do socialismo. Mas busca ressaltar, em diferentes momentos do testemunho, como a presença da opressão da ditadura era a razão central da luta. Quando questionado sobre o que era esse socialismo que defendia, Artur responde:

Para mim, não havia uma definição sobre uma sociedade socialista com valores e conceitos definidos. O que havia era uma compreensão ou um sentimento anticapitalista, que esse país não podia ser do jeito que era [...] era socialista, no sentido da bipolaridade posta no mundo na época, mas não no sentido de que eu pudesse dizer o que seria uma sociedade socialista[...] eu quero uma sociedade diferente que seja mais humana, que tenha distribuição de renda, que a gente possa viver em paz, que não tenha essa opressão e a minha referência era assim: “a União Soviética em 50 anos virou uma potência, lá não tem fome, lá tem emprego para todo mundo, esse era o discurso”. Porque na época, era muito escrachado o contraste social, o que havia de riqueza, o que a elite detinha de poder e de riqueza e o que o povo passava de miséria e de fome e o quanto havia de distanciamento entre a elite e o conjunto da sociedade. [...] O socialismo hoje continua para mim uma referência e um valor, a perspectiva de uma sociedade socialista, uma sociedade solidária com perspectiva humana, socialista nesse sentido (p. 09-10).

Uma definição geral sobre os objetivos da luta armada e em diálogo com sua própria explicação para o início da militância mais influenciada por uma somatória de sentimentos sem uma “estruturação lógica, racional” (p. 6). Segundo seu testemunho, a bipolaridade do mundo condicionava que a crítica à desigualdade do capitalismo tivesse no socialismo o seu contraponto, mesmo sem definir exatamente isso significava. Ao mesmo tempo, o socialismo é apresentado como sinônimo de humanidade, distribuição de renda, fim da fome e do desemprego e paz em contraposição a um Brasil de opressão e miséria brutal. Socialismo mais como um “valor humano” (p. 10), do que como projeto revolucionário de transformações radicais; mais uma “humanização” do capitalismo, do

que propriamente uma alternativa política e social à economia de mercado. De certa forma, essa visão de socialismo vai encaixar-se na defesa que Artur fará, ao final do seu testemunho, das transformações econômicas e sociais do governo Lula. O “contraste social escrachado” (p. 9) é apresentado como uma característica do passado, como se em 2008, no momento do testemunho, já tivesse deixado de sê-lo ou estivesse em vias de ser superado. Para Artur, como veremos no próximo capítulo, a eleição de Lula foi o grande *telos* desta narrativa. A luta contra a ditadura teria sido vencida com a saída dos militares, mas só concluída com a ascensão do PT ao poder, vencendo a miséria e a fome.

Foi durante a prisão que Artur fez uma crítica mais elaborada à luta armada e especialmente a seu isolamento social. Novamente ele reforçará a ideia de idealismo juvenil, como se a vontade estivesse correta, mas os métodos equivocados. Para ele “A militância armada, que veio do movimento estudantil, era muito despreparada, inclusive na aceitação: nós aceitamos o movimento armado sem saber direito qual era a proposta e a estratégia para as coisas acontecerem” (p.27). Além da imagem de despreparo, Artur repete a ideia de uma adesão intempestiva à militância armada. Mas, apesar das críticas, afirma: “luta na guerrilha foi uma das coisas bonitas das quais participei e fiz, não acho que fiz mal a ninguém” (p. 33).

A despeito da falta de compreensão acerca da luta armada e do sofrimento dela decorrente, o idealismo juvenil parece transformar aquele passado em uma boa lembrança. Ao mesmo tempo, a beleza somada à “não maldade a ninguém” (*ibidem*) distensionam, na narrativa, a ideia a luta armada e dão uma coloração branda à experiência. Artur chegará mesmo a falar que “a guerrilha, ao contrário do que muitos propagam, não tinha intenção de matar, de machucar, de magoar alguém” (p. 39). No momento da entrevista, no contexto de revisionismos sobre a ditadura e do retorno, por parte da direita, da acusação de terrorismo à esquerda armada, Artur procura destacar uma faceta humana e solidária àquela experiência política. Sem dúvida, matar e magoar não eram os objetivos principais da luta armada, mesmo que pudessem ser empregados, se necessários.

Quando oblitera, em sua narrativa, a potencial violência deste processo, seja enquanto projeto revolucionário ou mesmo enquanto resistência à ditadura, Artur tenta construir uma heroicização da guerrilha, sobrepondo suas boas ações a qualquer possível ação violenta. Em seu testemunho, se os guerrilheiros não são rememorados como pacifistas, o são como moderados. Esta forma de elaborar o passado, distensionando a

luta armada e sugerindo certa moderação, melhor se adequa ao pacto de conciliação que estrutura a nova república. Ao final da entrevista, avaliando sua trajetória e a experiência da luta armada, afirmou:

Eu não discutiria jamais se a guerrilha foi certa ou errada do ponto de vista moral, mas desse ponto tem que se discutir a tortura. A guerrilha foi uma necessidade posta, de resistência, você não tinha alternativa, era resistir ou resistir, você não podia resistir sem armas. O que eu acho é que dá para discutir e para avaliar o quanto a luta armada foi politicamente adequada e correta. É difícil fazer essa avaliação porque eu acho também que a esquerda, historicamente e mundialmente naquele período, não tinha alternativas para colocar no caminho, a gente não tinha alternativa e história não se discute (p. 39)

Artur evidencia familiaridade ao debate revisionista e questiona, de certa forma a teoria dos dois demônios, que iguala a repressão da ditadura e a luta armada (vide nota 19). Ele enfatiza a não equivalência entre luta armada e tortura, apesar de não avançar na exigência de punição aos torturadores – chegará mesmo, ao final do testemunho, a falar que a exigência de punição à torturadores é um assunto mais privado das famílias “pela força emocional” (p. 40) do que público, pois o governo Lula teria pautas mais gerais e urgentes, pois haveria uma “precedência do coletivo que vai se impondo” (p. 42). Como outros testemunhos, ele afirma a legitimidade moral da luta armada, mas admite questionamentos sobre a validade política, apesar de não definir uma posição.

Quando busca elaborar uma síntese da experiência, destaca mais o caráter de “resistência” à ditadura do que propriamente o projeto de transformação político-social. Ao mesmo tempo, afirma que a conjuntura histórica e a ausência de alternativas da esquerda justificariam a opção pelas armas no combate à ditadura. Assim, faz uma defesa moral da luta armada, sem autocrítica por qualquer erro estratégico da esquerda - admite no máximo certo despreparo. Apesar dessa defesa, admite a possibilidade de avaliar a validade política daquela experiência.

Seu testemunho concede um grande destaque à figura dos presos políticos e suas articulações com familiares na luta contra o regime, como se, mesmo derrotados em armas e aprisionados pela ditadura, a organização destes, dentro dos presídios, fosse também responsável pela vitória sobre a ditadura. Assim, os vitoriosos sobre a ditadura e os verdadeiros heróis não seriam os militantes da luta armada, mas, todos os perseguidos políticos, incluindo, portanto, os exilados, mas, especialmente os presos políticos, até

mesmo os que não pegaram em armas. De certa forma, a valorização do preso político como herói da resistência dialoga com aquela construção mais moderada e abrandada do militante da luta armada. Para Artur:

Houve um momento da conjuntura em que a ditadura tem que se dar conta que ela reprimiu, sumiu com gente. Tem gente presa que está resistindo e não aceita o país tal como ele está. Acho que essas coisas se juntaram e o presídio político, naquele momento, tornou-se um elemento de luta política muito forte, a gente conseguiu isso junto com os familiares. Acho que essa é uma vitória muito importante porque a repercussão no exterior foi sempre muito grande. E a gente expressava uma parte das vítimas dessa repressão que a ditadura promoveu (p.30).

O papel conferido aos presos políticos no testemunho de Artur é interessante: objetivamente, grande parte dos militantes de organizações armadas permaneceu mais tempo presa do que propriamente em ações contra a ditadura; por outro lado, celebrar a figura do preso político é uma forma de crítica à ditadura, mas que se silencia sobre os projetos políticos derrotados. A ditadura seria o regime que prendeu adversários políticos, tornando desnecessário falar quais eram os objetivos destes sujeitos antes da prisão. A figura do preso político, mais do que a do guerrilheiro, oferece um manto de silêncio e moderação, passaportes da nova ordem política pós transição.

É interessante esse movimento no testemunho de Artur: há uma memória do início da militância, distanciada, mas impregnada de idealismo juvenil e de uma ideia incerta do socialismo, que culminou numa luta política fracassada, mas moralmente correta. Segundo o testemunho de Artur, apesar da derrota nas armas, aqueles jovens idealistas, mesmos massacrados pela repressão continuaram resistindo; a palavra resistência assume um destaque na narrativa. Não mais os militantes da luta armada, mas agora os presos políticos teriam assumido um protagonismo na denúncia contra o regime. Assim, em diferentes momentos Artur busca ressignificar a derrota e até mesmo a luta armada:

Eu acho que se não tivesse essa resistência a situação teria sido muito diferente no país, se não tivesse tido resistência armada, se não tivesse tido resistência de todo tipo e não só armada. A miséria que esses caras fizeram no país, as barbaridades que eles fizeram, se não tivesse tido resistência armada e as demais resistências, eu não sei como seria hoje (p. 12).

A luta armada, citada 19 vezes no seu testemunho, foi, ao final do testemunho, ressignificada como resistência armada. Na perspectiva de Artur, esta forma de luta,

talvez equivocada politicamente, mas correta moralmente, inicialmente em prol de um incerto socialismo, teria atuado, na verdade, como resistência e teria sido importante para o desgaste e enfraquecimento da ditadura e para a consequente restauração da democracia. Mesmo não sendo seu objetivo inicial, a luta armada derrotada nas armas e aprisionada teria tido seu quinhão na restauração da democracia. Ao mesmo tempo, ao elencar a “resistência de todo o tipo e não só armada” (p. 12), a memória de Artur estende a mão a outras formas de resistência, de caráter mais liberal como a imprensa, o parlamento e entidades profissionais; uma forma de recriar, na memória, uma frente democrática contra o mal da ditadura. No testemunho de Artur, não seria nenhum absurdo falar na luta armada como “resistência democrática”. Uma celebração ao heroísmo político e ao monumento da Resistência – uma forma de se associar, no momento do testemunho, ao fortalecimento de uma memória de esquerda que interpretaria de forma heroica a luta armada como resistência democrática.

Ariston Lucena, militante da VPR participou da luta armada por somente 7 meses. Ingressando em janeiro de 1970 foi preso em agosto do mesmo ano. Ele, então com 18 anos, após secar as lágrimas da separação familiar, foi ao vale do Ribeira para fazer o treinamento de guerrilha, depois longa insistência com a direção da organização. Em fevereiro a sua primeira derrota: a morte de seu pai pela repressão.

Em 1970 eu estava ouvindo rádio e deu a notícia da morte do meu pai e a prisão da minha mãe. Aí eu espingolei mesmo, fiquei mal. Queria pegar um fuzil e vir pra São Paulo para resolver, e o pessoal que estava nessa casa não deixou: ‘- O que é isso? Calma.’. Fiquei muito mal, deu uma despingolada feia por conta da morte do meu pai e a prisão da minha mãe e irmãos. Sabia que ela estava apanhando pra cacete. Eu mergulhei de vez na militância. A morte do meu pai e a prisão da minha mãe foi um marco fortíssimo na minha vida. Acho que com a morte dele eu deixei um pouco de ser moleque, para me tornar um homem, foi uma coisa muito forte. A verdade é que eu rachei por dentro, é uma mudança brusca, porque até então eu vivia uma relação tumultuada com o pai e a mãe, mas você tinha uma ligação e a partir da morte dele houve um rompimento brutal. Acho que quebrou o tal cordão umbilical, deixei de ser uma coisa pra ser outra. Até hoje eu tenho marcas muito fortes daquela tragédia que a gente viveu, porque fazendo uma reflexão posterior, eu perdi muito na relação com meu pai. A minha relação poderia ter sido muito melhor, eu poderia ter sido um cara mais maduro se eu pudesse ter entendido melhor o meu pai... Eu sinto muita falta dele, foi uma coisa muito forte..., eu não soube..., hoje que eu sou pai, eu tenho dois filhos, é que eu entendo. Na época eu não consegui entender, mas hoje eu tenho muito claro a importância que ele teve

minha formação (LUCENA, 2008, p. 8).

Logo no início da militância propriamente dita, Ariston sofreu a brusca e violenta perda de seu pai e prisão da sua mãe. De certa forma, este evento representou um “batismo de sangue” no seu ingresso à militância e serviu para romper um cordão umbilical simbólico, marcando a passagem da infância para a vida adulta. Ele não pôde realizar nenhum ritual de luto nem ver o corpo do pai, sob posse da repressão: seria a luta armada que, de certa forma, vingaria a morte de seu pai e, por meio do sequestro de um embaixador japonês, libertaria sua mãe⁴⁶. Novamente, não é uma racionalidade política que mobilizava Ariston na luta armada, mas um conjunto de emoções e, naquele momento, uma busca por vingança. Apesar da entrevista ocorrer mais de 40 anos depois dos eventos narrados, os silêncios, bem como “as marcas daquela tragédia até hoje” (p. 7) indicam um trauma ainda latente para Ariston. Ao mesmo tempo, ele rememora como o capitão Carlos Lamarca foi assumindo o papel dessa figura perdida:

Conversar, desabafar, falar das tuas coisas íntimas era com o Lamarca. Ele era muito bom ouvinte, paciente, conversava. Eu era meio filho dele. A gente tinha uma puta relação. Era meio pai assim sabe? Sentava, contava as histórias pra ele, o que eu estava sentindo, o que eu estava sofrendo, principalmente depois da morte do meu pai a gente se aproximou ainda mais (p. 17).

Para Ariston a relação com Lamarca transcendia a relação com um líder pois, envolto por perdas e afetos, enxergava no capitão uma espécie de pai. Apesar disso, a fala de Ariston parece envolvida por um véu de culpa e responsabilidade pela morte do pai: a relação familiar conflituosa vem à tona de forma explosiva após a morte de seu pai, Antônio Raymundo Lucena. De certa forma, o processo de luto não elaborado parece internalizar o ente perdido no próprio Ariston, que rememora de forma melancólica esse passado (FREUD, 2014). Quanto a sua formação, ele pondera:

Eu não tinha formação política, o Vale do Ribeira não me proporcionou isso porque é necessário muito tempo, mas eu tinha uma boa formação militar. Apesar de não ter uma formação política sólida, eu tinha esboços dessa coisa da revolução socialista, mas não sabia direito o que era. Uma coisa que estava clara para mim: esse país vivia numa extrema miséria, muita pobreza, miséria, muita opressão, falta de democracia e eu tinha isso em vista. Então o que colocar no lugar? O socialismo. Mas o socialismo era uma coisa muito vaga na minha cabeça. Na época, se

⁴⁶ Em 11 de março de 1970, o cônsul japonês em São Paulo, Nobuo Okuchi, foi sequestrado pela VPR e trocado por 8 presos, dentre eles a mãe de Ariston e seus três irmãos.

você perguntasse: “O que é socialismo?” eu não saberia te responder. Se até hoje tem controvérsia sobre o que é o socialismo, imagina na época. Então qual era o referencial da gente? Era Cuba, Fidel Castro e as relações de embate com o imperialismo, isso a gente tinha claro. A gente sonhava, o modelo do socialismo era o socialismo cubano, mas era uma coisa muito empírica. Poucos dirigentes tinham essa consciência política do que realmente era o socialismo (p. 19).

Essa rememoração se aproxima muito de Artur. Uma preeminência da prática sobre a formação política e um socialismo incerto assimilado como solução para a miséria e desigualdade no Brasil, num contexto de bipolaridade do mundo. Uma luta armada pelo socialismo, mas que é justificada, por Ariston, pela miséria, opressão e falta de democracia. Cuba como um exemplo genérico de socialismo, que, segundo Ariston, era mal compreendido até mesmo por dirigentes. Ao mesmo tempo, um símbolo no combate ao imperialismo, assim como algumas bandeiras do pré-1964. O que Ariston relata se aproxima daquilo que Denise Rollemberg (2003, p. 87) afirma acerca de seu “pai adotivo”, o capitão Carlos Lamarca. Em um artigo, no qual faz um balanço sobre as esquerdas armadas, a historiadora descreve um perfil de Lamarca:

A opção do capitão do exército pela revolução e mais, pelo caminho violento que ela implicava, como a de tantos outros, não se dera pela adesão à teoria marxista legitimada pela ciência. A opção de Lamarca se fez pela indignação diante das desigualdades sociais que perpetuavam a miséria e as injustiças. Herbert Daniel, em suas memórias, ressaltava este ponto: o militante da VPR percebia como a maior parte das pessoas incorporavam os princípios do marxismo-leninismo não por conhecimento da teoria, mas por valores éticos e morais. A indignação com as desigualdades sociais tão presentes na sociedade brasileira era, concretamente, o fator que levava muitos a aderirem ao projeto revolucionário.

A explicação de Ariston sobre o sentido da luta armada segue o mesmo percurso que o de Lamarca, segundo Rollemberg: mais uma preeminência ética e moral de repúdio às desigualdades do que um embasamento teórico no marxismo-leninismo. Ambos permaneceram em treinamento militar no Vale do Ribeira por alguns meses, até que em maio, após denúncias, a repressão chegou ao local e cercou os guerrilheiros, forçando-os a buscar uma fuga. Depois de alguns confrontos com a repressão, mesmo sobre o cerco de milhares de militares, os guerrilheiros conseguiram fugir. Voltando a São Paulo, Ariston participaria de algumas ações armadas, como expropriações e panfletagens em grupos armados. Segundo ele, “a gente saía distribuindo panfletos,

denunciando a ditadura, falando do socialismo, da repressão e da falta de liberdade desse país” (p. 18). Nessas ações foi preso em maio de 1970 e permaneceu assim por mais de 9 anos. Quando questionado pela entrevistadora se havia feito autocrítica em relação à luta armada, Ariston é direto e explosivo:

Eu não fiz autocrítica da luta armada porque eu não tenho autocrítica pra fazer. Acho que o grande problema que a gente viveu naquele momento foi a gente ter uma análise de classe errada, equivocada. Faltou política, militância, faltou recrutamento, análise de conjuntura. Agora a luta armada em si eu não tenho autocrítica para fazer. Qual era a alternativa que não fosse à luta armada? Qual seria a outra? Eu não sei, mas a ditadura teve várias feridas, vários hematomas e um desses hematomas, uma dessas feridas foi causada pela luta armada. A luta armada mostrou o que era aquela ditadura, que ela era fascista, sanguinária, que matava os opositores e prendia e assassinava e inventava que o cara tinha morrido em tiroteio. Isso era comum, era uma prática comum. A censura, os atos institucionais para cercear as liberdades democráticas. Então eu acho que o papel da luta armada foi muito importante nisso. Essa conversinha de autocrítica, autocrítica do que? Eu tenho muita dúvida sobre isso (p. 28).

Ariston defende a luta armada como uma estratégia válida no combate à ditadura e até como bem sucedida em “desmascarar” o regime que cerceava as liberdades democráticas. Além disso, destaca a ausência de outras alternativas de oposição. Nesses pontos, novamente, seu testemunho aproxima-se com o de Artur. Apesar de definir o objetivo político da luta armada como a revolução socialista, Ariston destaca que se o projeto revolucionário havia sido derrotado, ao menos teriam contribuído para “mostrar o que era aquela ditadura” (p. 28), contribuindo, portanto, para o seu fim. Mesmo derrotados nas armas, teriam corroborado para o fim da ditadura e para a consecutiva redemocratização. Podemos enxergar no testemunho de Ariston, pela forma como elaborou sua memória, uma narrativa que reforça a ideia da luta armada como forma de resistência democrática. Ao final do testemunho, ele destaca a importância de homenagear aqueles que foram mortos pelo regime e lhes confere um estatuto de heróis “Companheiros que foram tão importantes para essa luta e que morreram da forma mais dura, que foram assassinados, torturados, vilipendiados. Nós temos muitos heróis e muitos desses heróis são heróis anônimos” (p. 33).

Num contexto de revisionismo no momento do testemunho, na qual a luta armada voltava a ser acusada de terrorismo por setores à direita e a esquerda

institucionalizada buscava celebrar e monumentalizar a luta armada como resistência democrática, Ariston elabora suas memórias assimilando esta segunda narrativa. Ao mesmo tempo, seu testemunho é atravessado por algumas indefinições e incômodos, não só em relação aos traumas familiares, mas também em relação ao lugar dos ex-presos políticos: Ariston evidencia desconforto com a pergunta acerca da autocrítica bem como ao fato de que aqueles que considerava heróis permaneciam anônimos. O seu incômodo pode nos salientar uma espécie de não-lugar discursivo em que se encontram os ex-presos políticos, Ariston incluído, com dificuldade de assimilar suas experiências da luta armada num contexto de Brasil redemocratizado. Ao assimilar a memória monumental da resistência democrática e propor uma heroicização daqueles que morreram sob a repressão, parece buscar ele próprio um lugar para si nessa narrativa, um lugar que ofereça sentido às experiências traumáticas, mesmo que no campo exclusivamente discursivo.

O testemunho de Alberto Becker, colhido em 2002, diverge dos demais pois está distanciado temporalmente dos revisionismos que marcaram os anos seguintes; além disso, diferentemente de Artur e Ariston, quando Alberto elabora suas memórias parece, ele próprio, distanciado daquele passado que rememora. Sua militância começou no movimento estudantil católico, ainda como secundarista, “no espírito da época, que era de resistir, de continuar levantando as bandeiras para a melhoria da vida do povo, bandeiras que tinham sido as bandeiras das reformas, antes da época do golpe” (BECKER, Alberto. 2002, p. 03). Segundo ele, que já havia ingressado na AP desde 1966, foi logo após ao golpe que o debate sobre a luta armada surgiu de forma generalizada. Em suas palavras, em 1968, “vivía empurrado pela inspiração maoísta da conquista do poder pela luta armada” (p. 05). No ano de 1969 já estava clandestino e havia se desligado da AP e ingressado no PRT, participando de ações de expropriações em bancos e supermercados e treinamentos de manuseios de armas. Sua militância em organizações armadas duraria menos de 2 anos. Em maio de 1970 foi preso, permanecendo assim até o final de 1977.

Para além da referência ao maoísmo, seu testemunho pouco aborda os objetivos da luta armada. Palavras como “socialismo” e “democracia” não estão presentes em sua narrativa. Neste momento, o silêncio aparece como uma pista esclarecedora. Realizado em 2002, portanto antecedendo a onda de revisionismos sobre a ditadura, esse testemunho se diferencia bastante dos demais por rememorar de uma forma mais linear e menos conflituosa e contraditória. Este passado recente, como que guardado num baú,

parece encerrado em si mesmo e pouco mobilizado no tempo presente. Por outro lado, ele faz comentários sobre as ações armadas que reforçam a ideia de idealismo juvenil:

Nessa etapa não houve nenhum treinamento, inclusive existe muito folclore [...] as coisas não aconteciam como a gente queria. Na época, a ânsia por fazer é o que predominava. Não estava interessando muito que tiro você dá, que arma você usa, para onde você mira, o negócio é que você tem que fazer algo (p. 07).

Esse voluntarismo se acentuava à medida que a repressão fechava o cerco sobre os militantes. Para além de idealismo juvenil, Alberto relata, assim como outros testemunhos, uma conjuntura de tensão e isolamento crescentes, na qual os militantes ingressavam num ciclo de sobrevivência, realizando ações para conseguirem se manter na clandestinidade. A palavra que Alberto usa para definir várias das ações é resistência. De certa forma, o personagem parece enxergar sua luta política primordialmente como uma resistência à ditadura – desta forma, sua rememoração parece buscar adentrar simbolicamente no grande bloco de resistência, construído pela memória hegemônica.

Por outro lado, seu testemunho nos permite deduzir que o objetivo da “resistência” que visava “tomar o poder” não era restaurar a institucionalidade pré-64 nem a que se constituiu pós 1985. Mas ele cita, em diferentes momentos, a palavra “reformas”, possivelmente uma alusão aos projetos de Reforma de Base do presidente João Goulart, deposto pelo golpe de 1964. Em alguns trechos do testemunho apresenta, como projetos alternativos à ditadura, a superação da miséria e da desigualdade. Desta forma, sua militância visaria não apenas derrubar a ditadura, mas avançar rumo a transformações políticas e sociais, tendo as reformas de base como parâmetro.

O testemunho de Alberto, colhido quase uma década antes dos demais, tem a singularidade de estar afastado de algumas polêmicas sobre os projetos políticos da luta armada, fortalecidos pelas ondas de revisionismo a partir de 2004. No momento da entrevista, a memória liberal da sociedade resistente contra a ditadura era hegemônica, sem sofrer grandes ameaças de memórias marginais. Alberto, em diálogo com esta memória, assume-se como resistência à ditadura. A singularidade de sua militância política, bem como uma possível oposição entre resistência e revolução não teve lugar no seu discurso. O passado parecia estável e encerrado. Aproxima-se mais da ideia de resistência à ditadura do que de um projeto socialista revolucionário.

A cineasta Lúcia Murat, rememora sua militância no MR-8 de forma distanciada, mas precisa, como se, de tanto rememorar aquele passado, conseguisse narrá-lo com certa segurança. A militância de Lúcia começou em 1967, no ingresso à Universidade, quando ingressou na Dissidência Comunista da Guanabara, racha estudantil do PCB – que mudaria seu nome para MR-8. Em 1968, foi eleita vice-presidente do diretório acadêmico e destaca que viveu seus anos dourados diante do fortalecimento do movimento estudantil, se dedicando integralmente à política. Lúcia relembra que aquela ainda era uma conjuntura que possibilitava certa formação política, que se tornaria cada vez mais escassa no decorrer daquele ano:

Começou um grupo de estudos, discutir Althusser, tinham os grupos que começavam lá em Aristóteles. Ainda tinha tempo, depois diminuiu foi só o mais básico do marxismo, o pior do marxismo, tipo cinco palavras e se vira minha filha. Mas naquela época ainda tinha uma certa tentativa de um aprofundamento (MURAT, L. 2010, p. 5).

Primeiramente, para Lúcia, a formação teórica marxista é posterior ao ingresso na militância sendo consequência e não causa desta. Além disso, a fragilidade da formação vai se acentuando no ritmo da própria aceleração do tempo histórico: diante de uma atuação política cada vez mais intensa do movimento estudantil, o aprofundamento teórico foi deixado de lado diante da urgência das ações. Já no segundo semestre, o acirramento da repressão foi apresentando outros caminhos aos militantes. Segundo Lúcia:

A gente já discutia a revolução o tempo todo, em 1968, já discutia quem ia militar, quem ia largar tudo em função da revolução e quem não ia [...] discutíamos a luta armada naquela época toda. Não fizemos, só fomos fazer depois do AI-5, mas a gente já discutia como uma preparação, quem estava preparado para fazer a revolução e quem não estava. Mas o dia a dia era o do movimento estudantil, junto com as reuniões da organização (p. 6).

Este trecho deixa clara a revolução como um horizonte daquela luta política, sendo discutido por Lúcia num contexto, já exposto, de idealismo juvenil. Apesar da preparação para a luta armada revolucionária, está só teria se materializado depois do AI-5. Tal como apontam historiadores, o projeto de luta armada antecede o AI-5 ⁴⁷, contudo,

⁴⁷ Rollemberg, posicionando-se no debate acerca dos revisionismos sobre a luta armada, afirma: “trajetória das esquerdas e dos embates travados pelos movimentos sociais que seguiam esta orientação no período anterior a 1964 e, em particular, dos caminhos que parte das esquerdas vinha tomando pela luta armada.

Lúcia, assim como Márcia, destaca que as condições objetivas para a efetivação daquele projeto, pelo menos por parte daqueles jovens, aconteceram diante da radicalização da repressão. Segundo Lúcia, “o golpe que a direita, mais à direita, iria dar dentro da ditadura, o golpe dentro do golpe” (p. 7), já era esperado e confirmou as análises do grupo: o movimento estudantil estava em declínio, a ditadura acuada radicalizava e os jovens teriam que confrontar-se com o regime em armas:

A gente estava se preparando para fazer a revolução: vamos ter que partir para a resistência armada, estávamos nos preparando para resistência armada. Quando aconteceu o AI-5, ninguém ficou chocado com aquilo, a gente estava inteiramente preparado, ninguém ligado à organização foi preso. A gente saiu de casa, todo mundo se encontrou no ponto, tinha o ponto armado, tinha tudo armado (*Ibidem*)

O recrudescimento da repressão confirmou as análises políticas do grupo e pareceu reforçar o ímpeto revolucionário. Revolução e resistência são tratadas como sinônimos por Lúcia. Resistir à ditadura era derrubar o regime e promover uma transformação social radical, revolucionária. Ao mesmo tempo, uma ação revolucionária também era uma forma de combater uma ditadura repressora. Sobre a natureza e os objetivos da luta, Lúcia é direta: “a gente lutava pelo socialismo, claro, a gente era de organização marxista-leninista, lutava-se pelo socialismo” (p. 8). Interessante a construção da frase: é óbvia a luta pelo socialismo pois, o programa político da organização era socialista. Mas, se pensarmos, nas falas de Lúcia, na fragilidade da formação política e no fato de que, para ela, o que determinava o ingresso em organizações era estar num curso sob hegemonia de determinada organização, essa posição parece um tanto contingente: tinha essa posição e perspectiva de luta pelas circunstâncias, mas que poderiam ser quaisquer outras. Ao mesmo tempo, seu testemunho, familiarizado com os debates e revisionismos acerca da luta armada, afinal produziu filmes sobre a temática, apresenta a tensão entre revolução e resistência. Novamente a elaboração é clara:

Acho que o termo resistência armada é mais atual, porque eu vivo dando entrevista para jornais e aí virou resistência armada, talvez seja mais palatável do que guerrilha urbana. O jornal da gente chamava-se

Embora consideremos que o golpe e a implantação da ditadura redefiniram o quadro político, é importante perceber que esta possibilidade fazia parte das opções de esquerda e que esta buscava realizá-las antes de 1964. Mesmo que não se trate de uma novidade, as esquerdas tenderam - e tendem ainda - a deslocar o marco da opção pela luta armada para o pós-1964” (ROLLEMBERG, D., 2003, p. 46-47)

“Resistência”, mas a gente não usava o termo resistência armada
(*Ibidem*)

Lúcia parece surpreender-se ao definir uma prática do passado com um termo da atualidade. Apesar de assimilar, no próprio testemunho, o termo resistência armada, ela sugere o anacronismo da expressão e levanta hipóteses sobre o porquê de sua utilização: talvez essa expressão fosse mais palatável que guerrilha urbana. Num contexto de revisionismos, resistência armada melhor se adequaria à moderação e à heroicização do que guerrilha urbana. Mas interessante refletirmos: essa mudança de termos seria mais palatável para quem, no momento do testemunho? Para os ex-militantes que, na posição de vítimas da repressão, não queriam assumir seus projetos radicais e potencialmente violentos? Ou palatável para a sociedade que, sem querer conhecer profundamente o passado, preferia a moderação e não enxergar a violência como parte estruturante da história do Brasil e da própria luta política? A diferença substancial entre a violência dos guerrilheiros e da repressão é que a primeira é potencial, pois não chegou a se materializar de forma ampla como a segunda; outra diferença é que os guerrilheiros, quando falam, têm rosto e assumem, diversas vezes, a posição de vítimas da repressão; já os protagonistas da repressão estão encobertos pelo manto do silêncio, costurado pela lei de Anistia. A entrevista, colhida em 2010, mostra como Lúcia está familiarizada com a tentativa de se construir uma memória heroica da luta armada como resistência democrática. Mas ela destaca que, para além de exclusivamente resistir, havia um projeto de avançar rumo ao socialismo. Seu testemunho afasta-se da ideia de resistência democrática, pelo menos tal qual foi elaborado por grupos de uma esquerda institucionalizada.

Lúcia, que se define como um péssimo quadro militar, realizou poucos treinamentos com armas. Sua militância consistiu em agitação propagada armada nas fábricas do Rio de Janeiro no ano de 1969. Ela relata uma receptividade por parte dos trabalhadores, diante de certa “áurea do movimento estudantil, graças as manifestações de 1968” (p. 7). Também relembra como o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, realizado por sua organização, foi um ponto de inflexão na militância. Segundo seu testemunho, a euforia inicial durou uma semana, quando começaram as prisões:

Acabou o setor operário, porque a repressão baixou pesado. [...] ninguém te dava mais guarida, todo mundo tinha muito medo, porque a

repressão era total mesmo, matava todo mundo. Os operários tinham um medo da porra, isso mudou inteiramente (p. 10).

Para Lúcia, imediatamente após o sequestro do embaixador, uma das ações mais icônicas da luta armada, o movimento entra em acelerado declínio, com sucessivas prisões e mortes. Sobre aquele momento, ela relata a entrada em um ciclo de sobrevivência, no qual as ações visavam somente a manutenção dos militantes na clandestinidade. Para fugir das quedas, a organização direcionou Lúcia para a Bahia. Ao invés de avançar, rumo à tomada de poder, o objetivo prioritário tornou-se fugir da repressão e buscar rearticular os laços, diante de tantas quedas. A descrição de Lúcia ilustra com clareza o que também está presente em outros testemunhos, como de Alberto, Márcia e Raul:

A essas alturas a gente estava muito tenso. É muito difícil olhar para trás e ver. Às vezes, acho que todo mundo tinha tique nervoso. Todos os meus amigos tinham sido presos ou mortos, eu tinha 21 anos de idade, isso era um horror. Minha família me mandava para a lua se eu quisesse sair do país. Era uma coisa tão clara a derrota, que acho hoje só ficávamos por uma relação total de culpa com quem tinha morrido, com quem estava preso. Porque era claro tínhamos sido derrotados naquele momento. Entramos num ciclo de sobrevivência, não conseguíamos fazer mais nada. Acho que do ponto de vista emocional era muito mais uma relação de culpa que nos fazia ficar do que uma análise política porque era tão claro tudo o que estava acontecendo, o grau de isolamento que a gente estava (p. 12).

A clareza da derrota veio a *posteriori*, bem como a tentativa de explicar aquela experiência aparentemente suicida. Este trecho rompe com qualquer tentativa de monumentalização e escancara uma faceta profundamente humana e trágica: uma luta não movida pela possibilidade de vitória, mas que, apesar da clara derrota, prosseguiu por um compromisso ético e uma relação de culpa com aqueles que morreram ou estavam presos. Um compromisso não mais na luta contra a repressão e a desigualdade social, como apresentado por Rollemberg ao falar de Lamarca, mas relacionado especialmente aos companheiros de militância, àquela “nova família”, como Lúcia definiu (p. 6).

Essa clareza e sentido atribuído ao passado vem num testemunho gravado décadas depois e após 25 anos de psicanálise, que, segundo Lúcia, ajudou-a a sobreviver e entender aquela experiência. Em dois anos, a “dona do mundo” (p. 6) em 1968 estava fazendo ações de expropriação para buscar manter-se na clandestinidade. Apesar do isolamento social, o que a mantinha na luta armada era uma relação de culpa diante

daqueles companheiros e amigos que haviam sido presos ou mortos pela ditadura – pelo menos este é o sentido atribuído *a posteriori*. Uma luta armada menos ofensiva e mais próxima de uma busca desesperada por sobreviver e fugir de um inimigo mais forte, tendo a culpa como um vetor fundamental. O testemunho de Lúcia se afasta substancialmente de qualquer monumentalização da experiência da luta armada como resistência democrática. Era uma luta pelo socialismo e contra a ditadura, num breve momento; após, transformou-se em uma busca desesperada por sobrevivência, mediada pela culpa.

Lenira, cujo testemunho foi concedido em 2009, relatou que, após o afastamento da juventude do PCB em 1961, aproximou-se da POLOP em busca de maior formação marxista e esta escolha a levou até o Partido Socialista. Lá iniciou militância nas Ligas Camponesas até o golpe de 1964 desbaratar todo o movimento e prender seu pai. A partir dali, mesmo sem estar vinculada a nenhuma organização, buscou reorganizar o movimento estudantil em colaboração com outros grupos políticos, como a AP. Explicando sua atuação no pós golpe, Lenira afirma:

Não quis entrar em partido nenhum, para mim era um momento de reflexão. Iria ajudar a resistência onde fosse possível, mas não estava disposta a entrar em outro partido agora [...] eu queria ser rebelde, tenho espaço de militância que não exige que eu tenha uma filiação partidária, me dá a liberdade de eu ir para onde eu achar que estou sendo mais coerente com a minha perspectiva de vida. Isso eu passei um tempão fazendo, eu sou anarquista (MACHADO, Lenira. 2009, p. 04).

Esta última frase é dita entre risos na entrevista, porque Lenira já havia explicitado – e assim o fará em outros momentos do testemunho – de forma bastante clara os objetivos políticos de sua militância: a revolução socialista. Apesar não estar vinculada à nenhuma organização, manteve sua militância em defesa do socialismo e contra a ditadura. Quando questionada se era mais importante a resistência à ditadura ou a revolução socialista, Lenira arremata “Não tinha contradição: estrategicamente continuava sendo a revolução socialista, taticamente tinha que ser estruturado um amplo movimento de combate à ditadura” (p. 20).

Desta forma, o objetivo final (estratégia) seria a revolução socialista, mas o caminho para se chegar a esse fim (tática), seria combater a ditadura numa frente ampla. A resistência à ditadura teria um papel de aglutinar forças e criar condições para o socialismo. Lenira permaneceu à margem de organizações desde golpe até o AI-5, atuando no movimento estudantil e participando de atos, como o 1º de maio de 1968.

Naquele ano, já era mãe e estava casada com Altino Dantas, ex-presidente da UNE. Após um breve ingresso na Ação Popular, vai de fato se engajar na formação do PRT. Contrária ao sectarismo, discordava tanto do foquismo cubano quanto do maoísmo chinês⁴⁸. Com clareza de quem parece reler os documentos na memória, Lenira, com orgulho e nostalgia, relembra:

Continuo considerando que o documento aprovado no congresso do PRT foi um dos melhores produzidos naquela época e naquele momento. A gente fala na revolução socialista, mas numa primeira fase como democrático popular. Eu acho que eu continuaria assinando aquele documento, que foi elaborado com muita dificuldade, discussão, briga, mas com muita vontade de acertar. Nós perdemos muito tempo ... não acho que foi perda de tempo porque é uma coisa importante que a gente tinha que caracterizar naquele momento: não era um bando armado, era uma organização política com um programa político sólido e essa foi a opção que a gente fez, ter um programa político sólido que tinha como uma das formas de luta a luta armada (p. 23).

Nesta nova organização, ela atuou como dirigente de 1969 até meados de 1971, quando foi presa. Com longa trajetória na militância político partidária, seu testemunho evidencia a preocupação de caracterizar politicamente as decisões em contraposição ao voluntarismo de um “bando armado”. Novamente, seu testemunho reforça o socialismo como estratégia, mas tendo, como tática, primeiramente, uma fase democrático-popular⁴⁹. Tal documento foi elaborado em um contexto de fortalecimento da repressão. Ela relata o avanço do aparato repressivo e as dificuldades e fragilidades vividas na clandestinidade, promovendo até mesmo uma aproximação junto a outras organizações, especialmente em ações e informações.

O testemunho de Lenira permanece coeso e coerente: se afasta da memória de resistência democrática como objetivo da luta armada e afirma categoricamente o caráter socialista da militância. Para além da resistência democrática, meio tático, o sentido e objetivo estratégico da militância política era o socialismo. Mais do que isso, marcar com precisão o caráter socialista de sua luta tem um peso maior para quem reafirma aquela posição e a disposição assinar novamente o documento, no presente.

⁴⁸ Lenira destaca que teve contato ainda na juventude com essas referências de estratégias revolucionárias. Ela relata que foi lendo e “ficando arrepiada, foram duas coisas que eu nunca aceitei” (p. 20): o foquismo pelo livro “a revolução na revolução” de Régis Debray, inspirado na tática de guerrilha da Revolução Cubana e a ideia maoísta de “cerco da cidade pelo campo”, a partir do Livro Vermelho, de Lin Piao, inspirado na Revolução Chinesa.

⁴⁹ Estratégia seria o objetivo final, o projeto de longo prazo, enquanto tática seriam os caminhos empregados para se chegar à determinado fim, de curto ou médio prazo.

Além disso, ela vai, ao final do testemunho, reafirmar a crença no socialismo e na luta armada: “continuo aceitando a luta armada? Continuo, como uma forma de se opor a tirania burguesa, isso para mim é básico [...] acho que faz parte de um caminhar para quem acredita ainda no socialismo nesse país” (p. 74). Como veremos no próximo capítulo, defender o socialismo e a luta armada marcam um posicionamento político não só em relação ao passado, mas também ao processo de transição política bem como à própria democracia da Nova República.

Márcia, cujo testemunho foi gravado em 2009, relata que ingressou na ALN em 1969 e militou até 1971, quando foi presa, sendo libertada só em 1974. Sua militância consistiu em atividades de recrutamento, propaganda, agitação e imprensa. Ela, em alguns trechos do testemunho, mais analisa historicamente suas experiências do que propriamente relata as ações. Quando questionada pela entrevistadora Janaína se o projeto revolucionário era prioritário em relação ao projeto de resistência à ditadura, responde que considera uma falsa discussão a “divisão entre resistência e revolucionária” e que “as coisas depois que passam podem se tornar muito desfocadas” (MAFRA, M. 2009, p. 61). Para ela, ambos os projetos coexistiram e se inter-relacionaram. Primeiramente, uma massa estava nas ruas contra a ditadura, sem, necessariamente, ter um projeto revolucionário. Por outro lado, as organizações de esquerda tinham um projeto revolucionário, com maior ou menor ênfase, um projeto de socialista. Para Márcia, “as duas coisas se misturam num dado momento, mas não tem o mesmo caráter” (p. 17):

Essa coisa de massa, de rua, de movimento estudantil que tem inclusive forte componente emocional [...] a massa que estava na rua nos anos 67, 68 não tinha como perspectiva própria [a revolução]. No entanto, é importante ter essa relação presente por quê? Porque muita gente que saiu do movimento de massa, anti ditadura, por melhores condições de ensino e etc. mudou de perspectiva, quer dizer, incorporou a visão socialista, a visão de revolução, então foi um grande manancial. Não precisa ir longe, se você pega um grande número de perfis, o movimento estudantil foi um grande manancial, não foi o único, mas foi um grande manancial, desde lideranças até militantes nas mais diversas áreas e capacidades e tudo (p. 18).

Portanto, para Márcia, parcelas da massa de estudantes que foram às ruas contra a ditadura, diante do recrudescimento da repressão e do AI-5, acabaram arregimentadas para lutar contra a ditadura dentro de um projeto revolucionário socialista. Ela destaca, assim como historiadores, que o projeto revolucionário de organizações de

esquerda antecede ao Ato Institucional nº 5 (ROLLEMERG, 2010). O projeto revolucionário pré existia e foi dirigido por lideranças de organizações, como Lenira, que com clareza diferencia objetivos estratégicos e táticos. Por outro lado, parte da massa de estudantes que são impedidos de continuar sua militância pela repressão não tem projeto político próprio, mas, mais reativos que propositivos, vão aderindo, em diferentes graus e por diferentes motivos, os projetos revolucionários. Por isso, Márcia reafirma ser falsa a oposição entre resistência e revolução, pois, objetiva e historicamente, o Brasil vivia uma ditadura:

Nossa conjuntura era imprensa censurada, nenhuma possibilidade de manutenção de atividades de massa legais. Eram vários impedimentos. Então o desenho daquela conjuntura teve um determinado produto, e eu não estou querendo dizer que as organizações surgiram em função da ditadura e seus projetos, mas estou dizendo o seguinte: os caminhos também que foram tomados foram..., se fosse outra a conjuntura eu não sei. Eu estou dizendo que é um pouco uma discussão falsa, necessariamente dentro dos projetos, em termos não da estratégia, mas da ação concreta, a questão da ditadura estava posta. E você lê, por exemplo, a documentação da época mesmo, porque sempre tinha a tática, a estratégia, então por uma questão tática sempre a ditadura era uma coisa presente (p. 19).

Márcia dialoga com Lenira, mas a partir de um outro lugar de fala. Enquanto Lenira ocupou cargos de liderança nas organizações em que militou, Márcia esteve em um quadro de base na ALN. Desta forma, apresenta a perspectiva tática e estratégica das organizações, mas aponta que muitos militantes – talvez até mesmo ela se incluía neste grupo – ingressaram em organizações armadas revolucionárias como forma de manterem a luta contra a ditadura. Ou, em suas próprias palavras, “continuar a brincadeira” (p. 13) com um pouco mais de equilíbrio de forças. Márcia prossegue sua ponderação emaranhando memória e reflexão meta-histórica:

Reforço aquela ideia da falsa questão: não é muita coincidência também você ter o surgimento de um embate armado etc. após ter um golpe de direita armado, militar etc.? É no mínimo pra se considerar. Ou seja, não se tratava de um projeto dentro de uma democracia, de um projeto socialista dentro de uma democracia, então via parlamento ou via sei lá o quê. Tratava-se de fato de um - qualquer que fosse o projeto - enfrentamento ali e agora com o exército, uma força poderosa de repressão (p. 61).

Márcia elabora uma perspectiva nuançada e complexa sobre a luta armada e refuta qualquer generalização como “as esquerdas”. Não nega seu caráter revolucionário, mas sugere uma heterogeneidade e pluralidade, como se, diante do bloqueio de movimentos de massa, aquele movimento antitadura tivesse adentrado as organizações revolucionárias, com diferentes graus de adesão e compreensão daquele processo. A própria experiência de Márcia e seu ingresso na ALN deu-se numa tentativa de “continuar aquela brincadeira” (p. 13) em condições mais equilibradas de enfrentamento ao aparato repressivo, mesmo sem ter, pelo menos no seu testemunho, destacado qualquer adesão ao socialismo ou a projetos revolucionários.

Ao mesmo tempo, ela procura elaborar uma cronologia da luta armada e afirma que os anos têm marcas. Analisando historicamente aquela experiência, Márcia pondera que aquele foi um período muito curto temporalmente, de três ou quatro anos, no qual as coisas aconteceram com muita rapidez:

Sessenta e sete e sessenta e oito são anos de montagem dessas organizações, como elas se manifestaram e atuaram. Sessenta e nove é o ano de tudo, onde tem maior poder de fogo, maior divulgação, é o ano em que acontece. Ao mesmo tempo se tem uma ampliação da repressão e o início das grandes quedas. E setenta eu acho que é a continuação das grandes quedas e aonde se começa a falar: “Bom, mas pra onde vamos, pra onde vamos?” (p. 20)

Na narrativa, ela destaca no ano de 1969 o sequestro do embaixador: “uma festa, quer dizer, que coisa incrível em termos de repercussão” (p. 15), o apogeu da luta armada. Mas, já no final do ano, o assassinato de Carlos Marighella, principal liderança da ALN, marcou, para ela, um gradativo declínio e uma preocupação com os mecanismos de segurança e com o crescente isolamento e descolamento da luta armada em relação aos grupos de apoio. Do apogeu ao declínio em questão de semanas. Neste momento do testemunho, Márcia destacou, assim como Lúcia e Raul, um impasse: para a luta armada era preciso romper esse círculo de isolamento e ampliar as bases, mas, ao mesmo tempo, diante do cerco da repressão se aproximado, os militantes tinham que se fechar. Desta forma, adentravam um ciclo de sobrevivência, e a preocupação central já não era nem derrubar a ditadura ou tomar o poder e instaurar o socialismo, mas primordialmente sobreviver: “a sobrevivência passa a ter mesmo um papel central” (p. 23). Ao mesmo tempo, deveriam manter-se na luta em solidariedade aos companheiros que ficavam ou que tombaram – como bem aponta Lúcia. Márcia relata que quando ela foi presa sua organização começava a tentar discutir saídas desse isolamento.

Sua elaboração de memória tenta a cada momento historicizar suas posições. Ao negar uma definição maniqueísta do sentido da luta armada, procura destacar que ambos os sentidos, revolução e resistência, se articulam e se complementam, mas não devem ser confundidos. Para ela, havia militantes com clareza acerca do projeto socialista e outros que, pela conjuntura repressiva e com “forte componente emocional” (p. 18) aderiram à luta revolucionária como forma de manter a luta contra a ditadura. Seja a luta armada pela revolução ou contra a ditadura, ambas foram, para Márcia, derrotadas. Seu testemunho não reproduz a memória de resistência democrática. Se não o nega completamente, pelo menos se afasta de forma clara de qualquer monumentalização da Resistência.

Raul, cujo testemunho foi gravado em 2010, relata que, após o golpe, novamente seguiu o caminho dos pais e ingressou no PCBR. Lá militou de 1969 até meados de 1970, quando foi preso. Sua militância consistiu numa tentativa de ingressar no movimento operário e fazer oposição sindical, mas rapidamente as quedas fragilizaram a organização e o levaram à clandestinidade. Sobre sua ida para o PCBR bem como sobre a linha política do partido, afirma:

A gente era marxista-leninista: ideia era sair do Partidão para um partido nacional, que fizesse autocrítica da postura reformista do PCB e se preparasse para ter uma política mais avançada, não necessariamente de partir para a luta armada imediata. A repressão se tornou muito maior e o próprio PCBR entrou em dissidência: um grupo que queria a luta armada imediata, ações armadas imediatas e outro grupo que não queria. E aí o partido fez ações e aconteceu uma porção de quedas, etc. Então, na realidade nem essa definição da luta interna acabou se dando, mas se daria, ia ter certamente um outro racha dentro do PCBR e ficaria um grupinho menor ainda clamando por um partido marxista-leninista revolucionário (CARAVLHO, R. 2010, p. 8).

Para Raul, os diferentes grupos que saíram do PCB criticando sua postura reformista acabaram se pulverizando: “quando se espremeu, era muito pouco, se espremeram em grupinhos bem pequenos” (p. 9). Para Raul, um desses grupinhos era o PCBR que propunha a organização de um partido nacional que tivesse no seu horizonte a luta armada como tática política:

Um partido marxista-leninista, com um trabalho de massa e que a luta armada seria um elemento de luta, mas não o único e nem imediato, o

que não impedia que se fizesse ações armadas, mas voltadas para propaganda, voltadas para expropriação (p. 14).

Ao mesmo tempo, Raul relata a impressão de que a maior parte das pessoas queria uma ação imediata. Apesar de todos os esses “grupinhos” concordarem com a necessidade de um trabalho de massas, havia, segundo ele, um impulso pela ação: “todo mundo que é revolucionário está fazendo, e eu, que me digo revolucionário, estou aqui atrasado” (p. 14). Contudo, de forma distanciada e até cética em relação àquele passado, afirma que em sua organização não chegou a acontecer nem mesmo uma definição política do papel da luta armada, pois, diante do assédio da repressão, a luta pela sobrevivência tornou-se prioritária:

As coisas se acirraram porque, na realidade, se sentia que era uma coisa insustentável. Agora isso começou a ser discutido numa situação em que havia uma pressão muito grande da repressão, difícil discutir, pouca clareza [...] era difícil se organizar porque de repente todos os pontos de apoio estão abertos e você está pairando no ar, então era uma situação que não tinha nem militância, tinha uma luta pela sobrevivência (p. 11).

Nesse contexto, mais do que divergências políticas e estratégicas, o que marca o testemunho de Raul é um crescente medo, uma sensação de perseguição, de dúvidas, de estar “pairando no ar” (*Ibidem*) – a situação insustentável da fuga diante da repressão impedia discussões e uma organização que pudesse reestruturar a militância política ou até mesmo se proteger. Assim como Lúcia, Raul relata como a militância clandestina havia entrado, rapidamente, num ciclo de sobrevivência. Vivendo clandestinidade, perdeu contato com a família, que também fugia da repressão. Em suas palavras, “ficou muito ao nível pessoal” (p. 14):

Você se defronta com a dúvida política: afinal de contas, estamos fazendo o que? Eu fiquei muito incomodado e com muita dúvida porque eu não via saída. Na realidade você não fazia nada, fazia uma série de pequenas ações e depois tentava sobreviver porque tinha que ter um canto para dormir, como se mexer, tinha que ter um nível de organização em que você pudesse se apoiar, ter uma coisa mais concreta; e a gente não conseguiu montar isso, não tivemos estrutura nem tempo de se organizar para fazer isso. Foi um período muito esquisito, muito ruim, e um período de medo, de dúvida, de indagação: o que de fato nós estamos fazendo? [...] Eu tinha as minhas indagações e achando que desse jeito “eu vou cair no buraco, vamos todos para o buraco”. Achava que a gente estava equivocado dentro dessa visão de

que seria capaz de fazer tudo, capazes de resistir a esse avanço da repressão, de fazer as ações e organizar o partido (p. 12).

Esse trecho do testemunho, em diálogo com Lúcia e Márcia, rememora certo desespero diante do isolamento e do ciclo de sobrevivência. Longe de um passado heroico ou monumental, na rememoração de Raul a luta não chegou nem a se estabelecer, parecendo antes de tudo uma caçada e um massacre das forças repressivas do que qualquer forma de luta que pudesse sugerir um mínimo de equilíbrio no confronto. Pela trajetória política de Raul, somos levados a crer que o objetivo de sua militância era o socialismo. Até mesmo porque, ao final de seu testemunho, afirma enfaticamente: “nunca deixei de ser de esquerda ou de ser a favor do socialismo ou de qualquer coisa assim” (p. 43). Contudo, a memória é elaborada num ritmo frenético destacando antes uma dinâmica desesperada de fuga do que qualquer ação, seja de resistência, seja de revolução. Neste sentido, sua elaboração aproxima-se do testemunho Márcia: uma repressão tão atroz que vai envolvendo a memória desses combatentes da luta armada. No testemunho de Raul, essencialmente não há ideia de resistência democrática e menos ainda de heroísmo ou monumentalização da resistência. Pelo contrário. Como veremos no próximo capítulo, Raul fará uma dura crítica aos caminhos da esquerda na luta armada.

Crimeia concedeu sua entrevista em 2008. Para compreendermos o sentido da luta armada para ela, é necessário destacarmos o seu percurso em diferentes organizações e as razões das mudanças e permanências. No momento do golpe, Crimeia já não militava no PCB. Desde 1961, havia se afastado da organização e ingressado no PCdoB. A ruptura veio a partir do momento em que o debate foi negado em nome da ortodoxia do partido. Segundo o seu relato, em agosto de 1963, uma publicação do *Classe Operária*, intitulada *Resposta a Khrushchov* apresentava vários questionamentos ao PCB e ao Partido Comunista russo, especialmente acerca da burocratização e das alianças “oportunistas” que prejudicariam o caminho da revolução⁵⁰. Crimeia, que segundo seu relato alfabetizou-se pela leitura desse periódico comunista, achou aquela crítica muito dura ao partido e levou-a ao seu dirigente dizendo que queria discutir aquele documento: sua

⁵⁰ Neste documento, de 27/07/1963, o Comitê Central do PCdoB, recém cindido do PCB, acusou Prestes, Secretário Geral do PCB e grande líder do partido, e Khrushchov, Secretário Geral do Partido Comunista Russo, de revisionismos. O PCdoB buscava se afirmar como o legítimo herdeiro leninista-marxista e o melhor instrumento para a revolução socialista. Além disso, criticam o apoio do PCB a Goulart, chamando de ilusões.

proposta era discutir na base e até mesmo respondê-lo, defendendo o PCB daquela acusação. Contudo, o partido não se mostrou aberto ao seu desejo de discussão:

Quase fui expulsa. Não fui expulsa porque não ficava bem, entende? Mas eu fui colocada no ostracismo e a discussão nunca aconteceu. Por trás diziam "- olha, cuidado com a Criméia, ela é provocadora, ela é agente policial". Então eu acabei saindo porque não tinha discussões e ainda me difamavam porque eu propus debater o tema, inclusive assim, eu queria defender o PCB daquelas acusações. Então eu me afastei e outros companheiros se afastaram (...) e acabei me vinculando ao PC do B (ALMDEIDA, C. 2008, p. 17).

Sua ruptura com o PCB esteve relacionada à negação ao diálogo e debate. Para quem já havia sido difamada pelo dogmatismo da Igreja e era afeita à discussão, a posição da direção do partido não era admissível. De certa forma, repetia a trajetória do pai, também afastado do partido por conflitos com a direção do partido, décadas antes. Sua proposta inicial era responder às críticas e defender o partido; mas a posição do partido, ao isolá-la, somente materializou e confirmou para Criméia as críticas que ela havia lido. Antes de uma clara análise programática, sua saída do PCB em direção ao PCdoB é marcada por um tom de ressentimento e pela busca por novos espaços de militância. Sem dúvida, é um processo racional, mas antecedido por afecções e formas de ser afetada pela realidade.

Com o golpe, Criméia, já no PCdoB, e sua família saíram de Minas Gerais e foram para o Rio de Janeiro, fugindo do julgamento na auditoria militar a que seu pai seria submetido em 1965. Ela abandonou o curso de Química em Minas Gerais e em 1967 ingressou num tradicional curso de enfermagem carioca, já numa preparação para a participação na luta armada:

Resolvi inicialmente fazer um curso de primeiros socorros, porque era a minha intenção ir para campo, para a região rural, porque o PCdoB tinha uma concepção de que a ditadura iria continuar repressiva e a resistência se faria através da luta armada. O melhor local para resistir seria o campo, porque as forças armadas eram menos organizadas no campo (p. 2).

No seu testemunho, Criméia exalta a sua disciplina e comprometimento com o projeto político do partido, pautando suas escolhas profissionais pela militância, ao mesmo tempo que associa luta armada à ideia de resistência. No Rio de Janeiro, começou a militar no movimento estudantil, já organizada pelo PCdoB; mesmo sem posição de

liderança, esteve nas manifestações estudantis de 1968, participando, segundo o seu relato, de batalhas campais contra as forças da repressão, também narradas por Lúcia. Crimeia, assim como Lúcia, foi presa no Congresso da UNE de Ibiúna. Ela avalia, décadas depois, que foi um erro as organizações terem consentido na realização do congresso e que deveriam ter impedido a realização, pois a prisão dos estudantes ofereceu um álbum de fotografias atualizadas para a repressão. Nesse momento, ela elabora uma crítica aos partidos em relação à Ibiúna, mas que se seguirá por todo o seu testemunho:

Com a ditadura não se brinca, com a repressão não se brinca. Deveriam ter dito: “se é para ser preso, não vai, não podemos fazer”. Agora, para os partidos os interesses políticos estão acima das pessoas. Então não tem importância que você vá e seja presa, mas o partido batalha por sua posição na entidade (p. 27).

Para Crimeia, que ao longo do testemunho critica repetidas vezes a estrutura partidária e seus dirigentes, as lideranças do partido, em sua disputa de poder, sacrificavam os militantes, verdadeiros “peões” no xadrez político. Apesar disso, ela manteve a disciplina partidária: permaneceu no PCdoB, mesmo após um importante racha ter ocorrido em 1966, depois da 6ª conferência. Em suas palavras, a causa do racha foi a luta armada:

A discussão é que o partido falava em luta armada, mas não fazia. Mas como fazer sem estar organizado, com poucas bases? O partido achava que não dava, que era uma aventura fazer a luta armada com aquela organização que tinha e a Ala Vermelha dizia que tinha que partir para a luta armada naquele momento (p. 21).

O testemunho de Crimeia explica com atenção a posição do PCdoB e descreve com brevidade a posição do grupo que rachou, denominado Ala Vermelha – defensores da luta armada imediata. Após explicar as causas do racha, Crimeia explica porque não aderiu a Ala Vermelha e justifica a sua permanência no PCdoB:

Quando surgiu a questão da Ala Vermelha eu já tinha algumas críticas ao [...], à pessoa, ele era meio arrogante. Então quando ele faz a proposta da Ala Vermelha, eu não tenho afinidade. Eu não tinha condições de avaliar se o partido tinha condições de começar a luta armada e não começava porque não queria, ou se não tinha de fato. Mas você também se posiciona pela confiança que você tem nas pessoas e eu tinha mais confiança nas pessoas que tinham uma posição diferente

dele [...] apesar disso, eu era vista como muito sectária, eu sempre fui tratada dentro do partido como a pessoa sectária (p. 23).

Criméia afirma não ter condições de avaliar a viabilidade ou não da luta armada, mas adere determinada posição do PCdoB a partir de laços afetivos e de confiança, ao passo que sugere desconfiança diante de uma postura arrogante do militante da Ala Vermelha que propôs o racha. Apesar de sua fidelidade partidária, com tom de ressentimento, afirma que o partido não correspondeu a essa confiança e sempre a tratou como sectária. Sua memória contrapõe um posicionamento de confiança dela em relação ao partido, mas de desconfiança do partido em relação a ela. Essas críticas aos partidos percorrem todo o testemunho de Criméia. De certa forma, os ressentimentos e críticas em relação ao PCdoB, do qual ela se afastou na década de 1980, são projetados em sua leitura do passado e estruturam a sua rememoração.

Depois do AI-5, ela ficou clandestina e em seguida, após insistir com a direção, foi enviada à região do Araguaia para fazer o treinamento de guerrilha. Criméia relata que, chegando lá, teve dificuldades de adaptação ao mundo rural ao mesmo tempo em que, como uma das primeiras mulheres, apesar da solidariedade, sofria discriminações por parte dos homens, seja o menosprezo de sua força física, seja uma superproteção pela mesma razão. Ela relata situações cotidianas no treinamento nas quais essas discriminações se manifestavam – ao mesmo tempo, não é possível compreender se esse incômodo diante da desigualdade de gênero já estava presente na década de 1970 ou se é uma interpretação posterior, pelo no processo de rememoração.

Crimeia descreve o contato com a população local, formada por pequenos posseiros, muitos dos quais já haviam sido expulsos de suas terras para a construção da rodovia Belém-Brasília e que, naquele momento, novamente seriam expulsos graças à construção da Transamazônica. Aqueles desterrados do progresso, suas precárias condições de vida e sujeição a uma série de violências e arbítrios por parte dos poderes locais recebem destaque no testemunho de Criméia. É no momento em que começa a relatar seu ingresso na guerrilha que apresenta com nitidez o projeto político do partido:

A gente entendia o seguinte: ali a luta seria de resistência, seria democrática. Você pode ver os 27 pontos; quer dizer estão concretizados os 27 pontos; mas qualquer parlamentar, hoje, o aprovaria; muito mais modestos, do que os PAC's, Fome Zero, e não sei mais quê. Então a gente discutia, que era democrático: nós não

temos condições de fazer revolução socialista, ou tomar o poder e implantar um Soviete, por causa do nível de compreensão daquela população. Além de ser camponesa, a gente estava muito atrasado na História: ali a relação das pessoas era de escambo, não existia dinheiro, as pessoas não conheciam; os mais cultos, a elite, sabiam o que era geladeira, querosene; falar em revolução socialista para essa gente não tinha sentido. A revolução ali era ter escola, saúde, acabar com o autoritarismo; porque ali tinha o tal “barco dos três poderes”, que andava com a bandeirinha do Brasil, subindo o rio com o delegado, o prefeito e a coletora de impostos. Ele ia subindo o rio coletando impostos, o delegado prendia quem não pagava e ia roubando as coisas. A única presença do governo que você via era este barquinho; que passava de vez em quando. O pessoal dizia, quando via a bandeirinha do Brasil lá em cima: “lá vem o barco dos três poderes”. O pessoal fugia; quem estava de canoinha corria para a margem para ver se escapava do barquinho. E se não tinha nada disso, então o cara era preso. Como ele era preso? Ele era amarrado em uma árvore e punha as pessoas que moravam ali para vigiar; porque se soltasse ele, as pessoas seriam responsáveis. E ia subindo, fazendo a sua coleta de impostos; na volta, pegava os presos. Esse era o serviço público que a população tinha. Então o pessoal tinha muita raiva desse barquinho dos três poderes; muitas vezes a gente deu dinheiro para poder pagar pendências (p. 36).

De uma forma clara, Crimeia define o objetivo da luta armada no Araguaia como resistência democrática. Diferentemente de Lenira, não apresenta uma distinção entre tática e estratégia. Pelo contrário: apesar da formação e do socialismo ser o norte político do partido e a luta armada ser o meio para isso, diante da realidade concreta da população brasileira, o projeto socialista não era viável naquele momento, sendo substituído por um projeto democrático. Crimeia cita um documento chamado de 27 pontos, cujo título original é *União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo - ULDP organizada por iniciativa das Forças Guerrilheiras do Araguaia (1972)*, que defende princípios como propriedade para posseiros, combate a grilagem, efetivação de direitos como saúde, transporte e educação. Este documento, citado por Crimeia, termina conclamando o povo:

É hora da decisão, de acabar para sempre com o abandono em que vive o interior e de pôr fim aos incontáveis sofrimentos de milhões de brasileiros abandonados, humilhados e explorados. A Revolução abrirá o caminho para uma nova vida. Até hoje, o povo foi tratado como

escravo. Chegou o momento de levantar-se para varrer os inimigos da liberdade, da independência e do progresso do Brasil⁵¹.

Crimeia, ao falar dos 27 pontos, destaca, em diálogo com o tempo presente, que aquelas teses seriam aprovadas por qualquer parlamentar em 2008: seriam, portanto, propostas consensuais na democracia contemporânea. Existe, nesta rememoração uma tentativa de atribuir à Guerrilha do Araguaia um sentido de resistência democrática. Apesar de o socialismo ser o horizonte de luta do PCdoB, a realidade concreta daquela população teria alterado a estratégia. Por outro lado, em seu testemunho, Crimeia não fala sobre as influências maoístas sobre o PCdoB. A despeito das críticas ao “elitismo” do foco revolucionário da Revolução Cubana, Crimeia não contrapõe tal tática à da guerra popular prolongada, de inspiração maoísta de que o PCdoB se aproximou desde sua formação, reforçada no 6º Congresso 1966, e com a qual ela afirma ter tido contato. O que fica ressaltado, pelo contrário, é uma militância em diálogo e sintonia com os problemas sociais dos grotões do Brasil. Quando Crimeia relê o passado sobre a chave da resistência democrática, atribui um sentido ao passado, mas também ao presente.

Importante lembrar, em 2008, no mesmo ano em que concedia a entrevista, Crimeia e sua família, à qual se inclui a própria entrevistadora, Janaina de Almeida Teles, haviam vencido uma ação judicial que declarava o Carlos Alberto Brilhante Ustra, coronel responsável pelo DOI-CODI, como torturador. Naquele contexto de revisionismo, Crimeia e sua família tensionavam o tabu de silêncio e moderação sobre o passado e mobilizavam o Judiciário para reivindicar verdade e justiça. Ao mesmo tempo, ela era acusada pelos militares e seus defensores de revanchismo e de ser militante socialista, e, para os saudosos da ditadura, era considerada subversiva e terrorista⁵². Elaborar a memória da guerrilha do Araguaia como uma manifestação de resistência democrática contra a ditadura pode ser uma forma de situar-se no debate político de seu próprio tempo, não como uma subversiva, como apontavam os militares, mas como alguém que, para além de suas convicções individuais, lutou e sofreu barbaramente por combater o autoritarismo em prol da redemocratização e da liberdade, especialmente da

⁵¹ Forças Guerrilheiras do Araguaia - União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo - ULDP (1972). Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1972/mes/uldp.htm>. Acesso em: 09.jun.2020.

⁵² A título de ilustração, no contexto da ação de ação judicial para declarar Ustra torturador, o acusado "acusou seus acusadores de serem 'revanchistas derrotados'. Ele repisou a convicção de que a Lei de Anistia será revogada". Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ustra-quer-que-ex-guerrilheiros-sejam-declarados-terroristas,20070125p27151>. Acesso em: 08.jun.2020

população pobre. O testemunho de Criméia busca construir uma autoimagem de resistência diante dos desmandos dos poderes, seja do Estado, da repressão ou até mesmo dos partidos. Ao mesmo tempo, no único momento em que explicita o sentido político da luta armada, destaca a ideia de resistência democrática em detrimento da revolução socialista.

Crimeia permaneceu em treinamento até que em abril de 1972, quando, diante da chegada das forças da repressão, teve-se início oficialmente a guerrilha. Mais do que qualquer ação ofensiva, assim como Raul, Márcia e Lúcia, os relatos de Crimeia sugerem uma tentativa de reorganização, fuga e busca de apoio com as outras bases da guerrilha. Em 1973, numa das saídas para levar informações da guerrilha para a direção do partido, Criméia foi presa em São Paulo, já grávida de 7 meses, após contatar a irmã e o cunhado.

Após percorrermos os testemunhos, neste momento vamos pensá-los em seu conjunto. É possível perceber por meio das narrativas analisadas que os sentidos e objetivos da luta armada não são consensuais. Alguns testemunhos, como o de Lúcia, Lenira e Raul, são enfáticos ao destacar a revolução socialista como meta fundamental da sua ação política. Lenira faz um apontamento: uma resistência democrática como tática para o objetivo estratégico da revolução socialista. Já Raul aponta a revolução socialista como horizonte, mas não se aprofunda nisso, dando mais destaque à falência do projeto, antes mesmo de seu início, haja vista o acirramento da repressão. Ele, de forma cética e crítica, contrasta o projeto de revolução socialista com o fracasso de uma luta armada para sobreviver e fugir diante da repressão.

Outros testemunhos, mesmo citando o socialismo como objetivo da luta armada, o fazem de forma incerta e dúbia, aproximando-se mais da ideia de resistência contra a ditadura, em diálogo, com a ideia de resistência democrática. É o caso, por exemplo, de Ariston e Artur. Não por acaso, ambos ligados, à época da entrevista, ao governo petista, enxergaram no governo Lula uma certa “continuidade corrigida” de suas trajetórias políticas. Criméia, que constrói toda uma trajetória em torno da revolução socialista, no único momento que explicita o objetivo da guerrilha do Araguaia, é enfática: resistência democrática.

Alberto, cujo testemunho foi colhido anos antes dos demais, fora do ciclo petista no poder, não define claramente objetivo da luta política. O seu silêncio pode nos ser revelador: antecedendo o revisionismo sobre a ditadura militar, tem o seu passado

pouco mobilizado para as disputas do tempo presente. Narra e elabora os sentidos de sua luta política como quem abre um baú e retira fotografias já desgastadas pelo tempo. Distante temporalmente das disputas políticas que mobilizariam o passado da ditadura militar em pleno governo petista, Alberto parece caminhar em um terreno cimentado e sem grandes irregularidades. Ao mesmo tempo, pela forma como define sua trajetória política e pelas suas motivações, podemos inferir que, no momento do testemunho, para ele a luta armada se tratava mais de uma resistência à ditadura do que propriamente de um projeto revolucionário socialista. Ou, talvez, a derrota do projeto e o silêncio social sobre isso deixaram este aspecto para dentro do baú de sua memória. Até mesmo porque a memória hegemônica de viés liberal, mais forte nos anos 2000 do que em 2010, diante dos revisionismos, admitia a luta armada como resistência equivocada de jovens idealistas, oferecendo-lhes a dignidade de resistentes mesmo que sob o ostracismo do silêncio.

Outra forma de rememorar o passado é a de Márcia: para ela, revolução e resistência são forças complementares que se alinham graças à conjuntura política. Para ela, parte daqueles que ingressaram em organizações revolucionárias, tinham como objetivo inicial lutar contra a ditadura, tendo as liberdades democráticas como espaço de experiência. Mas a conjuntura acabou unindo esses dois movimentos, como se a resistência contra a ditadura fosse absorvida e dirigida pelas lideranças revolucionárias. De certa forma, o testemunho de Márcia, que entrelaça história, sua formação acadêmica, e memória, sua experiência de vida, impede uma compreensão maniqueísta de resistência democrática ou revolução socialista. Ao mesmo tempo em que dialoga com essas memórias, questiona-as, desmonumentalizando e deseroicizando ao mesmo tempo à medida que humaniza esses personagens e essa experiência histórica.

Percebemos, antes de tudo, que não há um consenso sobre o sentido da luta política até mesmo porque as motivações para a luta armada não são únicas, mas diversas e plurais. Alguns testemunhos assimilam e aderem à memória de resistência democrática, como Artur e Criméia e de forma menos explícita Ariston e Alberto. Já Lenira, Lúcia e Márcia, com diferentes matizes, dialogam com memória de resistência democrática, mas afirmam o caráter de revolução socialista para a luta armada, como também o faz Raul.

Percebemos que a ideia de resistência democrática é menos assimilada do que o foi a perspectiva de idealismo juvenil, como se esta memória estivesse mais consolidada que aquela. Para além desta diversidade, é importante perceber que a forma de elaborar o

passado determina um passaporte diferente para o presente. No contexto pós transição democrática, e especialmente durante o governo petista, a construção de uma memória de resistência armada pela democracia buscava conferir um status de heroísmo à luta armada pró-democracia sem o desabono e a suspeição da luta armada pela revolução socialista. Isso possa explicar talvez porque Ariston e Artur, ainda vinculados e filiados ao PT, construam a memória desta forma; além disso, ambos sugerem que o fortalecimento e a vitória eleitoral do PT foram a consolidação corrigida de suas trajetórias políticas.

Por razões diferentes, Crimeia faz o mesmo percurso que Ariston e Artur: mesmo forjada na atmosfera da revolução socialista, destaca um caráter de resistência democrática para a Guerrilha do Araguaia. Para quem assumiu a frente na denúncia contra torturadores, vencendo uma ação contra o chefe do DOI-CODI Carlos Brilhante Ustra, construir-se a si própria como torturada por sua resistência democrática tem um sentido político diferente do que definir sua luta como gesto político em prol de uma revolução socialista. Mais do que falar sobre Criméia, essa estratégia de elaboração de memória fala sobre a democracia contemporânea. Se nem uma resistente pela democracia conseguiu justiça sobre um notório torturador que dirá uma revolucionária socialista? Resistência democrática é uma forma de legitimar-se para tensionar, por dentro, a institucionalidade democrática em busca de justiça.

Já testemunhos, como de Raul, Lúcia, Lenira e Márcia, afastam-se deste diálogo com a ideia de resistência democrática. Apesar de Lenira e Márcia trabalharem na gestão petista, quando da entrevista, ambas não tinham vínculo partidário, como Artur e Ariston. Lúcia tinha no campo do cinema um espaço autoral e, de certa forma, mais livre de elaboração do passado. Ao mesmo tempo, Raul, que continuou a “ser de esquerda e a favor do socialismo” (CARVALHO, 2010, p. 43), afastou-se da dinâmica política partidária: “já tinha mais ou menos desistido de ser militante e passei a ser torcedor” (*ibidem*). Estar fora dos holofotes institucionalidade política pós-ditadura parece lhe oferecer uma autonomia maior para defender o caráter socialista de seu passado.

Percebemos alguns movimentos interessantes nesses testemunhos: Aarão Reis fala de uma “memória oficial” de esquerda, portanto, elaborada por partidos de esquerda e chancelada pelo Estado, quando governado por esses grupos (REIS FILHO, 2010). Esta memória da resistência democrática é transmitida e encontra eco especialmente nos sujeitos que estão ligados à dinâmica da política institucional e com vínculos partidários. Por outro lado, essa narrativa não rompe com a aquela memória

hegemônica de viés liberal de idealismo juvenil: apenas alça louros heroicos sobre a cabeça daqueles jovens idealistas. O processo de emergência desta memória de esquerda era simultâneo à gravação dos testemunhos e a conflitos políticos que mobilizavam esses sujeitos e que politizavam a elaboração da memória. Em outras palavras, a memória da luta armada como resistência democrática tentava aos poucos se hegemonizar, chancelada pelo governo petista. Estava, na verdade, em disputa com outros revisionismos como, por exemplo, a teoria dos dois demônios, de viés liberal e um crescente saudosismo da ditadura: em comum, ambos os revisionismos fortalecem uma narrativa de culpabilização da esquerda. Percebemos uma sedimentação e assimilação maior da memória da luta armada como idealismo juvenil, do que como resistência democrática. Apesar disso, alguns testemunhos ao reproduzir essa narrativa, evidenciam uma disputa crescente entre memórias no contexto da gravação das entrevistas.

É interessante também problematizarmos o conceito de socialismo, apresentado por muitos testemunhos como grande objetivo da luta política. Antes de ser um projeto claro e elaborado, num contexto internacional de bipolaridade política, para muitos parece representar muito mais a negação de um sistema do que a propositura de outro; mais uma reação sentimental e afetiva, ética e moral, do que um projeto político consistente. O objetivo político da luta armada não era retomar a institucionalidade do pré 1964 nem construir o que se elaborou de fato no pós 1985; ao mesmo tempo, reagiram contra uma ditadura que objetivamente golpeou a democracia. Apesar disso, pelos testemunhos, podemos supor que, talvez, muitos tivessem em seu horizonte político referências de democracia e também, especialmente, a realização de reformas sociais que ampliassem a democracia para além de sua institucionalidade. A experiência da luta armada não foi, sem dúvida, resistência democrática nos termos da democracia liberal pré 64 ou pós 85. Apesar de um genérico socialismo como objetivo político, não devemos generalizar essa experiência como antidemocrática, igualando, de certa forma, aqueles que objetivamente golpearam a democracia àqueles que resistiram a esse processo. Talvez a institucionalidade democrática, dentro de um contexto de reformas sociais, fosse o horizonte de expectativa de muitos desses jovens militantes, até mesmo porque, objetiva e historicamente, seu espaço de experiência era antidemocrático, graças à ditadura militar.

Sem dúvida, o conceito de resistência é uma grande zona cinzenta, como bem aponta Rollemberg (2015), especialmente a ideia da sociedade resistente, pois impede a compreensão de colaboracionismos e indiferenças em relação ao governo autoritário.

Contudo, qualquer projeto de oposição à ditadura, ora mais ora menos radical, deve ser considerado como resistência. O direito de revolta a um governo ilegítimo é um basilar princípio liberal. O filósofo Vladimir Safatle, refletindo sobre o que resta da ditadura na democracia brasileira, ao analisar o uso da violência contra o Estado ilegal, afirma que “a tradição liberal admite o direito que todo cidadão tem de se contrapor ao tirano e às estruturas de seu poder [afinal] toda ação contra um governo ilegal é uma ação legal” (2010, p. 267).

Por fim, seguindo a ideia apontada por Paulo Arantes (2010, p. 210-213), é possível falar que os personagens analisados por meio dos testemunhos, abraçando a ideia de resistência democrática ou de revolução socialista, aproximam-se daquilo que Antônio Cândido (1990, p. 7-9) chamou de “radicalismo”:

Pode-se chamar de radicalismo, no Brasil, o conjunto de ideias e atitudes formando contrapeso ao movimento conservador que sempre predominou. Digo que o radicalismo forma contrapeso porque é um modo progressista de reagir ao estímulo dos problemas sociais prementes, em oposição ao modo conservador. Gerado na classe média e em setores esclarecidos das classes dominantes, ele não é um pensamento revolucionário, e, embora seja fermento transformador, não se identifica senão em parte com os interesses específicos das classes trabalhadoras, que são o segmento potencialmente revolucionário da sociedade. (...) [por que enquanto] o revolucionário, mesmo de origem burguesa, é capaz de sair da sua classe; mas o radical, quase nunca. Assim, o revolucionário e o radical podem ter *ideias* equivalentes, mas enquanto o primeiro chega até a *ação* adequada a elas, isto não acontece com o segundo. De fato, o radical se opõe aos interesses de sua classe apenas até certo ponto, mas não representa os interesses finais do trabalhador. É fácil ver isso observando que ele pensa os problemas na escala da nação, como um todo, preconizando soluções para a nação, como um todo. (...) dir-se-ia que o radical é sobretudo um revoltado, e embora o seu pensamento possa avançar até posições realmente transformadoras, pode também recuar para posições conservadoras. (...), no entanto, em países como o Brasil o radical pode ter papel-transformador de relevo, porque é capaz de avançar realmente, embora até certo ponto. Deste modo pode atenuar o imenso arbítrio das classes dominantes e, mais ainda, abrir caminho para soluções que, além de abalar a rija cidadela conservadora, contribuem para uma eventual ação revolucionária. Isso porque nos países subdesenvolvidos, marcados pela extrema desigualdade econômica e social (...) digamos que ele pode tornar-se um agente do possível mais avançado. Portanto, no que tem de positivo o radical serve à causa das transformações viáveis em sociedades conservadoras como

a nossa, cheias de sobrevivências oligárquicas, sujeitas ainda por muito tempo à interferência periódica dos militares.

De certa forma, a rapidez e o sucesso das forças repressivas impediram que esse radicalismo pudesse vir a ganhar corpo e, talvez, encontrar uma ação adequada para transformar radicalismo em revolução, ou, mesmo, que esses radicais pudessem ser “agentes do possível mais avançado” (*ibidem*). Neste sentido, é preciso também atenção com o hiperdimensionamento da luta armada, operado pelas memórias, seja para demonizá-las ou para heroizá-las, pois, historicamente, sua ocorrência foi restrita e breve. A luta armada tem importância histórica e simbólica pois manifesta, independentemente de seus objetivos, uma resistência ao regime militar. Contudo, dentre os sujeitos analisados, a experiência na luta armada dura de poucos meses até no máximo dois anos. Por outro lado, ficaram presos entre 2 e 9 anos. Em outras palavras, a luta armada foi rapidamente sufocada pela ditadura. Os que sobreviveram, na maior parte do tempo, atuaram mais como presos políticos que como guerrilheiros. Isso evidencia a fragilidade desses grupos e a capacidade do aparato repressivo de controlá-los e neutralizar as forças de oposição. A própria monumentalização da luta armada como resistência democrática dificulta uma reflexão mais sólida sobre as causas desta derrota bem como sobre a ausência de apoio social a suas lutas.

A questão que nos levará para o próximo capítulo será: apesar de derrotados nas armas, os ex-guerrilheiros e presos políticos venceram politicamente a ditadura? A resistência foi vitoriosa?

CAPÍTULO III

AS ARMADILHAS DA MEMÓRIA: PARCIALMENTE VITORIOSOS OU DUPLAMENTE DERROTADOS?

No primeiro capítulo, analisamos os testemunhos dos ex-presos políticos à luz da memória hegemônica de viés liberal, que concebe a luta armada como *idealismo juvenil*. No segundo capítulo, analisamos esta documentação à luz de uma memória com viés de esquerda, em processo de elaboração, que concebe a luta armada como *resistência democrática*. Neste capítulo, o que servirá de parâmetro para a nossa análise é um ponto de convergência entre ambas: uma memória de *vitória* política sobre a ditadura, apesar da derrota militar da luta armada.

É importante uma delimitação do que significaria *derrota* e *vitória*. Objetivamente a luta armada foi derrotada pela repressão da ditadura. Mas, a partir de 1974, o regime militar começou um processo de distensão política, uma tentativa de institucionalização do regime por meio de uma abertura controlada (NAPOLITANO, 2014, p. 238). Por outro lado, também se iniciou uma fragilização progressiva nas bases de apoio ao regime, com gradativo afastamento de liberais, e a constituição de uma espécie de frente de oposição. As razões desse “divórcio” entre setores liberais e os militares tem algumas razões: os militares já haviam desarticulado a classe trabalhadora e derrotado a esquerda armada; as condições econômicas do “milagre” se deterioravam e o Estado assumia cada vez mais um protagonismo econômico com uma postura estatista – especialmente, no governo Geisel. Nesse interim, até mesmo a oposição consentida à ditadura assumiu o tema dos desaparecidos políticos, como forma de denúncia e de marcar posição contra o governo militar (*ibidem*, p. 243). A partir desse movimento de afastamento, começou a se gestar uma memória crítica à ditadura, que exaltava a sociedade como resistente. Não só resistente, mas por volta de 1979, com aprovação da Lei de Anistia e o retorno ao pluripartidarismo, essa “sociedade resistente” pôde definir-se também como vitoriosa, pois, estaria vencendo a ditadura e restaurando a democracia. Esta narrativa visava celebrar a ruptura com aquele período histórico e a abertura de um “novo tempo”, mas, simultaneamente, silenciava-se sobre a lentíssima transição política e sobre os colaboracionismos desta mesma sociedade com o regime. Esta memória de

viés liberal, que se tornou hegemônica, enxergava na saída dos militares e no processo de redemocratização a derrota política da ditadura e, portanto, a vitória da resistência.

Contudo, outras memórias questionam esse discurso hegemônico: os militares saíram do poder em 1985, mas, apesar da redemocratização, os projetos políticos autoritários foram de fato superados? Ou, ao contrário, teriam se consolidado e se institucionalizado na democracia que se erigiu? Estas memórias, marginais ao discurso hegemônico, desconfiavam da narrativa de resistência vitoriosa e enxergam permanências do passado nesse “novo tempo”. Questionando a ideia de ruptura, destacam as permanências de práticas da ditadura num regime formalmente, mas não plenamente, democrático.

Sobre esses dois parâmetros, vitória/derrota, que também podem ser lidos como ruptura/permanência, analisaremos os testemunhos dos ex-presos políticos. Buscaremos compreender de que forma seus testemunhos aproximam-se de cada uma dessas memórias e qual o significado disso diante de suas trajetórias de vida.

Mas, para que esses parâmetros fiquem mais nítidos, é importante historicizar e contextualizar o período em que a memória de resistência democrática vitoriosa se elaborou: o regime militar estava se desgastando política e economicamente. O que estava em jogo, para os militares, era justamente a institucionalização do regime, ou seja, uma transição política controlada e, para tanto, lenta, gradual e segura. O ano de 1974 pode ser visto como o início da transição: o chamado “milagre econômico” estava em crise, impedindo as altas taxas de crescimento que mitigavam um pouco os efeitos da brutal concentração de renda e da desigualdade social; por outro lado, a vitória eleitoral do partido de oposição no Congresso poderia prejudicar o controle militar da transição. Uma transição lentíssima (mais de uma década) na qual militares no poder e oposição vão tensionando e negociando um acordo, como num jogo de xadrez desigual, no qual um dos jogadores pode arbitrariamente mudar as regras ou simplesmente ameaçar encerrar o jogo e levar o tabuleiro embora⁵³. Neste contexto de crise e de emergência de novas frentes de oposição ao governo militar, a transição esteve nas mãos dos militares, mas sob pressão cada vez mais intensa de diferentes e novos atores sociais, que atuavam com certa

⁵³ O general-presidente João Baptista Figueiredo, último presidente da ditadura-militar, tem célebres frases que destacam o caráter autoritário da distensão. Ao ser questionado sobre a abertura política o em 15/10/1978, o general respondeu: "É para abrir mesmo. E quem quiser que não abra, eu prendo. Arrebento. Não tenha dúvida".. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/frases/e-para-abrir-mesmo-quem-quiser-que-nao-abra-eu-prendo-arrebento-nao-tenha-duvidas-9047371>. Acesso em 23/05/2020.

articulação (SADER, 1988). Podemos destacar o chamado “novo sindicalismo”, no qual, depois de mais de uma década desde as últimas grandes greves operárias, os trabalhadores cruzaram os braços e pararam a produção contra o arrocho salarial, no ABC paulista – ponta de lança do capital internacional no Brasil. Além disso, a Igreja atuou como um verdadeiro guarda-chuva de nascentes movimentos sociais, por meio de pastorais e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), oferecendo apoio logístico e infraestrutura para algumas reivindicações populares, como, por exemplo, o Movimento Contra a Carestia⁵⁴. Mas, apesar de uma pressão social cada vez mais intensa, articulando políticos de oposição, camadas médias intelectualizadas e nascentes movimentos sociais, que demandavam direitos e participação política, os militares mantiveram o controle político da transição. Exemplo nítido é que essa ampla mobilização não conseguiu impor uma eleição direta para a presidência da república, em 1984, na Campanha das “Diretas Já”. Durante a transição política, ao trazer a oposição moderada para o centro da discussão e do debate, o regime militar concedia dentro de seus próprios limites, blindava-se de eventuais “revanchismos” e ainda tinha a oposição como pactária da nova ordem, garantindo assim, certo grau de institucionalização do regime na democracia vindoura.

Sem dúvida, não é possível desprezar a ampla mobilização social que se estruturou ao final da ditadura. Tal como uma panela de pressão que é destampada, aqueles múltiplos movimentos enraizados nas comunidades e com íntimos laços de solidariedade entre si demandaram politicamente e conseguiram, por exemplo, em 1988, garantir uma série de direitos, imprimindo um caráter progressista à Constituição, autointitulada de cidadã. Mas, ao mesmo tempo, os militares, mesmo fora do poder, exerceram influência e “poder de veto”, por exemplo, nos artigos relacionados à militarização da segurança pública (SILVA, F., 2014).

Diferentes historiadores, preocupados com a temática da memória sobre a ditadura e a “resistência”, destacam 1979 como um ano de inflexão tanto na transição política quanto na elaboração de uma memória crítica à ditadura. Este foi o ano da Lei de Anistia, que permitiu a volta dos exilados políticos, e do retorno ao pluripartidarismo. Foi

⁵⁴ O Movimento Contra a Carestia se desenvolveu na década de 1970 e foi articulado principalmente por mulheres das periferias da zona Sul de São Paulo, com apoio da Igreja Católica. O objetivo era denunciar o aumento do custo de vida e, por consequência, a política econômica da ditadura. Conseguiram levar à Brasília um abaixo assinado com milhares de assinaturas, mas sequer foram recebidas pelo então presidente Ernesto Geisel. O movimento é indicativo da articulação política e social crescente nas periferias urbanas. Este movimento, na década de 1980, foi fundamental para a estruturação do Partido dos Trabalhadores (PT).

a partir daí que se fortaleceu e se hegemonizou uma determinada memória da “sociedade resistente” contra a ditadura, como se esta fosse um mal externo que invadiu o Brasil, interrompendo as boas práticas democráticas deste povo. Para Aarão:

Desde os anos 1980, para a elaboração da conciliação nacional e de um pacto democrático, predominou a versão de que a sociedade brasileira apenas suportara a ditadura, como alguém que tolera condições ruins que se tornaram de algum modo inevitáveis, mas que, cedo ou tarde, serão superadas, como estava, de fato, acontecendo. A ditadura fora escura noite, um tempo de trevas...Repressão e Resistência. Esta última palavra tornou-se um mote, repetido à exaustão. A sociedade fora silenciada pela força e pelo medo da repressão. Mas resistira. Por diferentes meios e caminhos, inúmeras vezes em silêncio, articulando os mais diferentes setores. Assim, depois de longa, triste e cruel noite, triunfara a “resistência”, para a qual todos e cada um haviam dado a própria contribuição (...) a sociedade brasileira não só resistira ao regime militar, como também o vencera. Difícil imaginar poção melhor para revigorar a autoestima (REIS, FILHO. 2014b, p. 136).

Esta memória, sancionada pelos liberais, se afirmou pela ideia da coesão e unidade, correspondendo, segundo Napolitano, ao ideal de “pacificação” e “conciliação nacional” (2015b, p. 28). Reproduziu, na verdade, um padrão histórico das elites no Brasil em contextos de crise e transição⁵⁵. Esta identidade de “*sociedade resistente*” se construía como alteridade à “*ditadura repressiva*”. Como destaca Rollemberg (2009, p. 573-574), até mesmo setores de uma esquerda moderada, ligados ao PCB, perseguidos pela ditadura, assumiram tal perspectiva: “em 1979 e na década de 1980, inventamos nossa honra e nosso futuro, num amálgama do qual as esquerdas — isoladas e vencidas em duas décadas — participaram” .

Essa resistência, genérica e imprecisa, funcionaria como um grande pacto de silêncio, esquecimento e conciliação: liberais, esquerda moderada e até setores militares que discordavam da chamada “linha dura”; ou, em outras palavras, “militares mais moderados” e “oposição responsável”. Os liberais se eximiam de suas responsabilidades pelo golpe, suas inegáveis relações de apoio e sustentação do regime, isso sem falar nos inúmeros benefícios econômicos e sociais que receberam; por outro lado, se legitimavam como resistência democrática e se cancelavam para os tempos vindouros da redemocratização. Para Napolitano:

⁵⁵ Eventos como a Independência, o fim da escravidão, proclamação da república e o fim da ditadura militar são bons exemplos de transições articuladas como “conciliações nacionais”, visando manter a “ordem”: evitar rupturas e mobilizações populares.

Nessa mutação de memória, os liberais se afirmaram como parte da resistência, incorporando inclusive a memória de parte das esquerdas (...) esse jogo de aproximação tática e afastamento estratégico [dos militares] foi revestido pela aura de resistência democrática, fornecendo um álibi histórico para aqueles que ajudaram a destruir a democracia em 1964. (2015a, p. 102)

Já as esquerdas, derrotadas em 1964 com seus projetos reformistas, em 1968 com seus movimentos de massa, e 1973 com seus projetos armados, se legitimavam também como resistência, sem o ônus de realizar qualquer autocrítica pelas suas derrotas, pela ausência de apoio popular bem como sobre o fracasso de seus projetos. Até mesmo a luta armada, rechaçada pelos liberais, seria assimilada pela conciliação, mesmo que à revelia, e teria o seu lugar na memória vitoriosa da sociedade resistente:

Assim, a luta revolucionária contra a ditadura seria reinterpretada como uma forma de resistência ao absoluto fechamento do regime, uma tentativa imposta pela ausência de brechas institucionais que viabilizassem, de algum modo, as lutas democráticas, uma reação desesperada à falta de alternativas. Como se coubesse à ditadura a responsabilidade pela luta armada. (REIS FILHO, 2014b, p. 8).

Por outro lado, os militares, vitoriosos nas armas, mas derrotados pela memória, se retirariam para os quartéis, preservando a hierarquia, garantindo de alguma forma a institucionalização do regime, e atuando como um poder com relativo grau de autonomia e tutela sob o novo regime que se erigia⁵⁶. Ao mesmo tempo em que eram derrotados na memória, saíam impunes quanto às violações de direitos humanos ou quanto aos desmandos políticos, econômicos, sociais e ambientais de seu regime. Nesta memória da resistência, os torturadores seriam um mal absoluto, contudo, não teriam nome, nem documento, nem endereço: seriam uma entidade genérica e fluída, imprecisa, portanto, sem imputação jurídica. Além disso, garantiriam um interdito sobre o passado: uma espécie de tabu social que desaconselhava falas públicas sobre tortura e punição a torturadores. Ao menor sinal de que alguém se aproximasse para abrir o baú do passado, os militares se enrijeciam e acusavam em alto e bom som: revanchismo. Uma palavra que restaurava o silêncio e tensionava as bases do novo regime democrático.

Essa memória, elaborada na transição, contou com adesão de liberais e de uma esquerda moderada, próxima ao PCB – anos mais tarde, o PT também aderiu a esta

⁵⁶ A militarização da segurança pública e artigo 142 da Constituição Federal que normatizaram uma possível intervenção militar em nome da democracia são bons exemplos deste poder de ingerência e veto dos militares na democracia brasileira pós 1985 (SAFATLE, 2010. p. 215).

moderação⁵⁷. Este grupo foi reforçado com o retorno de diversos exilados, graças à lei de Anistia de 1979 – lei esta que ao invés de ampla, geral e irrestrita, como demandavam os movimentos sociais, foi restrita a alguns presos políticos e contemplou também agentes da repressão. Para os ex-exilados, símbolos públicos dessa “resistência”, era fundamental pôr fim a certas medidas discricionárias de modo a restaurar eleições livres de modo que estes pudessem disputar novamente o poder, mesmo que sobre a tutela militar. Ao mesmo tempo, questões como as violações aos direitos humanos, por mais que lhes fossem profundamente caras, não lhes afetavam tal como aos militantes da luta armada.

Assim, a luta armada foi assimilada por esta memória e por este pacto conciliador à revelia, pois seus integrantes estavam, majoritariamente, presos, mortos ou desaparecidos – mesmo assim, contou com a adesão de egressos da luta armada, como o já citado livro de Fernando Gabeira. Se, naquele momento, toda a sociedade era formada por resistentes, aqueles que pegaram em armas não poderiam ser tratados de outra forma. Contudo, teriam optado por uma resistência extremada que serviu até mesmo, segundo liberais e o PCB, para justificar as atrocidades do regime. Desta forma, eram resistentes, mas não heróis, ou pelo menos não tanto quanto aqueles que resistiram ao regime sem recorrer à violência. Nesta memória que se hegemonizou, mais que heróis, seriam vítimas. Para Aarão Reis, nesta narrativa “os perseguidos pela mão pesada da ditadura não passavam de vítimas, torturadas, exiladas e assassinadas por um regime cruel e desumano” (2014b, p. 9). Ao invés de celebrados como guerrilheiros ou revolucionários, enquanto vítimas dos desmandos autoritários puderam ser utilizados como arma de denúncia contra a ditadura por parte da oposição e futura elite política da democracia. Comentando novamente a obra de Gabeira, “contribuição interessante”, segundo Aarão Reis, para elaboração desta memória de vitória da resistência, o historiador destaca:

A saga guerrilheira ganhou aí uma versão simpática e bem-humorada, suscitando uma atmosfera de indulgência e de compreensão. Os que haviam se levantado com armas nas mãos, bravos jovens, generosos, mas equivocados, teriam sido apenas, inconscientemente, uma espécie de "braço armado" da resistência democrática. Outras memórias, com distintas orientações, embora de qualidade, não mereceriam a mesma acolhida porque não estavam sintonizadas com as aspirações majoritárias ao apaziguamento e à conciliação. (*ibidem*, p. 10)

⁵⁷ O Partido dos Trabalhadores, no seu início, foi contrário e crítico a essa postura de conciliação, recusando-se até mesmo a assinar a Constituição de 1988. Contudo, na década de 1990, foi buscando pragmaticamente a moderação em nome da viabilidade eleitoral, processo bem analisado em. *História do PT: 1978 – 2010* (SECCO, L., 2015).

O novo pacto que se estruturou na redemocratização foi o da conciliação e da moderação. Memórias que não partilhassem desses valores teriam liberdade para se expressar, mas seriam pouco acolhidas. São dessas outras memórias que trataremos aqui. Nosso desafio neste capítulo é analisar de que forma os testemunhos do ex-presos políticos assimilam ou se afastam da memória de vitória da resistência democrática.

O primeiro testemunho que analisaremos é de Artur Scavone, aos 59 anos, gravado em 2008. Ele permaneceu mais de 5 anos preso e, saindo da prisão, manteve militância em organizações políticas, no PT desde a sua fundação até o momento da entrevista, quando ocupava um cargo de assessor parlamentar na ALESP. Em seu testemunho, construiu sua memória em diálogo com a ideia de idealismo juvenil e da luta armada como manifestação da resistência democrática, e mais uma vez aproxima-se da memória hegemônica: partilha de uma perspectiva vitoriosa sobre a ditadura. Quando faz a retrospectiva de sua trajetória e analisa os resultados de suas lutas políticas, ele afirma:

[A Guerrilha do Araguaia,] aquela luta ali foi derrotada, em particular a luta armada, a luta social não foi derrotada. Tanto que logo na sequência tem o movimento da Carestia, a luta continuou. Porque simplesmente é a opressão, não há como não existir luta se continua havendo opressão, discriminação, repressão. Nós fomos derrotados na proposta que nós constituímos, mas acho que cumprimos um papel extremamente importante (SCAVONE, 2008, p. 26)⁵⁸.

Artur constrói uma distinção: a luta armada foi derrotada, mas a luta social não, até mesmo porque esta seria o contraponto natural a um contexto de repressão. Cita, como exemplo, o Movimento da Carestia, originário das periferias de São Paulo e liderado por mulheres, que criticavam o aumento do custo de vida e reivindicavam junto ao governo políticas econômicas compensatórias. Ele tenta criar uma relação entre os dois movimentos, mas não deixa claro quais os vínculos entre ambos – talvez a ligação esteja *a posteriori* dos eventos narrados: o próprio PT, como articulador dos movimentos de periferia, ligados as Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais, e dos egressos da luta armada. Artur prossegue, destacando o protagonismo dos presos políticos na vitória sobre a ditadura:

A constituição do movimento dos familiares, tanto dos desaparecidos, assassinados, etc., mas também dos que eram presos políticos na época,

⁵⁸ Como nos capítulos anteriores, em relação às fontes, citaremos a referência no primeiro trecho do testemunho transcrito. A seguir, para facilitar a leitura indicaremos somente as páginas dos excertos correspondentes.

foi um movimento importante porque eles eram uma simbologia extremamente forte da resistência e que se materializava em ações políticas na sociedade que permitiam solidariedade, luta pela democracia, que começa a se refletir no Congresso e internacionalmente. Esse foi o momento de uma virada, que termina com a derrota da ditadura. Em que pese a derrota do movimento armado, mas eu acho que termina na derrota da ditadura (...) Tem um ganho. Com as perdas que a gente teve, acho que o que foi feito não está errado e é difícil, não há como discutir: “Não, mas podia ser diferente a guerrilha? Podia não ter tido luta armada?”. Podia e ia ser a mesma coisa? Não sei se seria a mesma coisa, nós teríamos os presos políticos? Nós teríamos a luta pela Anistia? Nós teríamos tido a denúncia do massacre que a ditadura escondia e que se evidenciou com os nossos mortos? (p. 39).

Artur procura celebrar a vitória sobre a ditadura e vinculá-la à luta dos presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos, apesar da derrota nas armas. Para ele, a constituição de redes de solidariedade entre presos e familiares simbolizaria a resistência e ajudara na luta pela democracia. Esta articulação teria reverberado no Congresso e internacionalmente e marcado uma virada política, culminando com a derrota da ditadura. Com perguntas retóricas ele procura ressaltar a importância dos presos políticos na denúncia e desgaste ao regime. De forma nítida, Artur adere à ideia de vitória da resistência democrática exaltando não exatamente a luta armada, mas os presos políticos como heróis e vítimas, simultaneamente: derrotados nas armas, mas vitoriosos politicamente. Mais à frente no seu testemunho, Artur matiza um pouco esta “vitória” e esboça qual era o sentido, o *telos* da luta:

[No processo de construção do] PT nós estávamos vivendo as dores do parto de uma nova realidade. Acho que a ditadura não foi derrotada, mas saiu de cena e se iniciou um processo de disputa política que fecha o ciclo com a eleição do Lula. (...) Estava iniciando-se uma construção e que caminhava para isso que temos hoje: o Lula Presidente (p. 37).

Há uma aparente contradição de discursos: a ditadura foi ou não derrotada? É importante compreender essa elaboração, pois, de certa forma, Artur finca uma posição política no presente que influencia sua leitura do passado. Para ele, a “saída de cena” da ditadura, teria aberto um processo de disputa política que se concluiu com a eleição de Lula. A vitória do petista, em 2002, marcaria, segundo o testemunho, a vitória e o encerramento sobre um passado e a abertura de um novo tempo. A eleição de Lula materializaria, sob essa perspectiva, uma espécie de vitória política tardia da luta armada, iniciando um novo ciclo de transformações – em que pese a imprecisão histórica, a

elaboração dessa memória é uma forma de reler o passado legitimando o presente. Artur define com clareza o que seria esse *telos*, finalmente vitorioso:

Eu acho que o governo Lula hoje é um marco para essa elite tão precária desse país (...) o cara passou fome: ele tem um outro comprometimento de vida e história, eu não estou dizendo que é socialista ou que é brilhante, mas eu acho que é preciso registrar isso (...) talvez, a gente consiga construir com os desafios que estão colocados (p. 38).

A rememoração épica dialoga com a própria trajetória de Artur: assessor da bancada petista na ALESP no momento da gravação do testemunho e membro da direção nacional do PT por mais de uma década, trabalhou diversas vezes pela eleição de Lula. Essa experiência assume um papel significativo nesse testemunho, de forma a influenciar a forma como elabora o passado. Apesar de apresentar ressalvas e limites, conclui de forma esperançosa. Mais uma vez, assumindo a memória de vitória da resistência democrática, Artur relata as disputas políticas e os impasses diante da “saída” da ditadura:

A própria luta pela Anistia está altamente associada à derrota do regime militar. É um marco fenomenal. Mas quando isso acontece, mesmo sem a gente ter os esclarecimentos dos desaparecidos e coisas que ficaram para trás não resolvidas, surgem outras coisas que acabam tendo precedência na disputa política e no interesse do conjunto do que estava acontecendo. Eu acho que a precedência do coletivo que vai se impondo, as necessidades que estão surgindo: são oportunidades que vão surgindo não podem ser largadas. Eu acho que tem que esclarecer o que esses caras fizeram, nós temos que esclarecer é óbvio, temos que saber, as famílias têm direito de saber quem são os que foram assassinados e onde eles estão, nós temos que saber, ir atrás. A sociedade, mas as famílias em particular pela força emocional que isso tem e a sociedade também. Claro que é um problema coletivo, mas o que eu estou querendo dizer para você é o seguinte, que esta questão se põe num caldo de questões. Por exemplo, a eleição do Lula, vamos contrapor, apesar de que não está certo contrapor as duas coisas, mas eu vou querer contrapor de uma forma grosseira para tentar me explicar em pouco tempo, uma eleição como a do Lula, por exemplo, e a questão da Anistia, o Lula, por exemplo foi reticente com uma porção de coisas da Anistia durante muito tempo, mas esse tipo de contraposição está posto em relação ao Lula Presidente (pp. 39-40).

O testemunho é bastante claro: com a “derrota” da ditadura, uma nova agenda de disputas políticas se impôs - até mesmo porque a nova república tinha o desafio de gestionar a crise econômica e social deixada pelo regime militar. Artur tem relutância em

contrapor, mas o faz para ser didático: a eleição de Lula beneficiou um conjunto muito maior da população do que aqueles atingidos por uma possível revisão na Lei de Anistia. Em outras palavras, para Artur, aquele governo não tratou de questões sensíveis do passado, restritas a uma pequena camada social, pois optou por não tocar no “vespeiro do revanchismo” e, assim, com política sociais, tentar transformar a vida de milhões de pessoas no Brasil. Nessa análise do passado e do presente, Artur pesa na balança e defende o governo petista, apesar de fazer várias ressalvas. O testemunho ganha força justamente por ser feito por um herdeiro daquele passado e familiarizado com os debates dele decorrentes.

Artur, apesar de destacar a importância social do esclarecimento dos casos de violação aos direitos humanos, chega a sugerir uma preeminência privada e familiar nessas questões, pela “força emocional” (p. 40). É importante pontuar: neste momento do testemunho, as falas de Artur são interpeladas pela entrevistadora Janaína. Especialmente, quando ele afirma que as famílias têm o direito de saber, Janaína questiona se as famílias ou a sociedade. Em que pesem questões éticas e metodológicas na gravação de entrevistas e a importância de uma escuta atenta e sem julgamentos, fica evidente o embate de memórias e posicionamentos opostos entre entrevistado e entrevistadora, apesar de estarem próximos no espectro político. Artur relativiza o silenciamento petista sobre a revisão lei de Anistia e a necessidade de punições às violações de direitos humanos da ditadura, destacando um caráter privado dessas questões; Janaína, herdeira de uma família de perseguidos pelo regime, reage àquela fala exaltando uma importância social na revisão daquele passado. Artur, em seu testemunho, aponta que algumas vítimas de violações pela ditadura ainda permanecem presas àquele passado:

Teve gente que passou por problemas depois. Muita gente depois saiu da cadeia, veio a anistia, mas não conseguiu se desligar da importância que foi a luta dos presos políticos contra a ditadura. Não conseguiu se desligar como pessoa, como vida própria. Você tem que continuar a sua vida, você tem que continuar fazendo as coisas. Você quer lutar? Tem coisas para fazer, nós temos um monte de coisas para fazer mesmo sem ditadura, mas eu acho que esse desligamento numa época tão forte como foi aquela, às vezes é difícil. Todos nós temos a marca desses tempos de formas diferenciadas e isso foi uma marca profunda na vida de todos nós. Por outro lado, é um momento triste porque tem assassinatos, desaparecimentos e tem perdas, mas é um momento de muita alegria e de muita felicidade porque é um momento de luta, de conquista (p. 31).

Neste momento, ele tenta estabelecer um diálogo com aquelas memórias que, de alguma forma, ainda estão “presas” naquele passado de luta contra a ditadura – Artur excluiu-se desse grupo estabelecendo uma alteridade entre si e “gente/muita gente/você”. Ele evidencia certa compreensão sobre aquelas pessoas que “não conseguiram se desligar”, mas, ao mesmo tempo destaca a necessidade de continuar a vida e abraçar novas lutas, mesmo sem a ditadura. Quando conclama os “outros” às novas lutas, abandona a expressão “gente” e opta por “nós”. Artur busca se incluir nessa coletividade de ex-presos políticos e apresenta-se compreensivo diante da tristeza daquele período, mas contrapõe a tristeza com a felicidade da luta e conquista. Neste trecho, é evidente a tentativa de conciliar a dor daqueles que ainda estão presos àquele passado com a necessidade de abraçar novas lutas, socialmente mais aceitas. O formato de sua fala visa pacificar e conciliar as tensões e divergências entre os próprios presos políticos, propondo uma unidade através da heroicização e do silenciamento daquele passado e pela união diante das novas lutas políticas.

O testemunho de Artur propõe uma celebração das lutas, conquistas e da vitória da resistência sobre a ditadura. Ao mesmo tempo em que “convida” os militantes para as novas lutas dentro da ordem democrática, propõe um encerramento daquele passado. É uma forma de conciliação com a nova ordem e, ao mesmo tempo, um silenciamento sobre o passado. A perspectiva de Artur fica clara: a ditadura foi um período marcante e sombrio, mas superado pela redemocratização e especialmente pela eleição de Lula; os derrotados nas armas teriam vencido politicamente a ditadura. Era preciso continuar a vida e não permanecer preso naquele passado.

Ariston, que permaneceu por mais de 9 anos preso, após poucos meses de engajamento na luta armada, gravou seu testemunho em 2008, aos 56 anos. Ele, assim como Artur, construiu sua memória em diálogo com a ideia de idealismo juvenil e da luta armada como manifestação da resistência democrática, e mais uma vez aproximou-se da memória hegemônica: partilha de uma perspectiva de vitória sobre a ditadura. Seu testemunho faz um balanço de sua trajetória marcado pela dor e por muitos e reveladores silêncios. Ele relata uma dificuldade de se reinserir socialmente após a saída da prisão em 1979, assim como sua família, que retornou do exílio em 1980, também as enfrentou. Em suas palavras, eles tiveram “muita dificuldade para recuperar a vida, as condições. Foi um período muito barra pesada” (LUCENA, 2008, p. 32). Podemos supor que situar-se mais próximo de uma classe trabalhadora precarizada do que de uma classe média

intelectualizada, como muitos dos militantes da luta armada, tenha dificultado esse processo de reinserção. O próprio Ariston desenvolve uma reflexão nessa linha: “eu sei que como a gente vive numa sociedade de classes as pessoas são tratadas em função dessa diferença e a gente foi muito vítima dessas coisas” (p. 33).

Quando saiu da prisão, não teve trajetória política imediata. Mas, no momento da entrevista, Ariston era filiado ao PT e atuava politicamente de forma institucional, especialmente em razão de seu trabalho no INCRA, cuja nomeação ocorreu em 2003. Como vimos no capítulo anterior, ele atribui à luta armada o papel de trazer “feridas e hematomas” à ditadura e escancará-la, contribuindo para o seu fim. Sobre o momento histórico e político do Brasil durante a entrevista, afirma:

Acho que a gente está vivendo um momento muito importante. O Brasil é um país democrático. Com todos os problemas e limitações, vivemos num país democrático. Só lamento que os movimentos sociais não tenham tido capacidade de aproveitar esse momento para se organizar, porque nós vivemos num país democrático, mas numa sociedade de classes, de muita pobreza, miséria. Esse momento democrático, de solidificação das instituições deveria servir de exemplo para que os movimentos sociais se organizassem melhor pra lutar, para reforçar a própria democracia. Acho que é um momento importante de conversar e homenagear, falando de companheiros que foram tão importantes para essa luta e que morreram da forma mais dura, que foram assassinados, torturados, vilipendiado (p. 33).

Ariston aponta os limites desta democracia, mas parece crer que a *resistência* foi vitoriosa, especialmente neste “momento muito importante”, possivelmente referindo-se ao governo Lula. Sem dúvida, há limites e desafios, como a “*solidificação das instituições em uma sociedade de classes*” (*ibidem*), que poderiam estar melhor encaminhados, segundo ele, se os movimentos sociais se organizassem melhor. Por fim, parece crer que chegou o momento de render homenagens aos militantes da luta armada que foram mortos. Em que pesem os desafios, a democracia vencera o autoritarismo e era hora de honrar os mortos dessa vitória. Explicitando um tom revisionista e solidificando o “monumento” da resistência democrática, chama-os de heróis anônimos:

Nós temos muitos heróis. Muitos desses heróis são anônimos. Hoje a gente anda pela rua e vê nome de torturador como Milton Tavares o general, torturador terrível, mandou matar um monte de presos políticos e o Bacuri não tem o nome de nada, um herói da revolução, um opositor que lutou contra uma ditadura feroz e assassina que dominou o cone sul (p. 34).

Exemplificando alguns “problemas e limitações” (pp. 31-32) do Brasil democrático, Ariston aponta monumentos a torturadores e silêncios sobre um “herói da revolução” (p. 34). Mas parece que relata com esperança de que esse injusto silêncio seja reparado neste “momento importante da democracia” (p. 32). No mesmo contexto, ele defende a abertura dos arquivos da repressão de modo a “desmistificar” o passado e “resgatar nossa história, doa a quem doer” (p. 34). Para ele, países com experiências históricas semelhantes o fizeram e “nem por isso o país incendiou” (p. 33). Ele evidencia uma expectativa em que a democracia dê conta das disputas políticas acerca da memória da ditadura dentro da institucionalidade e chega a propor que o Estado tensione os militares para “resgatar a história” (p. 34). Apesar desse otimismo na democracia, nega-se a falar sobre sua atuação político-institucional. De forma assertiva, Ariston arremata: “não quero falar sobre isso. Não quero entrar em detalhes sobre isso” (p. 32). Essa opção pelo silêncio se repete em diferentes momentos sobre diferentes justificativas:

Não quero falar porque não quero abrir nenhuma polêmica com ninguém. Isso é uma coisa interna da minha família, eu não quero falar disso, e ninguém vai usar isso. A gente tem muitas diferenças, muitas divergências com relação a essas questões [da lei 9.140 dos mortos e desaparecidos]. A gente foi muito vítima dessas coisas, então não quero falar nisso porque eu não quero abrir uma polêmica, eu não estou interessado. (...) Se eu for falar disso e se eu falar da maneira como a sociedade e os governos democráticos trataram a questão dos mortos e desaparecidos políticos eu vou despertar polêmicas, eu não quero tocar nesse assunto porque é uma coisa complicada (...) não quero mexer nisso porque tem coisas muito dolorosas que aconteceram com a gente e não quero tocar nesse assunto, porque eu não quero que ninguém use isso pra se beneficiar ou pra nos prejudicar, então eu prefiro não falar. (...) Eu, de certa forma, vivi um pouco dentro do furacão e eu não quero despertar polêmicas e nem quero dar munição para ninguém usar como arma de combate nem como bala na agulha para fazer isso ou pra fazer aquilo, mas eu tenho a minha opinião (pp. 32-34).

Neste momento do testemunho vemos por diversas vezes uma negativa de fala. Para além de um silêncio diante de uma experiência traumática, visando resguardar o próprio sujeito, parece haver tensões políticas impedindo a fala; uma espécie de tabu que ameaça e interdita o ato de falar. As justificativas para o silêncio nos interessam: não quer despertar polêmicas sobre como a sociedade e governo trataram a questão dos mortos e desaparecidos; divergências sobre essas questões; medo de manipulação dessas informações, para que ninguém prejudique a ele e sua família. Não apenas o passado é

traumático, mas, segundo o testemunho de Ariston, continua sendo uma ferida aberta na qual não se pode tocar sob o medo de agravar ainda mais a situação. Apesar do otimismo com o país democrático, aquele presente parecia pouco confortável para se tratar de certas questões do passado. Longe de ser algo superado, parece ser ainda capaz de trazer polêmicas e prejuízos no tempo presente. A despeito do silêncio, deixa explícita a existência de uma opinião, mesmo que a conjuntura e as “polêmicas” o impedissem de verbalizá-la. Apesar de estar em uma ordem democrática, do qual é entusiasta, não pode abrir certas portas do passado. Neste momento, a fala é interdita e o silêncio prepondera.

Ariston solicitou indenização e reparação junto à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e, assim como praticamente todos os personagens analisados neste trabalho, relata a necessidade de intensas brigas jurídicos-burocráticas para ter direito à indenização. Seu processo correu na Comissão de 2002 a 2008⁵⁹. Apesar do otimismo com o “momento muito importante” (p. 32), ainda era necessário que os violados em seus direitos básicos provassem que foram vítimas de perseguição política para receberem indenização pecuniária sem, contudo, terem supridas outras demandas relacionadas à verdade e Justiça. Isso sem falar na longa espera por uma decisão, além de vários entraves burocráticos – elemento destacado por outros testemunhos, como Lenira e Raul.

Ariston elabora uma memória de vitória da resistência democrática, mas, ao mesmo tempo, escancara fissuras e ressentimentos. Dentro desta mesma memória ele critica um silenciamento sobre a luta armada e uma exaltação de uma resistência mais pacífica e criativa, por meio das artes:

Uma coisa que me irrita profundamente é que eu vejo muita matéria sobre os “Anos de Chumbo” e fica parecendo que não teve luta armada, que quem fez a luta armada foram os artistas: o Caetano Veloso, o Chico Buarque, o Gilberto Gil, a Norma Bengel e não sei quem mais. O povo da luta armada, que foi assassinado nos porões da ditadura, que arrancaram a cabeça, desse povo ninguém fala. “Ah, os anos de chumbo”, porque a censura, porque as músicas... e o povo da luta armada, que pegou no cano para brigar com a ditadura? Não se fala disso. Eu não carrego para mim essa pecha de terrorismo. Nós éramos revolucionários, opositores a ditadura (p. 31).

⁵⁹ É possível acessar informações públicas dos pedidos de anistia e indenização em: <https://sinca.mj.gov.br/sinca/pages/externo/consultarProcessoAnistia.jsf>

O ressentimento é patente: Ariston foi torturado, permaneceu por mais de 9 anos preso, perdeu seu pai, afastou-se de sua família; décadas depois briga por uma indenização e mantém silêncio numa entrevista com medo de ser perseguido ou prejudicado, enquanto artistas foram celebrados como o ápice da resistência. O ressentimento de Ariston não parece direcionado aos personagens citados, mas às matérias jornalísticas que criam e reforçam uma determinada memória social que, mais do que exaltar a resistência por meio das artes, estabelece um silêncio acerca da luta armada. Desta forma, apesar de tantos sofrimentos, Ariston se ressenete diante de um silenciamento proposital e de um “não lugar” que sua militância política do passado ocupa no presente.

Apesar do otimismo com o “país democrático” e com a vitória da resistência, da qual ele se considera parte, o testemunho de Ariston escancara tensões e contradições neste grande bloco de resistentes. Essas tensões, bem como os vários silêncios, indicam que as feridas do passado ainda não cicatrizaram e continuam mobilizando paixões e disputas – não só nos indivíduos diretamente envolvidos, mas na própria institucionalidade democrática.

Alberto Becker permaneceu mais de 7 anos preso e, depois de sair da prisão, optou por não prosseguir militância política, pois, segundo ele, havia uma necessidade material urgente de viabilizar a sobrevivência. Aos 51 anos, resume sua militância, naquele momento, a “leitura por meio de noticiário de jornal e estar presente em atos ou eventos que tenham a ver com aquilo que valoriza a humanidade, que empurra para frente” (BECKER, Alberto. 2002, p. 15). Seu testemunho, colhido em 2002, apresenta um balanço de sua trajetória bastante diferente dos demais: distante temporalmente dos revisionismos acerca da ditadura, elabora um fechamento para suas memórias sem tantos conflitos e tensões quanto os demais. Para Alberto não há arrependimento ou remorso; ele afirma até mesmo que foram experiências que no aspecto humano e individual o “enriqueceram”:

A gente acreditou no que achava correto como jovem. Quando nos defrontamos com o oposto de uma forma bestial, como foi a tortura, nós nos descobrimos despreparados para enfrentarmos esse inimigo. Isso é uma coisa que me espanta: aquela bestialidade. O contato com essa bestialidade, frieza, violência me mostrou que nosso ardor de juventude não era suficiente para derrubar o poder instituído (p. 14).

Alberto parece falar de um passado já encerrado ao mesmo tempo em que reforça a ideia de idealismo juvenil, na qual o ardor da juventude foi insuficiente para superar a bestialidade de poder. Sem um balanço político mais preciso, ele afirma que “o Brasil mudou. Problemas antigos desapareceram, mas surgiram novos e muito graves” (p. 15). Sua fala, mesmo sem explicitar quais são os problemas, antigos e novos, sugere uma cisão entre presente e passado. Se não exatamente uma vitória da resistência democrática, pelo menos um encerramento da ditadura. Ao mesmo tempo, Alberto evidencia certo ceticismo em relação aos novos tempos:

Hoje há muita movimentação, acontece muita coisa, mas aquilo não progride para uma mudança efetiva (...) estamos muito desorganizados e sem cabeça, essa que é a minha impressão. No passado, apesar de tudo, você podia dizer: “*Olha, essa é uma cabeça que o corpo não está reconhecendo, mas existia uma cabeça entendeu!*”. A gente fazia tudo dizendo: o povo vai nos seguir, e o povo não seguiu, nós todos fomos presos e a repressão desarticulou tudo. Hoje, eu percebo que há, como na nossa época, a ânsia da mudança e da melhoria por parte da juventude, mas percebo que ela não tem as bandeiras. A gente brigava por reforma, era a nossa bandeira, isso nos empurrava, a gente ia para a rua, enfrentava a polícia, passeata, bomba! A gente estava lá contra a ditadura ou pelas reformas, mas o que essa nossa juventude tem hoje? O que esse pessoal conhece efetivamente da experiência política do próprio país e do mundo para fazer essa síntese? E dizer: “não! nós vamos partir para frente, nós não vamos repetir os erros que a outra geração cometeu!” (p. 16)

Contrapondo sua experiência de jovem à juventude brasileira do momento da entrevista, Alberto enxerga o mesmo anseio por mudanças, mas uma ausência de bandeiras, lideranças e organização. Ao mesmo tempo, segundo ele, esta juventude não conhecia a experiência política passada nem assimilava os erros de sua geração. Há, na rememoração de Alberto, uma crítica ao presente, mas sem qualquer articulação com o passado, como se fossem dois processos distintos. Assim, como a nova geração não assimilou o passado, Alberto, ao rememorar sua trajetória, também não a vincula ao tempo presente: em ambas as situações há uma cisão. Em outro ponto do testemunho, quase que em diálogo com essa análise pessimista da juventude atual, ele afirma que a esquerda no Brasil é uma esquerda jovem, com pouco lastro e pouco conhecimento. Alberto finaliza com certo pessimismo:

Fazendo uma avaliação do meu percurso político, pensando numa perspectiva de futuro e pensando nos jovens atuais, às vezes a gente fica meio sem esperança, mas acho até que isso não predomina (p. 13).

Seu pessimismo com a juventude é carregado de uma justificativa geracional. A própria ditadura e a peculiar redemocratização não são mobilizadas para levantar hipóteses. Ao mesmo tempo, ao fazer o balanço de fechamento em seu testemunho, aquele passado parece já superado pela redemocratização e são os “novos e graves problemas” (p. 15) que mobilizam sua reflexão e dessa juventude, rumo a um futuro incerto, mas já bastante desprendido do passado. O testemunho de Alberto, distante das ondas revisionistas, parece encarar a ditadura militar como um processo histórico superado pela redemocratização e mobiliza pouco esse passado para explicar os desafios do presente. A ditadura, lembrança individual dolorosa e latente, parece guardada dentro de um baú para Alberto, mas já superada para o Brasil: a democracia e os novos e graves problemas pareciam mais urgentes. Existe aí uma aproximação com a memória liberal de vitória da resistência democrática, naqueles anos 2000, mais hegemônica do que o seria na década seguinte diante dos revisionismos. Nesse testemunho a vinculação com a memória hegemônica não vem exatamente pelo que é dito, mas especialmente pelo que é silenciado. O silêncio sobre o passado parece dificultar a compreensão e elaboração acerca da transição política e da relação entre presente e passado; o silêncio sobre o passado talvez seja a pedra angular sobre o qual a memória hegemônica se sustenta. Enquanto esta memória permaneceu hegemônica o silêncio se impôs: quando revisionismos chacoalharam esta memória, o silêncio também se fragilizou.

Lúcia Murat, desde sua saída da prisão, até o momento em que concedeu a entrevista, em 2010 aos 62 anos, não militou mais politicamente em nenhum partido ou organização. Seus antigos companheiros transformaram-se em um grupo de amigos e seu campo de atuação foi o cinema. Ela permaneceu presa por mais de três anos, de 1971 a 1974, e relata que, mesmo depois da soltura, sofreu perseguição de órgãos oficiais e paramilitares de extrema-direita como o Comando de Caça aos Comunistas (CCC); destaca também uma dificuldade de reinserção profissional, pelo menos até a lei de Anistia de 1979. Além disso, quando saiu da prisão, praticamente todos os seus amigos estavam exilados ou mortos. Na tentativa de reconstrução de sua vida, aproximou-se do cinema e fez desta ferramenta também o meio de elaborar aquele passado. Depois de anos

de análise psicoterapêutica, muito discutindo a questão da tortura, decidiu fazer um filme sobre isso:

“Cara, eu quero fazer um filme sobre tortura”. Naquele momento ninguém queria saber de tortura, estava aquela ressaca total, ninguém queria saber de ditadura, ninguém queria saber de coisa nenhuma. Aí nego falou: “Você está maluca, é um filme que não tem história”, eu falei: “Não tem história, é um filme tese”; “Você está maluca!”. (...) Consegui fazer o *Que Bom Te Ver Viva* (MURAT, L. 2010, p. 8).

Segundo Lúcia, os 25 anos de análise possibilitaram uma tal elaboração sobre a experiência da tortura que pôde se materializar em um filme: uma forma de discutir e publicizar uma questão, mas, segundo ela, também um meio catártico de purgar, elaborar e sublimar aquele passado traumático – ou, em termos psicanalíticos, *perlaborar*. A tortura, prática secular de controle social na sociedade brasileira, durante a ditadura militar rompeu os históricos padrões de cor e classe e foi estendida a militantes como Lúcia: universitários da classe média carioca. A experiência da tortura, segundo o relato, se transforma em um trauma difícil de ser externalizado e cuja fala é veladamente proibida: uma experiência de violência profunda a qual o sujeito violado tem muita dificuldade em assimilar; ao mesmo tempo, “a ressaca total” (p. 33) evidencia a publicização da tortura como uma espécie de tabu, uma experiência sobre a qual nada deve se dizer e nem se lembrar. Importante destacar a fala de Lúcia: o incômodo não é, objetivamente, em relação à tortura, mas em saber e ouvir acerca daquela prática. É possível elencar algumas hipóteses sobre essa “ressaca total”: a tortura era um trauma para muitos sujeitos; aqueles que não foram torturados não sabiam ou queriam lidar com aquela experiência sobre o corpo do outro; no contexto da Anistia e da transição política, esquecimento era a melhor estratégia para “encerrar” o passado e abrir uma possibilidade de futuro. A trajetória de Lúcia é paradigmática: fazer análise por décadas lhe trouxe uma necessidade de contar e externalizar aquele trauma incrustado no seu interior como forma de reestruturar sua vida. Ela teve o privilégio de fazer psicoterapia e elaborar suas experiências traumáticas de forma individual, diferentemente de outros personagens. Elaborar e externalizar por meio da fala a experiência traumática pode ter um papel terapêutico de assimilação daquele passado e reestruturação do sujeito. Contudo, não havia na sociedade muitos ouvidos dispostos a ouvi-la: “ninguém queria saber de ditadura, ninguém queria saber de coisa nenhuma” (p. 33). Esta imagem dos ouvidos fechados aos presos políticos recém libertados também está presente no testemunho de

Márcia, Raul e Alberto. Apesar do silêncio imposto pelos ouvidos fechados, Lúcia insistiu e de forma autoral realizou o filme.

Mesmo sendo uma forma de elaborar e de certa forma purgar o passado por meio da arte, a experiência suscitou medos: primeiramente, da repressão. Lúcia relata ter recebido telefonemas em 1988 quando do lançamento do documentário. Mesmo livre há mais de 10 anos e em plena vigência do Estado Democrático de Direito e da chamada Constituição Cidadã, se sentia assediada e perseguida pelo aparato repressivo oriundo da ditadura. Os dois outros medos eram de as atrizes não gostarem do argumento do filme e, por fim, medo de não conseguir comunicação com o público, pois, segundo ela, o filme trabalhava “no limite” (p. 36). Lúcia destaca que passou o resto de sua vida trabalhando, em todos os seus filmes, com a questão da violência e da tortura. Quando se propõe a analisar sua trajetória e a fazer um balanço político, é breve, mas direta:

É muito difícil [fazer um balanço] como militante até porque eu parti para uma coisa mais artística, me distanciei muito de qualquer análise sociológica. É muito difícil para mim também diante de todas as perdas que sofri, falar qualquer coisa sobre arrependimento: eu não acredito nisso. Acho que a gente vive na época em que vive e vivemos bem aquela época. Foi uma geração muito sacrificada, mas era o melhor que aquela geração tinha, não tenho a menor dúvida disso. Acho que resta muito da ditadura ainda: resta a violência, a tortura nas cadeias, resta tudo e vai continuar restando enquanto a gente não conseguir abrir os arquivos e não conseguir discutir exaustivamente o que foi a ditadura. Acho que a gente tem que caminhar para os direitos humanos, isso é reeducação de todo mundo, de todo mundo mesmo (p. 35).

Primeiramente, Lúcia destaca a dificuldade de pensar em arrependimento diante de tantas perdas e sacrifícios. O ato de se arrepender pode significar uma desonra àqueles sacrificados ao mesmo tempo em que desestruturaria e retiraria o sentido de sua trajetória de vida e, por consequência, da própria existência que atravessou tantos sofrimentos, como se tudo aquilo tivesse acontecido em vão. Não se arrepender pode ser a busca por afirmar um sentido àquelas experiências dolorosas e manter a integridade deste sujeito. Ao mesmo tempo, ela aponta a arte como seu espaço de elaboração e não a sociologia, mas é enfática ao destacar a permanência de aspectos da ditadura no regime democrático, especialmente no que tange à violência, tema tão caro a ela. O exemplo para esta permanência é a tortura nas cadeias – já não mais torturando a classe média branca carioca, mas aqueles corpos tradicionalmente vítimas de violência no Brasil, a saber,

pretos e pobres. De certa forma, a cineasta estabelece esta reflexão e paralelo temporal, entre passado e presente, em seus filmes, especialmente *Quase Dois Irmãos* (2005).

Não é nosso objetivo propor uma análise fílmica sobre sua obra, mas a breve descrição de um de seus filmes pode nos ajudar na compreensão de suas memórias. *Quase Dois Irmãos*⁶⁰ apresenta o encontro de dois personagens, um oriundo da periferia e outro da classe média, em três temporalidades distintas: crianças, num encontro do morro com o asfalto, mediado pelo samba, durante a república de 1946; na prisão, com um preso político e outro preso comum, durante a ditadura militar; novamente na prisão, num encontro entre um militante dos direitos humanos e o líder de uma facção criminosa, em pleno Brasil redemocratizado. Essas múltiplas temporalidades são entrecortadas por diversas violências e por tentativas e fracassos de se estabelecer relações de diálogo entre classes sociais distintas. Apesar dos esforços, as utopias fracassam e a vontade dos personagens parece não ser suficiente para superar as brutais desigualdades.

Para Lúcia, os “restos da ditadura” (p. 35) não foram derrotados, mas permaneceram incrustados no regime democrático: sobreviveram e sobreviverão, para ela, graças ao silêncio sobre o que foi a ditadura e a incapacidade de a sociedade como um todo elaborar aquele passado e se encaminhar num processo de reeducação rumo aos direitos humanos. A ênfase no “todo mundo” parece não querer deixar ninguém de fora, nem mesmo os egressos da luta armada. Lúcia, falando sobre o filme que produzia no momento da entrevista, intitulado *A memória que me contam*⁶¹, relata que buscou fazer um “balanço de geração onde se discute tudo, se discute violência, luta armada e justiça, essas coisas, questões difíceis de se discutir, de se ter vivido” (p. 35)⁶². Segundo o seu raciocínio, o interdito do passado impediria até mesmo àqueles violados pelo poder repressor do Estado de fazer um balanço crítico de sua experiência – os justificações, execuções sumárias em nome de uma pretensa justiça revolucionária, assassinando possíveis delatores ou colaboradores da repressão, são um ponto sensível na história das esquerdas (ARAUJO, M., 2015. p. 260).

Lúcia se afasta da ideia de vitória da resistência sobre a ditadura. Seu testemunho aponta permanências e continuidades da ditadura na democracia e uma

⁶⁰ QUASE DOIS IRMÃOS. Direção: Lúcia Murat. Califórnia filmes, 2005. (102 min)

⁶¹ A MEMÓRIA QUE ME CONTAM. Direção: Lúcia Murat. Califórnia filmes, 2013. (102 min)

⁶² Em *A Memória que me contam*, Lúcia apresenta o encontro entre ex-militantes da luta armada diante do leito de morte de uma antiga companheira e evidencia os diferentes conflitos e perspectivas sobre aquelas experiências passadas – um choque entre diferentes memórias e formas de se elaborar o passado.

desconfiança de que a institucionalidade democrática dê conta de superá-las enquanto não se voltar àquele passado para elaborá-lo, assim como ela, individualmente, tenta fazer por meio de suas obras.

Raul concedeu sua entrevista em 2010, aos 63 anos. Ele permaneceu três anos preso, de 1970 a 1973, sob torturas e ameaças, vivendo em 1970, segundo ele, em um festival de barbaridades no DOI-CODI. Mas a experiência da prisão se amenizou quando sua prisão foi legalizada e ele foi direcionado ao presídio da Ilha Grande. Lá, juntamente com presos de diferentes organizações fizeram greves de fome em 1971 reivindicando melhores condições de vida e autonomia dentro do presídio. Segundo, Raul:

Aí a vida virou uma delícia! Uma delícia não ter milico! Ficou muito mais fácil! A Silvana me goza e diz que foi o período mais feliz da minha vida porque vivia com os companheirinhos comunistas (...) ela diz que se não conseguimos realizar o socialismo na vida real, realizamos na cadeia! Uma fantasia socialista (...) a gente vivia uma fantasia lá, um pouco de socialismo na cadeia, tinha um coletivo que tentava ser solidário (CARAVLHO, Raul. 2010, p. 33).

Mesmo em tom jocoso, a cadeia é lembrada como uma fantasia socialista – ironicamente uma experiência vitoriosa num espaço que simbolizava a derrota. A divisão de tarefas e a vida comunitária entre os presos mitigava, segundo Raul, a angústia do encarceramento. Ao mesmo tempo, ele relata uma série de tensões e “rachas políticos” naquele ambiente (p. 30), especialmente sobre como se comportar na prisão e o que fazer quando alcançassem a liberdade: presos, ligados a organizações grandes e com alguma estrutura externa, como a ALN, mantinham sua unidade dentro do presídio e reafirmavam a defesa intransigente da luta armada; outros presos faziam a crítica à luta armada e diziam que precisavam parar, repensar; algumas pessoas que, segundo Raul, “*tinham se comportado muito mal*” (p. 25) na tortura, recebiam “*um gelo, eram hostilizados*” (*ibidem*); por fim, presos comuns, enquadrados por alguma razão na Lei de Segurança nacional, por algum roubo, chamados por Raul de “*malandros*” ou “*bandidos*” (pp. 30-31). Segundo o testemunho, enquanto vigorou a “fantasia socialista” (p. 33), a convivência entre essa heterogeneidade de presos e posições foi harmônica.

O coletivo dos presos políticos, em que pesem suas divergências políticas, estabeleceram certas regras de convivência: “a lei era a seguinte: não tem tóxico [drogas ilícitas]. Não tem relação homossexual obrigatória, escravidão de pessoas. Não se

tocava no particular: não tinha roubo” (p. 36). No início, quando esses presos comuns eram minoritários, a situação era confortável:

Os primeiros presos comuns com que fizemos a greve de fome, tínhamos amizade porque ali era tudo tratado como companheirada. Eram todos bonzinhos porque tinham capacidade de adaptação e pegavam o discurso da esquerda com facilidade. Havia malandros que eram de classe média, mais espertos ainda. Era o sujeito que para comprar cocaína juntou os amigos e disse “vamos assaltar um banco, já que todo mundo assalta banco, porque eu não vou assaltar um”? Eles já tinham o biotipo do cara de esquerda, do cara assim de classe média e você não distinguia. Tinha uma capacidade impressionante de camaleão (p. 37)

O estereótipo usado por Raul para definir “o cara de esquerda” (p. 36) já nos apresenta um recorte de classe: para ele, o preso político era o biotipo da classe média. O problema foi quando outros grupos sociais começaram a predominar na Ilha Grande. A situação no presídio começou a se agravar quando o número dos presos comuns começou a superar o dos presos políticos – seja pela saída desses, seja pela chegada daqueles. No momento em que os presos políticos de classe média perderam a predominância, o socialismo na cadeia, como brinca Raul, começou a ruir: as regras implantadas pelo coletivo de presos políticos começaram a não ser respeitadas pelos presos comuns. Diante de um roubo de um relógio, os presos políticos deram “um pau no cara, até entortar o sujeito” (p. 36). O nível de tensão foi crescendo até que os presos políticos começaram a andar no presídio armados com estiletes e reivindicaram, junto à direção do presídio, a construção de um muro que separasse presos comuns de presos políticos. A “fantasia socialista” (p. 33) da classe média de esquerda ruiu, segundo Raul, quando novos grupos sociais preponderaram no presídio. Esses conflitos ampliaram até mesmo os rachas dentre os presos políticos. Aqueles que já se posicionavam criticamente à luta armada criticaram a construção do muro. Segundo Raul:

O pessoal que era contra a luta armada se colocou junto com os bandidos e contra a gente! Que a gente estava traindo o povo! Os bandidos eram o povo e nós éramos a elite iluminada que queria manter a luta armada. Aí é que eu parei de falar com as pessoas! Até lá eu [longa pausa]. Foi feito um muro no meio da galeria, os presos comuns - os presos da Lei de Segurança que não eram políticos e que quisessem ficar do lado dos políticos, ficaram. Os outros instalaram lá o reino deles de bandidagem e ficaram. Pouco depois eu fui solto (pp. 37-38)

A experiência do socialismo na cadeia ruiu quando os presos políticos deixaram de ser maioria e tiveram contato com grupos sociais alheios ao “biótipo do cara de esquerda de classe média” (p. 36). Os termos usados para aquela alteridade demarcam um juízo de valor: malandros, bandidos, bandidagem. Raul justifica o muro como uma questão de sobrevivência dos presos políticos. Mas o incômodo ao relatar a situação e o longo silêncio diante das críticas recebidas parecem marcar uma nova derrota política. Tiveram que recorrer ao aparato repressivo do Estado que os torturou para protegê-los e reivindicar a construção de uma separação entre a vanguarda política de classe média e os egressos das camadas populares para manterem suas vidas. A experiência socialista da prisão ruiu.

Lúcia também vivenciou essa experiência, portanto, vamos recorrer ao seu testemunho para buscarmos outro olhar. Já liberta, ela frequentou o presídio da Ilha Grande para visitar seu companheiro à época, justamente aquele cujo relógio havia sido roubado pelos presos comuns. Ela acompanhou as tensões acerca do muro e, mais do que isso, abordou esta situação em seu filme *Quase Dois Irmãos* (2005):

O negócio do muro era barra pesada porque foi a gente que pediu. Para mim era muita derrota da utopia, da possibilidade de comunicação, sempre ficou na minha memória esse momento na Ilha Grande. Acho que o filme [Quase Dois Irmãos] na verdade mostra uma situação de classe social, a distância entre o asfalto e o morro, e que mesmo no momento em que teria sido mais possível se ter uma integração, não foi possível, não se conseguiu. E não se conseguiu por nenhuma sacanagem, isso no filme está claro, os presos políticos tiveram que pedir a subida do muro porque senão eles seriam mortos. Foi impossível a relação, foi muito duro para gente. Fizemos uma pesquisa com vários presos políticos para fazer o roteiro e com o único preso comum que tinha sobrevivido na época, que era uma pessoa que eu mais ou menos conhecia da época, é o único que está vivo até hoje, o resto morreu. Foi um filme também, quer dizer, eu acho que tem basicamente uma preocupação de humanizar aqueles personagens e não de criar heróis (MURAT, L. 2010, p. 34).

Lúcia nos traz uma perspectiva mais nuançada. Para ela o muro era o fracasso da utopia e da comunicação entre classes sociais distintas, não por culpa e por “sacanagem” (*ibidem*), mas porque naquele momento histórico não se conseguiu. É nesta chave interpretativa que trabalha Marcelo Ridenti: para o sociólogo, a revolução proposta pela esquerda armada fracassou, pois, a classe trabalhadora não se via representada naquela vanguarda de classe média intelectualizada, tampouco esta conseguiu representar

aquela: “não passaram de esboços de representação de classe, foram apenas ‘vontades de representação’ (RIDENTI, 2010b, p. 243). Talvez, para Lúcia, aquela experiência derrotada fosse uma micro versão da derrota maior que a esquerda armada, isolada e sem apoio popular, teve em não vencer a ditadura nem conseguir promover uma transformação político-social para as classes sociais exploradas. Ao relatar este trecho em tom triste e dramático, Lúcia ressalta que o fracasso não aconteceu por “sacanagem” (p. 34), mas, porque naquele momento histórico a vontade não foi suficiente para conseguir de fato estabelecer diálogo e relações entre classes sociais diferentes, com vistas a transformações profundas. Nem no micro nem no macro conseguiram superar aquela barreira de classe, aparentemente intransponível. Ao mesmo tempo, ela relata que durante a pesquisa para o roteiro de seu filme, em plena democracia, conseguiu encontrar vários presos políticos, mas somente um preso comum havia sobrevivido: as desigualdades entre classes sociais continuavam, mesmo na democracia, determinando diferentes expectativas de vida entre os ex-presos.

Voltando ao testemunho de Raul, ele relata que a análise política na prisão era a de que continuar a luta armada naqueles termos seria caminhar para o esfacelamento e a morte. Era necessário se reorganizar e priorizar o trabalho de massa:

Eu acho que ninguém falava “não! eu não quero mais fazer política!”. Falava em “vamos fazer uma política diferente! Vamos voltar a lutar pelas liberdades democráticas, que isso é fundamental, vamos voltar a ter militância política, vamos voltar a trabalhar nos sindicatos, vamos voltar a fazer o trabalho de organização e de politização porque isso é um trabalho a longo prazo, etc. Esse imediatismo levou a gente aqui a esta derrota, a fortalecer a direita etc.” (CARAVLHO, Raul. 2010, p. 39).

A bandeira da restauração democrática começou a ser levantada pelos presos como bandeira política, segundo Raul. Essa autocrítica da luta armada apontava novos caminhos para a militância, mas, quando saiu da prisão, tentou voltar à militar e se desiludindo rapidamente. Ele afirma que saiu da prisão muito deprimido, que perdeu algumas ilusões e que a partir disso começou sua “desconfiança em relação ao marxismo leninismo e a dogmas da esquerda” (p. 41). Apesar da desilusão, animou-se com o processo de formação do PT no começo da década de 1980, militando na base do partido, mas, em poucos anos, afastou-se, pois, segundo ele, “já era muita política, muita burocracia. Depois de algumas tarefas fiquei torcendo contra o PT. Em 1982 eu já tinha

desistido de ser militante. Passei a ser torcedor” (p. 43). Essa aproximação e afastamento do PT está presente em outros testemunhos, como o de Márcia.

Quando instado a fazer um balanço sobre sua trajetória política, em diálogo com os conflitos e disputas de memórias, Raul afirma ter dificuldade de assumir qualquer coisa de vitimização. Segundo ele,

As pessoas optaram politicamente por determinadas atitudes e optaram conscientemente, sabendo os riscos que estavam passando! Isso não legitima a tortura e nem quem a fez, mas também não legitima uma vitimização. Para mim foi uma coisa natural: ter caído e sido torturado era o previsto. Eu já tinha vivido com essa ideia de que “você é comunista, é revolucionário”. Para mim foi uma coisa natural ter caído e sido torturado: era o previsto. Até sobrevivi, mas a possibilidade de morrer era grande. Muita gente sofreu com isso, sofreu rebarbas. Eu custo a admitir que eu tenha ficado com sequelas especiais em relação a isso. Devo ter ficado! Mas não me aflora assim, facilmente, dizer isso! Obviamente que eu, passado quarenta anos, me lembro de coisas, às vezes muito presentes que me marcaram muito e que estão lá dentro. Eu não me sinto vitimado por isso porque na realidade a gente fez alguma coisa consciente e sofreu uma ação do inimigo. Sofreu e pronto! No meu caso eu não me sinto vítima! Eu passei por um processo de moedor de carne que o regime de exceção fez passar um monte de gente. Eu acho que isso não me torna especial em nada. Nem me sinto vítima por isso! (p. 45).

A tensão do discurso evidencia a experiência dramática da trajetória de Raul. Décadas depois dos eventos, ele afirma ainda ter lembranças muito presentes, mas se recusa a considerar-se uma vítima, sob a justificativa de que optou conscientemente pela militância. Negar a condição de vítima parece uma tentativa de conferir dignidade apesar da derrota. Ao mesmo tempo, afirma que aquilo era esperado para um comunista e revolucionário de formação. Ele busca negar as sequelas mesmo destacando a possibilidade de elas existirem e, a seguir, confirmando-as. Nesse discurso aparentemente contraditório, negar a condição de vítima parece uma tentativa de conferir certa dignidade apesar da derrota. Além disso, essa aparente contradição tem um peso histórico e político mais amplo: no grande monumento da resistência democrática vitoriosa não havia um lugar definido para as vítimas da violência; assim como Lúcia destaca, ninguém queria ouvir falar sobre tortura. Se Raul procura exaltar a ideia de um combate e enfrentamento, não é para igualar torturados e torturadores, o que ele rechaça enfaticamente. Mas, para ele, negar a condição de vítima parece ser uma forma de melhor assimilar a derrota e

afirmar-se como um soldado derrotado, mas ainda digno. O que está em jogo não é a coerência: para os sujeitos dilacerados pela repressão, diferentes estratégias são mobilizadas para assimilar e sobreviver diante daquelas experiências traumáticas. Não nos cabe aqui qualquer julgamento, até porque não é esta a tarefa do historiador, mas analisar como certas escolhas e caminhos escancaram certos problemas sociais: neste caso, um silêncio imposto e uma ausência de acolhimento aos violados pela repressão dificultaram a assimilação dessas experiências traumáticas. Importante historicizar também o momento do testemunho: em 2010, no auge dos revisionismos acerca da ditadura, aquele passado era revisitado por diferentes matizes políticos e setores da esquerda buscavam celebrar uma memória de heroísmo daqueles que teriam pegado em armas para restaurar a democracia.

Logo após este trecho, seu testemunho aborda outra questão aparentemente incômoda que vai se relacionar à postura de vítima: o pedido de Anistia. Raul, assim como praticamente todos os personagens analisados neste trabalho, relatam incômodo com o pedido de indenização junto à Comissão de Anistia. Ele escancara o desconforto:

Pedido de anistia só fiz isso agora, na última hora, porque já estava puto com tanta bandalheira que está ocorrendo. Porque no princípio eu resisti. Falei: vou fazer isso por quê? Acabei fazendo, mas não me sinto muito confortável por tê-lo feito (p. 45).

Apesar do desconforto e de negar a condição de vítima, ingressou com um processo na Comissão de Anistia e a justificativa foi a bandalheira, possível alusão às denúncias de corrupção que envolveram o PT, então no governo federal em 2010, em relação ao qual Raul já havia evidenciado rusgas. Mas seu desconforto está relacionado também, como destaca Napolitano (2015b, p. 20 e 24), a um Estado esquizofrênico que oferece indenização pecuniária a vítimas de violações por parte de agentes do Estado, mas em nenhum momento traz à tona os responsáveis por essas violações nem um posicionamento claro e unificado. Desta feita, como relata Raul e outros, os próprios violados em seus direitos essenciais tinham que produzir provas de que foram vítimas da repressão estatal e o mesmo Estado iria julgar se o pedido é procedente.

Em seu balanço final sobre sua trajetória, Raul destaca como a ditadura foi um bloco histórico com apoio amplo e que conseguiu êxito em aumentar a exploração do trabalho e consecutivamente a miséria da população brasileira. Contesta de forma

explícita o mito da sociedade resistente e aponta diferentes colaboracionismos. Mais do que uma ruptura ou vitória da resistência democrática, sugere uma conciliação, uma reorganização no bloco de poder:

Os segmentos mais reacionários das classes dominantes em conluio com os setores mais ideologizados das Forças Armadas, tomaram o poder e mantiveram o poder durante vinte anos com apoio de toda a política tradicional e com o apoio da população durante muito tempo! O fato é que eles – ou seja, esse bloco que estava no poder, que tinha a grande indústria, multinacionais, proprietários de terras, a grande burguesia estava toda organizada, muito satisfeita e feliz - aumentaram as taxas de exploração brutalmente. O saldo para o resto da população foi um aumento da sua exploração, se não em termos absolutos, pelo menos em termos relativos, porque o país deu um imenso salto em termos de estrutura industrial, de produção e aqui só se acumulou uma miséria imensa (p. 45).

Longe de qualquer ideia de vitória sobre a ditadura ou de sociedade resistente, Raul escancara o colaboracionismo e a vitória da ditadura, especialmente em suas consequências econômicas e sociais, a saber, a ampliação da miséria da população brasileira. Ao mesmo tempo em que esse bloco histórico foi vitorioso em seus projetos, Raul tece duras críticas à esquerda e suas escolhas políticas:

De certa forma, a gente contribuiu para fortalecer isso ao invés de tê-los derrotado. Fortalecemos o segmento mais reacionário da sociedade brasileira e prolongamos a ditadura. Eventualmente se tivéssemos adotado uma outra tática política, menos sectária e vanguardista, poderíamos ter abreviado esse período da ditadura e estarmos mais avançados no processo democrático. No fundo, a luta armada foi um erro. Não tem justificativa, inclusive para os dirigentes que decidiram por isso e pelos militantes que foram com isso, mas eu culpo mais os dirigentes. Eles foram péssimos dirigentes políticos porque levaram uma parte da esquerda a uma aventura que o custo dela, não se mede pelos tantos mortos e desaparecidos, se mede pelo grau de miséria do povo brasileiro. A esquerda sempre tem ferrado o povo brasileiro. Infelizmente! Se você analisa 1935. 1935 é uma grande cagada histórica. Quem pagou isso? O povo brasileiro todo! Por que? Ajudou a fortalecer a ditadura de Vargas e ela durou até 1945, não é isso? É! Ela errou muito. E não se conta o custo pelas pessoas de esquerda que morreram. Se conta pelo atraso no melhor desenvolvimento do país. O que nós fizemos e da forma como nós conduzimos, levou que tivéssemos um custo muito maior, em termos sociais. O que nos interessa é a questão social, não é isso? É a questão de a gente ter uma sociedade mais justa, menos pessoas morrendo de fome, menos crianças sem educação. Se é esse o elemento que define a validade de

uma estratégia política, o nosso balanço não é grande coisa não. É um balanço bem negativo! Eu acho que a gente errou e pagou um preço. Mas o povo pagou um preço muito maior! E eu acho que esse é o grande ônus dessa decisão histórica de partir para a luta armada sem ter condições de fazer a luta armada (p. 46).

Para Raul, a luta armada foi um erro da esquerda, ela foi responsável pelo fortalecimento do aparato repressivo, pelas mortes da própria esquerda e por um atraso no desenvolvimento democrático e, conseqüentemente a tudo isso, por um acirramento da miséria da população brasileira. Essa autocrítica, décadas depois dos acontecimentos, dialoga com críticas de liberais e da esquerda pecebista de que a luta armada foi a responsável pelo recrudescimento do regime. Neste trecho, Raul deixa clara a discordância de qualquer ideia de vitória. Para ele a luta armada foi derrotada nas armas mas, sobretudo, politicamente. Ao mesmo tempo, ele evidencia familiaridade com as disputas acerca da memória da ditadura e confessa não admitir essa autocrítica publicamente:

Meu pai dizia: “Porque então as pessoas se levantaram contra o arbítrio, contra isso e ...” Tudo bem! Tem um lado bonito, tem um lado heroico, tem toda essa parte que a gente quer comemorar, os companheiros mortos, as pessoas que sofreram e tudo o mais. Tudo bem. Eu, publicamente eu nunca digo isso, nunca falo, nunca admito publicamente e faço um discurso parecido com o do velho: nós lutamos pela democracia, contra a ditadura, etc. Mas eu acho que como político, como membro de um partido, nós erramos (p. 47).

As contradições nos são reveladoras: mesmo tendo uma posição radicalmente crítica à experiência da luta armada não a externaliza publicamente. Tal como Ariston, Raul opta por silenciar sua opinião publicamente, mas diferentemente daquele, sente-se à vontade para expor as críticas à luta armada no testemunho – talvez o fato de não trabalhar no setor público nem estar ligado a partidos políticos, lhe dê maior autonomia para tensionar aquele passado. Mas apesar dessa posição crítica no testemunho, publicamente ele opta por um discurso parecido com seu pai, assimilando parte da memória hegemônica: exalta o lado bonito, heroico e vitorioso da luta armada e exalta o monumento da resistência, apesar das profundas discordâncias.

Em um regime democrático no qual torturadores não foram responsabilizados nem julgados, uma autocrítica à luta armada poderia municiar os setores conservadores e fortalecer a “teoria dos dois demônios”, igualando torturadores e

torturados. Mesmo crítico à luta armada, Raul afirma que se silencia publicamente sobre suas ideias e abraça o discurso hegemônico da resistência democrática vitoriosa pois esse passado, no momento da entrevista, era mobilizado politicamente de forma intensa. Ao mesmo tempo, essa impossibilidade de se elaborar o passado, parece impedir que autocríticas da própria esquerda possam se desenvolver, como já apontado por Lúcia. Se no Brasil democratizado torturados têm que brigar na Justiça para que notórios torturadores sejam assim declarados judicialmente, as autocríticas da luta armada acabariam ocupando uma posição secundária. Pelo menos esta parece ser a posição política de Raul. Estas críticas aos limites da democracia ficam evidentes no seu testemunho:

Uma das coisas que me mais chocou foi o medo, a covardia do governo [petista] em mexer nessa questão [do acerto de contas com o passado, a punição dos torturadores]. Ele não poderia ter sido tão tímido, tão medroso. Tinha que ter aprofundado essa questão e ter avançado como se avançou em outros lugares. É um absurdo. É vergonhoso o quanto nós politicamente não avançamos nisso. Nós deixamos essa questão sob a hegemonia daqueles que fizeram a conciliação, com medo dos latidos, dos resquícios dos torturadores, e do aparato todo da direita. Eu acho que era uma coisa na qual merecia correr o risco que fosse, se tivesse que brigar com milico. A sociedade seria favorável a um acerto de contas desse tipo desde que bem preparado, organizado, informada. Eu acho que foi uma covardia, um desinteresse pela questão, na realidade (p. 48).

Longe de qualquer vitória, Raul ressalta uma derrota que se manifestava, até aquele momento, na negativa de se elaborar o passado. Para ele, a conjuntura era favorável e o governo petista deveria ter abraçado esta bandeira e tensionado a conciliação. Mas, segundo Raul, o medo e a covardia do governo petista foram maiores. A possível punição aos torturadores ainda era tabu político e social, pois, segundo Raul, aqueles que fizeram a conciliação ainda detinham a hegemonia. Assim, o passado permanecia enclausurado dentro de um baú sob um manto do silêncio e as memórias daqueles vitimados pela tortura permaneceriam restritas a um universo privado, reforçando o silêncio.

Lenira, aos 69 anos concedeu seu testemunho em 2009; naquele momento, trabalhava na Ministério do Turismo, sob a gestão petista, apesar de não ter vínculo partidário. Ela permaneceu pouco mais de um ano presa, entre DOI-CODI, DOPS e o presídio Tiradentes e em 1972 estava em liberdade. Sobre o presídio, ela descreve a organização e conflitos de convivência entre as presas políticas e descreve pelo menos

três grupos: aquelas mulheres que queriam manter uma rígida disciplina no presídio; as que haviam “desbundado”, ou seja, abandonado qualquer perspectiva de militância; e por fim, um grupo mais “light”, ao qual Lenira se incluía, que mantinham uma perspectiva política, dentro do presídio, mas se “rebelava contra aquela disciplina rígida que a maioria das companheiras impunham” (MACHADO, L., 2009, p. 47). Lenira defende sua posição mais “light” como uma estratégia de melhor suportar a prisão:

Tinha aquela visão de que a única forma da gente se manter fortalecida era ter a nossa disciplina dentro do presídio. Eu achava que não: quanto mais a gente tivesse condições de ser a gente mesma dentro do presídio com as companheiras, ter liberdade, mais você se sentiria bem e respeitaria as suas forças para enfrentar aquilo que ninguém sabia o que era (p. 48).

Para além da solidariedade, como confecção de artesanatos para vender e subsidiar advogados e famílias e da organização coletiva da vida no presídio em questões cotidianas como alimentação e limpeza, também destacados em outros testemunhos, Lenira nos aponta conflitos em relação ao modo de comportar-se na prisão. Ela relata que certas práticas como jogos de baralho, músicas, tratamentos de beleza, bronzear-se com roupa de banho e fantasiar-se no carnaval “causavam certo frisson para algumas companheiras” (p. 50), defensoras de uma rígida disciplina. Enquanto o testemunho de Artur constrói uma memória dos presos políticos como um bloco homogêneo de luta e solidariedade, Lenira destaca divergências políticas e comportamentais, apesar de certos consensos. Além disso, ela critica radicalizações pretensamente políticas, mas baseadas em estereótipos:

Terezinha Zerbini era uma pessoa muito extrovertida. [As outras presas] diziam: ‘- É uma burguesa’. Não era comportamento frente à repressão que estava sendo julgado, eram estereótipos que a gente tinha na cabeça de alguém que usava uma roupa melhor, já que a gente vivia na tanga na clandestinidade (p. 53).

De certa forma, assim como Raul destaca o “biotipo do cara de esquerda, de classe média”, Lenira, de forma oposta, se ressentia ao rememorar certa segregação baseada em estereótipos como a vestimenta. Em outros momentos do testemunho, ela destaca a figura de Terezinha Zerbini como vítima de injustiças e preconceitos por parte da esquerda, baseada em estereótipos e posturas sectárias. Esses conflitos também se manifestaram nas greves de fome contra a separação dos presos políticos. Novamente, Lenira relata que o presídio se dividiu em 3 grupos: aquelas que defendiam a greve de

fome até as últimas consequências; as contrárias à greve de fome por desacreditarem naquela forma de disputa política e por fim, o grupo de Lenira, que via validade na greve de fome, mas recusava ir “até as últimas consequências” (p. 53). Após analisar a conjuntura e constatar o isolamento dos presos políticos e a fragilidade de uma rede de apoio, sustentação e divulgação, Lenira recusou-se a participar do movimento:

Disse: ‘Estou fora, eu não faço política assim. Tenho que analisar a correlação de forças, a capacidade de mobilização, como eu não sou cristã eu não quero ser mártir. Preciso ter um outro tipo de análise política e sem essa análise política eu não entro numa aventura.’ Essa foi a minha argumentação, outras argumentações aconteceram e o presídio rachou. A torre se rachou em três: quem entrou na greve de fome, quem não entrou na greve de fome, por achar que não havia condições políticas para você fazer uma greve de fome até as últimas consequências lá dentro, e as outras que achavam que tudo era uma loucura (p. 54).

Testemunhos como os de Artur celebram a unidade dos presos políticos e destacam a solidariedade como marca daquela experiência. Já Raul e Lenira destacam que, apesar desta articulação coletiva, o presídio era marcado por grandes tensões e divergências. Talvez estas tensões ajudem a relativizar um pouco a ideia de unidade entre os presos políticos e explicar a ausência de articulação política dos ex-presos quando estes saíram da prisão. Além disso, quando Lenira saiu da prisão, em 1972, ainda debilitada fisicamente pela tortura, teve que sustentar a sua mãe, filho e sobrinho e também levar auxílio ao pai e ao marido, que estavam presos. Em 1974 foi novamente presa e perdeu a guarda do filho para a família paterna. Além da reestruturação da vida e do medo de novos assédios da repressão, teve que lutar judicialmente pela retomada da guarda do filho.

Lenira, diferentemente dos outros personagens analisados neste trabalho, atuou intensamente na campanha pela Anistia, ao lado de Terezinha Zerbini, que ocupa destaque em seu testemunho. Dos sujeitos analisados, somente Crimeia e Lenira se engajaram na Campanha da Anistia. Ambas, com militância anterior ao golpe e oriundas de famílias de militantes, ficaram presas pouco mais de um ano, entre 1972 e 1973. Acerca da Anistia, Lenira afirma:

A lei da Anistia tinha que ser votada. Sendo votada é uma vitória, se tiver pontos contraditórios que a gente não concorda vamos continuar lutando contra, mas tem que sair uma Lei de Anistia nesse país... é só a gente não se desmobilizar. Há contradições [na lei], há coisas que eu não concordo. Era uma ditadura, um congresso burguês que estava

votando aquela Anistia, não podia ter ilusão de classe. Cabia a nós ter capacidade de continuar mobilizados, organizados e estender essa mobilização. Qualquer vitória naquele momento era vitória e vamos continuar lutando imbuídos de que nós somos vitoriosos no essencial, naquilo que se chama Anistia (p. 67).

Para Lenira, qualquer anistia representaria uma vitória naquela conjuntura e os limites e contradições da lei deveriam ser objeto de disputa após a aprovação, e para tanto, os militantes deveriam manter a capacidade de mobilização. Quando questionada pela entrevistadora Janaina sobre o porquê de essa luta não ter tido continuidade, Lenira atribui a responsabilidade à própria esquerda e à sua incapacidade de organização. Ela se coloca, assim como Crimeia e Márcia, como crítica da esquerda no processo de transição política. Lenira não critica a esquerda por excessos e radicalidade, como o fizeram setores à direita, mas critica justamente a adesão à moderação e a incapacidade de manter a mobilização:

Se deixou de ser uma prioridade para a própria esquerda você não teve nenhum esforço de organização, de se manter organizado [em torno da revisão da lei de Anistia]. Erro da esquerda. A estreiteza e a forma de articulação da nossa esquerda, total incapacidade de mobilização. Acho que nós mobilizamos muito pouco. Somos ótimos agitadores e péssimos organizadores. Porque nós não temos um projeto estratégico nesse país, nenhuma corrente de esquerda neste país tem um projeto estratégico, a gente age sempre no tático e não no estratégico (p. 68).

Lenira se posiciona à esquerda dos grupos políticos identificados como esquerda, como o PCB no momento da Anistia ou o PT no momento do testemunho. Para ela, estes não teriam projeto estratégico e, por isso, limitados ao tático, teriam abraçado a conciliação e deixado de priorizar a revisão da lei de Anistia. Segundo Lenira, não se avançou sobre pontos contraditórios desta lei pois esta luta havia deixado de ser uma prioridade da esquerda, que, portanto, não se mobilizou para isso.

Somente em 2007 Lenira ingressou com o pedido de indenização junto à Comissão de Anistia. Ela afirma que demorou muito para pedir por uma questão de consciência:

Por vaidade, foi muito difícil tomar esta decisão. Eu não dependo desses merdas para nada, fiz o que eu acho que eu devia fazer, não tenho que ficar esperando que alguém venha me pedir perdão pelo que eu passei. Eu sabia no que eu estava entrando, eu estava jogando a minha vida e esse era o meu argumento com o meu amigo e advogado. Até que o ele

conseguiu me convencer que eu tinha a obrigação de entrar com esse processo. Por que quando eu fui pegar os documentos todos de Abin como se eu fosse café com leite e estivesse atrás simplesmente de uma indenização, a sensação que eu tive ao menos era essa. Aí eu fiz um histórico de vida, briguei com eles, mandei o meu histórico de vida, não aceitei os documentos que eles mandaram, exigi outros, que eles fossem pesquisar, já que eu era bandida, terrorista, que fossem pesquisar a minha vida de forma correta. Isso demorou muito para ser resolvida a documentação que eu aceitava, de 2005 até 2009. Eu brigava por causa de documento: “eu não aceito esse documento, não corresponde à verdade”. Eu nunca fui pedir anistia pensando em querer ficar rica, nunca foi isso (p. 72).

O incômodo e a indignação ficam latentes no testemunho de Lenira. Assim como Raul, ela relata uma relutância em solicitar o pedido de Anistia e procura negar uma condição de vítima, reafirmando a consciência e a dignidade de sua militância. Ela afirma não depender “desses merdas” (p. 71) e que não tem que ficar esperando por pedidos de perdão. O incômodo também pode ser explicado no fato de que, durante a ditadura, Lenira foi presa, torturada e acusada de terrorismo; mas na democracia, para ser considerada merecedora de uma indenização, tinha o ônus de provar ao Estado que a torturou que naquele passado recente foi vítima de perseguição política. Para além de o ônus da vítima ter que provar sua própria condição e do rebaixamento da importância de sua militância, o maior incômodo parece estar na sensação de que estava reivindicando aquela condição somente pela indenização monetária. A vítima de humilhação dos porões da repressão sentia-se humilhada novamente em plena vigência de um regime democrático ao buscar uma reparação econômica da qual sabia ter direito, mas referente à qual sentia-se incomodada. Lenira enfatiza que não queria ficar rica, mas foi convencida pelo seu advogado de que tinha obrigação em entrar com o pedido. Talvez, num contexto de revisionismos, solicitar a anistia fosse uma forma de marcar uma posição política e disputar determinada memória sobre o passado.

Quando foi instada a fazer um balanço de sua trajetória, enfatiza a derrota de sua luta, mas nega arrependimento:

Eu me sinto envergonhada de ser torturada, porque significa que eu perdi uma luta que eu dediquei a minha vida. Eu perdi, mas eu faria tudo de novo hoje. Não me arrependo politicamente, dos caminhos que eu tracei. Continuo aceitando a luta armada? Continuo, como uma forma de se opor a tirania burguesa, isso para mim é básico. Acho que a gente deve procurar lutar para ter espaços maiores de organização dentro de uma democracia burguesa e aproveitar todos os espaços.

Acho que faz parte de um caminhar para quem acredita ainda no socialismo nesse país (p. 74).

Segundo ela, sua luta foi derrotada, pois o objetivo fundamental era o socialismo e a tortura sofrida era o símbolo desta derrota. Apesar disso, nega arrependimento e reafirma os princípios de sua militância - negar arrependimento e reafirmar o sentido daquele passado pode ser uma forma desta mulher, marcada pela tortura, como símbolo da derrota, afirmar-se dignamente no presente. Quando questionada se não houve uma vitória, pelo menos parcial, graças ao fim da ditadura, Lenira novamente afasta-se de qualquer memória vitoriosa e reafirma a derrota, tanto militar quanto política:

Não fomos nós que destruimos a ditadura, ela deixou de ser interessante para as classes dominantes, é muito claro isso. Nós não ameaçamos a ditadura, a classe dominante se achou ameaçada com aquele tipo de dominação. A ditadura no Brasil caiu quando a classe dominante não quis mais a ditadura. (...) Um país que aceita Stroessner como exilado político, como nós aceitamos até a morte dele, não pode se considerar uma democracia plena (p. 75).

Para Lenira, a luta armada não tem o seu quinhão de vitória sobre a ditadura, mas o fim do regime se fez à revelia de sua luta. Reafirma a condição de derrota militar e política de sua militância, pois a ditadura não teria sido propriamente derrotada, mas reconfigurada através de uma conciliação com a classe dominante. Essa perspectiva ressalta os limites da própria democracia, que, para ela, não poderia ser considerada uma democracia plena – o exemplo citado é o exílio concedido a Stroessner, ditador paraguaio exilado no Brasil de 1989 a 2006. Os desconfortos de Lenira com esta democracia incompleta se evidenciam ao longo do testemunho. Em muitos momentos, nega-se a responder ou detalhar certas experiências com afirmações como: “não acredito na democracia burguesa e como eu não acredito não vou falar hoje o que eu não falei no pau” (p. 22) – esta fala evidencia como aquele passado ainda mobiliza receio e temor no presente, como também demonstram Ariston e Raul. Ao mesmo tempo, ela relata incômodo ao encontrar, em Brasília, o senador Romeu Tuma, diretor geral do DOPS, enquanto ela esteve presa. Para ela, a presença de um ex-diretor de um centro de repressão da ditadura ocupando um importante cargo legislativo no regime democrático era mais uma manifestação de sua derrota política e das limitações da própria democracia. Sobre esses desconfortos, Lenira confessa um desejo:

Eu gostaria de ver o [Jarbas] Passarinho sendo julgado também, eu gostaria de ver também todos os ministros da guerra que estão vivos sendo julgados. Gostaria muito de ver o atual presidente do senado, o senhor Sarney, respondendo a um processo na Anistia. Nesse dia quem sabe eu me sentisse realizada. O Tuma também. Eu gostaria de assistir a esse julgamento. Acho que era uma forma de atemorizar para impedir que tortura se repita no Brasil, saber que tem um revertério. Mas acho hoje que a gente não tem fôlego político para conseguir isso (p. 74)

Lenira se afasta de qualquer celebração de vitória da resistência. Reafirma a derrota política e militar da luta armada e o final da ditadura como uma conciliação política que culminou com uma democracia sem plenitude, na qual, segundo ela, falta fôlego político para julgar os responsáveis por crimes e violações aos direitos humanos. Quando se propõe a analisar quais são os impasses e desafios desta democracia, ela afirma que as classes dominantes continuam tendo nas mãos os instrumentos de exceção, os quais podem ser mobilizados a qualquer momento para uma nova repressão. Para ela, essa exceção é, na verdade, uma regra que a redemocratização não conseguiu romper:

Não precisamos de acerto de contas [com o passado]. Precisamos derrubar toda a legislação vinda da ditadura, desde a ditadura de Getúlio, como as leis trabalhistas desse país, como as oriundas da segunda ditadura, isto tem que ser um projeto estratégico. Nós deixamos que as classes dominantes continuassem a ter em suas mãos todo o instrumental para amanhã ter uma nova repressão, nós não desmontamos esse instrumental político jurídico que as classes dominantes continuam tendo nesse país. Você tem a Constituição, pega lá na Constituição quantas leis não estão regulamentadas, só por aí você vê que nós fomos incapazes de lutar para que a Constituição seja de fato implementada nesse país, uma Constituição que poderia ser um avanço dentro dos moldes burgueses, mas ser um avanço (p. 69).

Lenira destaca que mesmo numa democracia burguesa, dentro de uma dinâmica de conciliação, havia espaço para avançar politicamente, como, por exemplo, enfrentar os crimes cometidos pela ditadura, como a tortura, ou garantir a efetivação de direitos previstos na Constituição de 1988. Mas, segundo ela, a esquerda, na qual se inclui, foi incapaz de se mobilizar e garantir esses avanços políticos – neste ponto, o testemunho de Lenira e Raul convergem. Ela afasta-se de qualquer celebração da vitória e destaca uma profunda derrota política e uma série de permanências da ditadura em uma democracia pactuada e incompleta.

Márcia Mafra, com seus 62 anos, gravou seu testemunho em 2009. À época, era assessora da Casa Civil do governo petista, então sobre controle da também ex-guerrilheira Dilma Rousseff, companheira de Márcia no presídio Tiradentes. Ela permaneceu presa de 1971 até 1974 e foi dentro da prisão que, segundo ela, “caíram na real” (p. 60) sobre o grau de isolamento e fragilidade política da militância clandestina, especialmente diante do regozijo de diferentes camadas sociais com os sucessos do “milagre econômico”. Esta avaliação pôde acontecer também porque era a primeira vez, desde 1968, que esses militantes tinham condições de se reunir e fazerem análises sobre a conjuntura coletivamente: naquele momento não havia isolamento, nem clandestinidade, nem fuga da repressão, pois eles já estavam encarcerados nas mãos da ditadura. Para ela, este espaço de debate e discussão trouxe à tona várias divergências sobre como reagir diante da derrota militar e do isolamento político, como também descreve Lenira.

Em seu testemunho, Márcia afirma que saiu da prisão e que sentiu um grande sofrimento no dia da saída, por causa dos fortes vínculos de afetos que criou com aquelas que ficavam. Sofrimento motivado também pelo medo da repressão e pelas dúvidas sobre como estruturar sua vida. Para tentar se adaptar à saída da prisão, ela buscou concluir os estudos e trabalhar como professora em uma escola. Mas elementos da repressão começaram a segui-la. Ela relata que tinha a sensação de que a perseguição não iria acabar nunca. Anos depois, em 1977, foi presa novamente indo para o trabalho, forçando-a a pedir demissão. Márcia relata uma difícil reinserção profissional - cita “listas negras” (p. 66) nas empresas, limitando as possibilidades de trabalho para os ex-presos políticos - e como, diante disso, virou uma “alma anônima” (p. 67), preferindo não falar sobre o seu passado de militância. Sobre essa experiência, ela afirma que passou muito tempo sem saber direito onde podia comentar e falar a respeito de sua trajetória política. Podemos perceber três aspectos: o medo do constante assédio do aparato repressivo mesmo após a presa política ter cumprido sua pena e estar em liberdade; a difícil reinserção, seja pela dificuldade de Márcia assimilar todo processo traumático e “voltar à normalidade”, seja pelas dificuldades e burocracias em retomar os estudos e ao emprego diante de uma perseguição continuada; e, por fim, a obrigação de manter um silêncio sobre a experiência traumática, pois não havia escuta social naquele momento – nem houve depois – para acolher àqueles violados pela repressão mantendo o silêncio sobre aquele passado.

Apesar dessas dificuldades, Márcia conseguiu pouco a pouco reestruturar sua vida e, quando se percebeu menos perseguida pela repressão, conseguiu reingressar na militância política, em um trabalho da periferia da zona leste. Ao final da década de 1970, segundo ela, começou uma série de movimentos, como a ebulição dos sindicatos, oposição sindical, Movimento Contra Carestia e as redes de apoio aos grevistas, que culminaram na formação do PT. Márcia afirma que, durante sua militância na periferia, ela e seu coletivo não se engajaram na Campanha da Anistia, uma vez que, para ela, aquela pauta não era algo que mobilizasse – “a discussão não chegou às bases, muito menos naqueles anos à juventude” (MAFRA, M., 2009, p. 67). Ela contrapõe o movimento pela Anistia às mobilizações e redes de solidariedade e cestas básicas aos grevistas de 1978/1979 – segundo ela, uma mobilização mais concreta para as periferias. Para Márcia, em uma leitura classista, a discussão da Anistia mobilizava menos as periferias do que as cestas básicas nas greves de trabalhadores. Além disso, já mais analisando que rememorando, ela destaca que a Anistia não foi feita às claras, mas foi projeto de numa reorganização da elite. Além disso, tenta explicar o pouco engajamento dos presos políticos na campanha:

[A campanha da Anistia] acho que não foi [distante] só pra mim. Eu conheço muito poucos ex-presos que participaram da Campanha da Anistia. Todo mundo acompanhava, mas muito pouca gente se envolveu de fato. Não sei se por não ver perspectiva, por estar muito recente tudo, por estarem se reconstruindo. Mas você vai ver, poucas pessoas dirão: ‘- Participei, estive, fiz, aconteci’. Foi uma coisa mais dos familiares e das pessoas próximas, mais de gente que se envolveu do que dos próprios envolvidos na questão diretamente (p. 72).

O testemunho de Márcia dialoga bem com os outros: com exceção de Lenira e Crimeia, que se enquadram na condição de familiares pois tinham parentes presos, todos os outros personagens analisados relatam pouco ou nenhum engajamento na campanha da Anistia. Márcia também procura explicar este não engajamento de três formas: ausência de perspectiva política, estar tudo muito recente e tentativa de reconstrução dos próprios sujeitos. Estas três explicações se articulam e constroem uma imagem: o ex-presos político, marcado pela violência da repressão, numa espécie de desorientação temporal-espacial após a saída da prisão, sem um lugar muito bem definido na sociedade nem uma posição clara acerca de como reestruturar sua vida depois das experiências traumáticas, teria se mantido distante da campanha da Anistia. Além disso, quando saíram da prisão, os ex-presos políticos não construíram uma organização política para manter

qualquer unidade e atuação conjunta – seja pela própria incerteza da conjuntura, por divergências que já brotavam durante a prisão ou pela violência da repressão que estraçalhou organizações e marcou profundamente os sujeitos.

Para Márcia, a Anistia visou mais os exilados que os presos políticos. Ao mesmo tempo, foi fruto de um temor dos grupos que se opunham ao regime, numa tentativa de garantir o mínimo de segurança jurídica, temendo um novo recrudescimento da repressão:

A anistia visava os exilados, [conta a] memória dos exilados. Os próprios exilados e presos políticos tiveram peso nisso também. Eu acho o seguinte: houve um peso de correlação de forças temeroso nesse momento. Se num momento anterior a oposição à ditadura não foi muito[temerosa], naquele momento [da anistia] foi demais. Temerosos no seguinte sentido: ‘- Bom, é melhor que tenha isso do que a gente ficar sem nenhuma segurança, qualquer coisa do tipo, entendeu? É o que pode ser feito agora, é o que dá’. Acho que foi essa simplificação (p. 70).

Seguindo o raciocínio de Márcia, se a memória da Anistia é predominantemente a memória dos exilados, também não haveria um espaço para os presos políticos, principalmente para os egressos da luta armada, muitos dos quais não foram contemplados pela Anistia, graças aos chamados “crimes de sangue”⁶³; se espaço houvesse, seria secundário e com ar de suspeição. Assim, a Anistia garantiria aos exilados recém chegados uma segurança jurídica e esses corroborariam com a memória da resistência democrática vitoriosa, mesmo que alguns militantes da luta armada permanecessem encarcerados. O preço dessa segurança jurídica era o silêncio sobre o passado e a adesão a uma conciliação imposta pelos militares. Quase que em contraposição à Campanha da Anistia, Márcia destaca seu engajamento no movimento das “Diretas Já”, anos mais tarde, pois “o simbolismo de não ter mais os militares era muito forte” (p. 71). Ela relata como a derrota do movimento a indignou:

As Diretas foram uma das experiências marcantes deste período. Eu nunca consegui me convencer de que um país que fizesse um movimento daquele tamanho e não mexesse uma folha de árvore no projeto da elite política brasileira, que já estava amarrado: a eleição ia ser indireta. Aquilo foi uma coisa grave em termos da memória política do país. Foi uma participação massiva, como nunca - que eu saiba - teve

⁶³ Pela Lei No 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979 “excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”.

outra do mesmo tamanho, plural em termos de regiões do país. Foi uma coisa que pegou e não mexeu uma folha de árvore (risos). Eles podem brigar entre eles até a morte, mas quando surge uma força que pode melar isso, eu estou falando do caso das Diretas, estou até falando do final dos anos sessenta, eles se unem fortemente, se recompõe fortemente, independente dos seus interesses aqui e acolá e acolá, e ganham. Nós temos figuras políticas nesse país que são figuras políticas nesse país há quarenta anos, com o mesmo peso e medida que tiveram em todos os momentos [...] se você olhar os interesses, desde regionais até particulares mesmo, são completamente diferentes, mas que se juntam nas horas onde há qualquer risco de quebra de alguma coisa (pp. 66-67).

Márcia destaca a capacidade de reorganização e conciliação das elites políticas impedindo que qualquer possibilidade de transformação se efetivasse e que este é um padrão político que se manifestou nas Diretas e no final dos anos 1970, ou sempre que existe, historicamente, qualquer possibilidade de ruptura da ordem econômica e social. Márcia começa a definir com clareza um sentido para sua memória: não houve vitória da resistência democrática e até mesmo um movimento de forte mobilização popular como as “Diretas Já” foi derrotado. Para ela, esta derrota era grave e simbólica na memória política do país. Assim como Lenira, Márcia enxerga que o final da ditadura foi fruto de uma reorganização e repactuação das elites visando justamente “melar” (p. 66) qualquer transição política plural com participação popular que ameaçasse “quebrar alguma coisa” (p. 68).

Apesar do seu desencanto, se engajou na construção do PT até pelo menos 1989, quando se afastou, porque, segundo ela, assim como Raul, “desacreditou”. Ao fazer um balanço final sobre sua trajetória política, afirma:

Eu prezo muito minha trajetória política. Acho que todas essas coisas me deixaram uma pessoa melhor do que eu poderia ter sido, eu podia ser uma grande babaca. Eu fiquei mais inteligente. Eu me vejo hoje como uma pessoa que é capaz de negociações inacreditáveis e, portanto, mais tolerante ao outro, à diversidade. Isso é fruto dessas experiências todas. Pra minha vida afetiva isso trouxe grandes ganhos: eu tenho grandes amigos saídos dessas diversas épocas, que eu mantenho por perto (p. 72).

Novamente, um ganho individual, em aprendizado e experiência, é destacado mesmo que em contraposição à derrota coletiva. Assim como Lúcia, Márcia destaca a manutenção de amizades egressas da militância: não mais unidos por uma organização

política e pública, mas por vínculos afetivos em laços de amizade, restritos a um universo privado. Sob uma perspectiva história, o seu balanço é negativo:

[Em relação à Comissão de Anistia] eu acho tudo muito louco, e aí imbrica com essa questão de punir ou não os torturadores. Tem uma esquizofrenia: um Estado que reconhece, na Comissão de Anistia e nas comissões estaduais, sua responsabilidade na perseguição, na tortura e na morte, e que de um outro lado diz: ‘- Não, não podemos punir, nunca houve, nunca aconteceu, foi irrestrito, foi pra ambos os lados’, tem uma coisa de louco. Tem um lado que reconhece o papel do Estado, mas daí depois fala: ‘-Não é bem assim’. E aí, quando entra nos atores da ação do Estado que está sendo então reconhecida, não tem ator. Eu antes de mais nada acho isso uma piração que não sei como é que está sendo tratada nesses fóruns todos que estão discutindo, mas, pra mim, é uma esquizofrenia. Não sei o que vai dar isso. E eu estou falando isso com uma certa distância até por que como eu não sei de que forma se construiu esse acordo lá atrás não sei que forças atuam aqui. Eu não considero que estejamos num regime plenamente democrático, estamos, mas não é uma coisa pronta e acabada, de vez em quando eu me assusto (pp. 70-71).

Márcia destaca a “piração” (p. 71) e a “esquizofrenia” (p. 70) do Estado brasileiro ao conceder Anistia e reconhecer perseguidos políticos, celebrando uma culpa coletiva, ao passo que não aponta a culpa individual, apurando e punindo os agentes do Estado responsáveis pelos crimes. Márcia concluiu de forma cética: como não conhece os acordos celebrados no passado para garantir a não punição dos torturadores, não consegue analisar que forças estariam atuando sobre essa questão naquele momento. Ao mesmo tempo que demonstra saber da existência de certos espaços e fóruns de discussões, afasta-se e alega certo desconhecimento. No momento da entrevista, Márcia estava engajada no Projeto Memórias Reveladas, um grande acervo documental do período da Ditadura institucionalizado pela Casa Civil da presidência da república em 2009 e implantado no Arquivo Nacional. Sobre sua relação com o Estado esquizofrênico brasileiro, Márcia afirma: “eu nunca fui de trabalhar em função pública e a única questão que eu me coloquei, e acho que é de se colocar mesmo, é a seguinte: se não nesse governo, em qual? Ponto” (p. 73). Márcia demonstra clareza das contradições, mas mesmo assim situa-se politicamente. Como quem se movimenta num labirinto perigoso de memórias em disputa, ela tensiona o maniqueísmo e de forma dialética caminha com consciência dos seus passos: apesar da esquizofrenia do Estado, entende aquele governo como uma possibilidade de avanços, mesmo que mínimos – distante do ideal, mas dentro do possível historicamente. Se distanciando de uma perspectiva de vitória da resistência democrática,

tal como Lenira, não considera que o Brasil vive uma democracia plena e ainda se assusta com certas permanências do passado no presente. Mais do que uma vitória, seu testemunho destaca que o final da ditadura foi fruto de uma conciliação e transição que impediram que a democracia expurgasse de si o passado de autoritarismo. Apesar disso, aquela ainda era uma batalha em disputa e ela permanecia, com todas as contradições possíveis, no front – mesmo que sem ilusões profundas e com clareza dos limites que a correlação de forças políticas impunha a suas lutas.

Criméia, aos 62 anos, gravou seu testemunho em 2008. Ela participou da Guerrilha do Araguaia e foi presa em São Paulo de 1972 a 1973, enquanto a guerrilha já era cercada pelo Exército. Estava grávida no momento da prisão e sua gravidez bem como seu filho recém-nascido foram utilizados pela repressão com instrumentos de tortura. Sem ter sua prisão legalizada, ela foi solta pelo Exército e procurou reestruturar a vida. Sua irmã e cunhado ainda estavam presos e Crimeia relata um medo constante de ser assassinada pela repressão. Ao mesmo tempo, procurou se articular politicamente e buscou contato com a Comissão de Justiça e Paz, organismo da Igreja que articulou familiares de presos políticos e cobrou da Ditadura o paradeiro de desaparecidos políticos. Diante do assédio ostensivo da repressão, com perseguições constantes, ela decidiu voltar a estudar em 1977, para se articular politicamente no movimento estudantil, que estava se reestruturando. Ela afirma que não “botava fé naquele movimento estudantil, mas fazia as coisas por necessidade, precisava participar, estava mais preocupada com a sobrevivência, em aparecer junto ao movimento” (ALMEIDA, C., 2008, p. 74). Vincular-se a uma coletividade e ser vista, era, para Crimeia, uma forma de proteger-se de um possível sequestro ou assassinato pelo aparato repressivo.

Crimeia foi se articulando em redes de apoio aos presos políticos, até porque sua irmã e cunhado permaneceram presos: essa rede reivindicava melhores condições dentro do presídio, vendia artesanatos dos presos para levantar fundos e articulava uma rede de informações e denúncias. Crimeia, assim como outros personagens analisados neste trabalho, relata dificuldade para reinserir-se profissionalmente por causa da interferência do aparato repressivo.

Neste cenário de rearticulação da vida e da militância, Criméia buscou reorganização seu partido, o PCdoB. Ela relata uma divergência política com José Genuíno, também ex-combatente no Araguaia e ex-preso político. Divergências que evidenciam os impasses políticos dos egressos da luta armada durante a transição política:

As divergências com o Genuíno é que ele propôs a criação de um partido, que eles seriam os dirigentes. Eu discordava, achava que já tinha um partido e que era preciso reorganizar esse partido, rearticular as pessoas. Daí para frente começaram as divergências políticas. Ele acabou participando da organização do PT; eu fiquei junto com o PC do B (p. 79)

Para Crimeia o objetivo de criar-se um novo partido não era nem tático nem estratégico, mas uma forma de ocupar a direção. Crimeia rejeita esta proposta e manteve-se no PCdoB, mas apesar da fidelidade partidária, no decorrer dos anos 1980, foi afastada do partido devido a divergências e disputas políticas. O relato tem tom de indignação e ressentimento, especialmente porque o partido, já inserido nas disputas da redemocratização, portanto pactário da nova ordem, não abraçou a bandeira de memória, verdade e justiça, recusando-se a tocar naquele passado e lutar pela investigação sobre as mortes e desaparecimentos de militantes:

Uma das minhas divergências é que eles não tratavam da questão dos desaparecidos, aliás, partido nenhum assumiu essa questão; mas o PC do B era o partido dos desaparecidos da guerrilha. Nessa época, ainda em 1982, que eram os dez anos do início da guerrilha, e como já tinha tido a Anistia, propusemos que se falasse da guerrilha. O PC do B concordou que fosse feito um livro, uma revista, que os familiares fizeram, e que o partido não contribuiu em nada, a não ser ficar com o dinheiro da venda das revistas [...] Agora, a editora do PC do B ficou com os direitos autorais, e até hoje já deve estar em sei lá qual edição, que eles fazem e alteram e retiram tudo que eles não gostaram na primeira edição (p. 80).

Segundo Criméia, o PCdoB, bem como a esquerda em geral, não abraçou a questão dos mortos e desaparecidos políticos. Até mesmo o livro em memória da Guerrilha do Araguaia foi realizado pelas famílias. Apesar disso, o partido teria censurado as edições posteriores e se apropriado dos ganhos, com direitos autorais. Desde esse momento, até o final do testemunho de Crimeia, esta oposição será evidente: os familiares dos mortos e desaparecidos e os partidos de esquerda que abandonaram esta luta. Para Criméia, depois da Lei de Anistia, teria ocorrido um esvaziamento do Comitê pró-Anistia e esta luta teria ficado restrita aos familiares – este ponto é bem ressaltado no testemunho de Márcia e Crimeia. Mas mesmos esses se dividiram, pois, segundo ela “houve uma dificuldade de atuar: os familiares dos desaparecidos da luta armada e da luta não armada, da luta urbana e da luta rural; começou a se fragmentar muito os movimentos, já naquela

época (p. 81). Esta fragmentação teria enfraquecido a luta, ao mesmo tempo em que, durante a transição política, a oposição à ditadura teria se afastado desta pauta:

Alguns setores já viam que a busca dos desaparecidos era cutucar a onça com vara curta. Os militares diziam que a gente era revanchista e os de esquerda diziam que era cutucar a onça com a vara curta, que podia retroceder o processo democrático que estava caminhando (p. 80).

Pelo relato de Crimeia, convergente com o testemunho de Márcia e Lenira, os familiares de mortos e desaparecidos ficaram desamparados pois, de um lado, eram acusados por militares de revanchismo, de outro, abandonados por setores da esquerda que, com receio de retrocesso na abertura política, abdicaram de prosseguir com aquela pauta. Neste ínterim, Crimeia relata também que disputas políticas internas no PCdoB a forçaram a se afastar do partido:

O pessoal vindo da AP, começa a me alijar de tudo do partido da seguinte forma: eu não podia ser nem da direção de uma base; porque eu tinha participado da guerrilha e ia deixar os companheiros muito inibidos, então eu não poderia ser da direção nem da mais baixa categoria, lá da base. Começaram a me criar uma série de problemas, que mais tarde eu fiquei sabendo. Eles diziam que eu não batia bem, que eu era louca, porque eu tinha passado muito mal na gravidez. Eu não fui expulsa do partido, fui afastada. Acredito que não expulsaram, porque eles sempre se vangloriaram de ser o partido da guerrilha do Araguaia e ficava meio estranho, porque nenhum dos sobreviventes da guerrilha pertencia mais a esse partido. [...] Esse processo de afastamento vai desde 1980, que eles vão me alijando; já disse a dificuldade de fazer a revista dos dez anos da guerrilha. Quando você tem uma formação de partido, fui militante desde os quinze anos, você acha que para fazer política, é necessário um partido. Hoje, para mim já é claro que pelo menos partidos do jeito que existem, não vão alterar em nada, porque eles só visam ganhar a eleição sem mudar o conteúdo do Estado, qualquer que seja a mudança. Mas naquela época, achava que estar dentro de um partido era fundamental, talvez por isso eu tenha levado tanto tempo para sair (p. 89).

Disputas políticas internas no PCdoB a alijaram da militância, até que se afastou de forma definitiva, no final da década de 1980. Desde aquele momento até a gravação da entrevista, Crimeia não militou em partidos políticos – até mesmo porque afirma que descreditou nestes como instrumentos de transformação política – mas tinha, na pauta da verdade e justiça para os mortos e desaparecidos políticos, sua bandeira de luta – mesmo que de forma mais individual e solitária. Sobre esse período, ela relata uma

série de disputas e de tensões com o Estado brasileiro, já redemocratizado, reivindicando o direito à verdade e à Justiça, especialmente para os mortos e desaparecidos do Araguaia. Mesmo com processos e vitórias no Judiciário, o testemunho destaca a morosidade, ineficiência e silêncio sobre aquele passado. Incitada pela entrevistadora, que, por sinal, era sua sobrinha, portanto, parte envolvida em muitas das disputas judiciais em questão, Criméia elabora um histórico sobre sua militância pelo esclarecimento do Estado acerca dos mortos e desaparecidos:

Na Comissão de Representação Externa do Congresso começou a tratar sobre a questão dos mortos e desaparecidos e a proposta era de uma indenização. Os nossos pedidos eram a verdade e a justiça; a proposta estava vindo de trás para frente, que era a indenização. Só poderia ser indenizado se fosse comprovado que o Estado era responsável pela morte; era preciso esclarecer os fatos, mas essa comissão discutiu muito a questão da indenização; foi bastante polêmica, foram várias discussões com os familiares. Vai de 1993 até 1995 essa discussão; e no fim de 1995 é feita a lei 9140, que a gente ainda tentou alterar alguns pontos no Congresso, mas o governo Fernando Henrique pediu urgência urgentíssima; então ela não foi debatida, e foi aprovada pela liderança; e ficou a lei do jeito que estava. A crítica maior que a gente tinha era com relação ao fato de que o Estado só ia buscar os desaparecidos se os familiares fornecessem indícios para o Estado procurar. E a gente achava um absurdo, porque se o Estado que tinha matado e escondido, tanto que assumia a indenização, era ele que devia dizer onde estava, e não os familiares. Foi criada essa comissão, pela lei (p. 84).

Criméia destrincha as contradições da Lei sobre os mortos e desaparecidos e como tal lei, de trás pra frente, primeiro indenizando, sem, contudo, oferecer verdade e justiça, desagradou as comissões de familiares e construiu aquilo que Márcia chamou de Estado esquizofrênico. Criméia afasta-se da ideia de vitória da resistência democrática. Sua forma de rememorar o passado é pautada pela sua luta política por verdade e justiça pelos dos mortos e desaparecidos, um crime cometido pela ditadura, mas não elaborado nem julgado pela democracia. Apesar das políticas indenizatórias, o silêncio sobre o passado parece interditar, para as vítimas daquelas violências, qualquer possibilidade de, literalmente, encontrar e enterrar os corpos dos desaparecidos e de se desvencilhar daquelas experiências, como um luto inconcluso.

Antes de fazermos qualquer balanço deste capítulo, é importante relembrarmos o contexto em que as entrevistas foram colhidas: com exceção de Alberto,

todos os demais personagens analisados concederam suas entrevistas entre 2008 e 2010, no auge da popularidade do governo Lula. O presente, naquele momento histórico, influenciou a forma de reler o passado. Além disso, quatro personagens têm vínculos diretos com o petismo: Lenira e Crimeia são assessoras em Ministérios, apesar de não serem filiadas, enquanto Ariston e Artur são filiados e também ocupam cargos na administração, o primeiro no INCRA e o segundo em assessoria parlamentar da ALESP.

Importante pontuarmos que a ideia de vitória sobre a ditadura é partilhada tanto pela memória liberal, que entende a luta armada como idealismo juvenil, quanto pela memória de esquerda que vê na luta armada uma expressão de resistência democrática. Há nesta memória hegemônica de “vitória sobre a ditadura” uma confluência entre dois pactários da mesma ordem política – em que pesem suas diferenças. Voltando aos testemunhos, percebemos que, em relação à memória hegemônica de vitória da resistência sobre a ditadura, não há consenso, mas diferentes perspectivas. Artur e Ariston são os que mais assimilam essa memória hegemônica e enxergam o passado ditatorial como vencido politicamente pela resistência, apesar da derrota nas armas. Artur o faz enquanto dirigente do PT e, portanto, pactário da moderação da nova república: não fala de punição aos torturadores nem revisão acerca do passado, mas, de uma forma conciliatória, defende o direito de as famílias saberem dos assassinatos e o paradeiro dos corpos. Se a hipótese de Napolitano (2019) sobre o passado ditatorial como um tabu social da nova república estiver correta, é possível falar que quando Artur destaca o caráter familiar e privado da questão dos mortos e desaparecidos, acaba limitando a questão a um círculo social restrito, reforçando o tabu. Por outro lado, para Artur a eleição de Lula seria a uma manifestação de vitória política tardia da luta armada. Ariston, por outro lado, apesar de assimilar o discurso da vitória e celebrar a democracia e a consolidação das instituições democráticas, escancara pelos silêncios traumas individuais que não podem ser ditos sob pena de retaliações – uma interdição a fala que reforça o silêncio e a internalização daquelas experiências. Apesar de celebrar a vitória da resistência democrática, seus silêncios evidenciam contradições, na própria forma como a democracia lida com este passado de autoritarismo, e permanências, do passado naquele presente.

O testemunho de Alberto é paradigmático pois, distante temporalmente dos restantes e, portanto, dos revisionismos históricos, é o que menos apresenta tensões. Alberto fala do passado como um período distante e aparentemente já resolvido. Suas

memórias, colhidas em 2002, parecem menos imersas em disputas e tensões. Naquele momento, a memória hegemônica de resistência vitoriosa parecia sólida e sem grandes ameaças. O passado parecia menos vivo naquele momento, mobilizando menos disputas e paixões. Ao mesmo tempo, sua adesão à memória hegemônica pode ser indicadora de como a ausência de um espaço social para as vítimas da ditadura bem como para suas memórias reforça o tabu e o silêncio.

Lúcia fez suas memórias, suas e de sua geração, objeto de reflexão e produção artística. Ela destaca sua dificuldade em falar de qualquer tipo de arrependimento e afirma que o melhor de sua geração havia sido sacrificado na ditadura. Este sacrifício pode ser literal, com mortes, ou simbólico, com as marcas de tortura. A negativa do arrependimento pode ser uma forma de respeitar a memória daqueles sacrificados – ela própria inclusa. Ela contrapõe essa geração sacrificada à ideia de que muitas características da ditadura permaneceram intactas e destaca a tortura como uma delas. O melhor de sua geração havia sido sacrificado, mas não venceram nem nas armas nem politicamente, como a permanência da tortura atesta. Lúcia afasta-se da memória de vitória da resistência. Foram sacrificados e derrotados e, ainda hoje, os que sobreviveram teriam o desafio de lutar para discutir aquele passado, como forma de, finalmente, encerrar o passado e pôr fim ao que restava da ditadura. Sem a reeducação de todos, aquele passado permaneceria presente.

Raul apresenta a memória mais crítica em relação à esquerda. Se vários testemunhos levantam a ideia de arrependimento, mas a rechaçam, ele responsabiliza a esquerda, especialmente seus dirigentes, não apenas pela derrota, mas pelo atraso no desenvolvimento político e social da população brasileira. Para ele, a luta armada recrudesceu a repressão e o autoritarismo da ditadura. Essa perspectiva também foi partilhada por setores liberais e pela esquerda ligada ao PCB, críticos não apenas da ditadura, mas também da luta armada. Contudo, diferentemente desses dois atores sociais, que elaboraram uma memória de vitória da resistência sobre a ditadura, para Raul, a luta armada foi derrotada nas armas e politicamente, atrasando o desenvolvimento da democracia e a melhoria da condição da população e o final da ditadura teria sido fruto de uma conciliação e não da vitória da resistência. Ao mesmo tempo e de forma contraditória ele afirma ter resquícios da tortura, mas nega-se a reconhecer isso. A negativa de reconhecer o trauma, mesmo admitindo seus sintomas, pode estar relacionada

à ausência de escuta social àqueles vitimados pela repressão, dificultando a elaboração daquelas experiências e reforçando o silêncio sobre aquele passado.

Lenira com bastante clareza reafirma a condição de derrota política da luta armada para o socialismo e contra a ditadura. Para ela, o final do regime está associado a um descontentamento das classes dominantes e que estas teriam parido uma democracia sem plenitude. Este é o mesmo raciocínio de Márcia, que também tem dúvida de estar num regime plenamente democrático e atribui o final da ditadura a uma reorganização das elites. Ambas ficaram presas no Presídio Tiradentes junto com a futura presidenta Dilma Rousseff e atuavam, no momento da entrevista, como assessoras em Ministérios, mas, apesar do vínculo com o governo petista, não mantinham filiação partidária e eram críticas da postura conciliatória das esquerdas. Esta é a mesma crítica de Crimeia. Para ela, a luta armada foi derrotada militarmente pela ditadura e o regime democrático não conseguiu assimilar aquela experiência passada, oferecendo indenizações, mas não verdade e justiça, reafirmando o Estado esquizofrênico descrito por Márcia. As tensões do testemunho de Crimeia revelam a dificuldade do regime democrático de fazer abrir aquele passado e cicatrizar as feridas.

Além disso, alguns pontos merecem nota: aqueles que se afastam da memória hegemônica, e também Ariston, destacam a dificuldade de reinserção social após a prisão, a ausência de uma organização dos presos políticos e o profundo incômodo e desconforto com o pedido de indenização à Comissão da Anistia.

Aderir à memória hegemônica de vitória da resistência democrática significa ver o passado como um tempo encerrado e o presente cheio de desafios novos que requerem novo engajamento e novas lutas, como conclama Artur – um tempo linear do progresso democrático, no qual a democracia se consolidaria com o passar do tempo, superando os resquícios autoritários. Nesta perspectiva, o tempo histórico caminharia linearmente para o progresso evolutivo, como uma lei histórica (LOWY, 2010). Walter Benjamin, criticando esta perspectiva linear e evolutiva do tempo, em sua tese de História nº VIII, com muita lucidez trata como o fascismo se beneficiava

Da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX "ainda" sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável (2012, P. 215)

Para Benjamin, romper com a perspectiva linear do tempo histórico era crucial para se compreender a realidade e, assim, combater os autoritarismos – que, para ele, não seriam resquícios do passado em vias de superação, mas partes constitutivas do tempo presente. Por outro lado, afastar-se desta memória hegemônica de vitória da resistência e destacar a derrota tanto militar quanto política, significa enxergar os traços do passado ditatorial no presente democrático e evidenciar as fragilidades desta democracia com uma série de permanências e silêncios, muitos dos quais sobre conivente emudecimento dos liberais e dos partidos de esquerda. Aqueles personagens que se afastam da memória hegemônica de vitória partilham uma perspectiva de que foram derrotados militarmente mas também politicamente, pois o final da ditadura devia-se menos à luta armada que a uma repactuação das elites. Esta redemocratizara o Brasil, mas também mantivera intactas certas estruturas, como a tortura, citada por Lúcia, as leis de exceção, citada por Lenira, a brutal desigualdade social, citada por Raul ou o silêncio sobre os mortos e desaparecidos, como ressalta Criméia. Esta perspectiva de que a redemocratização atuou menos como uma ruptura e mais como uma conciliação pactuada, garantindo transformações, mas também permanência, se aproxima do pensamento de Paulo Arantes. O filósofo, num artigo, com o provocativo título “1964 o ano que não terminou” (2010, pp. 2010-213), afirma:

O mundo começou a cair no Brasil em 1964 e continuou “caindo para sempre”, salvo para quem se iludiu enquanto despencava [...] assim, estendido até onde a vista alcança a fratura histórica na origem do novo tempo brasileiro, cuja unidade de medida viria a ser 1964, o verdadeiro ano que de fato não terminou. Um tempo morto, esse em que a Ditadura não acaba nunca de passar. O fato é que ainda não acusamos suficientemente o Golpe. Pelo menos não o acusamos na sua medida certa, a presença continuada de uma ruptura irreversível de época (...) pode-se dizer que os objetivos de guerra da Ditadura foram plenamente alcançados, diante do quê, entrou em recesso. A Abertura foi na verdade uma contenção continuada. Passado o transe da verdadeira transição para o novo tempo que foi o regime de 64, este saiu de cena, convertendo sua exceção em norma (...) Fato que a guerra acabou como assegura a lei celerada da anistia, ora não acabou nem nunca acabará, pois é preciso derrotar de novo e sempre o ressentimento histórico dos vencidos, para não mencionar ainda as demais figurações do inimigo, no limite, a própria nação, que precisa ser protegida contra si mesma. A guerra acabou, a guerra não acabou: tanto faz (...) Mas a guerra não acabou, de novo que se entenda: é preciso anular a vontade do inimigo de continuar na guerra, e anular até o seu colapso. Clausewitz *dixit*. Pois

bem: historicamente, Moderação é a senha de admissão ao círculo do poder real, cujo conservadorismo de nascença — progresso, modernização, etc, são melhoramentos inerentes, porém intermitentes, ao núcleo material do mando proprietário — exige provas irretorquíveis de confiabilidade absoluta dos que batem à sua porta. Assim, sempre que as elites de turno se reconciliam, uma lei não escrita espera dos pactários — na acepção política rosiana do termo — demonstrações inequívocas de convicções moderadas. Para que não haja dúvida do alcance deste pacto fundador, basta um olhar de relance para as patéticas contorções dos dois últimos presidentes do país. Aos eventuais sobreviventes de tendências contrárias à Moderação/Conciliação/Consolidação das Instituições etc, acena-se com o espectro do supracitado Aniquilamento, cuja eventualidade estratégica sempre paira no ar, que o digam a Guerra de Canudos e a Guerrilha do Araguaia. Ao longo de mais de três décadas de Contra-Revolução — é este o nome — no continente, perseguiu-se de fato um só objetivo: extinguir “o poder formativo da política enquanto dimensão primordial do encaminhamento das expectativas humanas”. Como falei em Contra-Revolução é preciso sustentar a nota. Começo por uma evocação. Até onde sei, uma das raras vozes na massa pragmático-progressista na ciência social uspiana a não se conformar com o fato consumado na transição pactuada com os vencedores, mas sobretudo a contrariar a ficção da democracia consolidada, foi a de Florestan Fernandes. Trinta anos depois do golpe, ainda teimava em dizer que a Ditadura, como constelação mais abrangente do bloco civil-militar que a sustentara, definitivamente não se dissolvera no Brasil ⁶⁴.

Para Arantes, a Ditadura foi vitoriosa: impôs o seu modelo político e econômico, controlou a transição política, (re)instaurou a moderação como prática política essencial e blindou-se de possíveis “revanchismos”. Vitoriosa em seus objetivos essenciais, pôde, então finalmente devolver o poder aos civis e voltar aos quartéis. O pacto — no sentido rosiano⁶⁵ - de conciliação estabeleceria um interdito sobre o passado e impor a moderação ao presente e futuro. Nas palavras de Safatle, também refletindo sobre “o que resta da ditadura?”, este pacto proporia “o esquecimento dos ‘excessos do passado’ como o preço doloroso pago para garantir a estabilidade democrática” (SAFATLE, 2010, p. 214). Para o filósofo, “esta seria a verdadeira causa do caráter deformado e bloqueado de nossa democracia. Assim como em Tebas, ela será o início de nossa ruína” (*ibidem*, p. 240-241). Como o passado ditatorial e fundamentalmente a

⁶⁴ O trecho que Arantes cita de Florestan é: “ditadura, como constelação social de um bloco histórico de estratos militares e civis, não se dissolveu. A ‘transição lenta, gradual e segura’ resguardou a composição graças à derrota do movimento das ‘diretas já’” (FERNANDES, F., 2016, p. 181).

⁶⁵ Arantes toma como referência o pacto fáustico em Guimarães Rosa. Em *Grande Sertão: Veredas*, Riobaldo é atormentado com a dúvida e presença do pacto com o demônio.

tortura tornavam-se um verdadeiro tabu social, portando não ditas nem elaboradas socialmente, mas preferencialmente silenciadas e esquecidas, poderiam a qualquer momento ser levantadas como ameaça de aniquilamento a todos aqueles que não se curvassem à moderação. Não bastaria ter derrotado militarmente a resistência, mas era fundamental aniquilar – para sempre - a vontade de resistir.

Com exceção do testemunho de Artur e Alberto, as demais memórias aqui analisadas, mesmo a de Ariston, frustram esse objetivo, pois, cada um à sua forma, tensiona esse silêncio social imposto e reivindica o direito de abrir as comportas daquele passado-presente traumático. Num contexto de revisionismos acerca da ditadura, percebemos a emergência de uma memória crítica à ditadura, mas igualmente crítica à conciliação política e ao silenciamento do o passado. Uma memória que se afasta da narrativa hegemônica de resistência vitoriosa e assume com clareza a derrota, como forma de denunciar as contradições da própria democracia, pois, sem a elaboração daquela experiência histórica e punição aos torturadores aquele passado permaneceria vivo no presente. Não por acaso, os militares e seus herdeiros políticos e ideológicos, sentindo-se ameaçados com o “revanchismo”, reagiriam a esse desrespeito ao pacto de silêncio com uma “memória neurótica” que reafirmava a mesma violência que queriam negar e silenciar. Para Napolitano (2019, p. 27):

Vale lembrar que a consciência da culpa do perpetrador e seus herdeiros também é impedida pela neurose obsessiva que repõe o passado recalcado: o inimigo ainda está vivo, e quer nos destruir, ele está em toda a parte, e representa a violação dos valores primordiais da “nossa” sociedade. (...) As narrativas neuróticas advindas dos tabus, longe de querer ser ouvidas, querem repor o silêncio sobre passados traumáticos, ou celebrar o triunfo do perpetrador. Portanto, não se trata, no limite, de uma outra história possível, de uma revisão ponderada sobre o que de fato aconteceu, mas de uma fala autoritária que mantém as supostas razões da guerra e da violência passadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O NÃO LUTO, O SILÊNCIO E A TORTURA COMO ESTRUTURA DA SOCIABILIDADE DO BRASIL

Buscamos neste trabalho analisar de que forma alguns personagens que assumiram protagonismo na oposição à ditadura, ingressando em organizações armadas e depois sendo presos e torturados pelo aparato repressivo, elaboraram suas memórias décadas depois daquelas experiências. Mais especificamente, procuramos analisar até que ponto esses personagens, ao elaborarem suas memórias, assimilaram as memórias sociais acerca daquelas experiências. Como procedimento metodológico, analisamos essas rememorações à luz de narrativas, hegemônicas ou disputando a hegemonia, fruto de conciliações e consensos: *idealismo juvenil* como motivação à militância; *resistência democrática*, como objetivo político; *resistência vitoriosa*, como resultado final da luta. O objetivo era analisar se esses personagens assimilaram essas memórias sociais e de que formas; ou, caso tenham se afastado desses discursos, que outras narrativas estabeleceram.

Elaborar a memória é estabelecer um sentido entre o passado e o presente. No caso dos personagens analisados, suas trajetórias individuais se articulam à própria história política do Brasil, pois, em dado momento, combateram uma ditadura e por ela foram militarmente derrotados. De forma semelhante, sua reinserção social foi paralela ao reestabelecimento do próprio regime democrático. Talvez, seja possível enxergar nos ex-presos políticos um paradigma acerca dos impasses do regime pós ditadura militar.

Importante destacar: as trajetórias políticas dos sujeitos analisados bem como suas rememorações foram feitas em determinadas condições histórico-sociais. Se o mito liberal do indivíduo proprietário de si, escolhendo livremente seus caminhos, já é falacioso, pois desconsidera uma série de condicionantes que estruturam ou direcionam a vida, que dirá num contexto de autoritarismo, repressão e tortura. Os personagens analisados, dentro de suas possibilidades, buscaram caminhos que lhes fossem viáveis e coerentes. Suas trajetórias foram marcadas por escolhas difíceis e muitas vezes contraditórias, como é próprio da experiência humana. Novamente, é necessário pontuar: ao analisarmos esses caminhos e contradições, não buscamos julgar ou criticar escolhas

e experiências individuais, mas compreender o contexto histórico que direcionou e possibilitou tais decisões e como a memória elaborou esses percursos.

A perspectiva da militância como idealismo juvenil é assimilada por Artur, Ariston, Alberto, Lúcia e Raul. Por outro lado, dela se afastam Márcia, Lenira e Crimeia. Enquanto os primeiros sugerem o ingresso na militância como um arroubo da juventude, as últimas procuram destacar uma consciência nas escolhas, apesar da pouca idade. A luta armada como manifestação da resistência democrática é partilhada por Artur, Ariston, Alberto e Crimeia: mesmo citando a revolução socialista como ideia genérica, destacam a predominância da resistência à ditadura como objetivo da luta armada. Já Lúcia, Raul, Márcia e Lenira, apesar dos diferentes nuances, rechaçam essa ideia e apresentam a revolução socialista como horizonte político. Por fim, a perspectiva de vitória política sobre a ditadura, apesar da derrota militar, é partilhada por Artur, Ariston e Alberto e rechaçada pelos demais.

Foi necessário interpretar e buscar algum sentido nesta análise. Primeiramente, parece óbvio, mas válido destacar: não há consenso entre os personagens analisados sobre sentido daquelas experiências passadas. Isso deve-se, dentre outras razões, à ausência de uma articulação entre os ex-presos políticos após a prisão, impedindo a elaboração de uma memória coletiva, mesmo que marginal, acerca daquelas experiências; de modo geral, cada um buscou reestruturar sua própria vida e não mantiveram os vínculos de militância pré-prisão. Quando libertos, alguns, como Lúcia e Márcia, mantiveram laços de amizade com antigos companheiros políticos, mas sem qualquer organização política que visasse construir e disputar determinada memória acerca do passado. As razões são várias: havia divergências políticas entre os ex-presos; traumas advindos da tortura; necessidade e dificuldade de reinserção profissional e reestruturação da vida; assédio do aparato repressivo; ingresso em novas organizações políticas, com novas bandeiras. Outra possível explicação para essa heterogeneidade de memórias é o fato de as gravações das entrevistas terem se dado num contexto de revisionismos, polarizações e tensões acerca desta memória, reforçando ainda mais a diversidade de perspectivas. O caso de Alberto é uma interessante exceção: sua rememoração, distante temporalmente das demais, e, portanto, dos revisionismos, apresenta menos tensões e conflitos que as outras. Assimila a memória hegemônica de idealismo juvenil e de vitória da resistência sobre a ditadura sem grandes divergências ou contradições.

Interessante pensarmos como até mesmo aqueles críticos à memória de vitória sobre a ditadura assimilaram a memória de idealismo juvenil. Com exceção de Lenira e Criméia, que afirmam a consciência de suas escolhas políticas, e de Márcia, que se equilibra entre idealismo e consciência, todos os demais testemunhos atribuem o início da militância a um impulso juvenil. De certa forma, esta memória de viés liberal, elaborada desde o final da década de 1970, se hegemonizou, tornou-se um senso comum e ofereceu certo acolhimento simbólico aos ex-militantes e significado àquela experiência: teriam se equivocado nos caminhos, apesar das boas intenções. Ao mesmo tempo, a indústria cultural, que muito se apropriou mercadologicamente daquela rebeldia, reforçou - e ainda reforça - esse senso comum. Se apropriou da rebeldia juvenil ao passo que retirou a radicalidade daquela experiência: o que era expressão política de uma coletividade foi convertido em comportamento individual⁶⁶. Por outro lado, enxergar o início da militância como fruto de idealismo juvenil, pode ser uma forma de exaltar a virtude, pelo idealismo, e se isentar dos erros cometidos, pela pouca idade. Mas, também, culpabilizar o ímpeto da juventude pelas experiências traumáticas pode amenizar a indignação e revolta desses sujeitos diante da derrota política e da não punição aos torturadores. Esses sujeitos foram derrotados e torturados e, apesar do fim da ditadura, não houve punição aos responsáveis, fortalecendo um sentimento de indignação e injustiça. A ideia de idealismo juvenil, de certa forma, co-responsabiliza um “eu” já não existente, pois a ingenuidade juvenil fora superada, pela maturidade forçada, ao passo que ameniza a revolta e indignação diante da não responsabilização dos responsáveis pelas violências. Assimilar o idealismo juvenil parece ser uma tentativa de reconciliação com o passado, evitando um arrependimento que poderia fragilizar e desestruturar o sujeito que rememora, décadas depois.

Além disso, temos em Artur e Lenira, dois exemplos paradigmáticos: enquanto Artur assimila as memórias sociais de idealismo juvenil, resistência democrática e vitória sobre a ditadura, Lenira rejeita estas perspectivas e constrói uma memória do passado ressaltando a consciência política desde o início da militância, a

⁶⁶ Raymond Williams (2011) analisa como as classes dominantes, especialmente por meio da indústria cultural, identificam manifestações potencialmente revolucionárias e se apropriam delas, legitimando-as, mas distensionando-as e transformando-as em mercadorias. No nosso contexto, a rebeldia seria aceita dentro da ordem desde que estivesse restrita a padrões de consumo e comportamento, por exemplo. A figura dos “anos rebeldes” consolidou um novo e potencial mercado consumidor, ao passo que a rebeldia se restringiu a espaços socialmente mais aceitos como a arte e o comportamento individual em detrimento do campo político.

revolução socialista como objetivo da sua luta e a derrota militar e política de seus projetos revolucionários. Apesar das singularidades, os testemunhos de Márcia, Lúcia, Raul e Criméia se aproximam do de Lenira: enfatizam a derrota militar e política para a ditadura e uma série de permanências desta no regime democrático, contrastando com o entusiasmo de Artur e Ariston, com o governo petista. O testemunho de Ariston também é bastante singular: apesar de assimilar o discurso hegemônico, sua rememoração é marcada por silêncios, pela voz embargada e por lágrimas. Parece assimilar o discurso hegemônico como uma bonita roupa que cobre a pele marcada de feridas do passado ainda abertas.

Antes de mais nada, é necessário pontuar um elemento estruturante, mas tangenciado até aqui: entre aqueles jovens da década de 1960 e os senhores e senhoras que rememoram suas trajetórias, houve a experiência da tortura, que ocupa um lugar central nos testemunhos. Como destacam todos os sujeitos aqui analisados, bem como a historiografia, a tortura, longe de exceção, constituiu-se num *modus operandi* da ditadura, com estrutura sistematizada, conhecimento técnico, equipes especializadas, instrumentação tecnológica. Esta prática não visava somente obter informações, mas fragilizar e humilhar os militantes, introjetando medo e culpa, num violento processo de desumanização (ARANTES, M. 1999; ARANTES, M. e FERRAZ, F., 2016). As torturas não eram só físicas, mas também psicológicas e sexuais e deixaram sequelas de diferentes naturezas nessas pessoas. É necessário apontar que a tortura foi uma experiência de tal modo violenta que, nos testemunhos, muitos dos personagens têm dificuldades de relembrar, relatar e até mesmo explicar. Um trauma, como uma lacuna, um vazio, um não dito. Diferentes estudiosos da literatura de testemunho, analisam justamente a impossibilidade da transmissibilidade da experiência traumática (SELIGMANN-SILVA, M., 2003 e 2008). Optamos por não nos aprofundarmos nesta temática pois transcenderia a proposta deste trabalho. Mas a redemocratização, fruto de uma conciliação, reforçou o silêncio acerca de passado e dificultou a elaboração daquelas experiências. Nossos personagens foram marcados por experiências indizíveis, fruto de uma brutal repressão sobre suas militâncias políticas, e, após a tortura e encarceramento, não tiveram um acolhimento nem uma escuta social para suas experiências. Um trauma silenciado, não elaborado, latente e permanente.

Apesar das diferentes formas de se elaborar o passado, existe um ponto a todas: o silêncio imposto, dificultando ou impedindo a elaboração do passado de

autoritarismo. Com diferentes trajetórias, esses personagens engajaram-se contra um regime ditatorial, instaurado por um golpe. Militaram em diferentes organizações armadas, mas foram presos e derrotados. Tiveram seus corpos dilacerados pela tortura e foram violados pelo regime de exceção. Mas, quando saíram da prisão, não havia a eles um lugar bem definido nem uma escuta social capaz de ouvir suas experiências traumáticas. O silêncio sobre o passado, consolidado na lei de Anistia, imposto pelos militares e, em nome de uma conciliação sem revanchismo, acatado pela oposição ao regime, formada por liberais progressistas e esquerda moderada, jogou os ex-presos políticos numa espécie de limbo, de não-lugar: jovens idealistas mas potencialmente autoritários, militantes da luta armada (revolucionários para seus, terroristas para o regime), quebrados pela experiência da tortura, saíram da cadeia como cidadãos suspeitos pelo seu passado subversivo – nem heróis, afinal derrotados; nem vítimas, afinal exigir punição aos torturadores seria revanchismo, portanto, condenável. A própria sociedade, animada com a volta dos exilados e com promessas de abertura política, tinha como prioridade celebrar a abertura e pensar o futuro ao invés de tocar nas feridas do passado – além disso, pairava o temor de um retrocesso político diante de um possível “revanchismo”. Aos ex-presos políticos o desafio de prosseguir suas vidas com as marcas da tortura e com um trauma não elaborado – um manto de silêncio imposto fechava os ouvidos de todos as suas experiências traumáticas.

Este silêncio imposto, verdadeiro tabu social, não foi explícito em proibições nem em normativas, mas funcionou como que um acordo tácito entre militares e a oposição. Uma proibição silente, mas que paira no ar e que não podemos enxergá-la senão, justamente, no que não é dito. A lei de Anistia encaminhou o auto perdão aos torturadores e o silêncio acerca do passado como marcas da redemocratização. A ausência de prioridade política dos partidos de oposição pela punição de torturadores também é reveladora. Ao mesmo tempo, à qualquer tentativa de se investigar o passado, os militares reagem de forma veemente, sob acusação de revanchismo, ou seja, uma ameaça velada caso o silêncio seja violado.

Diante desses silêncios impostos, vemos dois encaminhamentos distintos por parte dos ex-presos políticos, duas tentativas de reestruturação de vida: aqueles que, para manter uma militância política, acataram o silêncio imposto, tornaram-se pactários da moderação e aceitaram construir o futuro sobre as novas regras – reforçando, mesmo que involuntariamente, o tabu sobre o passado, silenciando-se sobre os seus próprios traumas.

O testemunho de Artur é paradigmático neste sentido. Por outro lado, houve aqueles que optaram por não manter trajetória política e, portanto, tinham plena liberdade para publicizar seu passado e seus traumas, contudo, não havia escuta social para suas experiências traumáticas. Poderiam falar, mas ninguém os escutaria. Em ambos os casos, o passado traumático parece interditado pelo silêncio.

Artur, que após a prisão ingressou e fez carreira política no PT, entrou na disputa política dentro da conciliação pactuada: na nova república as lutas e pautas seriam outras e, como pactário daquela ordem, o silêncio sobre o passado não poderia ser mexido. Para ele, esta foi uma escolha pragmática como forma de manter a luta de sua juventude, ainda que sobre novas regras. Para disputar o poder após a ditadura, precisou ser pactário do silêncio sobre aquele passado. Ariston, no momento da entrevista, também filiado ao PT, elabora suas memórias de forma muito semelhante a de Artur e também crê fazer parte da resistência democrática vitoriosa. Contudo, apesar de aderir a esta narrativa, as experiências traumáticas parecem tensionar seu testemunho. Ele adere o silêncio, mas, em vários momentos, apesar do silenciamento forçado e incômodo, as memórias parecem emergir e quase se manifestar em fala. Vestiu-se com o manto do silêncio, mas as feridas da tortura e dos traumas ainda parecem latentes.

Artur adere a memória hegemônica e ressalta o caráter eminentemente privado da averiguação das mortes pela ditadura. Ao mesmo tempo em que demonstra ter clareza das contradições, assume uma postura pragmática e defende que aquele era um preço necessário a ser pago para que o governo petista garantisse transformações sociais que beneficiavam grande parte da população – em suas palavras “a precedência do coletivo” (SCAVONE, 2008, p. 40). Como se a conjuntura política obrigasse as forças progressistas a não tocar nas feridas do passado como forma de viabilizar transformações dentro da ordem. O testemunho de Ariston partilha da mesma perspectiva que Artur, mas, por outro lado, escancara as tensões e contradições dessas escolhas políticas para o sujeito.

Por outro lado, os testemunhos que majoritariamente se afastaram da memória hegemônica apresentaram-se céticos e críticos em relação aos limites da democracia brasileira dar conta das permanências da ditadura que seriam várias: para Lúcia, a tortura; para Raul, a desigualdade; para Criméia, o silêncio em relação aos mortos e desaparecidos; para Márcia, parte de uma elite política egressa da ditadura; para Lenira, uma legislação de exceção que permanece. Uma memória crítica à perspectiva de

resistência democrática vitoriosa, apontando elementos de permanência da ditadura no regime democrático: mais uma conciliação e reorganização que propriamente uma ruptura. Mas, esta outra memória, que buscaria afirmar a condição de derrota como forma de denúncia aos vencedores, apesar de ser livre para se expressar, não tem ouvidos dispostos à escuta e nem consegue superar a barreira do silêncio imposto pela ditadura. Uma memória marginal sempre posta em suspeição, acusada de revanchismo, permanece restrita a determinado círculo de amigos e familiares – ou no máximo a produções culturais limitadas a um nicho específico de mercado, como os filmes de Lúcia. Sem conseguir romper com o manto de silêncio e conciliação da memória hegemônica, estariam presos àquela memória marginal.

O lugar que os personagens analisados ocupam e as disputas políticas do presente influenciam a forma que leem o passado. Mas ambas as perspectivas têm uma semelhança: tanto a adesão à memória hegemônica de vitória sobre a ditadura (via idealismo juvenil ou resistência democrática) quanto sua negação evidenciam um não-lugar para a memória daquela experiência traumática. Aqueles que abraçaram a memória hegemônica buscaram lidar com o trauma negando-o, silenciando-o e ressignificando a derrota como vitória. Por outro lado, aqueles que conseguem publicizar aquele passado traumático, tampouco têm uma escuta social capaz de promover verdade e justiça e, assim, encerrar aquela experiência. Entre o trauma da ditadura e os tabus, silêncios impostos que interditam a elaboração do trauma, os presos políticos encontram-se em um não lugar, que na verdade, é uma espécie de limbo, um espaço de silêncio e esquecimento, como que emparedados por um passado que não passa e por um futuro que não chega.

Apesar das diferentes elaborações, aderindo ou se afastando da memória hegemônica, ambas têm um ponto de convergência: a manutenção do silêncio e de um interdito acerca do passado dificultando a elaboração daquelas experiências. Contudo, o silêncio imposto a um passado traumático não afeta exclusivamente os militantes da luta armada, mas se espalha para toda a sociedade brasileira. O interdito sobre o passado, se impede, individualmente, uma elaboração desses sujeitos, como um luto não realizado, também afeta toda a sociedade brasileira que, ainda presa a esse silêncio imposto, convive com práticas autoritárias, que se alastram, sem conseguir expurgá-las. Até mesmo, porque muitos as consideram legítimas ou como exceções em vias de superação, como se o tempo corresse naturalmente em direção à liberdade e à democracia.

A ascensão ao poder, em 1964, de um saudosista da ditadura e entusiasta de torturadores só nos evidencia a fragilidade da crença de que a democracia se consolidaria de forma progressiva e naturalmente se aperfeiçoaria e erradicaria o autoritarismo, mesmo sem encarar de frente as permanências da ditadura. Como afirma Adorno, no seu clássico artigo, intitulado “o que significa elaborar o passado” (2010, p. 50), este só estaria plenamente elaborado no instante em que estivessem eliminadas as causas do que se passou. O silêncio sobre o passado imposto ao presente, especialmente acerca da tortura, dificulta a elaboração daqueles que viveram experiências traumáticas durante a ditadura. Mas, longe de ser um assunto privado, parece que a lógica de extermínio da ditadura, foi espalhada, na nova república a todo aquele que não está plenamente inserido à ordem econômica e social. O aparato repressivo que, na ditadura, exterminou quem considerava subversivo, hoje, na democracia, pode exterminar todo aquele considerado, pelos próprios agentes, como criminoso. Em um regime formalmente democrático, operações policiais, sob justificativa de conter a criminalidade e trazer segurança, executam cidadãos brasileiros diariamente enquanto recebem aplausos em rede nacional de rádio e televisão. A não punição aos torturadores e o silêncio imposto sobre as práticas da tortura não erradicaram estas e outras práticas autoritárias, mas sem dúvida, dificultaram um amplo debate social, favorecendo sua permanência nos mesmos porões e prisões até hoje.

A ditadura não criou esta lógica de extermínio no Brasil – apesar de tê-la aperfeiçoado e modernizado. A novidade foi, sem dúvida, a matabilidade de corpos oriundos de estratos médios da sociedade, distintos daqueles corpos, pretos e periféricos, historicamente vítimas do arbítrio e da violência. Talvez, a violência aos presos políticos da ditadura e a consequente comoção e a publicização dessas violências nos iluminem outras violências obliteradas que não receberam a mesma sensibilização e atenção. Talvez, o trauma da violência e o silêncio imposto que impede sua elaboração, analisados acerca dos presos políticos da ditadura militar, sejam um exemplo nítido e paradigmático de um contexto histórico mais amplo e constituam traços da sociabilidade brasileira, marcada pela violência e pelo silêncio sobre o passado como sustentáculo dessa violência. Exatamente 4 anos depois de promulgada a Constituição, intitulada de Cidadã pelos seus redatores, 111 cidadãos brasileiros, também aprisionados, foram executados pela segurança pública militarizada do Estado de São Paulo, no massacre do Carandiru⁶⁷.

⁶⁷ Para uma perspectiva sensível sobre o massacre do Carandiru, ouvir: RACIONAIS MC's. Diário de um detento. Sobrevivendo no Inferno. São Paulo: Cosa Nostra: 1997. LP. Após quase 30 anos do massacre,

Talvez haja uma íntima relação entre os mortos da ditadura e outros presos, igualmente mortos pelo Estado. Acauam de Oliveira (2018), analisando o álbum *Sobrevivendo no Inferno*, enxerga no preso um paradigma do Brasil:

Um dos fundamentos do modelo brasileiro de organização social é a generalização da violência contra a periferia [...] Trata-se, enfim, de reconhecer no massacre do Carandiru a verdade maior do Estado brasileiro (assim como os pensadores frankfurtianos reconheciam em Auschwitz um laboratório para todo o projeto de civilização do Ocidente) e criar meios necessários para evitar sua repetição (p. 36)

A repressão aos militantes da luta armada seria, dentro desta perspectiva, uma exceção dentro dessa violência generalizada, pois, espalhou-se para fora das periferias. Dentro desta lógica, haveria, historicamente no Brasil, um confronto permanente, desigual e assimétrico⁶⁸. Segundo Acauam de Oliveira, a “verdade do Estado brasileiro” garantiria uma ordem social pautada na violência e se manifestaria de três formas: exterminando os presos, aqueles não alinhados à ordem e à moderação; amedrontando aqueles que, por um momento, cogitaram não se alinhar; conciliando e assimilando aqueles que se submetessem à ordem. Esta matabilidade só pode existir sobre um silêncio social que, ao não condenar o arbítrio, acaba por legitimá-lo. Ao mesmo tempo, a não punição da violência, permanece amedrontando e impedindo a elaboração das experiências traumáticas de violência.

A dificuldade de se elaborar o passado faz com que, em plena vigência do regime democrático, em frente ao Memorial da Resistência, antigo DEOPS-SP, símbolo construído da resistência contra o poder autoritário, as forças policiais continuem violentando cidadãos brasileiros, dependentes químicos e pessoas em situação de vulnerabilidade social já privados de seus direitos mais básicos⁶⁹. Se a redemocratização restaurou o voto direto e protegeu as camadas médias de práticas seculares no Brasil como a tortura, o mesmo não se estende às populações pobres das periferias. Esses continuam sofrendo as consequências da concentração de renda e da favelização, subprodutos da modernização conservadora do “milagre econômico” da ditadura (NAPOLITANO, 2014,

nenhum agente de segurança ou político foi responsabilizado – assim como os torturadores da ditadura militar.

⁶⁸ Nas palavras da liderança indígena Ailton Krenak, uma o Brasil viveria em uma “guerra permanente” (2018)

⁶⁹ São repetidas as notícias de operações policiais agredindo dependentes químicos em situação de vulnerabilidade social. Dentre tantas, podemos citar: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/01/16/video-mostra-policiais-militares-agredindo-homem-durante-acao-na-cracolandia.ghtml>. Acesso em 10.07.2020

PP. 168-169) e ainda sofrem cotidianamente com o abuso policial, com prisões ilegais, sequestros, desaparecimentos, assassinatos e torturas – agora dirigidas contra aqueles corpos historicamente vitimados por essas violências, a saber pretos e pobres. Estabelecendo uma conexão entre o golpe de 1964 e o Brasil contemporâneo, com suas múltiplas mazelas e violências, Paulo Arantes (2010) afirma:

Um primeiro regime de violência foi assim acionado num momento crucial da guerra contra a organização da “pessoas comuns” (...) O resto, que é simplesmente tudo, é a gestão punitiva e social-compensatória de uma sociedade de mercado condenada pelo desassalariamento sistêmico a emitir sinais alarmantes de convulsão social possível, o quanto basta para acionar poderes econômicos de emergência, fechando-se o círculo vicioso do controle. O golpe abriu e fechou esse círculo, que hoje continua a rodar [...] um regime jurídico-político caracterizado pela ampla latitude liberal-constitucional em que se movem as classes confortáveis, por um lado, enquanto sua face voltada para a ralé que o recuo da maré ditatorial deixou na praia da ordem econômica que ela destravou de vez, se distingue pela intensificação de um tratamento paternalista-punitivo. “Continuismo ditatorial” que restou da exceção da transição gerou igualmente um Estado bifronte, de “direito” para os integrados e penal-assistencial para a “ralé”. (...) Até quando democracias sem cidadania plena para a massa pulverizada das não-elites? O que vem a ser “um Estado de Direito que pune preferencialmente os pobres e os marginalizados”? Na gramática dos Direitos Humanos, como se costuma dizer, só pode ser erro de sintaxe (pp. 233-234).

A dificuldade de superar o silêncio imposto na redemocratização ainda possibilita que autodenominados “cidadãos de bem” defendam execuções extra judiciais em nome da manutenção da ordem. Enquanto não formos capazes de superar este tabu histórico - e tantos outros - e discutirmos exaustivamente o que foi a ditadura e suas violações aos direitos humanos, punindo os responsáveis, permaneceremos presos a um presente-passado de traumas sem possibilidade de elaboração.

REFERÊNCIAS

- ADORNO. T.W. *Que significa elaborar o passado*. In: _____. Educação e Emancipação. Tradução para o português de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010, pp. 29-50.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção : Homo sacer, II*, 1. 2. ed. rev. São Paulo, Boitempo, 2011.
- ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *Pacto re-velado : psicanálise e clandestinidade política*. 2.ed. São Paulo, Escuta, 1999.
- ARANTES, Maria Auxiliadora. *Tortura: testemunhos de um crime demasiadamente humano*. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais.PUC-SP, São Paulo.
- ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha e FERRAZ, Flávio Carvalho. *Ditadura Civil-Militar no Brasil - o que a psicanálise tem a dizer*. 2.ed. São Paulo, Escuta, 2016.
- ARANTES, Paulo. 1964: o ano que não terminou. IN: Teles, Edson (org). Safatle, Vladimir Pinheiro (org). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2010.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Memória e debate sobre a luta armada no Brasil e na Argentina. IN: QUADRAT, Samantha Viz (org). ROLLEMBERG, Denise (org). *História e memória das ditaduras do século XX – vol. II*. Rio de Janeiro, FGV, 2015. p. 260.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense, 2012.
- CANDIDO, Antonio. Radicalismos. *Estud. Avançados.*, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 4-18, abr. 1990.
- CARONE, Marilene; *FREUD, Sigmund. 1985: luto e melancolia*. 2016.
- CODATO, Adriano Nervo. *O GOLPE DE 1964 E O REGIME DE 1968: ASPECTOS CONJUNTURAIS E VARIÁVEIS HISTÓRICAS*. História: Questões & Debates, [S.l.], v. 40, 2004.
- DELLAMORE, Carolina (org). AMATO, Gabriel (org). BATISTA, Natália (org). Introdução: por uma história social das memórias da ditadura. IN: Dellamore, Carolina (org). Amato, Gabriel (org). Batista, Natália (org). *A ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. São Paulo, Letra e Voz, 2017. P. 20.
- FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

- FERNANDES, Florestan. O significado da ditadura militar. Toledo, Caio Navarro de (org). *1964 : visões críticas do golpe : democracia e reformas no populismo*. 2. ed.. Campinas, Editora da Unicamp, 2016.
- FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.
- FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA - *União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo – ULDP*, 1972.
- FREUD, Sigmund. *Cinco lições de psicanálise*. In: Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, XI. Imago, 1910.
- FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. Editora Cosac Naify, 2014.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo, Perspectiva, 2007.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. volume 1. Coleção As Ilusões Armadas. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5a. ed. São Paulo, SP, Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- HERCULES 56*. Direção de Sílvio Da-Rin. Rio de Janeiro: Rio Filmes, 2007. (94 min)
- HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. 6. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2008.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015
- IGREJA CATOLICA. Arquidiocese De Sao Paulo.. Projeto Brasil Nunca Mais. Sao Paulo, Arquidiocese, 1985
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KRENARK, Ailton. IN: *As Guerras da Conquista. Guerras do Brasil.doc*. Direção: BOLOGNESI, Luiz. Buriti Filmes. 2018.
- LOWY, Michael. *A filosofia da história de Walter Benjamin*. Estud. avançados, São Paulo , v. 16, n. 45, p. 199-206. 2002.
- LÖWY, Michael. Cristianismo da Libertação e Marxismo: de 1960 a nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil: Partidos e Movimentos após 1960*. Campinas: Unicamp, 2014. Cap. 9. p 412-414.
- MATOS, Olgária Chain Féres. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 1998.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo, Loyola, 2005.

- MEIHY & HOLANDA, *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- MOTTA, André; OTÁVIO, Chico e LAMENGO, Cláudia. *Resistência democrática, dogma que desaba*. O GLOBO, Rio de Janeiro, 29/03/2004.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. *Os historiadores na 'batalha da memória': resistência e transição democrática no Brasil*. In: Samanta Viz Quadrat; Denise Rollemberg. (Org.). *História e Memória das Ditaduras do século XX* (Volume 1). Rio de Janeiro: Editora FVG, 2015a.
- NAPOLITANO, Marcos. *Recordar é viver: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro*. Antíteses. V. 8. N 15. 2015b. 09 – 44.
- NAPOLITANO, MARCOS. *A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985)*. ESTUDOS IBERO-AMERICANOS (PUCRS. IMPRESSO), v. 43, p. 346-366, 2017.
- NAPOLITANO, M.. *Aporias de uma dupla crise: história e memória diante de novos enquadramentos teóricos*. Saeculum (UFPB), v. 39, p. 205-218, 2018.
- NAPOLITANO, Marcos. *DESAFIOS PARA A HISTÓRIA NAS ENCRUZILHADAS DA MEMÓRIA: ENTRE TRAUMAS E TABUS*. História: Questões & Debates, v. 68, n. 1, p. 18-56, 2019.
- NESTROVSKI, A., SELIGMANN-SILVA, M., (orgs.), *Catástrofe e Representação*, São Paulo, Escuta, 2000.
- NOVAIS, Fernando Antonio; MELLO, João Manuel Cardoso de. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In: *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras; 1998.
- O QUE é isso companheiro?* Direção: Bruno Barreto. Rio de Janeiro: RioFilme, 1997. 110 min.
- OLIVEIRA, Acauam Silvério. *O Evangelho marginal dos Racionais MC's* IN: *RACIONAIS MC'S, Sobrevivendo no Inferno*. São Paulo, Cia das Letras, 2018.
- PATARRA, Judith Lieblich. *Iara: reportagem biográfica*. Rio de Janeiro, RJ, Editora Rosa dos Tempos, 1992.
- POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, vol. 2, nº3, 1989.
- POLLAK, Michael. *Memória e Identidade social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro., vol. 5, n 10. 1992, p. 200-212.
- RACIONAIS MC's. *Diário de um detento. Sobrevivendo no Inferno*. São Paulo: Cosa Nostra: 1997. LP.
- REIS Filho, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. 1. ed. São Paulo, Brasiliense, 1990.

- REIS FILHO, Daniel Aarão. et al. (org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estud. hist.* (Rio J.), Rio de Janeiro, p. 171-186, 2010.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- REIS FILHO, Daniel Aarão (coord). *Modernização, ditadura e democracia, 1964-2010*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2014a.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.
- RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ____; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004. p. 53-65
- RIDENTI, Marcelo. “Introdução” e “Brasilidade revolucionária como estrutura de sentimento: os anos rebeldes e sua herança”. IN: *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo, Editora UNESP, 2010a. 09-16 e 85-120.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, SP, Editora UNESP, 2010b.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução*. Do CPC à era da TV. São Paulo: UNESP. 2014.
- RIVERA, Tania. *Luto e melancolia, de Freud, Sigmund*. Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 94, p. 231-237, 2012.
- ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. *A Historiografia no século XX. História e historiografia entre 1848 e... 2025?* São Paulo: EDUSP, 2017
- ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: EDUFSCar, 2006.p. 81-91.
- ROLLEMBERG, D. História, memória e verdade: em busca do universo dos homens. IN: Santos, Cecília MacDowell (org). Teles, Edson (org). Teles, Janaína de Almeida (org). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2009. L
- ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades IN: QUADRAT, Samantha Viz (org). ROLLEMBERG, Denise (org). *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de janeiro, FGV, 2015.

- ROSA, Johnny Roberto. À perlaboração da violência traumática da repressão: o caso brasileiro. *História*, Assis/Franca, v.39, 2020.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. São Paulo, Paz e Terra, 1988. 329 p
- SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. IN: Teles, Edson (org). Safatle, Vladimir Pinheiro (org). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo, Boitempo, 2010.
- SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte São Paulo Rio de Janeiro, Autêntica, 2016
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo, Cia das Letras, 2007
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política. IN: SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008
- SECCO, Lincoln. *História do PT: 1978 - 2010*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2015.
- SELIGMANN-Silva, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. IN: Seligmann-Silva, Márcio (org). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2003.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. Psicologia clínica, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2013.
- SELIPRANDY, Fernando. *A luta armada no cinema: ficção, documentário, memória*. São Paulo, Intermeios, 2015. 217 p. Prêmio História Social. Universidade de São Paulo/CAPES.
- SILVA, Felipe Lazzari da. *Os (In)visíveis Resquícios da Ditadura no Sistema de Segurança Pública: reflexões sobre a desmilitarização da polícia como medida indispensável para a neutralização dos dispositivos autoritários no estado democrático de direito*. In: XXIII Congresso Nacional do CONPEDI, 2014, Florianópolis. Anais do XXIII Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis: UFSC. 2014
- TELES, Janaína (org). Ridenti, Marcelo (pref). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo, Humanitas/FFLCH, 2000.
- TELES, J. d., RIDENTI, M., & IOKÓI, Z. M. *Intolerância e Resistência: Testemunhos da Repressão Política no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: FFLCH, (2010a).
- TELES, Janaína de Almeida. “Os familiares de mortos e desaparecidos e a luta por verdade e justiça no Brasil”. IN: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (orgs). *O que resta da ditadura*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2010b, p. 253-298.

- TELES, Janaína de Almeida. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011
- TELES, Janaína de Almeida. Memórias dos cárceres da ditadura: O projeto de história oral dos presos políticos no Brasil. IN: Dellamore, Carolina (org). Amato, Gabriel (org). Batista, Natália (org). *A ditadura aconteceu aqui : a história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. São Paulo, Letra e Voz, 2017.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2010, 1987.
- VALLE, Maria Ribeiro do. 1968: *o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. [2. ed.]. Campinas, Unicamp, 2010.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 3.ed. São Paulo, Planeta do Brasil, 2008
- VILLA, Marco Antônio. *Ditadura à brasileira, 1964-198: a democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo, Leya, 2014.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011
- ŽIŽEK, Slavoj. *Discurso no Ocupe Wall Street, em Nova York*. 2011.

FONTES

- ALMEIDA, Criméia de. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 7/12/08 e 12/12/08. Projeto “Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP
- BECKER, Alberto. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 18/07/02. Projeto “Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP.
- CARVALHO, Raul. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 05/05/10 Projeto “Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP.DIVERSITAS/USP
- LUCENA, Ariston de. Entrevista concedida a Janaína de Almeida Teles e Júlio Ramos de Toledo. 13/12/08. Projeto “Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP
- MACHADO, Lenira. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles e Julio Ramos de Toledo. 09/04/09 e 15/04/09. Projeto “Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP

MAFRA, Márcia. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles. 08/02/2009. Projeto “Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP.

MURAT, Lúcia. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles. 25 de março de 2010. Projeto “Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP.

SCAVONE, Artur. Entrevista concedida a Janaina de Almeida Teles. 12/09/2008. Projeto “Intolerância e Resistência: Memórias da Repressão política no Brasil (1964-1985). DIVERSITAS/USP.